

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIANA AGOSTINHO PEREIRA ATHAIDES

A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”

MARINGÁ
2015

LUCIANA AGOSTINHO PEREIRA ATHAIDES

A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Política e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ
2015

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

A865d Athaides, Luciana Agostinho Pereira.
A Dops paranaense frente à ação integralista brasileira durante o Estado Novo (1937-1945) [Manuscrito]: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista” / Luciana Agostinho Pereira Athaides. - 2015.

233 f. : il.,

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, 2015.

Bibliografia.

Inclui lista de ilustrações, gráficos e organograma.

1. Repressão política – História 2. História política - Paraná (Estado) 3. Paraná (Estado) - Delegacia de Ordem Política e Social 4. Integralismo 5. Brasil – História – Estado Novo, 1937-1945 I. Título.

CDU 323.281(816.2)

LUCIANA AGOSTINHO PEREIRA ATHAIDES

A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Política e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Aprovado em: 20/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^a. Dr^a. Claudia Monteiro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

MARINGÁ
2015

AGRADECIMENTOS

Quero registrar nessa página o meu sincero agradecimento a algumas pessoas que foram fundamentais para a produção desta dissertação de Mestrado, assim como para a conclusão desse curso de pós-graduação.

O meu muito obrigada ao meu orientador, Prof. Dr. João Fábio Bertonha, por sua impecável orientação. Sempre rápido no atendimento e nas correções, se mostrou atencioso mesmo nos períodos em que precisou se ausentar do país.

Agradeço ao meu esposo Rafael Athaides pelo amor, paciência, incentivo, pelos diálogos nas madrugadas – quando discutimos sobre algumas das descobertas desta pesquisa – e pela atenta e crítica correção final.

Aos meus pais, Nelci e Graça que sempre me incentivaram a estudar e, nos momentos mais difíceis dessa caminhada, me ampararam com a necessária força para continuar.

Aos meus sogros, Osvaldo e Maria Amélia, que também me apoiaram em todos os momentos, sempre me fazendo acreditar em mim mesma.

Às minhas irmãs, Silvia e Silvana, sempre presentes com palavras amigas e de conforto.

Aos meus professores das disciplinas do curso, Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori, Prof. Dr. João Fábio Bertonha, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias, Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota, Prof. Dr. Luiz Felipe Viel Moreira, Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade e Prof. Dr. Andreas L. Doeswijk, que muito contribuíram para ampliar o meu conhecimento e para ‘lapidar’ esta dissertação.

Aos meus colegas de turma: Angélica, Augusto, Bruno, Carlos, Filipe, Guilherme, João Paulo, Julianna, Leide, Letícia, Lucio, Michel, Suelen e Wendell, pela convivência e pelo compartilhamento de ideias, sugestões e momentos de descontração.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná e da Biblioteca Pública do Estado.

À CAPES pela bolsa de estudo concedida, que garantiu a minha integral dedicação ao mestrado e a pesquisa.

A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a história da repressão política aos remanescentes da seção paranaense da Ação Integralista Brasileira, durante o período do Estado Novo, quando o Paraná esteve sob a segunda interventoria de Manoel Ferreira Ribas (1937-1945). A pesquisa busca enfatizar o *modus operandi* da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná frente aos ex-integralistas em torno de dois contextos cruciais: o da Intentona Integralista (março/maio de 1938) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Quanto ao primeiro, esta pesquisa analisará a repressão da polícia política paranaense contra os ex-filiados à AIB em subperíodos: (1) no imediato pós decretação do Estado Novo, quando de aliados ao golpe, os camisas-verdes se tornaram alvos de vigilância e repressão por parte de Getúlio Vargas; (2) após as tentativas de levante armado integralistas, quando os considerados participantes foram duramente reprimidos e, alguns deles, julgados e condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Quanto ao segundo contexto, esta investigação analisa as práticas usuais e as associações imagéticas desenvolvidas pela DOPS para fundamentar desconfianças, vigiar e reprimir os ex-integralistas durante o período da Segunda Guerra mundial, enfatizando a questão da associação nazi-integralista e da imagem do camisa-verde como ‘quinta-coluna’ do Eixo. Para tanto, como preâmbulo, esta monografia apresenta brevemente as origens, o conceito de polícia política e alguns aportes teóricos pertinentes ao estudo dessa instituição; em seguida, discute a história do surgimento das DOPS (Delegacias ou Departamentos de Ordem Política e Social) no Brasil e no Paraná, estabelecendo diálogos com a historiografia. Ainda de forma introdutória, o texto discorre sobre o surgimento e a estruturação da chamada Província do Paraná da Ação Integralista Brasileira, entre 1934 e 1937, observando a construção, consolidação e os percalços sofridos junto aos poderes dominantes locais da estrutura político-partidária da AIB. Também serão colocados em evidência os números, a composição social e o alcance geográfico do movimento no Estado, a partir de outro olhar sobre as fontes, em diálogo com a historiografia existente.

Palavras-chave: Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, repressão política, integralismo, Estado Novo.

The Bureau of Political and Social Order of Paraná against Brazilian Integralist Action during the Estado Novo (1937-1945): from the “attack on the regime” to “Nazi-integralist association”

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the history of political repression to the remaining militants of the Brazilian Integralist Action in Paraná during the Estado Novo period, when the State was under the second government Manoel Ferreira Ribas as interventor (1937-1945). The research seeks to emphasize the *modus operandi* of the Bureau of Political and Social Order of Paraná front of the former integralists around two crucial contexts: the Integralist's Conspiracy (March / May 1938) and the Second World War (1939-1945). On the first, this research will examine the repression of state's political police against former AIB affiliated into subperiods: (1) after the start of the Estado Novo, when allied to the coup, the green shirts have become targets of surveillance and repression by Getúlio Vargas; (2) after the attempts of integralist armed uprising, when considered participants were harshly repressed and some of them tried and convicted by the Court of National Security. On the second context, this research analyzes the usual practices and imagery associations developed by DOPS to support suspicions, monitor and suppress the former integralists during the period of the Second World War, emphasizing the images of Nazi-integralist association, as well the of green-shirts as Axis 'fifth column'. Therefore, as a preamble, this monograph presents briefly the origins, the concept of political police and some relevant theoretical contributions to the study of that institution; then discusses the history of the emergence of DOPS (or Police Departments of Political and Social Order) in Brazil and Paraná, establishing dialogues with historiography. Still in an introductory way, the text discusses the emergence and structuring of the call Paraná's Province of Brazilian Integralist Action, between 1934 and 1937, noting the construction, consolidation and suffered mishaps with local political powers of the party. Also will be placed in evidence the numbers, the social composition and the geographical range of integralist motion in the state, from another perspective of the sources, in dialogue with the existing historiography.

Keywords: Bureau of Political and Social Order of Paraná, political repression, integralism, Getúlio Vargas's Estado Novo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Divonsir Borba Cortês (Delegado da DOPS/PR entre 1938-1942).....	37
Ilustração 2 – Convite para a organização da AIB/PR (1934)	50
Ilustração 3 – Recorte do A Razão sobre o resultado das eleições	69
Ilustração 4 – Parte superior da capa do jornal A Razão de 23/10/1935.....	70
Ilustração 5 – Ficha Individual do Chefe Municipal de Curitiba (criada em 7 de julho de 1937).....	74
Ilustração 6 – Registro de serviço de observação anterior à Intentona, feito por um inspetor de Campo Largo (17/02/1938)	82
Ilustração 7 – Quadro Bacharelados do Sigma (1936).....	88
Ilustração 8 – Relação dos integralistas, cujas fotos constam no quadro Bacharelados do Sigma.....	89
Ilustração 9 – Uma das partes de observação sobre Jorge Lacerda (18/02/1938).....	97
Ilustração 10 – Carteira de Agente de Polícia Integralista do Núcleo de Curitiba apreendida pela DOPS	98
Ilustração 11 – “Relação dos componentes do Departamento Municipal de Polícia”, apreendida na casa de João Bartolomeu Klier (1938).....	100
Ilustração 12 – Notificação de viagem à DOPS, por Leopoldo Pie (1940).....	105
Ilustração 13 – Documento apreendido pela DOPS em poder de Carlos Zewe Coimbra..	122
Ilustração 14 – Telegrama apócrifo de Guarapuava noticiando o levante integralista	129
Ilustração 15 – Carta de Amarílio Rezende de Oliveira ao Delegado de Polícia de Guarapuava notificando viagem ao Rio de Janeiro (26/03/1939)	134
Ilustração 16 – Telegrama de Amarílio Rezende ao Chefe de Polícia do Estado (21/03/1939)	135
Ilustração 17 – Recibo de bens devolvidos a Antonio Lustosa de Oliveira após sua última prisão (1941).....	137
Ilustração 18 – Primeira página da cópia dos textos de telegramas censurados pela 5ª R.M. (maio de 1939).....	140
Ilustração 19 – Parte de uma observação na casa de Vieira de Alencar (27/01/1938).....	145
Ilustração 20 – Relação de integralistas que participaram da missa de 7º dia de João Alves da Rocha Loures Sobrinho (08/05/1939)	148

Ilustração 21 – Capa do segundo prontuário de Heber Gonçalves Palhano (ex-Chefe integralista de Londrina)	157
Ilustração 22 – Contra-capa do segundo prontuário de Palhano	158
Ilustração 23 – Parte do serviço de observação da Rua XV de Novembro (1940)	160
Ilustração 24 – Artigo de José Petrelli Gastaldi no jornal Gazeta do Povo (27/06/1941)..	163
Ilustração 25 – Carta do Prefeito de Imbituva a Manoel Ribas, em defesa de Miguel Angelo Gasparelo.....	170
Ilustração 26 – Fotografia apreendida na residência de Frederico Kobs.....	182
Ilustração 27 – Carta anônima denunciando a alfaiataria de Henrique Marquardt	193
Ilustração 28 – Ofício da Faculdade de Medicina do Paraná à DOPS (15/10/1942)	203

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias sócio-profissionais dos militantes filiados à AIB	59
Gráfico 2 – Região de origem dos militantes da AIB fichados ou prontuariados pela DOPS/PR.....	60
Gráfico 3 – Idade dos militantes filiados à AIB, 1937 (DOPS/PR).....	61
Gráfico 4 – Porcentagem das origens étnicas dos nomes dos filiados à AIB no Paraná.....	62
Gráfico 5 – Distribuição geográfica dos filiados com sobrenomes Luso-brasileiros filiados à AIB/PR (fontes da DOPS/PR).....	63
Gráfico 6 – Distribuição geográfica dos filiados com sobrenomes germânicos filiados à AIB/PR (fontes da DOPS/PR).....	64

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 – Inserção da DOPS/PR na hierarquia administrativa do Estado do Paraná (1937-1945).....	33
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - CONCEITO E EXPERIÊNCIAS DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL E NO PARANÁ	20
A polícia política varguista: uma discussão conceitual	21
A estruturação da polícia política no Brasil.....	25
A polícia política no Paraná.....	31
Panorama das ações da DOPS/PR durante o Estado Novo	36
CAPÍTULO II - A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1930	46
Historiografia sobre o integralismo no Paraná	47
O surgimento da Província Paranaense da AIB.....	49
O alcance geográfico e numérico do integralismo no Paraná.....	52
Em busca de um perfil do militante integralista paranaense	58
As primeiras escaramuças com o governo de Manoel Ribas e a Delegacia Auxiliar.....	65
A força do integralismo nas eleições municipais de 1935 e a reação.....	66
O breve retorno	73
CAPÍTULO III - A DOPS/PR FRENTE AOS CAMISAS-VERDES: O ESTADO NOVO E A INTENTONA INTEGRALISTA	77
Os Camisas-verdes postos no limbo político.....	78
O atentado contra o regime: a DOPS/PR e a caça aos ‘participantes’ da Intentona Integralista	84
Características gerais da repressão à Intentona no Paraná	86
A Intentona e a repressão em Curitiba e em seu entorno	95
A Intentona e a repressão nos Campos Gerais	109
A Intentona e a repressão no Norte	121
A Intentona e a repressão em Guarapuava	125

Os telegramas e boletins incriminatórios.....	138
“O Caudilho dos ex-elementos integralistas”: a repressão em torno de Manoel Vieira Barreto de Alencar.....	143
CAPÍTULO IV - A DOPS/PR FRENTE AOS CAMISAS-VERDES: A REPRESSÃO EM TEMPOS DE GUERRA.....	152
A quebra na neutralidade.....	159
O duplo perigo: os camisas-verdes e o ‘quinta-colunismo’.....	164
Cartas e casos de delação.....	174
Cartas de Auto Delação.....	189
O infiltrado da DOPS: o caso da ‘alfaiataria nazi-integralista’.....	192
Conclusão.....	205
Referências.....	209

INTRODUÇÃO

Em texto clássico, René Rémond (2003) analisou os vários fatores que contribuíram para a ‘virada historiográfica’ que culminou com o retorno da História Política, sobretudo, no panorama acadêmico francês. Dentre tais fatores, Rémond destacou as próprias ‘peripécias’ da história (ou dos acontecimentos do século XX) e suas influências sobre o fazer historiográfico. Uma das mais importantes transformações históricas, nesse sentido, foi a *expansão da esfera política* através das novas atribuições que o Estado recebeu naquele século, o que permitiu o surgimento de Estados intervencionistas em níveis jamais imaginados – um processo que remonta suas origens ao século XVIII e a Revolução Francesa.¹

Com a extensão alcançada pelos ‘braços políticos’ em alguns tipos de Estados, foi possível o surgimento ou a consolidação de um *tipo específico de instituição de vigilância e repressão política* dentro das sociedades contemporâneas – que, em alguns casos, alçou níveis centrais de importância nos aparelhos de governo. Essa instituição, que não gratuitamente recebeu o nome de *polícia política*, ao defender os interesses do grupo dominante assentado no aparelho de Estado, adentrou profundamente em esferas que não lhe eram especificamente destinadas, com o fito de resguardar o *status quo*, realizando um trabalho de profilaxia político-social: prevenção, repressão e eliminação das ideias e atores sociais considerados ‘inimigos do regime’. Constantemente, os tentáculos da polícia política cruzavam a fronteira do privado, adentrando aos recônditos dos indivíduos no intuito de vigiá-los e/ou criminalizá-los, solapando assim as bases da sociedade liberal, com sua tradicional dicotomia público/privado.

O ápice da ação das polícias políticas no século XX foi, sem dúvida, implementado nos Estados fascistas. Não obstante, é possível afirmar que, nos projetos de quase todos os fascismos, mesmo dos que não chegaram ao poder, o policiamento em prol da existência de um partido único, uma única forma e possibilidade de governo, era parte central de suas maneiras de conceber a política. Nesse sentido, questionamos: o que aconteceu, quando os fascistas precisaram conviver com outra fórmula política autoritária já instituída? Invariavelmente, como mostrou a historiografia, os ‘camisas-coloridas’ acabaram sucumbindo. (PAXTON, 2007). O caso da relação entre o Presidente Getúlio Vargas e o integralismo o demonstra: o projeto autoritário do fascismo brasileiro foi destruído pelas

¹ Segundo Lynn Hunt, a revolução francesa foi uma das primeiras grandes experiências de inflação da esfera do político, uma vez que seguiu a máxima rousseauna de que “tudo dependia fundamentalmente da política”, ou seja, toda uma sociedade poderia ser moldada ‘de cima’. (2007, p. 21).

instituições repressoras do governo autoritário do Estado Novo, por meio de uma ação enérgica dos aparelhos de repressão política, gestados durante os anos 1930 e postos em pleno funcionamento a partir de 10 de novembro de 1937.

A polícia política brasileira, representada oficialmente pelos Departamentos e Delegacias de Ordem Política e Social instaladas em todos os Estados brasileiros durante as décadas de 1920/30, foi um órgão criado para atender ao objetivo primário de manutenção ordenada do *status quo*, contra quaisquer tipos de ameaça de cunho político/ideológico. Em outras palavras, sua atuação, que perdurou até o término da Ditadura Militar, em 1985, apesar de camuflada num discurso baseado no ‘interesse coletivo’, resguardou a posição ocupada pelos detentores do poder de Estado, que a utilizaram, estrategicamente, tanto para tal fim, quanto para a implementação de projetos políticos, que visavam a homogeneização da sociedade.

Durante os dois períodos mais ativos dessa instituição (1937-1945 e 1964-1985) vários inimigos estiveram em sua ‘lista negra’, porém, somente um esteve presente nas duas ditaduras, o comunismo. (MOTTA, 2006). Não obstante, na primeira fase, uma das maiores ameaças ao projeto político autoritário de Getúlio Vargas não vinha da esquerda, mas da direita fascista: o integralismo. O maior partido fascista fora da Europa era uma realidade palpável e relativamente próxima do poder nos anos 1930 – menos odiado que o comunismo, por certo, mas não menos pernicioso do ponto de vista dos projetos getulistas, que não incluíam camisas coloridas de qualquer cor. Fundada em São Paulo no dia 7 de outubro de 1932, com a publicação do “Manifesto de Outubro” pelo escritor e jornalista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira é considerada “a mais importante organização fascista na história do Brasil” e o primeiro partido político de massas do país, que reuniu, segundo as estimativas mais modestas, de 500 a 800 mil adeptos. (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2003, p. 42).

No estado do Paraná, a trajetória do movimento teve início oficialmente em 1934 e perdurou até 1937, quando foi extinto, juntamente com todos os partidos políticos na ocasião da implantação do Estado Novo. Durante aquele período, o integralismo chegou a alcançar cifras próximas a 40.000 filiados, distribuídos em 200 núcleos municipais e distritais, também de acordo com as estimativas mais modestas. (ATHAIDES, 2012). Além disso, em meados da década, o partido fez a façanha de se constituir na segunda força política eleitoral do Estado, isso com apenas 14 meses de existência.

Esses feitos colocaram a *Província do Paraná* (como era chamada a seção estadual) na ‘lista negra’ do representante local do varguismo, o interventor/governador Manoel Ferreira Ribas (1932-1945), o qual não tardou em declarar a ilegalidade do movimento, mesmo em tempos de democracia. Com o fim desta última e a criação local de um aparato de polícia política específico (ambos em 1937), o Paraná estaria pronto a longas jornadas de repressão aos inimigos do regime, entre eles a AIB.

A presente dissertação tem como objetivo analisar a repressão aos integralistas realizada por esse aparato local, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, durante o período do Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945). Esta pesquisa, portanto, se diferencia dos trabalhos já existentes no Paraná, tanto sobre a AIB, quanto sobre a ação da DOPS. Se, por um lado, os historiadores da AIB se debruçaram quase que exclusivamente sobre o período de funcionamento aberto do movimento, entre 1932-1937 (ver Capítulo II), os pesquisadores da DOPS/PR, por outro, analisaram essa instituição em ação contra outros alvos (comunistas, nazistas, japoneses, alemães, etc.), pelo que nunca se preocuparam com um dos maiores inimigos políticos do Estado no período.

Nossa análise sobre a repressão aos ex-militantes integralistas paranaenses foi baseada exclusivamente nos documentos produzidos pela DOPS/PR e pelas Delegacias de Polícia do interior do Estado, que com ela trabalhavam conjuntamente. Para o presente estudo dos documentos, optamos por realizar dupla abordagem: uma quantitativa, por meio da elaboração de tabelas e estatísticas da repressão, em função de certas variáveis; outra qualitativa, por intermédio de análise circunstanciada de cada pasta/ficha, no intuito de observarmos as recorrências do *modus operandi* da polícia política, em conjunto com outros órgãos de segurança pública do Estado.

Nessa documentação, buscaremos compreender o padrão de ação desta polícia em relação ao ‘perigo verde’, que no período em questão foi representado tanto pelo fantasma da ameaça armada ao regime (a Intentona Integralista de 1938), quanto pela imagem da presença nazi-fascista europeia em solo brasileiro (mais especificamente durante os anos da Guerra). Destarte, a Ação Integralista Brasileira será vista aqui em seus momentos de agonia, caçada pelo que foi, pelo que fez e pelo que poderia fazer, *em meio* e *por meio* da instituição designada para reprimir o desvio político. Em outras palavras, interessa-nos aqui as práticas policiais (tanto físicas, quanto discursivas) frente a esse inimigo específico do regime, algo que ainda não foi experimentado pela historiografia paranaense.

Buscaremos mapear as linhas de ação dessa instituição policial, nos momentos específicos em que ela ocorreu, assim como os mecanismos, sejam eles políticos, administrativos ou ideológicos utilizados para garantir a efetividade de sua ação frente a esse inimigo em particular. Através do ‘olhar da repressão’, adentraremos no cotidiano da polícia política e de suas vítimas acuadas e reprimidas, com a pretensão de compreender, através dos cenários político-sociais da época, o que representava, para o aparato repressor, ser um ‘ex-integralista’ em momentos específicos.

O primeiro desses momentos se refere ao período posterior às duas tentativas de levante armado realizadas pelos camisas-verdes nos meses de março e maio de 1938. Nele, buscamos entender os mecanismos locais de vigilância, perseguição, prisão e processamento dos indivíduos ligados (direta ou indiretamente) na tentativa violenta de tomada do poder pelos integralistas. A gravidade da situação, como veremos, mostrará todo o potencial, mas também os limites da instituição repressora local.

O segundo momento é transpassado pela conjuntura mundial e seus reflexos na sociedade local; trata-se da repressão aos inimigos de guerra, resultantes do posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Naquele momento, pôs-se em funcionamento uma constante associação do integralismo ao Nazismo e ao Fascismo, o que abriu caminho para uma linha repressora destinada a alguns integralistas de descendência germânica e italiana. Essa associação foi o resultado tanto do estilo e dos discursos do próprio movimento criado por Plínio Salgado, quanto das elucubrações das autoridades políticas e policiais. No caso do primeiro, além da inegável semelhança fascista, a própria imprensa integralista associava constantemente seu movimento aos movimentos nacionalistas ‘em marcha’ internacional, representados pelos fascismos em geral. (PASCHOALETO, 2012). Já no segundo, vemos a sustentação de discursos oficiais pautados na ideia do fomento externo à AIB, sobretudo vindos do nazismo, enfatizando um suposto desejo integralista de realizar, no Brasil, uma conquista para Hitler ou Mussolini. Daí o epíteto de ‘quinta-coluna’, que a grande maioria dos ex-militantes da AIB teve que carregar até o fim do conflito mundial.

*

Na presente pesquisa, tomaremos como fonte primária a ampla documentação, integrante do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, cujo

depositários é o Departamento de Arquivo Público do Estado (DEAP/PR). Essa documentação foi disponibilizada alguns anos após a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social, no final da década de 1980, quando os arquivos da mesma foram enviados para o Departamento de Arquivo, sob o decreto nº 577 de julho de 1991. O acervo documental era composto por aproximadamente 7.000 itens, divididos em fichas nominais, pastas nominais e pastas temáticas. (PRIORI, 1998).

Já é consenso entre os historiadores do tema (CARNEIRO, 2005; MOTTA, 2006; PRIORI, 1998, AQUINO, 2001) que esta documentação consiste em grande riqueza para a produção da história política e social local, regional e nacional. Isso se deve à diversidade documental desse aparato policial que contempla várias expressões ideológicas, desde as situadas na ‘extrema’ esquerda, até o fascismo, além de diversos tipos de manifestações sociais e religiosas. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (2005), os arquivos das polícias políticas brasileiras possibilitam aos historiadores conhecerem tanto o mundo da repressão, quanto o mundo da resistência, que esteve sempre presente nos períodos ditatoriais. Nesses arquivos, os pesquisadores se deparam com distintos discursos que dividem espaço nos mesmos prontuários: o “discurso da ordem”; o “discurso da desordem” e o “discurso colaboracionista”. (2005, p. 2). Em nossa pesquisa, nos propomos a verificar primordialmente o *discurso da ordem*, abordando como ele foi construído e legitimado pela polícia política do Paraná. Contudo, torna-se impossível não ‘esbarrarmos’ no discurso da desordem, ou seja, nas vozes remanescentes dos integralistas na clandestinidade, como veremos.

Assim, para além dos estudos sobre as vítimas desse órgão repressor, esse tipo de documentação também nos permite adentrarmos ao universo da própria polícia política, como aparato repressor do Estado², que buscava impor seu discurso ordenador, criando e legitimando a ilusão da necessidade de se lutar contra “grupos perigoso” e suas “ideologias exóticas”. (PRIORI, 1998, p. 5).

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2006) assinalou que há poucos trabalhos acadêmicos que buscaram estudar especificamente o universo da repressão (não o do reprimido). Desse modo, nosso trabalho se insere nesse ‘pequeno grupo’ que decidiu voltar

² A palavra ‘Estado’ tem aqui duplo significado: as DOPS eram instituições fundamentalmente estaduais, uma vez que respondiam diretamente aos governadores e interventores estaduais; ao mesmo tempo, em geral, os interesses locais se coadunavam com a política nacional, portanto as DOPS estaduais contribuíam para a manutenção do *status quo* nacional.

os olhos para o funcionamento dessa máquina repressora e, mais especificamente, para as práticas da polícia política em relação a um dos grupos-alvo entre os anos 1937-1945.

As fontes primárias aqui analisadas compreendem a quase totalidade do material referente a Ação Integralista Brasileira produzido pela DOPS/PR e disponível no Arquivo Público paranaense. Esse material foi fotografado ou adquirido por cópia digital autorizada pelo Arquivo através de um minucioso levantamento documental, entre todos os indivíduos e instituições condizentes com o período em questão. Ao todo, esse rico corpo documental é constituído por **163 prontuários individuais**, **381 fichas individuais**, além de **4 dossiês temáticos**.

Os **prontuários individuais** estão assim organizados: na capa constam dados básicos dos prontuariados (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, endereço, profissão, estado civil, idade, se sabe ler e escrever, residências anteriores e nomes de pessoas que conhecem e suas respectivas residências); em algumas capas, há também fotografias. Na contracapa estão registrados os antecedentes ‘criminais’, devidamente datados, inclusive referenciando antigos cargos ocupados no movimento integralista.

No interior das pastas, há documentos produzidos pela polícia ou ‘colhidos’ junto aos ex-militantes no momento da prisão ou apreensão em domicílio: assentadas; autos de apreensão; autos de declaração: prestadas pelo investigado e/ou por testemunhas; comunicação entre os órgãos repressores municipais; comunicações entre o investigado e a DOPS; informes; inquéritos; mandados de prisão; ofícios; pedidos e aceites de salvo-conduto; portarias; provas de crime; recortes de jornais, (ou mesmo números inteiros.); relatórios; recibos (de presos, de ofícios, de pertences) e Telegramas/radiogramas.

Nas **fichas individuais** – materialização da ânsia da polícia política pelo controle social – encontramos dois padrões de armazenamento de informações sobre os investigados. O primeiro consiste no registro do nome, data em que foi fichado, profissão, idade, cidade e se pertenceu a AIB. O segundo, ainda mais útil a essa pesquisa, relata além dessas informações, o histórico do criminoso político, de forma a nos fornecer dados imprescindíveis para conhecermos as práticas repressoras da polícia política.

Em geral, os **dossiês temáticos** são constituídos por provas de crimes; recortes de jornais; telegramas – comunicação entre os investigados; informes; capa e contracapa de prontuários temáticos e individuais (o que mostra certa desorganização da polícia); comunicações entre os órgãos repressores estaduais; comunicações entre os órgãos repressores locais (por exemplo, entre a DOPS e a 5ª Região Militar); comunicações entre os

órgãos repressores municipais; comunicações entre a DOPS e o TSN; autos de apreensão e relações e ‘folhas corridas’ de integralistas presos e fichados.

Para além dessas fontes da repressão policial, recorreremos ainda a outros tipos de fontes secundárias: livros de memórias de delegados da DOPS/PR, livros de época dos mesmos ou de comentaristas e jornalistas do período, alguns jornais das décadas 1930/40³, que nos auxiliaram na reconstrução, análise e diálogo com o contexto e com a instituição estudada.

*

O texto da dissertação está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Conceito e Experiências da Polícia Política no Brasil e no Paraná*, inicialmente, abordaremos o conceito de polícia política, apresentando suas problemáticas para o estudo da polícia política varguista. Em seguida, procuraremos entender a história e a estruturação, no plano nacional, desse aparato específico de polícia. Por fim, adentraremos, ainda que brevemente, ao nível estadual, apresentando a estrutura, as características e as principais ações da DOPS/PR durante o período em questão.⁴

No segundo capítulo, *A Ação Integralista Brasileira no Paraná na década de 1930*, nos ateremos detidamente à história do integralismo paranaense, através da análise da trajetória do movimento/partido: sua fundação, ascensão, alcance geográfico, sua constituição em força política, os conflitos ocorridos com as autoridades locais e os momentos de proscrição e reabertura dos núcleos. Isso posto, nosso objetivo será dialogar com as pesquisas existentes no que se refere ao perfil do militante integralista, através de um levantamento de dados que a nossa documentação possibilitou alcançar.

No terceiro capítulo, *A DOPS/PR Frente aos Camisas Verdes: o Estado Novo e a Intentona Integralista*, analisaremos, em um primeiro momento, a situação em que foram colocados os militantes integralistas, imediatamente após a implantação do Estado Novo,

³ Com o objetivo de entendermos a ‘cadeia de comando’ que se formou com a finalidade de centralizar e efetivar o poder de repressão da DOPS no Estado do Paraná, nos utilizamos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Essa ferramenta inovadora nos permitiu uma pesquisa meticulosa, sobretudo, nos jornais paranaenses disponíveis, contribuindo para o preenchimento de algumas lacunas que se faziam presentes em nosso trabalho.

⁴ Ao discorrermos no Capítulo I sobre a atuação da DOPS/PR durante o Estado Novo, optamos por apresentar brevemente os focos da repressão estadual, tomando por base pesquisadores que também se valeram, total ou parcialmente, da documentação produzida por esse órgão. Cabe assinalarmos que, no primeiro Capítulo, a abordagem sobre a repressão ao integralismo será feita de forma superficial; a discussão aprofundada será tratada pormenorizadamente nos Capítulos III e IV.

marcada pela revolta e frustração pela nova condição de marginais ao projeto político que Getúlio Vargas colocara em prática. Na sequência, discorreremos sobre as ações repressoras da DOPS frente aos atos de alguns camisas-verdes paranaenses, que, mancomunados com os golpistas do Rio, materializaram a revolta em fracassadas tentativas locais de levante armado. Essa reação integralista resultou numa leva de investigações, vigilâncias, prisões e processos encaminhados ao Tribunal de Segurança Nacional, de vários ex-militantes suspeitos de terem participado do malogrado levante.

Por fim, no último capítulo, *A DOPS/PR frente aos camisas-verdes: a repressão em tempos de guerra*, analisaremos as práticas usuais e as associações imagéticas desenvolvidas pela DOPS para fundamentar desconfianças, vigiar e reprimir os ex-integralistas durante o período da Segunda Guerra mundial, enfatizando a questão da associação nazi-integralista e da imagem do camisa-verde como ‘quinta-coluna’ do Eixo. Trata-se de outro momento em que os seguidores de Plínio Salgado se viram como alvos da polícia política paranaense: quando o Brasil se alinhou aos Aliados na Segunda Guerra Mundial e o mito do nazi-integralismo se fez fortemente presente, intensificando a caça aos remanescentes da Ação Integralista.⁵

⁵ Na presente dissertação, todas as citações diretas de textos de época tiveram a ortografia atualizada.

**CAPÍTULO I - CONCEITO E EXPERIÊNCIAS DA POLÍCIA
POLÍTICA NO BRASIL E NO PARANÁ**

A POLÍCIA POLÍTICA VARGUISTA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

A polícia política surgiu no mundo contemporâneo, como um segmento especializado do aparato policial; ela é definida como um setor de polícia responsável pela segurança do Estado e a ‘manutenção da ordem pública’, o que quer que isso signifique. Sua existência é justificada pela defesa dos interesses coletivos, mas, a rigor, sua preocupação reside na segurança do *status quo* e dos ocupantes do aparelho do Estado. As polícias políticas se estabeleceram no contexto de afirmação da ameaça revolucionária entre os séculos XVIII e XX, quando os Estados se habituaram à constante sensação de insegurança, em função da ‘iminente’ sublevação revolucionária. (MOTTA, 2006).

Não obstante certa precisão na conceituação apresentada acima, alguns autores visualizam a ação *política* dos aparatos repressores de Estado não apenas num tipo específico, mas em toda atividade policial. A socióloga Martha K. Huggins parte dessa premissa, ao mesmo tempo em que alerta para o fato de tal ligação ser frequentemente negada ou não estar plenamente evidente:

[...] toda a ação policial é política, variando em um *continuum*, desde a polícia visivelmente a serviço do poder organizado, como ocorre historicamente em grande parte da América Latina, até a dissimulação de seu relacionamento com o poder por ideologias de democracia e controle social, que afirmam transformar a polícia em mera extensão de um Estado neutro, quanto a classes, e “do povo”. (1998, p. 10).

De tal modo, nas democracias, é comum pensarmos na polícia como uma instituição apolítica, devido a sua maior profissionalização em tempos recentes. Entretanto, essa visão se constituiu num discurso, que tem por objetivo esfumegar as intrincadas relações entre o poder policial e o discurso dominante de Estado.

Em função do objeto do estudo aqui proposto, inclinamo-nos a pensar a polícia política como um *aparato específico de atuação político-repressiva do Estado*, sem que, com isso, se descredite a ideia da ação política imanente às polícias em geral, derivada dos conceitos de *ordem pública e ordem interna* dos Estados modernos. (PEDROSO, 2005). Uma visão não necessariamente invalida a outra: toda polícia, em nome de um pretense ‘bem comum’ age politicamente em função de seu lugar no aparelho de Estado; estes, por sua vez, tenderam a segmentar e burocratizar o próprio aparato repressor no século XX, criando instâncias *sui generis* de repressão, atuantes no que se entendia como um universo da política mais ‘palpável’.

Isso se expressa claramente na separação, encontrada em todos os regimes com polícias políticas atuantes, entre *crime comum* e *crime político/social*. Este último abarca toda e qualquer ameaça, real ou imaginária, ao poder estabelecido do Estado (guardião único do bem-estar e ordem político-social). A parte especificamente *social* não deixa de ser política, uma vez que se refere à manutenção da ordem das massas – a ‘questão social’ ou ‘trabalhista’ oriunda do século XIX – em meio à sedução de sindicatos e movimentos/partidos extremistas de direita ou de esquerda. Em termos nacionais, o combate ao crime político-social geralmente se traduz pela máxima da *Segurança Nacional*, justificativa que soou como panaceia para o ato repressivo durante todo o século XX. (AQUINO, 2001).

Nesse sentido, cabe aqui refletirmos sobre as características intrínsecas a esse aparato de polícia específico, terrivelmente dirigido contra a sociedade, em defesa daquilo que Hannah Arendt chamou de “ideologia” ou “lógica de uma ideia”. (ARENDR, 1989, p. 522). A polícia política nos parece, portanto, uma instituição designada, por excelência, a fazer valer essa lógica, expressamente proibitiva a qualquer contradição; ou como prefere a historiadora Maria Aparecida Aquino, trata-se de um órgão que sempre se pautou “pela concepção de uma sociedade ausente, no seu interior, de tensões sociais, onde predominasse a ‘ordem político-social’”. (2001, p. 16).

A presença das reflexões de Hannah Arendt não significa aqui, em absoluto, que classificamos nosso objeto (a polícia política varguista) como *totalitário*, por meio de uma ‘taxonomia do regime’. Ao contrário, tomamos as reflexões da filósofa como um ponto de partida para pensarmos as intenções e os limites de controle daquela instituição. Conforme sugere Ângelo Segrillo, pensar o totalitarismo como ‘tentativa’ ou ‘intenção’ abre um campo significativo de estudo, na medida em que não ignora – por pré-conceito acadêmico ou por razões ideológicas – as importantes contribuições dessa teoria. (SEGRILLO, 2006).

Nas ponderações que Arendt fez sobre a polícia secreta, atuante em governos ‘totalitários’, além de demonstrar a abissal importância atribuída à mesma naqueles regimes – por se constituir no núcleo do poder governamental – a filósofa estabeleceu diferenças de graduação na instituição policial; distinguiu, portanto, entre *polícia secreta despótica* e *polícia secreta totalitária*, distinção que pode ser válida para pensarmos o objeto de estudo em questão. A primeira, segundo a autora, combateria o “inimigo suspeito”, aquele que efetivamente teria algo contra o regime; a segunda, teria por finalidade eliminar o “inimigo objetivo”, aquele escolhido de acordo com a ideologia (ou “ficção ideológica”) do regime,

não por se constituir em uma ameaça real. Este último, era invariavelmente considerado “portador de uma doença” e, portanto, passível de extermínio. (1989, p. 474).

Os dois primeiros estágios da ação policial totalitária, segundo Arendt, se assemelham às ações policiais de outras formas mais ‘brandas’ de ditaduras. Respeitadas as devidas distâncias, podemos identificar elementos desses estágios nas práticas repressivas da polícia de cunho político sob os governos de Getúlio Vargas, mesmo antes da implantação do Estado Novo.

O primeiro estágio consiste em *procurar os inimigos secretos e antigos oponentes*; é muito comum o aparato repressor contar, nessa fase, com grande participação da população para a denúncia da existência de opositores ocultos. Quanto aos antigos oponentes, não é gratuito o fato de encontrarmos as Delegacias de Ordem Política e Social da Era Vargas se utilizando de antigas listas de ‘criminosos’ e ‘suspeitos’, feitas pelas delegacias antecessoras, para procurar ‘atuais ameaças à segurança nacional’. A rigor, qualquer documento antigo, mesmo que remetesse a épocas de legalidade (do partido, do sindicato, etc.), se prestava a dar suporte a acusações.⁶

Após a eliminação de toda resistência, segundo Arendt, abre-se caminho para o segundo estágio: a *perseguição aos chamados “inimigos objetivos”*, ou seja, aqueles que não teriam a pretensão de derrubar o governo, mas seriam ‘criados’, justamente para satisfazer o desígnio governamental de justificar o fechamento do regime. Após esta etapa “o terror se torna o verdadeiro conteúdo dos regimes totalitários”. (ARENDR, 1989, p. 472). A autora pontua também a diferença entre o *terror ditatorial*, que é direcionado aos adversários políticos e o *terror totalitário* que atinge a pessoas inofensivas e desprovidas de opiniões políticas, ou seja, o segundo tem por finalidade a disseminação do medo e o domínio total. (ARENDR, 1989).

Cabe aqui mencionarmos o debate entre alguns estudiosos acerca da natureza do regime que resultou do golpe de 10 de novembro de 1937. Diversas ‘batalhas historiográficas’ se travaram com o intuito de prover uma classificação adequada ao Estado Novo, em meio aos conceitos de ‘ditadura’, ‘regime autoritário’ e ‘totalitário’. A grande maioria dos historiadores acredita que o Estado Novo foi um regime *autoritário*, não

⁶ A propósito, Getúlio Vargas chegou a criar uma lei que retroagia para punir os “crimes militares e contra a segurança do Estado”, em outubro de 1942. O Decreto-Lei nº 4766 – que instituiu a pena de morte para diversos crimes – em seu artigo 67 estabelecia a retroação “em relação aos crimes contra a segurança externa, à data da ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão”. O integralista Gerardo Mello Mourão foi enquadrado na retroação, porém, neste caso a pena foi de 30 anos de reclusão, conforme estabelecia o Decreto. (BRASIL, 1942).

totalitário, o que não impede que muitos autores utilizem termos como *proto-totalitário* ou *tendencialmente totalitário*, ao se referirem a certos aspectos do regime. Até mesmo, alguns dos historiadores que optavam pela designação *autoritário*, reconhecem que isso “não exclui a possibilidade de reconhecer contribuição analítica aos autores que recorrem ao conceito de ‘totalitarismo’”. (GERTZ, 2005, p. 198).

A própria análise de Hannah Arendt, sobre as origens e os elementos componentes do totalitarismo, chama-nos a atenção para a diferença entre este e as ditaduras e tiranias, salientando a necessidade de cautela com o uso do termo. Em seu julgamento, o regime totalitário só é possível se implantado onde “há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento (...)”, tornando assim viável o domínio total (ou sua tentativa), que por estar presente em todos os âmbitos da vida do indivíduo, destrói a capacidade do homem de sentir e de pensar. (1989, p. 361).

Em nossa opinião, tal discussão pode se tornar supérflua, na medida em que a teoria do totalitarismo não conseguiu se sustentar empiricamente ao longo do século XX. Em outras palavras, nunca houve, ‘lá fora’, um *Estado totalitário*, tal qual analisado pelas variantes ou pelos seguidores mais ortodoxos da teoria. (FERNANDES, 2000). Ressaltamos, portanto, a opção por atentar a certas reflexões feitas por teóricos ou seguidores da teoria do totalitarismo, no intuito de pensá-la como “totalizante”. (SEGRILLO, 2006, p. 9). Ainda assim, torna-se imperativo respeitar as distâncias, por exemplo, entre as tendências, digamos, ‘ultratotalizantes’ do Estado nazista e as tentativas de controle social no Estado Novo varguista.

Não obstante o debate, há poucas dúvidas de que as práticas autoritárias do regime varguista, que atingiram todos os setores da sociedade e foram sentidas tanto na esfera pública, quanto na privada, nos permitem fazer aproximações e distanciamentos em relação às reflexões sobre o ‘totalitarismo’ em Hannah Arendt. Ao falarmos em esfera privada, a título de exemplo, referimo-nos ao penetrar da ação repressora no espaço físico reservado ao âmbito privado, porém, não no sentido apresentado pelos ditos ‘regimes totalitários’. Desse modo, compreendemos que durante o Estado Novo ocorreu a invasão da vida privada e a busca pelo isolamento dos indivíduos em relação ao político, mas, não a *destruição da vida privada* (ou, pelo menos, a sua tentativa incansável) como nos regimes nazista e stalinista. Sobre isso Arendt elucida:

O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo

tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. (1989, p. 526).

No Brasil, a historiadora Elizabeth Cancelli foi quem mais se debruçou sobre a polícia varguista, discorrendo sobre as características peculiares inerentes a uma *proposta de tipo totalitária* institucionalizada naquele período. Segundo a autora, a partir do golpe de 1930, a fascistização do Estado não ocorreu através de um partido político, mas sim pela iniciativa do governo, que impôs seu regime sem intermediários e arregimentou as massas, que passaram a se identificar com a “proposta de um estado totalitário” e com Getúlio Vargas como líder carismático. (1994, p. 19).

Segundo essa vertente, Getúlio Vargas, desde os primeiros dias no poder em outubro de 1930, não escondeu as suas verdadeiras intenções de instaurar, em 1937, o Estado Novo, projeto este baseado no uso da força e da violência como forma de manutenção do poder estatal. Ao analisar o discurso de Francisco Campos, teórico e um dos arquitetos do Estado Novo, quando da ocasião do lançamento da Nova Constituição de 1937, Cancelli defende que, naquela construção ideológica, a violência se apresentava como “essência de um certo tipo de exercício do poder”. (1994, p. 20). Tal poder, retirava do homem sua participação na vida política, fazendo com que a individualidade fosse diluída na nação para que sua existência fosse possível somente dentro da coerência de um grupo maior e homogêneo. As razões para tanto eram básicas: o ‘Estado totalitário’ gerenciava o homem, se colocando como o responsável por agir de forma enérgica para ‘salvá-lo’, uma vez que, o Estado e a nação eram valiosos para a sociedade, devendo o homem se sacrificar de corpo e alma para o bem social.

A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA POLÍTICA NO BRASIL

O surgimento do aparato de polícia política no Brasil está intimamente ligado ao contexto mundial da segunda e terceira década do século XX. Tal contexto culminou no surgimento de um imperativo – na visão dos detentores do Estado – na medida em que o impacto da Grande Guerra (1914-1918) e o surgimento da União Soviética contribuíram para a sensação quase que perene de efervescência política. (MOTTA, 2006).

Antes mesmo da instituição de uma polícia tipicamente política nos moldes das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), num período anterior a década de 1920, já havia no Brasil repressão política a vários grupos, como operários, intelectuais revolucionários, imigrantes, entre outros. A criação de setores especializados em polícia política, contudo, foi produto do momento de crise da Primeira República e da efervescência político-social dos anos 1920. Não é gratuito o fato de, em 1921, ainda no governo de Epitácio Pessoa, ter surgido a primeira lei federal de repressão ao que pode hoje ser chamado de ‘terrorismo’, o Decreto nº 4.269, que “[regulava] a repressão do anarquismo”. (AQUINO, 2001, p. 21). Tal dispositivo incluía a prerrogativa do governo de “ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedades civis quando [incorressem] em atos nocivos ao bem público”. (BRASIL, 1921).

Não obstante, foi somente no ano de 1922, marco de enorme ebulição política, cultural e religiosa⁷, no mês de novembro, que foi criada a primeira delegacia brasileira especializada na vigilância política: a Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal. Nos anos seguintes e na década seguinte, foram criadas delegacias políticas em outros Estados brasileiros (Minas Gerais: 1927; Santa Catarina: 1936; Paraná: 1937; Rio Grande do Sul: 1937), com destaque para o Estado de São Paulo, que no ano de 1924, abriu as portas da *Delegacia de Ordem Política e Social*, a primeira a utilizar o famigerado nome e que se tornaria uma das maiores máquinas de repressão política no país. (MOTTA, 2006).

Uma questão de grande importância, levantada por Rodrigo Patto Sá Motta, na conformação dessas polícias políticas é a presença constante dos *princípios federalistas*. A criação das DOPS ocorreu num momento de encruzilhada para o federalismo brasileiro, quando os poderes estaduais procuravam consolidar sua autonomia para evitar o fortalecimento do poder federal. Devido a isso, as delegacias de polícia política eram dirigidas pelos governadores estaduais, estes, por sua vez, com o intento de resguardar sua autonomia, organizaram “corpos policiais militarizados” para garantirem, através de forte resistência, que seus poderes não fossem diminuídos. (2006, p. 57).⁸

Não havia, em tese, uma polícia que atuasse em âmbito federal e embora a Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Rio de Janeiro (nascida em 1933), tivesse o status de polícia federal, na prática sua atuação estava restrita à Capital Federal. Essa característica

⁷ Podemos destacar como fatos significativos do ano de 1922 a Fundação do Partido Comunista do Brasil, a Semana de Arte Moderna, a criação do centro Dom Vital e a Revolta do Forte de Copacabana.

⁸ Esse federalismo pode explicar, em parte, o porquê da fragmentação dos estudos da DOPS no Brasil em investigações de nível estadual e a exiguidade de textos que veem-na de forma centralizada.

esteve presente em todo o período de existência das DOPS, apesar das tentativas de centralização que ocorreram durante o Estado Novo (1937 – 1945) e o Regime Militar (1964 – 1985).

Elizabeth Cancelli, por outro lado, centrou seus estudos no processo de conformação da polícia na ‘longa’ Era Vargas (1930-1945) e visualizou a polícia política do período como uma instituição mais centralizada. A autora aponta que um dos equívocos que a historiografia vem cometendo ao abordar a polícia e a repressão na Era Vargas é a afirmação de que Getúlio não tinha conhecimento dos atos arbitrários cometidos pelas polícias, sobretudo a polícia do Distrito Federal. Com isso, a historiadora dá destaque à centralização do poder policial, em especial a polícia política, nas mãos de Filinto Muller que estava subordinado diretamente a Vargas.⁹ Assim, as polícias estariam atreladas à chefia de polícia do Distrito Federal, apesar de formalmente estarem subordinadas aos governos estaduais. (CANCELLI, 1999).

Segundo a autora, após 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder provisoriamente, a polícia já passou a desempenhar um novo e importante papel no cenário político, “uma vez que personificava o braço executivo da pessoa do ditador”. (1994, p. 47). Passou a participar, com efeito, de toda tática de domínio e ação do novo arranjo governamental. A partir daquele momento, as ações policiais no campo político e social ocorreram de forma imediata contra vários segmentos da sociedade (comunistas, liberais, estrangeiros, sem-trabalho, etc.) e representaram a tentativa inicial varguista de instalar uma “profunda profilaxia social”. (1994, p. 47, 48).

No início daquela década, ainda segundo Cancelli, a polícia passou por significativas modificações, cuja mais profunda foi a subordinação de todo o aparato policial do país à Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro, que, por sua vez, estava – ao menos virtualmente – sob a fiscalização da Superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Houve uma reformulação da polícia, através da substituição de delegados, Chefes de Polícia, em todos os Estados e a contratação de dois técnicos do Departamento de Polícia de Nova Iorque, com o objetivo de organizar um *Serviço Especial de Repressão ao Comunismo*. Nessas mudanças estava clara, segundo a autora, a prática de Vargas de exercer o poder em sua totalidade, a partir do controle policial. Assim os governadores e Chefes de Polícias estaduais,

⁹ A estabilidade policial pode ser entendida, para a autora, através da manutenção do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, desde 1933 a 1942, período este considerado o mais seguro do governo Vargas a partir do controle efetivo das instâncias de poder. (CANCELLI, 1999).

estariam subordinados à polícia do Rio de Janeiro e, portando a vontade absoluta do Ditador. (1999, p. 49-50).

Na prática, essa subordinação, instalada em 1933, foi “uma armadilha de poder”, pois teve como único objetivo ocultar a sujeição da polícia às ordens diretas de Getúlio Vargas. (CANCELLI, 1994, p. 51). Vargas, portanto, utilizava estrategicamente esta ‘falsa’ organização como forma de manutenção do modelo político, que, por se basear na vontade do ditador, contava com a insegurança da população e das esferas de poder para afirmar sua supremacia e eficácia na dominação política. Desse modo, a partir de um Estado centralizado e de uma polícia centralizada, a ação policial passou a ter meios legais para estender sua ação repressiva para todo o país.¹⁰

De fato, nos anos 1930 e 1940, houve um crescimento do espaço de atuação da polícia política no Brasil. Isso se deve a crescente radicalização política. A expressão “Segurança Nacional”, que tanto foi utilizada no decorrer daquelas décadas, apareceu primeiramente na Constituição de 1934 e compreendia a garantia de segurança interna e externa do país. Desse modo, a partir de 1934, houve uma modificação do conceito que, da “Segurança do Estado” passou a defender a “Segurança da Nação”; isto, por sua vez, demonstrou uma transição mais efetiva para uma vertente ainda mais repressiva e autoritária do modelo político brasileiro. A partir deste momento houve uma ampliação dos poderes do Estado que passou a ter o objetivo de se autodefender, ou seja, proteger-se de toda e qualquer postura subversiva das instituições políticas e sociais, para assim garantir a manutenção da ordem estabelecida. (PEDROSO, 2005 p. 58).

Como resposta a atividades de grupos ditos ‘extremistas’, como o Partido Comunista, a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, o governo Vargas aprofundou a conceituação e as disposições sobre Segurança Nacional ao instituir a primeira Lei de Segurança Nacional (Lei nº 38, 4 de abril de 1935). Esta Lei passou a amparar as ações repressivas contra os inimigos do regime, embora tais ações não estivessem restritas apenas ao espaço da legalidade.

O levante comunista, do mês de novembro de 1935, promoveu grande impacto na sociedade e política brasileiras, pois, motivou e justificou a ampliação e aplicação dos

¹⁰ Cancelli enfatiza que, ao eger os inimigos, o Estado buscou implantar soluções físicas para o aparato policial. Para tanto, havia a necessidade de “equipar a polícia com um saber técnico e específico que a habilitasse ao combate dos inimigos”. (1994, p. 83). Este conhecimento veio a partir de acordos internacionais de combate ao comunismo, feitos com americanos (os criadores do conceito de polícia política) e alemães (especificamente com a polícia do Estado nazista, a Gestapo), e que resultaram no treinamento e no trabalho conjunto entre as polícias.

mecanismos repressivos que estavam à disposição do Estado. Isso se deu na medida em que a dita ‘Intentona’ garantiu a cristalização (mais do real agora) do comunismo como principal inimigo da polícia política.

Vale ressaltar que as DOPS combateram outros inimigos, mas o anticomunismo foi sua principal motivação por várias décadas, uma “obsessão [...] da instituição policial [...], alimentada tanto por temores reais como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo”. (MOTTA, 2006, p. 57). Podemos considerar, portanto, que o comunismo foi um inimigo tanto *suspeito*, quanto *objetivo*: era de fato um agente político/social que pretendia subverter a ordem, mas, ao mesmo tempo, o seu combate justificava as ações e investimentos no aparato repressivo para fins de fechamento do regime.

Os acontecimentos do ano de 1935, aliados ao projeto contínuo de centralização e ‘depuração’ político-social de Vargas, culminaram, em setembro do ano seguinte, na criação do Tribunal de Segurança Nacional. Tratava-se de uma instância jurídica de exceção, atuante no Estado de Guerra, subordinada inicialmente à Justiça Militar.

Posteriormente, em 1937, a nova Constituição que anunciava o Estado Novo foi apresentada como guardiã da “Nação, de sua unidade e do povo brasileiro, sob um regime de paz social e político”. (PEDROSO, 2005, p. 60). Nela estavam estipulados inúmeros tipos de crimes que se enquadravam nas designações de crimes contra a Segurança Externa do país¹¹ e os crimes contra o Estado. Algumas leis criadas após 1937 ajudaram no fortalecimento legal dessa prática repressiva aos oponentes do regime. Trata-se das Leis Constitucionais nº 1 (de 16 de maio de 1938), nº 2 (de 16 de maio de 1938) e nº 7 (de 30 de setembro de 1942). Essas Leis Constitucionais e outros Decretos-Lei elegeram novos tipos de criminosos passíveis da pena de morte, reestabeleceram o direito do governo de aposentar funcionários públicos considerados inadequados ao regime, e garantiram que todos os crimes que atentassem contra a segurança do Estado, a guarda e o emprego da economia popular fossem processados e julgados por um Tribunal Especial, o TSN, agora com foro próprio e instituído de forma permanente. (PEDROSO, 2005).

A despeito desse ‘contexto centralizador’, a autonomia das DOPS se sobressaiu às tentativas do governo federal de centralizar a instituição policial. Nesse sentido, podemos observar o malogro de uma das estratégias utilizadas com o interesse de controlar as polícias

¹¹ Aqui se enquadravam os estrangeiros que moravam no país e que exerciam atividades entendidas como contrárias a Segurança Nacional; a esses elementos indesejados, a pena de morte poderia ser aplicada em caso de ameaça à unidade da nação, tentativa de mudança da ordem política e social ou a promoção da subversão.

políticas estaduais: o Congresso dos Chefes de Polícias, realizado no Rio de Janeiro entre 20 de outubro e 5 de novembro de 1936.¹² Esse evento foi convocado pela Chefia de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça e tinha como objetivos estreitar os laços entre as polícias estaduais, através do combate ao comunismo, e fortalecer a polícia do Distrito Federal dirigida por Filinto Muller.¹³

No Congresso de 1936, havia apresentações de propostas (teses) que eram submetidas à apreciação dos congressistas; os representantes dos Estados tinham direito a voto e, caso fossem aprovadas, as propostas eram encaminhadas como sugestões ao governo. Na pauta, surgiu a proposta de ‘federalização’ da polícia política através da criação de uma polícia federal. Tal sugestão enfrentou forte resistência de alguns representantes estaduais – principalmente do Estado de São Paulo – que derrotaram a preposição alegando que essa centralização iria “diminuir a eficiência do trabalho policial”. Ficou apenas estipulado que as polícias trocariam informações e compartilhariam investigações sobre os criminosos políticos. (MOTTA, 2006, p. 59).¹⁴

Na prática, outra tentativa de criar uma polícia de atuação em âmbito nacional ocorreu em 1944 com a reformulação da polícia civil do Distrito Federal que passou a ser denominada: Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP); a ele foram atribuídos serviços de polícia marítima e aérea, segurança das fronteiras, controle de entrada e saída de estrangeiros, além do trabalho de cooperação com as demais polícias estaduais. No entanto, o DFSP em nada influenciou quanto à autonomia institucional das DOPS estaduais, que assim permaneceram até a sua extinção, ao fim da Ditadura Militar.

Com a crise e o fim do Estado Novo, as DOPS tiveram um enfraquecimento, devido às prerrogativas liberal-democráticas instituídas, todavia não foi considerada a sua extinção, apesar das denúncias feitas pelas vítimas das atividades policiais. Isso porque, no contexto

¹² Após o Congresso, os Chefes de Polícia se dirigiram a São Paulo, no intuito de conhecerem as ‘instalações-modelo’ da polícia paulista. (CORREIO DE SÃO PAULO, 07 novembro. 1936, p. 10).

¹³ Mais dois Congressos foram realizados posteriormente: a *I Conferência de Polícia* em dezembro de 1951 e a *II Conferência Nacional de Polícia*, em maio de 1958, ambos realizados pelo DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública). No primeiro, foi discutida a necessidade de aperfeiçoar as técnicas de combate a esquerda revolucionária; no segundo, foi apresentado novamente a proposta de criação de uma polícia federal nos moldes do FBI norte-americano. A proposta foi apresentada pela Delegacia do Estado do Paraná com o apoio da polícia carioca; dentre os grupos resistentes a ela estava a delegacia de São Paulo, cuja recusa pode ser sintetizada em dois pontos: 1) a DEOPS/SP era uma instituição sólida e bem aparelhada; 2) a Escola de Polícia de São Paulo estava ligada a Universidade e possuía prestígio nacional. Como justificativa para derrotar a preposição recorreram a Constituição brasileira e a autonomia dos Estados, afirmando que a realidade brasileira não correspondia com a norte-americana. (MOTTA, 2006, p. 62).

¹⁴ Essa autonomia institucional não significava, contudo, ausência de diretrizes nacionais para o combate aos ‘inimigos do regime’ nos Estados. Como veremos, por exemplo, a polícia do Paraná obedecia certas diretrizes para cada ‘inimigo’ emanadas das reuniões policiais de cúpula e do próprio Congresso de Polícia de 1936.

da Guerra Fria, o ‘perigoso inimigo comunista estava mais vivo do que nunca’ e os novos governantes não estavam dispostos a se desfazerem de todo o valioso conhecimento acumulado pelos policiais das DOPS em termos de repressão político-social.

A POLÍCIA POLÍTICA NO PARANÁ

Em sua tradicional mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 1 de setembro de 1937, o então governador constitucional do Estado, Manoel Ferreira Ribas¹⁵ afirmou, em um tópico intitulado “Delegacia de Ordem Política e Social”:

Refundidas as Delegacias da Capital criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social, de acordo com a sugestão aprovada pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia. Temos, portanto, um novo maquinismo policial inteira e exclusivamente dedicado aos crimes políticos e à defesa da ordem social e das instituições. (RIBAS, 1937, p. 26).

A criação da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná está inserida no contexto de tentativa de centralização do poder policial, que ficou evidente na realização do Congresso dos Chefes de Polícias, realizado no Rio de Janeiro entre 20 de outubro e 5 de novembro de 1936. O feito (a criação da DOPS), orgulhosamente apresentado por Ribas à Assembleia, ocorreu em 15 de março de 1937, através da Lei Estadual n. 177, portanto, alguns meses antes do golpe do Estado Novo.

Do ponto de vista administrativo, a DOPS/PR nasceu do desmembramento das *Delegacias de Polícia Especializadas*, que a partir de 1937 passaram ao número de quatro: *Delegacia Auxiliar*, *Delegacia de Ordem Política e Social*, *Delegacia de Segurança Pessoal* e *Delegacia de Vigilância e Investigações*. Todas estavam subordinadas à *Chefatura de Polícia*, cujo nome foi alterado em 1942 para *Departamento de Segurança Pública*. A Chefatura, por sua vez, estava subordinada à pasta do *Interior Justiça e Segurança Pública*, sob as ordens diretas de Manoel Ribas. (Organograma 1).

¹⁵ Manoel Ribas governou o Paraná como Interventor entre 1932 e 1934, como Governador eleito pela Assembleia entre 1934-1937, e novamente como Interventor entre 1937 e 1945. Era considerado um dos ‘homens de confiança’ estaduais de Getúlio Vargas, com quem manteve relações políticas no Rio Grande do Sul, quando fora Intendente e depois Prefeito de Santa Maria, entre 1927 e 1932.

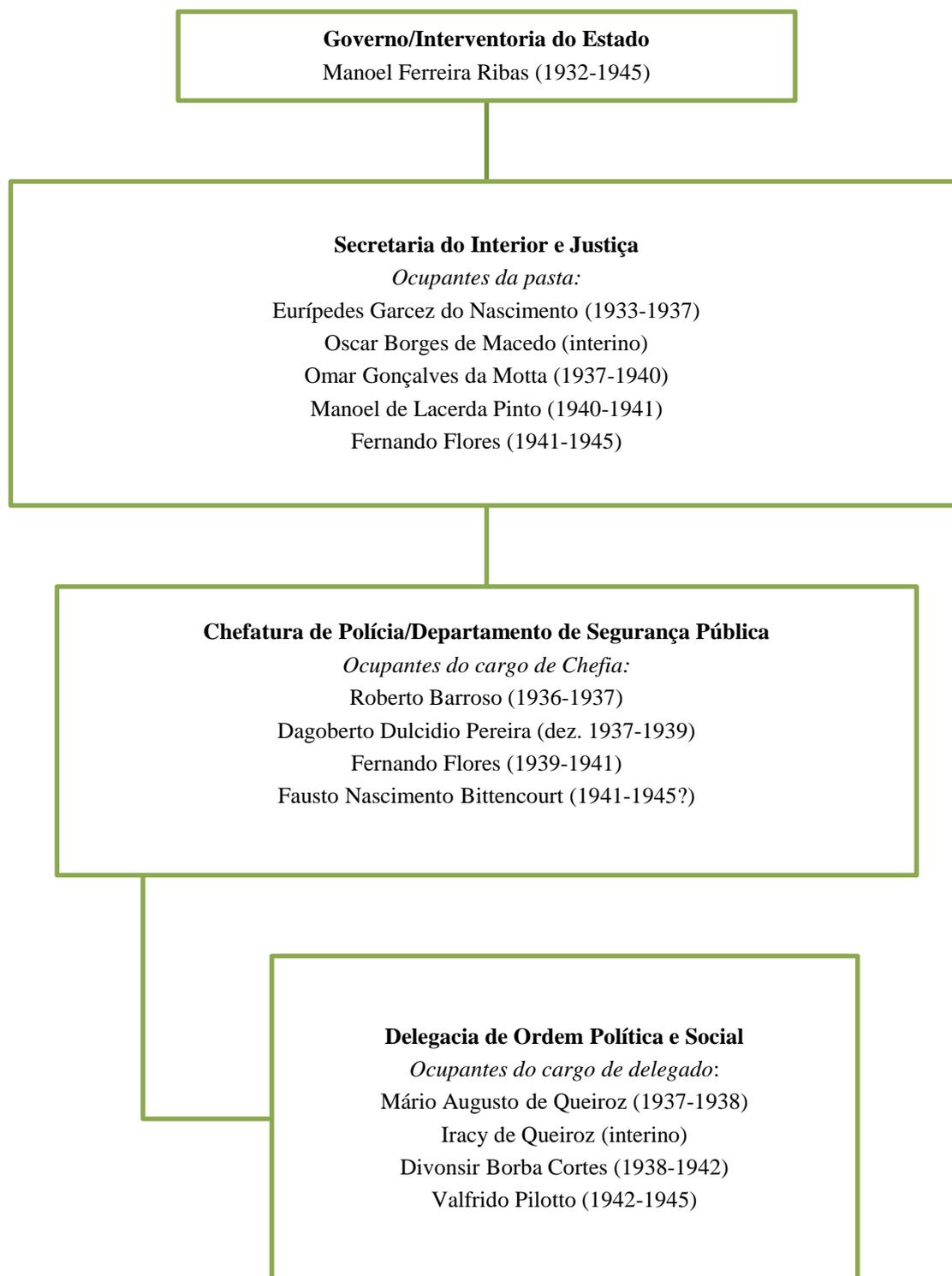
Em 3 de abril de 1937, o Chefe de Polícia do Paraná, Roberto Barroso¹⁶ fixou, por portaria, as atribuições da nova delegacia:

[...] III – DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

- a) – investigar, prevenir e reprimir, qualquer ação que, no Estado, se processe ou reflita, com finalidade de:
 - I) – subverter a ordem pública; II) – atentar contra a segurança do regime; III) – embaraçar, ou prejudicar, o livre exercício dos poderes constituídos; IV) – ofender ou projetar ofender, a integridade do país; V) – modificar, ou pretender modificar, por meios violentos ou pregando a sua destruição, por palavras, escritas ou faladas, ou atos concretos ou dissimulados, a forma constitucional em vigor; VI) – apreender obras de caráter subversivo; VII) – providenciar quanto à colocação de cartazes, “placards” e pinturas consideradas infringentes das disposições anteriores; VIII) – exercer vigilância contra propaganda extremista de qualquer natureza; IX) - controlar, quanto à ordem política e social, os movimentos de passageiros, por via aérea, rodoviária, marítima, fluvial e ferroviária, de hotéis, pensões e hospedarias; X) – manter censura telegráfica, epistolar, de imprensa, cinematográfica e de qualquer outra natureza, também de ordem política e social, quando as circunstâncias determinarem e também permitirem, mediante prévio entendimento com as autoridade federais ou estaduais competentes; XI) – conservar e executar serviços secretos de vigilância e investigações, sobre matéria pertinente à Delegacia; XII) – organizar arquivos reservados sobre pessoas, sociedades, civis e comerciais, firmas, e outras organizações suspeitas de atividades subversivas; XIII) – distribuir agentes, no território do Estado, nos pontos e localidades onde haja fundado receio de existirem as mesmas atividades; XIV) – atender os serviços do Arquivo Geral de Polícia do Distrito Federal; XV) – sustar e responsabilizar, na forma legal, a propaganda da guerra ou de que possa derivar questões diplomáticas e estremecimentos entre povos;
- b) – presidir inquéritos, em todos os seus termos, relativos à infração da Lei de Segurança e das demais leis que definem e punem, ou venham a definir e punir, crimes da natureza política e social;
- c) – processar as cartas de chamada, quando lhe for cometida tal atribuição, que será especial para cada caos, pela Chefia de Polícia;
- d) – formar os processos de repatriamento e de expulsão de estrangeiros;
- e) – fiscalizar o comercio, transporte, deposito, uso, emprego, porte e posse de explosivos, armas e munições, em todo território do Estado, expedindo ou mandando expedir as licenças respectivas;
- f) – examinar e encaminhar as licenças de posse, porte e uso de armas de caça;
- g) – executar, imediatamente as ordens que lhe forem transmitidas pela Chefia de Polícia;
- h) – remeter, diretamente, à mesma Chefia. Relatórios reservados sobre fatos e províncias de alçada e conhecimento da Delegacia; (O ESTADO, 04 abril. 1937, p. 8).

¹⁶ Roberto Barroso nasceu no Rio de Janeiro, foi jornalista, diretor do Diário da Tarde, advogado, Inspetor Federal do Ensino Secundário, 1º Suplente da Assembleia Legislativa (eleito pelo PSN, partido adversário do governo estadual), Chefe de Polícia e Secretário do Interior e Justiça, durante a ‘Era Ribas’. (REHBEIN, 2008).

Organograma 1 – Inserção da DOPS/PR na hierarquia administrativa do Estado do Paraná
(1937-1945)



Fontes: Jornais CORREIO DO PARANÁ (1932-1941) e O ESTADO (1936-1945); arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.

Cabe assinalar que a repressão a crimes políticos e sociais já era realizada, antes de 1937, por outras instituições policiais como o *Comissariado de Investigações e Segurança Pública* (década de 1920); pelas *Delegacias de Costumes e Segurança Pública* ou de *Vigilância, Investigações e Capturas* (na década de 1930). (PRIORI; POMARI, 2012). Além dessas instituições, verificamos que em meados da década de 1930, a Delegacia Auxiliar de Curitiba também desempenhava um papel semelhante, tendo à frente, entre outros, o nome de Valfrido Pilotto, futuro delegado da DOPS estadual na década de 1940. (ATHAIDES, 2013).

Dois meses depois da Mensagem de Ribas à Assembleia, o governo do Estado teria ainda mais motivos para reforçar o aparato da recém-criada polícia política. O golpe do Estado Novo promoveu uma efetiva centralização do poder, que nos Estados, era garantida pelos homens de confiança de Getúlio Vargas. Uma vez que o golpe e o novo regime se justificavam pela ameaça do ‘extremismo’, os aparatos repressores ganharam cada vez mais espaço na cena política.

As iniciativas governamentais de Manoel Ribas durante o Estado Novo, em boa parte, deram continuidade às políticas da década de 1930, mescladas com significativa subserviência em relação ao poder central – comprovada pela polêmica criação do Território do Iguaçu.¹⁷ No que concerne à modernização e ao investimento no aparato policial, em Relatório apresentado a Getúlio Vargas, sobre o exercício de 1940 e 1941, Manoel Ribas afirmou:

Durante os anos de 1940 e 1941 vários melhoramentos foram introduzidos na polícia Civil, tendo em vista principalmente a necessidade de melhor se adaptar o organismo policial às exigências do momento internacional que vivemos. Assim, a Delegacia de Ordem Política e Social, que superintende a salvaguarda dos interesses vitais da nacionalidade, teve o seu quadro de funcionários sensivelmente aumentado, dando-se-lhe também meios de locomoção eficientes e rápidos, além das reformas que foram feitas no prédio em que funciona, afim de comportar o desenvolvimento considerável de suas atividades. (RIBAS, 1942, p. 47).

Boa parte dessas afirmações pouco condizem com o exercício efetivo da DOPS entre 1939 e 1945. A DOPS/PR, naquelas décadas permaneceu com precária estrutura física, além

¹⁷ De acordo com o cientista social Ricardo Costa de Oliveira (1980), as principais medidas tomadas por Ribas, em relação as políticas públicas foram: 1) racionalização e modernização burocráticas; 2) melhorias na infraestrutura; 3) melhorias na educação; 4) ação governamental na área de ciência e tecnologia; 5) fomento à industrialização.

de poucos recursos humanos. Valfrido Pilotto explicou bem a situação dessa Delegacia quando assumiu o posto de delegado em 1942:

A D.O.P.S, com suas várias seções e mais o Serviço de Registro de Estrangeiro, ocupava algumas exíguas dependências no prédio da rua Floriano com a Avenida 7. Empilhavam-se por lá, também, o Instituto de Identificação, o Laboratório de Polícia Técnica, o Gabinete Médico Legal e uma Delegacia de Distrito. Assim que a assumi e entramos a agir, tive a impressão de que despejaria todos e ainda me faltaria espaço. (PILOTTO, 1949, p. 146).

A tão importante Delegacia dos discursos sempre funcionou com apenas um delegado, um escrivão, além de agentes extranumerários que eram contratados com o objetivo de suprir a falta de efetivo policial.¹⁸ É visível também, na documentação da Delegacia, a presença de ‘estagiários’, em geral acadêmicos de Direito, trabalhando para a DOPS em regime esporádico.¹⁹ Devido a isso, de acordo com Priori (2013), era extremamente necessária a colaboração entre as delegacias especializadas (Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social, a Delegacia de Segurança Pessoal, e a Delegacia de Vigilância e Investigações) que, invariavelmente realizavam um trabalho conjunto e complementar, com funcionários transitando entre os serviços das mesmas.²⁰

Abrimos aqui um parêntese. Já deve estar claro que se faz necessário deixar de lado todo o imaginário de uma polícia política ‘monstruosa’ e altamente efetiva ao exercer toda aquela lista de atribuições. Nas palavras do historiador Angelo Priori, tratava-se de um “órgão [que] tinha imensas dificuldades de realizar o seu trabalho e que, muitas vezes, era suscetível a erros e procedimentos ineficientes”. (2013, p. 2). Isso não significa que o período de 1938

¹⁸ É interessante observarmos também a discrepância entre os discursos e a prática nos dados sobre a estrutura física da DOPS/PR (mesmo levando em consideração os períodos distintos). No ano de 1947, um relatório encaminhado pelo delegado Brandão Pontes ao secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, demonstrou a “deficiência do aparelhamento” daquela delegacia. “A seção de Ordem Política e Social era composta de um chefe, um sub-chefe, dois auxiliares”. O delegado também se mostrava muito descontente com a falta de um automóvel, de verbas suficientes e de funcionários. (SHIZUNO, 2001, p. 158).

¹⁹ À época, em virtude da falta de profissionais, alguns acadêmicos chegavam até a cargos de promotoria. (CÔRTEZ, 1983).

²⁰ Apesar dessa precariedade dos órgãos policiais do Estado, havia um nítido esforço de centralização e controle da sociedade paranaense por meio da polícia. Nesse sentido, cabe destaque aqui para dois decretos assinados no início de 1938, visando, sobretudo, fazer o poder de polícia alcançar o interior do Paraná. Como apresentou Priori: “O primeiro decreto criou uma Secretaria específica para a Segurança Pública, à qual ficava subordinada a Polícia Civil, “com todas as suas dependências”, além da Polícia Militar, Guarda Civil, Penitenciária e a Casa de Detenção (Decreto n. 6438, de 21/02/1938) [...]. O segundo instituiu 12 Superintendências Regionais de Polícia, subordinadas diretamente ao Chefe de Polícia, nas principais cidades do Estado naquele momento, a saber: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Jaguariaíva, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Tibagi, Jacarezinho e Londrina (Decreto n. 6439, de 21/02/1938) [...]” (2013, p. 11). Todavia, essa Secretaria foi extinta alguns meses depois, o que levou a Polícia Civil, como ocorreu anteriormente, a estar vinculada diretamente a Chefatura de Polícia e a Secretaria do Interior e Justiça. (PRIORI, 2013).

a 1945 não tenha sido um dos mais ativos no âmbito da repressão política. Pensamos que para analisarmos a efetividade da repressão num período de completo fechamento político, como no Estado Novo, deve-se levar em consideração a conjuração de forças repressoras (no caso do Paraná, Polícia e 5ª Região Militar), a perene eleição de inimigos reais ou imaginários e a outorga de poder de delação à sociedade. Em outras palavras, essa repressão só pode ser entendida ou medida, se contarmos com todo o clima de medo instaurado nas possíveis vítimas e na sociedade em geral. Isso explica, em parte, porque muitos ex-militantes da AIB escreviam cartas à DOPS ou publicavam nos jornais de Curitiba manifestos de auto-delação, sobre o próprio passado integralista, ‘ganhando’ em seguida um prontuário ou um ‘olheiro’ (ver Capítulo III).

PANORAMA DAS AÇÕES DA DOPS/PR DURANTE O ESTADO NOVO

O primeiro designado para o cargo de Delegado da DOPS foi o bacharel Mario Augusto de Queiroz, que permaneceu entre 1937 e 1938.²¹ Tratava-se de um período de reorganização da Polícia Civil e, quanto ao aspecto político-social, ainda profundamente marcado pelo anticomunismo, a justificativa para o golpe do Estado Novo. Não é gratuito o fato de que, um mês após o golpe, uma onda de repressão caiu sobre dirigentes do Comitê Regional do Paraná do PCB, encabeçada pela DOPS de Queiroz. (KAREPOVS, 2003).

Com o retorno do autoritarismo e a confirmação de Manoel Ribas na Interventoria, não era possível esperar grandes mudanças no panorama repressor do Estado paranaense, apenas mais liberdade e eficiência. Aos integralistas, mesmo num período nebuloso em que Vargas ainda estava de conchavo com os camisas-verdes, o futuro não era promissor devido ao histórico de perseguição de Manoel Ribas à seção paranaense da AIB, em meados da década de 1930 (ver Capítulo II).

Somente a mudança no panorama mundial e uma política xenófoba implantada pelo Governo Federal fariam crescer itens à lista dos inimigos de Manoel Ribas:

O Estado Novo e a Guerra Mundial, eclodida em 1939, só fez multiplicar os ‘indesejáveis’; eles apareceriam aos montes no Paraná – para além dos sempre odiados comunistas – divididos em três categorias: integralistas, nazistas e estrangeiros ‘não assimilados’. Alguns destes já eram velhos inimigos, outros se

²¹ O Bacharel Mário Augusto de Queiroz, na década de 1930, foi Promotor Público na comarca de Imbituva, Delegado de Segurança Pública na Capital, Delegado Auxiliar de Polícia e Delegado de Ordem Política e Social.

tornariam da noite para o dia. Os comunistas foram perseguidos e/ou vigiados durante toda década de 1930 e 1940 e isso não é nenhuma novidade – Ribas sempre fora anticomunista. Os integralistas, desde 1935 já não dispunham da simpatia do governador e, após a tentativa de golpe que empreenderam contra Getúlio, em maio de 1938, foram fervorosamente perseguidos. (ATHAIDES, 2014).

Depois da curta liderança de Mário de Queiroz e antes do posicionamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial (que ocorreu em janeiro de 1942), a DOPS/PR ficou a cargo de Divonsir Borba Côrtes (1909-1985)²², um Promotor Público estadual, que começou sua longa carreira jurídica antes mesmo de concluir o curso superior, no início da década de 1930; antes da DOPS, já havia trabalhado em Guarapuava e Ponta Grossa, de onde foi convidado para assumir o posto.²³

Ilustração 1 – Divonsir Borba Cortês (Delegado da DOPS/PR entre 1938-1942)



Fonte: http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpraiz/autoridades_pr/glpr_948-divonsir_borba_cortes.htm

²² Posteriormente, Divonsir foi deputado Estadual (1950-1954) – quando se constituiu em um dos principais interlocutores de Getúlio Vargas no Paraná – e Deputado Federal (1954-1958) pelo PTB, de cujo núcleo paranaense foi fundador. Aposentou-se como Procurador de Justiça e faleceu em 18 de dezembro de 1985.

²³ Ligado aos interesses do Estado Novo, sobre o golpe de novembro de 1937, Côrtes declarou: “No desempenho das atribuições do Ministério Público [em Ponta Grossa], fomos informados de uma reunião reservada dos Oficiais do 13 R.I. na qual havia sido ratificado o apoio da tradicional unidade do Exército Nacional à implantação do “ESTADO NOVO”, com o objetivo principal de tranquilizar a Família Brasileira exposta à aventura de lutas entre o comunismo de Luiz Carlos Prestes e Agildo Barata e o fascismo integralista de Plínio Salgado e Belmiro Valverde. (1983, p. 16).

O período de seu cargo comissionado na DOPS (1938-1942) – que coincidiu, em boa parte do tempo, com outro cargo público, o de diretor da Penitenciária do Estado (“Ahú”) – foi marcado pela ação repressiva em quatro frentes, em geral, concomitantes: a sempre presente repressão ao comunismo, a Campanha de Nacionalização (orquestrada pelos governos estadual e federal), a repressão à Ação Integralista Brasileira após as Intentonas de 1938 e, por fim, a vigilância e repressão em relação às normas de neutralidade do Brasil após a eclosão da Guerra, em setembro de 1939.

Em seu livro de memórias, Cortês tentou fixar uma imagem sobre sua atuação na Delegacia de Ordem Política e Social, na qual se destaca a militância em favor dos “direitos individuais”, em meio uma instituição arbitrária por sua natureza:

Aceitamos a incumbência de dirigir os trabalhos da polícia de ordem política e social, conscientes das responsabilidades, procurando exercer tais misteres, com espírito público e orientação jurídica. Inicialmente nosso maior serviço foi o de convencer superiores que a melhor polícia, principalmente a de ordem política e social, era aquela que menos prendia sem ordem legal. A permanente vigilância seria a boa norma para D.O.P.S. Os infratores da legislação seriam processados e julgados pelo Tribunal criado com tal finalidade, com defesa assegurada desde a fase do inquérito. Felizmente, o Interventor Manoel Ribas aprovou esse critério que representava para nós uma conquista no plano dos direitos individuais. Em nosso período na vida policial do Estado, praticamente, não houve reclamações por prisões arbitrárias, pois, preferíamos sempre ter o trabalho de instaurar inquéritos para indicar possíveis culpados. Ampliamos os fichários, instituímos escrituração correta para o *Registro de Armas*, evitamos violências ao lado do prestigiamento do exercício da advocacia na defesa de acusados. (1983, p. 16-17).

Divonsir escreveu isso no período do processo de redemocratização do país, em 1983, portanto, justifica-se todo o esforço do ex-Delegado em desfazer quaisquer sinais de arbitrariedade no cumprimento de sua função – sinais esses que a historiografia, incluindo a presente dissertação, demonstram claramente (ver Capítulo III).

Sobre a Campanha de Nacionalização e a manutenção da neutralidade na Guerra, Cortês também contemporizou:

Mobilizamos os intelectuais do Estado em favor de uma CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EQUILIBRADA, com a realização de conferências aos domingos, que eram transmitidas pela tradicional P.R.B.2 – Rádio Clube Paranaense e publicadas por toda a imprensa do Estado. Estimulamos a realização de festividades cívicas nas sociedades e clubes de trabalhadores, em comemoração às grandes datas nacionais. Para melhor fiscalização das normas de neutralidade e, posteriormente, por imposição da própria GUERRA MUNDIAL, conseguimos do D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda, no Estado Novo), instruções aos JORNAIS EDITADOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA que, obrigatoriamente, fossem traduzidas seus artigos e comentários [...]
Depois de quase quatro anos de serviços dedicados ao Regime que, como nacionalistas, supúnhamos interessante ao País, procuramos deixar a D.O.P.S, o

que iríamos conseguir, após muita luta com o Interventor Federal. (1983, p. 16-18; p. 23, grifos no original).

A partir de 1938, a Campanha de Nacionalização atingiu as comunidades e indivíduos imigrantes e descendentes pouco ou nada aculturados ao ‘país hospedeiro’, processo que adquiriu contornos virulentos para o caso de algumas etnias, como os alemães e japoneses. (PEREIRA, 2010; KIMURA, 2006).

Como parte do ‘pacote de assimilação’ de Vargas, em abril de 1938 foi promulgado o Decreto-lei federal nº 383, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros toda atividade política no país, ato que atingiu diretamente o Círculo Paranaense do Partido Nazista, obrigado a fechar as portas. Imediatamente, a máxima da “vigilância”, apontada acima por Côrtes, foi posta em funcionamento para com os 192 membros do NSDAP (sigla alemã do Partido Nazista), que agiram livremente, entre 1933 e 1938, e para com os alemães em geral, vítimas ‘a reboque’ da repressão. (ATHAIDES, 2011).

Num primeiro momento (entre abril de 1938 e janeiro de 1942), as manifestações nazistas perturbavam o projeto político do Estado Novo, por representarem o cultivo de uma “cultura alienígena”, que impedia a integração dos teutos à comunidade brasileira (ATHAIDES, 2011, p. 182); ou, na pior das hipóteses, o nazismo representava uma quebra da neutralidade do país frente a conflagração mundial, a partir de setembro de 1939.²⁴ Nesse período, o padrão repressor da DOPS/PR aos ex-membros do NSDAP e a alguns alemães não ligados ao movimento, considerados suspeitos, consistia em averiguar a possível insistência em atividades políticas após a proibição. Para tanto, convocavam-se os suspeitos

²⁴ Divonsir teria até recebido elogios do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, por ter instaurado inquéritos “[...] por violação às normas de neutralidade contra capitães do Super Couraçado ‘Graf Spee’, internados na Argentina e que, com passaportes falsos, procuravam regressar à Alemanha”. (CÔRTEZ, 1983, p. 18). Fato é que essa neutralidade brasileira foi, cada vez mais, tornando-se uma ‘neutralidade pró-Estados Unidos’, em função do andamento das negociações econômicas de Vargas com Washington, sobretudo com a proximidade do ano de 1942 e após o ataque japonês a Pearl Harbor (em 7 de dezembro de 1941). Depois desse último evento, a Chefatura de Polícia do Paraná chegou a emitir uma Portaria Reservada (de nº 519-A), de 20 de dezembro de 1941, dando instruções aos seus subordinados: “O CHEFE DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, considerando a grave situação decorrente da guerra entre os Estados Unidos da América e Japão; considerando ainda a solidariedade empenhada pelo Governo e povo brasileiros aos Estados Unidos da América do Norte pelo Presidente da República; considerando igualmente os compromissos firme e solenemente assumidos pelo Brasil com os demais países do continente em obediências à política do pan-americanismo a que lealmente nos associamos; [...] RESOLVE determinar a todos os funcionários da Polícia Civil que, a) envidem todos os esforços no sentido de ser mantida em absoluta ordem e tranquilidade à população do Estado, em face dos acontecimentos que se desenrolam no mundo; b) concorram para evitar quaisquer manifestações contrárias aos Estados Unidos da América do Norte e à política seguida pelo Governo Brasileiro [...]; c) se abstem de comentar as presentes instruções, que são de caráter reservado; [...] e) à Delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda a mais severa vigilância em torno de cidadãos japoneses, alemães e italianos, devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta Chefia as providências aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que, possam praticar tais súditos estrangeiros”. (DOPS/PR, Pront. 780a, Top. 89, fl. 77-78, DEAP/PR).

para se apresentarem com seus passaportes à Delegacia; meses depois, era criada uma ficha individual (sem o conhecimento ou consentimento do indivíduo-alvo), pela qual o investigado era acompanhado e vigiado.²⁵

Paralelamente, como veremos, a DOPS paranaense teve que lidar com as ramificações locais da Intentona Integralista de março, que explodiria em diversas regiões do Estado, inclusive em Curitiba²⁶. Não obstante, o *Putsch* foi rapidamente sufocado pelas forças repressoras do Estado (DOPS, 5ª Região Militar e Delegacias Regionais de Polícia), com a descoberta dos planos com antecedência e a prisão de dezenas de militantes, cujos ‘direitos individuais’, diga-se de passagem, não foram respeitados tão à risca como queria o Delegado Divonsir (ver Capítulo III).

No conturbado período de 1942-1945, foi a conjunção da Guerra com os ditos ‘interesses brasileiros’ que mobilizou a DOPS/PR (juntamente com as DOPS de todo o país) para uma verdadeira ‘cruzada’ contra as ‘novas’ ameaças à segurança nacional: os súditos do eixo. No Paraná, o ‘cavaleiro templário’ escolhido para dirigir a luta foi o já experiente bacharel Valfrido Pilotto (1903-2006), que ocupou o posto de Delegado de Costumes e Delegado Auxiliar nos anos 1930, quando atuou de forma direta na repressão aos comunistas (quase sempre na ilegalidade) e aos integralistas em pleno período democrático (ver Capítulo II).

De acordo com Pilotto, coube a ele alertar ao Interventor Manoel Ribas e ao Secretário de Segurança Pública, Fernando Flores, sobre a necessidade de se atentar para o grande perigo que o Paraná corria em face das ameaças que os ‘eixistas’ representavam para o Estado. Em suas memórias, datadas de 1949, Valfrido afirmou:

²⁵ Alguns alemães acabaram presos nesse período, porém, em termos numéricos, nada comparado ao que viria após janeiro de 1942.

²⁶ Ver Capítulo III. No início daquele ano, ignorando um acordo de convivência feito com Plínio Salgado antes do Golpe do Estado Novo, Vargas passou a intensificar uma campanha antiintegralista, que impulsionou duas tentativas frustradas de tomada do poder pelos camisas-verdes. Segundo Rogério Lustosa Victor (2005), após sentirem a traição de Getúlio, alguns militantes se aproximaram de certos setores liberais insatisfeitos, passando a conspirar para a tomada do poder. O plano para depor o Presidente foi organizado nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro. A ação, datada inicialmente para 10 de março de 1938, teria início na Capital Federal através da invasão da estação de rádio Mayrink Veiga, de onde se emitiria o sinal para estourar o levante em vários Estados. Todavia, esta primeira tentativa de golpe foi sufocada pela polícia antes mesmo de ser colocada em prática. No entanto, os integralistas, juntamente com outros inimigos de Vargas, não desistiram e continuaram conspirando; o resultado foi o levante de 11 de maio de 1938, “que foi basicamente organizado pelos remanescentes da conspiração de março”. (VICTOR, 2005, p. 35). Contudo, a má organização dos envolvidos fez com que o plano falhasse novamente e a tentativa de tomada do Palácio Guanabara teve como consequência, a morte, a prisão e o exílio de alguns militantes, além de uma política repressora mais intensa contra os camisas-verdes.

Gritei alarme ao então capitão Fernando Flores e ao próprio sr. Manoel Ribas. O secretário de Segurança Pública e o interventor federal tiveram conhecimento, a cru, em palavras um tanto pretas, de que a obra a empreender era muito mais ampla e profunda do que se supunha. E precisávamos espaço, e precisávamos muita autoridade e muito recurso [...]. Ambos ampararam a pretensão do delegado. O secretário, principalmente, fez coisas do arco da velha, de conluio com seu subordinado, somente indo dizer ao “velho” quando as artes já estavam consumadas. Autorizou-me a alugar, para a D.O.P.S., amplo edifício de dois pavimentos, na rua Rio Branco. Não chegou. Permitiu-me obter mais um, ainda maior, que fica contíguo. Depois de realizadas as façanhas, ia eu ao mais forte e laborioso dos secretários de Estado, que já tivemos, e, juntos, sob a sua orientação esclarecida, silenciosa, equilibrada, traçávamos os planos de... novas façanhas, exigidas, sempre e sempre, pelo nosso tormento e o nosso zelo patrióticos. (PILOTTO, 1949, p. 147-148).

Segundo Angelo Priori (2013), o período de 1942 a 1945 foi um dos momentos mais profícuos para a polícia política do Paraná. Marcado pelo alinhamento do Brasil ao lado dos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, esse momento significou para a DOPS/PR a eleição de novos inimigos para vigiar e reprimir: os imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses.

Algumas medidas proibitivas, constantes na portaria nº 30 baixada pelo Chefe de Polícia do Estado, Fausto Bittencourt, em 28 de janeiro de 1942, demonstram o quão perigosos os ‘súditos do eixo’ passaram a se apresentar na sociedade paranaense. Tais medidas proibiam: a mudança de residência sem prévia autorização da DOPS; viagem sem salvo-conduto, reuniões (mesmo em localidade particular) para festas de todos os tipos; comentários, em lugares públicos, sobre os acontecimentos internacionais; porte de armas, incluindo o fechamento de estabelecimentos de ‘eixistas’ que trabalhavam no ramo armamentista. Também constava na portaria a proibição da pronúncia dos idiomas das três nações em lugares públicos, a publicação de impressos nesses idiomas, execução de hinos e a posse de fotos dos dirigentes políticos “ou a referência de qualquer símbolo ou ideias dos partidos políticos dos três países, sejam por imigrantes, descendentes ou qualquer pessoa da população paranaense”. (PRIORI, 2013, p. 12).

Quanto aos nazistas e alemães especificamente, iniciou-se um segundo período de repressão aos ex-membros do Partido, alguns dias após o rompimento de relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Alemanha, em janeiro 1942. Após essa data, a DOPS/PR recebeu ‘carta branca’ para caçar os alemães suspeitos, o que se agravou com a declaração de guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942. Esses fatos acarretaram uma forte onda repressora sobre os clubes, associações e outras instituições de caráter germânico,

além de indivíduos com ou sem ligações com o extinto Partido Nazista local.²⁷ Entre os meses de janeiro e maio de 1942, dezenas de alemães foram presos e interrogados. Nesse último mês, foi elaborada, pela DOPS estadual, uma lista que continha vinte e seis nomes de “criminosos” que “não deveriam ser soltos”, muito embora o próprio Valfrido Pilotto assumisse que a polícia não possuía provas relevantes, acerca de todos, para mantê-los em reclusão. (ATHAIDES, 2011, p. 191).²⁸

Portanto, a repressão desenfreada e indistinta aos indivíduos de origem germânica era comum no ano de 1942:

Nazistas e alemães não nazistas foram investigados, presos, interrogados, e os considerados “mais perniciosos ao regime” foram enviados ao presídio de Ilha Grande no Rio de Janeiro, em 1942. Muitos alemães que manifestavam repúdio ao próprio Partido Nazista tiveram suas casas invadidas, seus rádios, livros e outros objetos “alemães” apreendidos. Italianos e japoneses sofreram semelhantes perseguições. Esses últimos foram evacuados de toda a faixa litorânea, em 1943. Além de Fernando Flores, outro homem de confiança figurou como o braço direito de Ribas no trabalho persecutório aos “eixistas”: o delegado da DOPS, um bacharel e ainda obscuro escritor de ascendência ítalo-germânica (!), Dr. Valfrido Piloto. O nacionalismo ufanista estava em alta e instituições como a Liga de Defesa Nacional, dirigida no Paraná pelo próprio Manoel Ribas, davam o tom de um ufanismo de guerra que conclamava a população a denunciar os “quinta-colunas”. (ATHAIDES, 2014, p. 14).

Os esforços da polícia política para manter a ‘ordem’ e a ‘tranquilidade’ da população e ao mesmo tempo vigiar e combater os inimigos externos conformavam, junto com a imprensa, um clima cotidiano de beligerância, um verdadeiro *front* interno. Em 24 de setembro de 1942:

²⁷ Alguns documentos mostram que essa ‘carta branca’ para a repressão em tempos de guerra se materializava, em certos casos, até na prioridade que a DOPS tinha frente a outras atividades policiais, quando se tratava de compartilhar certos serviços comuns às polícias, como os serviços do Laboratório da Polícia Técnica. Assim, em 1942, no contexto da intervenção nos clubes ‘eixistas’ da Capital, Pilotto enviou o seguinte ofício à Polícia Técnica: “Em resposta ao ofício nº 56, de ontem, em que V.S. comunica não possuir fotógrafo para o serviço requisitado por esta D.O.P.S., - fazer fotografias dos dísticos em língua alemã existentes nos armários da biblioteca da Sociedade ‘CONCÓRDIA’, - COMUNICO-LHE HAVER ME ENTENDIDO, A RESPEITO, COM O Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia, e haver S. Excia. Me autorizado a dizer a V.S. que o referido trabalho deve ser providenciado como os já feitos após a dispensa do antigo fotógrafo. Em se tratando, além de tudo, de serviço urgente, e do qual vai resultar uma das provas que garantirão a incorporação do edifício daquela sociedade ao patrimônio da Nação, conta-as, também, para o caso, com o reconhecido patriotismo de V.S.”. (DOPS/PR, Pront. 166, Top. 139, fl. 44, DEAP/PR).

²⁸ Para essa falta de razões da DOPS/PR para justificar a repressão, Athaides afirma que só é possível entender a motivação que levou os órgãos repressores a considerarem aqueles indivíduos como “membros apaixonados do N.S.D.A.P”, se contextualizarmos a conjuntura política local, nacional e internacional (ATHAIDES, 2011, p. 196). Ou seja, a transformação do Estado brasileiro em ditadura pessoal e apartidária de Getúlio Vargas e a posterior entrada do país na guerra transformaram nazistas e alemães em geral em “apaixonados” pela suástica, mesmo que não o fossem. Ao, mesmo tempo, a lógica da existência da polícia política também tinha o poder de ‘produzir’ criminosos: “sem a caça, não há caçador”, como assevera o autor. (2011, p. 202).

O ministro da justiça emitiu telegrama aos interventores estaduais informando da reunião do Comitê Consultivo emergencial para a defesa política do continente americano, que havia ocorrido naquele mês, na cidade de Montevideu, sendo que aquele Comitê recomendava que houvesse uma maior vigilância em relação aos elementos do eixo, para evitar que esses controlassem setores como alimentação, abastecimento de combustível e armamentos; definia que essas comunidades, dentro do possível, fossem transferidas das zonas costeiras para o interior dos estados (quando não, confinados em campos de concentração). Esse documento recomendava ainda ações sobre o transporte de cabotagem, atividades de barcos de pescas e comunidades de pescadores, suscetíveis à abordagem de pessoas oriundas dos países inimigos. No documento, havia uma preocupação especial com o Brasil, não só pela sua “beligerância, mas também pela importância de sua posição geográfica para a defesa da América”. (PRIORI, 2013, p. 13).

Nesse sentido, a DOPS em Curitiba se constituía em um “relógio bem regulado”, que atuou em várias frentes e contribuiu direta e indiretamente para mudanças importantes no dia-a-dia da população. (PEREIRA, 2010, p. 178). Naquele contexto, o governo brasileiro percebeu a importância de criar uma mobilização social, cultural e econômica para conseguir o apoio popular em suas decisões diante da guerra. Na cidade de Curitiba a existência de um “*front interno*” foi intensamente explorada e divulgada pelos jornais Gazeta do Povo, Diário da Tarde e Correio do Paraná, como forma de aproximar a guerra do ‘café com leite’ das pessoas. Para alcançar esse objetivo, medidas como racionamento de alimentos, de combustíveis, exercícios de blecaute, exposições fílmicas (com filmes de guerra e comunicados do governo), entre outras, foram cruciais para desenvolver nos curitibanos o sentimento de medo da guerra e dos inimigos.

Esse medo foi determinante para o surgimento de aliados da polícia política, pois, devido a ele, expandiu-se a ideia de que o inimigo podia ser qualquer um, inclusive ‘seu vizinho’. Esses ‘aliados’ realizavam constantes denúncias, parte efetivas, parte infundadas, efetuadas por motivo de inveja, ciúme ou disputas de poderes locais. Contudo, esses comportamentos mostraram a participação da população na repressão realizada pela DOPS e a eficácia no tipo de comprometimento social com a guerra que o Estado varguista desejava.

Além de melhorar um pouco as instalações e o funcionalismo da DOPS naquele período, Valfrido Pilotto criou, como corolário, um departamento interno, denominado *Departamento de Pesquisas de Atividades Anti-Brasileiras*, em 10 de novembro de 1943: “tratava-se, segundo as palavras de seu iniciador [...], de um centro de estudos cuja existência justificava-se pelos seguintes motivos: segurança nacional, comunismo, integralismo e ação anti-brasileira”. (BENEVIDES, 1997, p. 1). No discurso inaugural do referido Departamento, Valfrido afirmou que esse centro era resultado do aproveitamento de materiais apreendidos

e experiências vivenciadas pela Polícia Civil do Paraná e que serviriam de contribuição para os “propósitos nacionalistas do Governo Federal”, além de demonstrarem o elevado nível de brasilidade do Interventor Manoel Ribas. (PILOTTO, 1945, p. 51).

O departamento era, na verdade, fruto de um “museu político” organizado pela DOPS com materiais recolhidos dos ‘súditos do eixo’ e ‘comparsas’ (incluindo os integralistas). O acúmulo desse material foi assim registrado por Pilotto:

Hora a hora, crescia o acervo incrível. Era só mandar enfiar as unhas sobre a gola de alemão legítimo ou mesmo desses que são netos dos que vieram da Alemanha, e começava a cair de todos os seus poros físicos e espirituais a abundante confirmação de como Hitler e suas multivárias tropas já estavam com a batalha quase vitoriosa aqui dentro. O Mesmo acontecia com referência à fogosa gente do fâscio. E foi também de pasmar, o que se constatou junto aos maneirosos ratos de Hirohito. (1949, p. 146-147).

O Departamento contou com a cooperação norte-americana, na organização e catalogação do acervo. Maravilhado com o grande volume de documentos que retratavam a presença das três ideologias eixistas no Paraná, o major E. Myers, adido norte-americano ao Q. G. da 5ª R. prontificou-se a ajudar e chegou a levar parte da documentação para os Estados Unidos.

O nosso irmão ianque compreendeu o esforço em que nos esgotávamos. Naqueles primeiros dias, passou a ir pela manhã, à tarde, à noite, assistir e auxiliar os nossos trabalhos. Até que decidiu tomar iniciativa mais eficaz. Entraria com o pessoal e o material capazes de suprir as faltas que estávamos sentindo nos nossos serviços. Pensou, falou e fez. Conseguindo a nossa imediata aquiescência, comunicou-se com a Embaixada Norte-Americana, no Rio, e, um belo dia, desciam no aeroporto do Bacacheri, tradutores, redatores, datilógrafos, máquinas e, junto com tudo isso, uma produtividade que foi esplendida “mão roda” [sic] para os nossos esforçados rapazes. Conseguiu-se, assim, num upa, realizar fichário e catalogação de inestimável valor. Pelas seis salas do Departamento distribuía-se o material, em seções o quanto possível separadas para cada país, assunto e atividade. Muitos dos livros e dos documentos e mapas do mostruário foram logo considerados, por Myers, como de alto interesse para as autoridades americanas [...].

Urgia faze-los conhecidos nos EE. UU., de tal forma guardavam revelações valiosas Cioso, ele próprio, de que o documentário daqui tivesse perenidade entre nós, mandou confeccionar, a suas expensas, uma papeleta dúplice, com a qual passou a substituir o recibo que antes me fornecia sobre as retiradas de material. Fixava, ele mesmo, às autoridades americanas, os prazos de devolução. Honestidade e ordem eram dos principais ornamentos daquele notável homem de ação. E, assim, pudemos ir deixando seguir para os EE. UU., sem o mínimo receio de perda, dezenas e dezenas de peças, tais como livros, álbuns, folhetos, documentos, relatórios e mapas, dentre a farta presa que fizéramos ao nipo-nazi-fascismo. (PILOTTO, 1949, p. 156-158).

Por fim, paralelamente à repressão aos ‘súditos do eixo’, instaurou-se no Paraná um segundo período de vigilância e repressão em relação aos ex-membros da Ação Integralista Brasileira, consoante à visão da ‘quinta-coluna nazi-integralista’, cultivada pelos governos (estaduais e federais) e, conseqüentemente, pelas forças repressoras. De 1942 em diante, alguns integralistas, descendentes de alemães, foram ‘convidados’ a se apresentarem à DOPS, alguns deles, sobre os quais não havia qualquer menção na documentação da Delegacia até então. Alcinados invariavelmente de ‘quinta-colunas’, integralistas teuto-brasileiros (filhos de alemães nascidos no Brasil) foram acusados de atividades nazistas, por terem ingressado no fascismo brasileiro e carregarem um sobrenome alemão.

Assim, as evidências da DOPS sugerem a existências de duas fases na repressão ao integralismo em âmbito estadual, a primeira justificada como retaliação à Intentona, a segunda, como prevenção contra o dito ‘quinta-colunismo nazi-integralista’. Antes de adentrarmos nas ações da DOPS no interior desses dois períodos, que são objeto principal da presente pesquisa, analisaremos no capítulo que se segue o surgimento e a estruturação da chamada *Província do Paraná* da Ação Integralista Brasileira entre os anos 1934 e 1937. A atenção se voltará para a construção, consolidação e os percalços sofridos junto aos poderes dominantes locais da estrutura político-partidária da AIB. Também serão colocados em evidência os números, a composição social e o alcance geográfico do movimento no Estado. Sem esse ‘panorama institucional’ da AIB no Estado, a compreensão do trabalho da DOPS no desmonte do partido ficaria prejudicada.

**CAPÍTULO II - A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NO
PARANÁ NA DÉCADA DE 1930**

HISTORIOGRAFIA SOBRE O INTEGRALISMO NO PARANÁ

Enquanto a historiografia do integralismo sofreu um boom de pesquisas nos últimos 30 anos, poucos trabalhos se dedicaram exclusivamente à temática da AIB no Estado do Paraná. Podemos dizer com segurança que há 2 ou 3 anos, não tínhamos condições de medir o alcance do movimento no Estado, senão por meio de especulações memorialísticas e/ou jornalísticas. Portanto, trata-se de um campo recente da historiografia paranaense, cuja abertura ainda é parcial.

Não obstante, existem alguns trabalhos ‘clássicos’ que tangenciaram a questão, ou trabalharam com a história da “Província do Paraná” em âmbito Municipal. O primeiro deles é uma pesquisa pioneira intitulada *1955: o voto “verde” em Curitiba*, de autoria de Décio Roberto Szvarça e Maria Lúcia Cidade, publicada no ano de 1989, sob formato de artigo. O texto se constitui numa análise sobre a expressiva votação dos curitibanos em Plínio Salgado, para a presidência da República em 1955. Nele, os autores buscaram identificar se a sociedade paranaense da década de 1950 era receptiva às propostas autoritárias e, para tanto, concentraram-se no reconhecimento de elementos do discurso integralista nas propostas do candidato do PRP, além de atentarem para os discursos produzidos pela imprensa em relação a Salgado.²⁹

Na década seguinte, outro estudo tangenciou o tema do integralismo em terras paranaenses. Trata-se da dissertação de mestrado defendida em 1998 pelo historiador Niltonci Batista Chaves, sob o título *O diário dos Campos: Discursos e Representações Sociais em Ponta Grossa - Década de 1930*. Nessa pesquisa, posteriormente publicada em livro (2001), o autor dedicou um espaço ao tema das forças políticas atuantes na cidade de Ponta Grossa, mostrando a atuação do movimento integralista local e lançando hipóteses sobre as razões da sua força. Através de aproximadamente duzentos artigos publicados pelo diretor-proprietário do jornal, José Hoffmann, entre os anos 1937 e 1938 (sem contar as publicações que se referem aos anos anteriores), Chaves nos proporcionou pela primeira vez

²⁹ Note-se que os autores, se não desconsideraram de todo a experiência integralista paranaense na explicação da vitória pliniana, eles não tinham a real dimensão dessa experiência. Ao contrário, as hipóteses sustentam a ideia de uma afinidade ideológica entre o Curitibano e a ideia autoritária renascida com o PRP, nos anos 1950, em meio a um “cenário de crise”, vivido pelo homem paranaense, sobretudo, o curitibano. (SZVARÇA; CIDADE, 1989, p. 195).

uma visão geral do funcionamento do integralismo em Ponta Grossa, assim como de sua recepção, oposição e, posteriormente, repressão³⁰.

O próximo trabalho a ser mencionado foi produzido como tese de doutoramento pela historiadora Carmencita de Holleben Mello Ditzel, defendida em 2004, publicada em 2007 como livro: *Imaginários e Representações: o Integralismo dos Campos Gerais 1932-1955*. Nesta obra a autora discorre, como consta no título, sobre o imaginário social e as representações suscitadas pela presença da AIB na cidade, sobretudo, através do jornal Diário do Campos, desde o surgimento do movimento até 1955, quando Salgado reaparece no cenário político, sendo bem votado em algumas cidades do interior, inclusive na ‘Princesa dos Campos’.

Recentemente, uma pesquisa de folego dedicada exclusivamente ao tema da AIB no Paraná foi defendida como tese de doutorado por Rafael Athaides. Intitulado *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos* (2012), o objetivo desse trabalho consistiu tanto na análise da atuação do integralismo no Estado do Paraná como um todo, através da imprensa integralista local e nacional da época, quanto no estudo dos discursos e manifestações afetivas produzidos pelos periódicos do movimento, com o intuito de mobilizar os camisas-verdes paranaense através da paixão militante, do ressentimento e do ódio.³¹

A apresentação da história do integralismo no Paraná que se segue, tomou por base os estudos acima mencionados, além de pequenas monografias correlatas ao tema ou à história do Paraná naquele período. Na medida do necessário, fizemos menções a diferentes textos extraídos de jornais da imprensa geral, imprensa integralista (nacional e estadual) e a documentos da Delegacia de Ordem Política e Social, como forma de complementação do estudo bibliográfico.

³⁰ No ano de 1999, Chaves publicou o artigo “A saia verde está na ponta da escada!”: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do integralismo em Ponta Grossa, no qual pôde se deter na temática do integralismo, sobretudo na questão da Intentona Integralista em Ponta Grossa, tema que trabalharemos no Capítulo III.

³¹ Consideramos ainda relevante para esse levantamento historiográfico a tese de Walderez Pohl da Silva (2008), sobre a trajetória do jornalista Antônio Lustosa de Oliveira, um dos líderes do integralismo em Guarapuava nos anos 1930 e Prefeito Municipal entre outubro de 1944 e outubro de 1945.

O SURGIMENTO DA PROVÍNCIA PARANAENSE DA AIB

O início das atividades integralistas em solo paranaense foi datado por Chaves (2001) e Ditzel (2007) em fins do ano de 1932 (mesmo ano de lançamento do Manifesto de Outubro) na cidade de Ponta Grossa. Trata-se de um período sobre o qual pouco se sabe efetivamente, contudo, é possível que algum militante entusiasmado com o Manifesto tenha dado início imediato ao movimento integralista em Ponta Grossa, antes mesmo que em Curitiba. Além disso, é muito provável que o projeto inicial da AIB tenha sido o de colocar Ponta Grossa como a ‘capital’ do integralismo no Estado, sob a liderança do bacharel Brasil Pinheiro Machado, como consta nos primeiros números do jornal *Monitor Integralista* do ano de 1933, fato que não veio a se concretizar. (MONITOR INTEGRALISTA, agosto. 1933).

Assim como ocorreu em outros Estados, a preparação ideológica para a fundação da província na Capital se deu por meio da divulgação de textos e manifestos integralistas em jornais locais que não tinham ligação direta com o movimento.³² Em junho de 1934, alguns desses jornais publicaram convites para a reunião de organização da Província, que ocorreria no dia 22, nas dependências da Sociedade Thalia, um tradicional clube teuto-brasileiro de Curitiba, fundado em 1882 (Ilustração 2).

³² Curiosamente, em Curitiba, a partir de 1934, jornais como *O Dia* e *Diário da Tarde* desempenharam esse papel (*A Razão*, n. 12, 23/07/1935, p. 2). Como veremos, tais periódicos serão ferrenhos opositores da AIB no período em que se localiza o objeto desta dissertação, o Estado Novo.

Ilustração 2 – Convite para a organização da AIB/PR (1934)

INEDITORIAES

Acção Integralista Brasileira

CONVITE

São convidadas todas as pessoas que estiverem de accordo com as idéas e postulados da **Acção Integralista Brasileira** para uma reunião a realizar-se nesta capital no dia 22 do corrente mez, sexta-feira, á hora 20 (8 horas da noite), nos salões da sociedade Thalia, afim de se fundar o primeiro nucleo integralista do Paraná.

Não se trata da organização de um partido politico para apoiar ou hostilizar o governo. A **Acção Integralista Brasileira** não é um partido. E' um movimento: movimento de cultura, disciplina, civismo, brasilidade, união nacional, solidamente articulado em todo paiz, visando a defeza da Grande Patria, una e indivisivel, e a realização do Estado Integral, baseado na doutrina nacional corporativa.

Paulo Martins Ribeiro — José Hauer Junior — Dr. Mario Gomes — Capitão Hygieno de Barros emos — Albino Hatschbacks Sobrinho — Brasil Pinheiro Machado — Rubens Assumpção — Dr. João Alfredo Silva — Arnaldo Barros — João Nocite — Vincenzo Moro — F. Flavio Fontana — Alberico Xavier de Miranda Carlos Breitaup — Antenor Demeterco — ivio Moreira — Alvaro Junqueira Junior — Juvenal Contador — Alfredo Tiede — Alarico Vieira de Alencar — Elpidio Werneck — Dr. João Vieira de Alencar — Vieira de Alencar.

Fonte: CORREIO DO PARANÁ, 19 julho. 1934, p. 1)³³

Oficialmente, a criação da chamada “Província do Paraná” ocorreu um mês depois desse convite, em julho de 1934, com a instalação da sede provincial integralista na cidade de Curitiba. A chefia ficou a cargo do advogado e professor da Universidade do Paraná, Dr. Manoel Vieira Barreto de Alencar, um respeitado jurista paranaense, fundador da Faculdade de Direito do Paraná. (ATHAIDES, 2012).³⁴

³³ A AIB, ainda pouco conhecida fora de grandes centros, possivelmente pagou pelo anúncio. Três meses depois, o mesmo jornal Correio do Paraná, publicou uma crítica assinada por Ciro Silva: “[...] o Integralismo não quer homens que pensem. Quer homens que obedeçam. Não quer homens livres, quer homens escravos. Como a Igreja nos tempos da Inquisição, impõe: Crê, ou morra”. (CORREIO DO PARANÁ, 17 setembro. 1934, p. 1).

³⁴ Através da imprensa integralista, percebemos que o próprio movimento local reviu e ocultou elementos da memória desses primeiros tempos, anteriores à fundação oficial ‘curitibana’. As lideranças da Capital não reconheceram a atuação de Pinheiro Machado – tido como ‘desertor’ – nos primórdios da organização do

Em 1934, as Secretarias Provinciais já estavam organizadas³⁵ e, em setembro, o Chefe Nacional do integralismo, Plínio Salgado, visitou pela primeira vez o Estado. Juntamente com o Secretário Nacional de Doutrina, Miguel Reale, estiveram na cidade de Curitiba, dirigindo-se em seguida para Ponta Grossa. Na ‘Princesa dos Campos’ Salgado foi recebido atenciosamente pelo prefeito Albary Guimarães, quem colocou a sua disposição um automóvel da prefeitura e também lhe entregou um telegrama elogioso de boas-vindas, emitido pelo Interventor Manoel Ribas.³⁶ A presença de Plínio Salgado em Ponta Grossa demonstra a força do integralismo na cidade (que ainda não possuía um núcleo oficial), a despeito do passado recente que os próprios militantes tentaram ocultar. (MARCHETE, 2013).

Iniciou-se, em seguida, uma vertical abertura de núcleos, que só seria interrompida pela repressão iniciada em abril de 1936. Ainda em 1934, foram fundados oito núcleos municipais: Ponta Grossa, Campo Largo, Paranaguá, Antonina, Morretes, Rio Negro, São José dos Pinhais e Bocaiúva. As estratégias para divulgação do integralismo nas várias cidades do interior eram semelhantes e incluíam um contato inicial com um preposto ou um interessado em liderar um núcleo, a panfletagem, a inserção de artigos em jornais locais e o recebimento de uma ‘bandeira’ (expedição) de fundação, vinda da capital ou de alguma cidade maior. Segundo os números dos próprios integralistas, o movimento já contava com cerca de “2000 filiados”, em fins de 1934. (ATHAIDES, 2012, p. 85).³⁷

integralismo e nem a cidade de Ponta Grossa como ‘primeira capital’ da AIB no Paraná. O que prevaleceu foi a edificação da história do integralismo no Paraná iniciada em 1934, com Vieira de Alencar a frente do movimento e uma história em branco antes disso. (A RAZÃO, 23 julho. 1935, p. 2). Após a nomeação de Vieira de Alencar para a Chefia Provincial, em 27 de junho de 1934 (MONITOR INTEGRALISTA, agosto. 1934), o nome de Brasil Pinheiro Machado desapareceu da imprensa integralista; nem mesmo apareceu como simples integrante do movimento em Ponta Grossa. É sabido que Machado manteve sua aliança com os “revolucionários”, sob a liderança do recém empossado Interventor Federal, Manoel Ribas, o que lhe garantiu alguns benefícios políticos e sua exclusão do rol de integralistas. (MARCHETTE, 2013, p. 133).

³⁵ As secretarias organizadas pelo chefe provincial estavam assim estruturadas: “Paulo Martins Ribeiro (departamento Provincial de Finanças); Ely Azambuja Germano (Departamento Provincial de Propaganda); “Dr.” Rubens Klier Assumpção (Departamento Provincial de Cultura Artística); Navasio dos Santos (Gabinete da Chefia); João Alves da Rocha Loures Sobrinho (Seção Universitária); Ewaldo Seeling Filho (Comandante da Milícia)”. (ATHAIDES, 2012, p. 72). No capítulo III, veremos que uma parcela desses primeiros secretários foi perseguida e presa pela DOPS/PR.

³⁶ É o próprio Plínio quem descreve essa cena de 1934, em 28 de junho de 1936, no jornal *A Offensiva*. Naquele momento, a AIB sofria duras perseguições por parte do governo estadual e Salgado comparava as boas vindas de 1934 com a mudança vertiginosa de 1936, depois do fechamento dos núcleos integralistas de todo o Paraná. (A OFFENSIVA, 28 junho. 1936, p. 2).

³⁷ Ainda em 1934, cabe destacar a publicação do primeiro jornal da AIB no Paraná, *O Integralista* cujo redator-chefe era o acadêmico João Alves da Rocha Loures Sobrinho. (O INTEGRALISTA, 16 agosto. 1934, p. 1).

O ALCANCE GEOGRÁFICO E NUMÉRICO DO INTEGRALISMO NO PARANÁ

Segundo os estudos de Athaides (2013), a AIB ganhou espaço no cenário político paranaense através de um significativo número de filiações e de resultados eleitorais expressivos nos pleitos municipais que ocorreram em setembro de 1935. Além de duas prefeituras e de metade de algumas câmaras de vereadores (como as de Ponta Grossa e Rio Negro), o integralismo se mostrou como a segunda força eleitoral do estado, atrás somente do Partido Social Democrático, constituído pela elite governista.

Boa parte desse *boom* se deu no ano de 1935, o qual se iniciou para o movimento com um grande desfile nas principais ruas de Curitiba, realizado em 16 de janeiro, já numa tentativa de demonstração de força. Esta foi a primeira de várias manifestações públicas dos milicianos integralistas, ao longo da década de 1930. Cerca de 3.000 integralistas, oriundos de várias cidades, participaram do desfile. (ATHAIDES, 2012, p. 86). Alguns deles, em março, acompanharam o Chefe Provincial numa caravana ao Congresso de Petrópolis, segundo congresso nacional integralista, que definiu, em estatuto, a condição da AIB como partido político. Para os paranaenses, essa definição foi de grande importância, já que a AIB/PR se lançaria em peso, naquele ano, nas eleições municipais do Estado, o que poria à prova a força do movimento.

Em maio, os integralistas paranaenses lançaram o mais importante jornal do movimento estadual (e a mais rica fonte de estudos sobre ele), o jornal *A Razão* – substituindo o breve *O Integralista*. O periódico circulava em todo o Estado, além de atender a pedidos de assinatura externos a ele. Seus funcionários eram universitários e empregados do comércio de Curitiba. Assim como no jornal anterior, João Alves da Rocha Loures Sobrinho continuou como redator-chefe, mas a direção passou a ser do mais empolgado militante local, o estudante de medicina, Jorge Lacerda.³⁸

Quanto ao crescimento, o ano de 1935 foi fundamental para a AIB no Paraná:

No decorrer do ano de 1935, a Ação Integralista intensificou a propaganda e multiplicou suas estratégias de ação no Paraná. Ao cabo, cerca de 10.000 paranaenses se encontravam filiados ao movimento, numa multiplicação em quase 4 vezes do número de adeptos do ano anterior. Os núcleos fora da capital foram

³⁸ Lacerda parece ser daqueles militantes que se destacam pelo ímpeto e paixão com que se entregou à causa integralista nos tempos da juventude. Seus discursos sempre inflamados às vezes entravam em confronto com a necessidade, cada vez mais premente durante a década de 1930, da AIB não parecer ‘extremista’. Depois do integralismo, o paranguara militou no PRP de Plínio e chegou ao posto de governador de Santa Catarina, nos anos 1950. (ATHAIDES, 2012).

consolidados em pelo menos três regiões; no Litoral, no Sul e no Centro, ao passo que, em meados do ano, se iniciava a instalação e solidificação de núcleos no Norte pioneiro e no extremo Oeste, em direção a Foz do Iguaçu. Ao todo, o Movimento fechou o ano de 1935 com núcleos instalados em quase 60% dos municípios (31 núcleos municipais) e 36% dos distritos do estado (55 núcleos distritais). (ATHAIDES, 2012, p. 113).

Para alcançarem seus objetivos, os líderes seguiam um método padrão, semelhante ao de 1934:

(...) após a intensa propaganda (que incluía panfletagem, boca a boca e inserção de artigos em jornais municipais), fundava-se o núcleo, em especial quando uma quantidade considerável de pessoas pudesse fazer o juramento no ato da implantação. A fundação normalmente se dava por meio de uma bandeira vinda de uma das “cidades polos” da AIB no Paraná: Curitiba, Rio Negro, Ponta Grossa, Guarapuava, Jacarezinho e Paranaguá. No ato da fundação, coordenadores locais e chefes de bandeiras discursavam num teatro local (ou na própria sede) e, ao cabo, juravam fidelidade alguns militantes previamente alistados (geralmente de 20 a 50 indivíduos). (ATHAIDES, 2012, p. 114).

Para compreender o frenético ritmo de fundações de núcleos integralistas no interior do Paraná, Athaides se valeu da ideia da existência de “cidades polo integralistas”: núcleos que, após apresentarem certo nível de desenvolvimento, passariam a levar a doutrina para as cidades vizinhas, fundando novos núcleos. A partir dessa autonomia, essas cidades desempenharam importante papel na interiorização do integralismo no Paraná. As principais “cidades polos” foram: Curitiba (‘polo das cidades polo’)³⁹, Rio Negro, Ponta Grossa, Guarapuava, Paranaguá, Lapa e Jacarezinho. (ATHAIDES, 2012, p. 114).⁴⁰

Oficialmente, o Núcleo Integralista de Curitiba foi fundado somente em abril de 1936. Antes disso vigorava uma espécie de fusão entre a Sede da Província e o Núcleo Municipal, que existia apenas virtualmente porque a maioria dos integralistas se filiava diretamente na Sede.⁴¹ (A OFFENSIVA, 26 abril. 1936, p. 13). Quando o imbróglio administrativo se desfez naquela data, a repressão sobreveio ao movimento. De qualquer forma, quando as atividades

³⁹ A maioria dos núcleos do interior foi fundada por ‘bandeiras’ oriundas da Capital, quase todas noticiadas pelos jornais *A Offensiva* (RJ) e *A Razão* (PR).

⁴⁰ Athaides deixou de lado o estudo do integralismo nas cidades de Ponta Grossa, Lapa e Paranaguá. As descrições e análises que aqui se fazem sobre essas localidades estão baseadas em outros trabalhos ou no jornal *A Razão*.

⁴¹ As Secretarias e Departamentos da AIB também estavam abrigados na Sede Provincial; no seu auge, apresentavam a seguinte configuração: Secretaria de Propaganda, Secretaria de Finanças, Secretaria de Educação Moral Cívica e Física (antiga Milícia), Secretaria de Cultura Artística, Secretaria de Estudos, Secretaria de Organização Política. Sob esta última, estavam submetidos os seguintes Departamentos: Departamento Feminino, Departamento da Juventude Integralista, Departamento Universitário, Departamento Eleitoral e Sindical, Departamento de Coordenação e Inspeção e Departamento de Assistência Social. (ATHAIDES, 2012, p. 145).

da AIB retomaram a normalidade em fins de 1936, após a repressão do governo estadual, Curitiba tornou-se efetivamente Sede da Província e de um Núcleo Municipal Independente de grandes proporções.

O Núcleo de Rio Negro se tornou, naquele ano de 1935, o segundo maior do Paraná (com cerca de 1800 filiados). Apesar de uma série de enfrentamentos com os poderes locais⁴², o Núcleo conseguiu expandir o movimento na região sul do Paraná, criando vários subnúcleos, até mesmo em longínquas paragens. As razões para a cidade perder apenas para Curitiba, em número de integralistas filiados ainda não foram estudadas detidamente. A despeito disso, o estudo de Athaides conjectura a forte influência coronelística do líder integralista local, Cel. Eugênio La Maison⁴³, como possível determinante para o ingresso maciço no movimento, além da presença considerável de imigrantes e descendentes (alemães, sobretudo) em certa situação de “isolamento” e ‘abandono político’. (2012, p. 291).

Nas cidades dos Campos Gerais (Teixeira Soares, Ipiranga, Imbituva, Rebouças, São Mateus e União da Vitória), o integralismo se desenvolveu a partir do empenho e atuação do Núcleo Integralista de Ponta Grossa. Essa posição de “cidade polo” foi alcançada a partir de 1934, momento da (re)fundação do movimento naquela cidade, a partir de Curitiba. Entre outubro de 1934 e maio de 1935, o Núcleo pontagrossense esteve sob a liderança do professor Estevão Zewe Coimbra, sendo que neste último mês supracitado, Ponta Grossa contava com três subnúcleos somando cerca de quatrocentos filiados. (A RAZÃO, 01 maio. 1935, p. 5). Por volta de abril, deu início a publicação de seu periódico, o jornal *Brasil Novo* e, em agosto, começou a circular a revista *Invicta*.

Em Ponta Grossa, os números alcançados pelo integralismo, em termos de filiações, variam entre 500 e 700 filiados, sem contar com os simpatizantes e colaboradores. (CHAVES, 2001; DITZEL, 2007). Partindo da máxima de que a AIB melhor se estabeleceu

⁴² Os conflitos mais significativos contra a polícia da cidade se iniciaram a partir da mudança do delegado local, no mês de junho de 1935. O novo delegado havia proibido as crianças de tocarem tambores após o horário das 20hs e 30min, ou seja, no exato momento de início das reuniões integralistas. Os integralistas rio-negrenses afirmaram que os políticos locais se sentiam intimidados pela força política que o integralismo representava, e por isso, com o apoio ou conivência do governo estadual, impuseram ferrenha oposição a eles. Um exemplo disso foi a agressão praticada pelo Delegado local, Capitão Euzébio de Carvalho, contra o militante integralista Raul Stange no início de outubro de 1935. Carvalho teria “esbofeteado e chicoteado” Stange, o que causou revolta, indignação e medo nos militantes de Rio Negro, que recorreram ao Chefe Provincial, através de telegramas, no intuito de obter providências cabíveis. Além desse ato, o delegado teria ainda “ameaçado destruir a Sede local da AIB “à bala”, caso não fosse fechada. “A partir de então o enfrentamento entre a AIB e a polícia local se tornou aberto e potencialmente violento”. (ATHAIDES, 2012, p. 121).

⁴³ La Maison era um ‘Coronel’ ervateiro da região. Teve participação, com uma tropa de vaqueiros armados pelo exército brasileiro, na Guerra do Contestado e possuía significativo prestígio e poder locais. (RODRIGUES, 2008).

em locais que contavam com grande número de imigrantes e descendentes de alemães e italianos, Chaves sustentou que a cidade de Ponta Grossa era propícia ao desenvolvimento do integralismo. A esse quesito o autor aliou o fato de grande parte dos moradores residirem na zona urbana e serem católicos.

O crescimento do integralismo nessa região gerou grandes resultados nas eleições municipais de setembro de 1935. Foram eleitos, em Ponta Grossa, Olympio de Paula Xavier, Antônio Dechandt, Albino Wiecheteck e Adelino Machado de Oliveira, quatro vereadores filiados a AIB. (ZIENTECK, 2005). No mesmo sentido, o Núcleo da cidade de Teixeira Soares se destacou naquela região, não pelo número de filiados – que chegou a cerca de 200 em meados da década – mas porque ali o integralismo conseguiu, em setembro, eleger o prefeito, João Molinari Sobrinho, recebendo de Plínio Salgado um título honorífico da AIB, o de “Cidade Integralista”. (OLIVEIRA, 2013a).

No ‘oeste habitado’ do Paraná, o Núcleo Integralista de Guarapuava despontou com grande força política, fundado em 23 de fevereiro de 1935 sob a liderança do comerciante David Moscalesque. Contando com a significativa presença de figuras ilustres do jornalismo e da política local (como Antonio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende), a AIB teve forte penetração nos meandros ultraconservadores de Guarapuava, utilizando-se amplamente dos jornais (em especial o Folha do Oeste).⁴⁴ O Núcleo local fundou outros em Palmas, Prudentópolis, chegando até Foz do Iguaçu, em fins de 1935. (ATHAIDES, 2012).

A efetiva penetração e o peso político do integralismo em Guarapuava podem ser dimensionados pelos conflitos que lá ocorreram, entre 1937 e 1938, e que resultaram no assassinato do líder integralista David Moscalesque. Esses conflitos se deram entre os militantes e os políticos tradicionais da localidade, que tinham a seu dispor a força policial. Em síntese, são o resultado de desavenças causadas por disputas de espaço político entre velhos ‘coronéis’ e oligarcas e a nova força política representada pela AIB, avessa à politicalha local.⁴⁵ (SILVA, 2008).

⁴⁴ Talvez um termômetro interessante para medirmos a insignificância das esquerdas em Guarapuava seja a eleição para Deputado Estadual, de 1947, quando o PCB obteve 4 de 3665 votos na cidade. (MONTEIRO, 2013).

⁴⁵ A força política situacionista era representada pelo Coronel Antonio da Rocha Loures Vilaca, que assumiu o posto de chefe político local através de indicação feita pelo líder da Revolução de 1930 no Paraná, Major Plínio Tourinho, mantendo-se nessa posição após a nomeação de Manoel Ribas para a interventoria. Com a ascensão de Ribas ao executivo estadual, contudo, uma nova conjuntura política se formou em Guarapuava, abalando a posição do Coronel Vilaca, que, apesar de permanecer como chefe político, passou a conviver com forte oposição, sobretudo, dos integralistas. Na prática, Vilaca teve que ‘pisar em ovos’ devido a uma intensa relação de “camaradagem” que havia entre Lustosa de Oliveira, destacado líder integralista, e Manoel Ribas. (SILVA, 2008, p. 66). Com a ‘invasão’ da AIB aos cargos políticos do prefeito Aníbal Virmond, em 1937, encaminhou-

Pela leitura do jornal *A Razão*, no litoral paranaense, os núcleos integralistas realizavam trabalhos conjuntos no intuito de expandir o movimento, de forma que não foi possível identificar inicialmente aquilo que Athaides chamou de “cidade polo”, a dianteira das ações. As duas maiores cidades do litoral, Paranaguá e Antonina, respectivamente, possuíam os núcleos mais ativos, seguidas por Morretes. Contudo, o crescimento do Núcleo de Paranaguá estava, em geral, à frente dos outros dois núcleos, contando com significativa participação de operários e estivadores do Porto. (*A RAZÃO*, 05 agosto. 1935, p. 4).

As atividades do Núcleo de Paranaguá ganharam características daquilo que Athaides entendeu como “cidade polo” integralista, somente a partir de outubro de 1935. O Porto de Paranaguá, cujas instalações foram inauguradas em março de 1935, recebeu um Núcleo Distrital, “com 50 operários integralistas”. Ainda naquele mês, Serra Negra recebeu uma bandeira de Paranaguá composta de 45 militantes para a fundação do Núcleo local; em Guaratuba, no mesmo mês, a AIB instalou trabalhos de coordenação, encarregados a um futuro prefeito da cidade, Nascimento Junior⁴⁶. (*A RAZÃO*, 31 outubro. 1935, p. 5).

Na “cidade histórica” da Lapa, como a chamava o *A Razão*, o integralismo teve um avanço tímido até meados de 1935, todavia cresceu vertiginosamente entre as eleições de setembro e o fechamento dos núcleos em abril de 1936. Inicialmente com 26 filiados, o Núcleo chegou a figurar entre os três maiores do Paraná naquele ano, com cerca de 1500 filiados. (*A OFFENSIVA*, 26 abril. 1936, p. 13).⁴⁷ Além do mais, a AIB alistou grandes nomes da intelectualidade e até da política locais e soube aproveitar o ambiente ufanista da ‘legendária’ Lapa como instrumento discursivo diante das massas.

Em meados de 1935, o Núcleo deu início a seu trabalho de expansão distrital na Colonia Johannesdorf⁴⁸ e nos distritos de Água Amarela, Água Azul e Areia Branca, este

se uma rota de colisão entre Vilaca e a AIB, agora, em tese, próxima do poder – Amarílio Rezende chegou a ser Secretário Municipal de Educação e Chefe do Gabinete. (GAVA, 2013). Quando Vargas – e Ribas, por tabela – colocou o integralismo na completa ilegalidade, entre fins de 1937 e início de 1938, Vilaca encomendou o assassinado de David Moscalesque, que ocorreu em plena luz do dia, em 2 de fevereiro de 1938. No Estado Novo, Lustosa e Amarílio foram investigados e presos pela DOPS, recebendo soltura posterior e arquivamento do inquérito (ver Capítulo III); Lustosa se voltaria para a política ribista, assumindo o cargo de Prefeito Municipal, em 1945, fato tomado como ‘traição’ por Amarílio e pela família de Moscalesque. (SILVA, 2008).

⁴⁶ Trata-se do guaratubano Vicente Montepoliciano do Nascimento Júnior (1880-1958), jornalista, historiador e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá que, em 1948, foi nomeado Prefeito Municipal. Escritor de profícua produção, contando com vários livros espíritas, Vicente Júnior foi fundador da cadeira nº 37, da Academia Paranaense de Letras.

⁴⁷ Lapa era o 5º maior município do Paraná em população, contando com 33.928 habitantes, de acordo com o censo de dezembro de 1936 (ESXX, IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>, acesso em 30/03/2014). Se considerarmos que metade desses habitantes eram mulheres e crianças, a AIB arregimentou quase 9% da população lapaense.

⁴⁸ Colônia de imigrantes alemães oriundos da Bucovina, fundada em 1877.

último, um dos maiores núcleos distritais da Província, com mais de 200 filiados, sede própria e escola integralista⁴⁹. (A RAZÃO, 17 outubro. 1935, p. 2; A OFFENSIVA, 23 novembro. 1935, p. 9). Esse crescimento dos distritos integralistas em torno da Lapa, entre setembro de 1935 e abril de 1936, certamente contribuiu para o *boom* de filiações que se verificou pelos números publicados no *A Offensiva* às vésperas do fechamento dos núcleos no Paraná (“mais de 1500” filiados). A AIB elegeu 3 vereadores no município e a truculência policial contra os camisas-verdes se intensificou a partir de 1936. (A OFFENSIVA, 26 abril. 1936, p. 13).

No norte do Estado a AIB se enraizou, sobretudo, em Jacarezinho (onde elegeu 2 vereadores) e Santo Antonio da Platina, principais cidades da região. Em fins de 1935, um Núcleo foi fundado na ainda incipiente cidade de Londrina, sob a liderança de Heber Gonçalves Palhano, um agrimensor local. Na região, em função das dificuldades de contato com Curitiba, havia forte influência paulista, o que se constata no auxílio que o Núcleo Integralista de Ourinhos prestou à abertura de núcleos do outro lado da fronteira. (ATHAIDES, 2012).

Ao fim de 1935, podemos dizer que a AIB havia alcançado todas as regiões do Estado, com as óbvias exceções do Oeste central, Noroeste e Sudoeste, praticamente desabitados à época. Um ano depois, o Monitor Integralista apresentou o balanço com 48 Núcleos Municipais, 86 Núcleos Distritais e 16 Núcleos Rurais. Isso significava que, em número de núcleos, a Província do Paraná era a 6ª maior seção do país. (MONITOR INTEGRALISTA, 20 fevereiro. 1937, p. 4).

Quanto ao número de filiados, os dados foram levantados somente por Athaides (2012), a partir de um olhar crítico e às vezes hipotético sobre as fontes jornalísticas da própria AIB (o autor não teve acesso à documentação de filiação do movimento). O historiador paranaense desconfia das taxas de crescimento que os integralistas apresentaram para o ano de 1937, sustentando que elas eram impossíveis após 8 meses de fechamento compulsório dos núcleos (entre abril e dezembro de 1936): de 35.000 em dezembro de 1936 (8ª, das 23 Províncias), para 55.000 filiados, em fins de 1937.⁵⁰

Seguindo essa linha, é necessário considerar três elementos na crítica a esses números: 1) os oito meses em que o movimento dos camisas-verdes esteve na ilegalidade resultou em

⁴⁹ Um dos últimos, senão o último, filme integralista, ainda preservado, feito na década de 1930 no Paraná revela um comício da AIB, juntamente com uma missa, no distrito de Areia Branca. Algumas cenas foram encontradas recentemente por um colecionador curitibano e disponibilizadas no link: <https://www.youtube.com/watch?v=88ftFHD2ah8>, acesso em 09/07/2014.

⁵⁰ O autor conjectura que a AIB pode ter atingido entre “38 e 40.000 filiados até dezembro de 1937”. (ATHAIDES, 2012, p. 144).

decréscimo no número das filiações, como toda proscricção truculenta promove em movimentos políticos; 2) fica evidente, através das matérias do A Offensiva, que, mesmo após o fim desse período de proscricção, os integralistas não tiveram ampla liberdade política de ação, fato que será corroborado com nossa análise no presente capítulo (ver item *O breve retorno*), que observa a repressão nos meses imediatamente anteriores ao Estado Novo; 3) a AIB tinha todos os motivos para ‘inflar’ seus números de filiados em 1937, em função do pleito presidencial que se aproximava.

EM BUSCA DE UM PERFIL DO MILITANTE INTEGRALISTA PARANAENSE

No estudo de Athaides sobre as categorias sócio-profissionais e étnicas dos filiados, com o objetivo de determinar a feição ideal do militante integralista no Paraná, as fontes utilizadas pelo autor se mostraram limitantes e o próprio historiador o reconhece ao admitir que só pôde ‘captar’ os membros considerados “politicamente ativos”. (2012, p. 160). Isso significa que o estudo em questão, pinçou o perfil em meio aos indivíduos que obtiveram maior destaque nas páginas da imprensa integralista local e nacional.

Ao mesmo tempo, o autor se debruçou sobre outra tipologia documental com o mesmo intuito – os prontuários da Delegacia de Ordem Política e Social – sustentando sua maior fidedignidade em comparação com as fontes jornalísticas. Não obstante, mais uma vez, o uso da fonte nos parece limitado: apenas 34 integralistas prontuariados foram levados em consideração para a estatística. Propomo-nos aqui a revisar e expandir esses números com a *totalidade* dos militantes integralistas registrados pela DOPS/PR, tanto em prontuários quanto em fichas nominiais, no intuito de compararmos as conclusões anteriores com os novos dados.

Antes, vejamos as conclusões de Athaides:

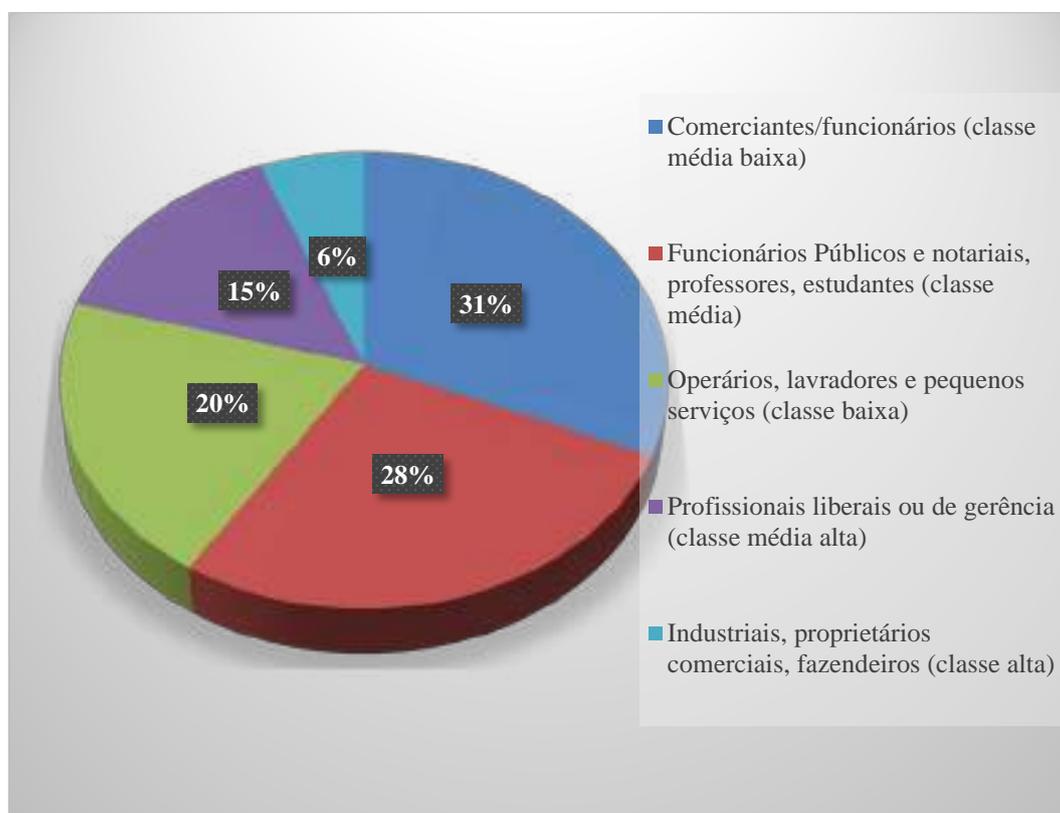
[...] há um predomínio total de indivíduos pertencentes ao que poderíamos chamar de **classe média ilustrada**, dividindo espaços com “a classe média inferior”, de pequenos proprietários e burocratas [...]. Ao mesmo tempo, e talvez pela natureza das fontes, observamos uma parca participação do operariado e dos camponeses. Assim, aquilo que [Hélgio] Trindade chamou de “**média burguesia intelectual**”, presente mais nas lideranças nacionais e regionais, aparece aqui de forma predominante no perfil dos ‘militantes ativos’ paranaenses, de acordo com os dados jornalísticos [...]. Se tomarmos por base os números oriundos da DOPS, veremos a predominância da **pequena burguesia** (composta por burocratas públicos e privados), corroborando assim a tese do autor [Trindade] para o plano nacional [...]. Sobre o quesito **nascimento**, 53,12% dos filiados nasceram na década de 1900;

28,12% na década de 1890; 15,62% na década de 1910; e , por fim, 3,12% na década de 1870. Esses números extraídos das pastas da DOPS mostram que a maioria dos militantes era composta por jovens, com no máximo 38 anos de idade, nascidos no Paraná (80%) e filhos de uma classe média e média alta intelectualizada, que cresceram e foram instruídos sob a influência do fervor nacionalista dos anos 1920 e 1930. Em cidades maiores, como Curitiba e Guarapuava, a maioria dos militantes ativos ainda era recrutada entre os luso-brasileiros, embora os teuto-brasileiros e os ítalo-brasileiros não ficassem muito distante. (2012, p. 162,163).

Para nossas estatísticas, foram levantados ao todo 384 nomes de militantes fichados ou prontuários pela DOPS do Paraná entre 1937 e 1945, dos quais as porcentagens de ausência de dados para cada quesito avaliado são de: idade (51,3%), categorias sócio-profissionais (34,3%), região de origem (8,3%) e origem étnica dos nomes (4,42%).⁵¹

As categorizações sócio-profissionais propostas no excerto supracitado repousam sobre a classificação feita por Hélió Trindade (1979). Aqui propomos outra classificação oriunda das categorias que surgiram na documentação. Os resultados podem ser descritos pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Categorias sócio-profissionais dos militantes filiados à AIB

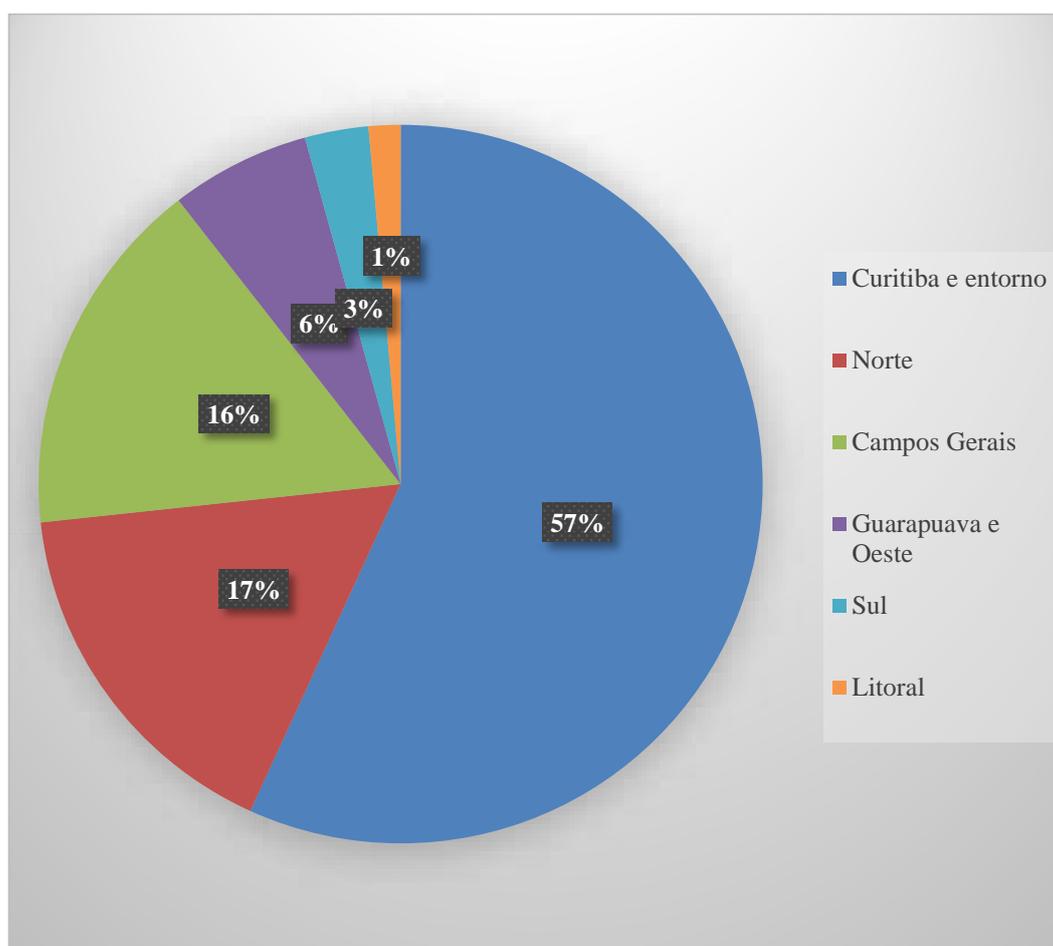


⁵¹ Todos os gráficos foram feitos a partir de dados extraídos das fichas individuais e dos prontuários da DOPS/PR.

Percebemos aqui uma predominância geral dos setores intermediários de classe média, em qualquer dos seus níveis, sem a preponderância do grupo dos setores intelectuais, encontrada por Athaides. Entre os três grupos superiores, as profissões que se sobressaíram foram, respectivamente, (1) advogados e farmacêuticos; (2) acadêmicos e funcionários públicos; (3) comerciantes.

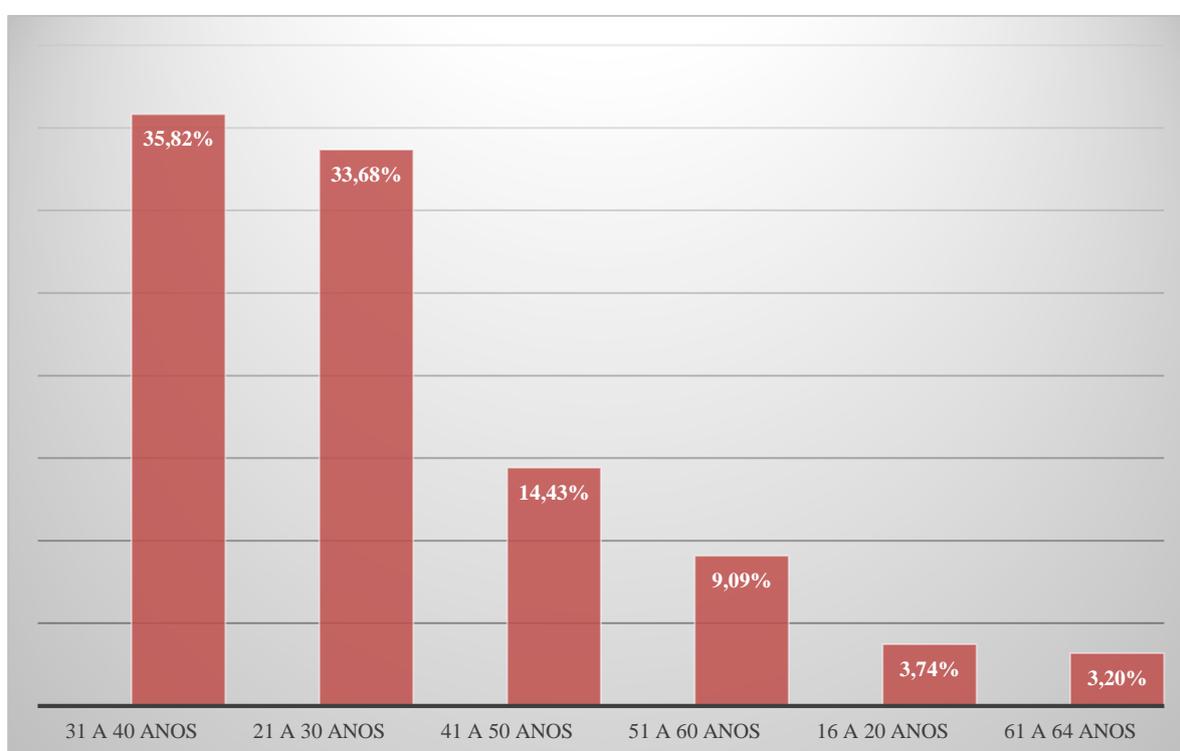
Por outro lado, a classe baixa aparece aqui de forma significativa, em discrepância com o estudo de Athaides, no qual está praticamente ausente. Em geral, esse dado pode ser resultado do sortimento de localidades de origem dos militantes, que inclui uma quantidade considerável de interioranos, boa parte deles, lavradores (70% dos quais são de regiões afastadas de Curitiba):

Gráfico 2 – Região de origem dos militantes da AIB fichados ou prontuários pela DOPS/PR



Quanto à idade, a inexatidão do material da DOPS no quesito não nos permite uma visão clara no que concerne à década de nascimento.⁵² Contudo, numa olhada geral para os resultados do gráfico abaixo, vemos que os indivíduos fichados ou prontuários são predominantemente mais velhos que os dos dados levantados por Athaides (em que consta mais da metade dos militantes pertencendo à geração de 1900, e apenas 28,12% da de 1890). Considerando que o autor se utilizou de uma pequena amostra da DOPS para suas conclusões, essa discrepância parece se dever tanto ao aumento considerável de indivíduos avaliados, quanto à sua vasta origem geográfica.

Gráfico 3 – Idade dos militantes filiados à AIB, 1937 (DOPS/PR)



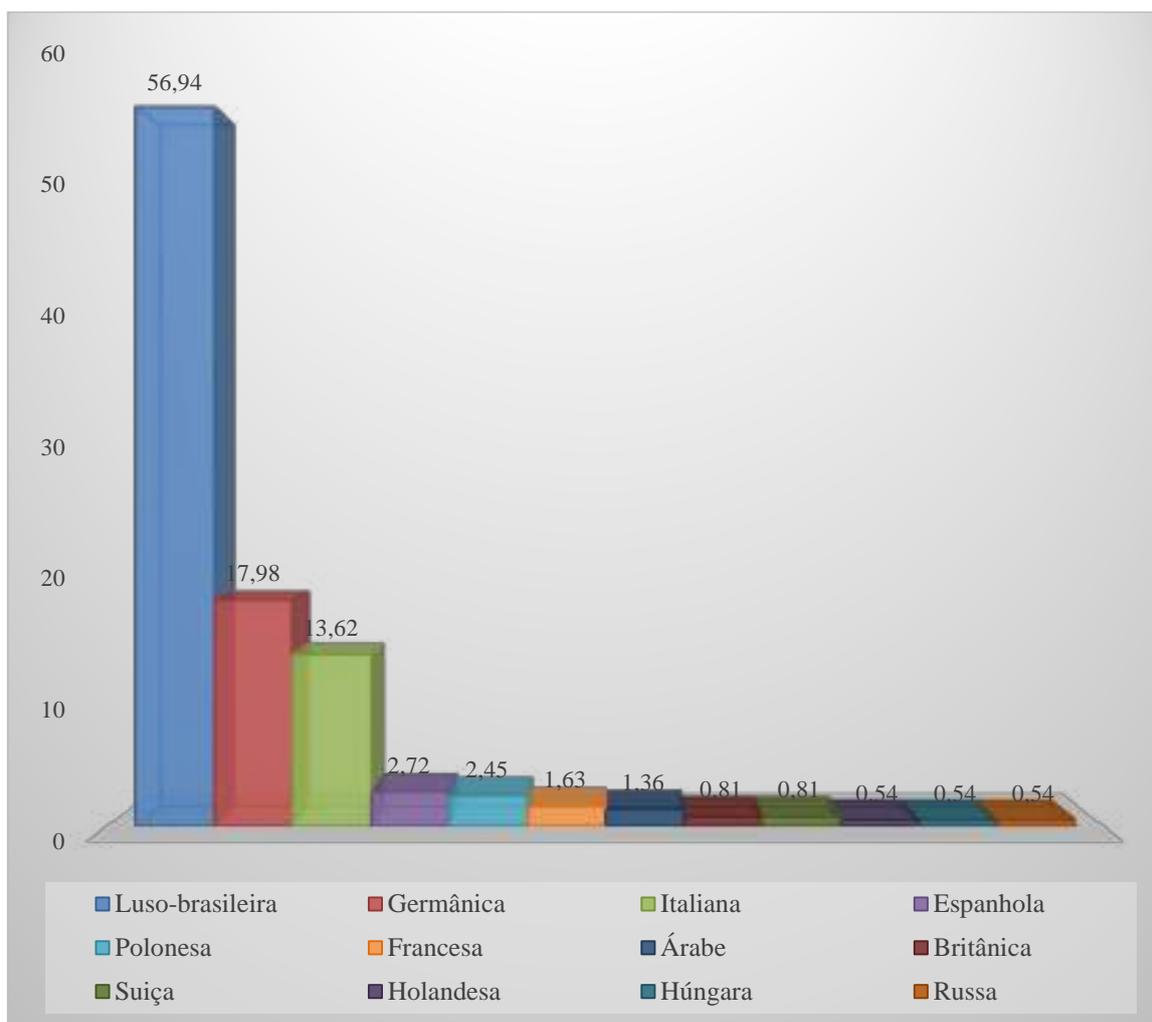
Por fim, um dos quesitos mais polêmicos do tema, a origem étnica dos militantes, requer uma análise em especial. A presença de descendentes de imigrantes era uma constante no movimento integralista, mas poucos estudos conseguem determinar exatamente as porcentagens para as Províncias da AIB. Athaides fez um estudo apenas do Núcleo de Curitiba, a partir de uma lista interna do movimento e concluiu que 48,04% dos filiados tinham sobrenomes luso-brasileiros; 26,09% sobrenomes germânicos, 12,21%, italianos,

⁵² As fichas e prontuários contêm datas de nascimento ou idade. No caso da idade, o cálculo se baseou na data de confecção da ficha ou prontuário, momento em que o indivíduo foi identificado (quer apenas pela DOPS ou pelo Instituto de Identificação), tomando o ano de 1937 como base (último ano de funcionamento da AIB/PR).

8,3%, poloneses; 2,3% espanhóis (além de outras origens minoritárias: franceses, árabes, britânicos, japoneses e dinamarqueses). (ATHAIDES, 2012, p. 171).

Nossa constatação não difere drasticamente disso, embora seja mais ampla no que diz respeito à geografia da AIB, já que os dados se referem a todo o Estado, não somente a Curitiba:

Gráfico 4 – Porcentagem das origens étnicas dos nomes dos filiados à AIB no Paraná



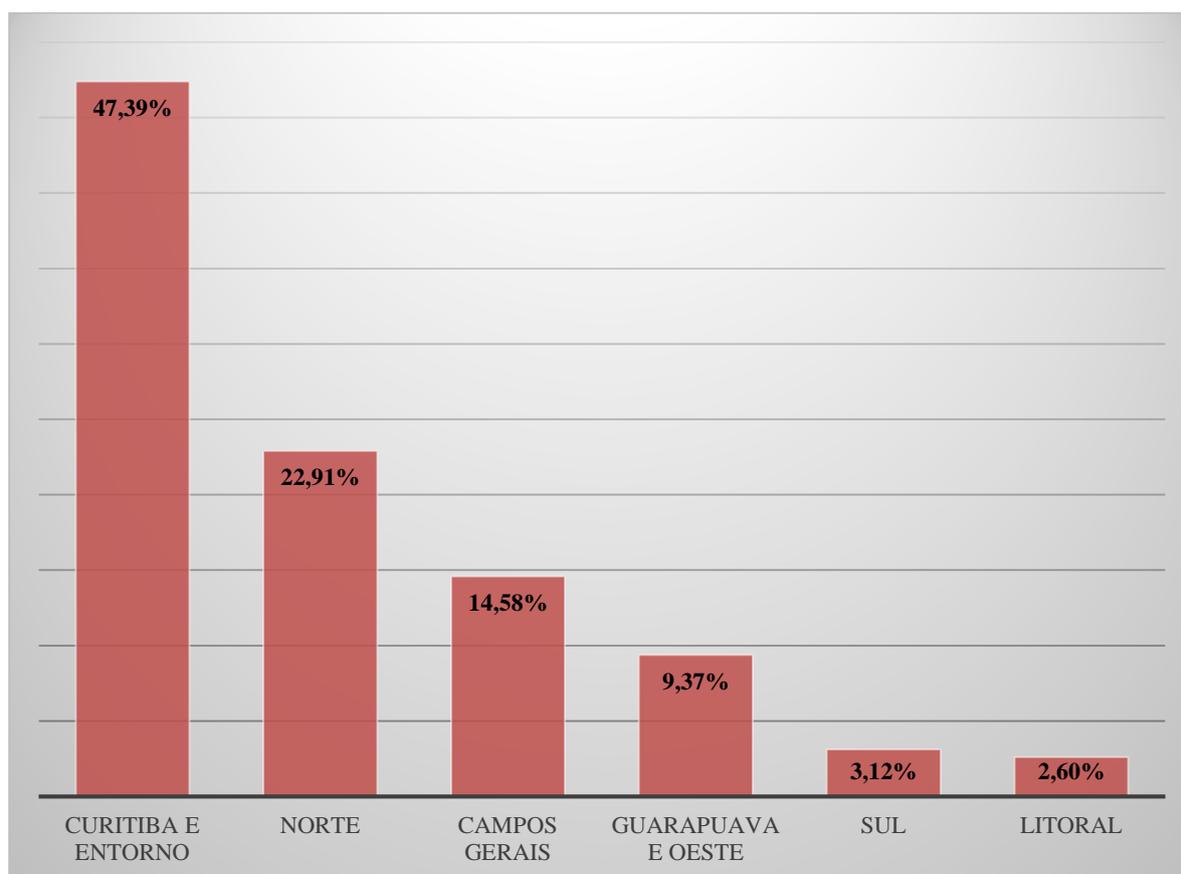
Aqui os luso-brasileiros ultrapassam todas as outras origens juntas, algo que Athaides já sugeria, talvez por considerar algumas origens irrelevantes. O número de sobrenomes germânicos é cerca de 10% menor e o de italianos mais de 1% maior. Os poloneses caem vertiginosamente na comparação (por volta de 6%), resultado cuja causa provável seja a

ampliação da análise geográfica – a maioria dos poloneses se concentrava na ‘Grande Curitiba’.⁵³

Não obstante, sem apresentar dados comprobatórios, Athaides sugere que o ingresso desses descendentes precisa ser entendido mais por uma questão geográfica: havia, em lugares mais remotos, certo ‘descaso’ dos poderes com relação a essa população, que viu no integralismo a possibilidade de integração na política local. Com essa afirmação, nos parece aqui, que a questão étnica em si foi colocada de lado pelo autor na sugestão.

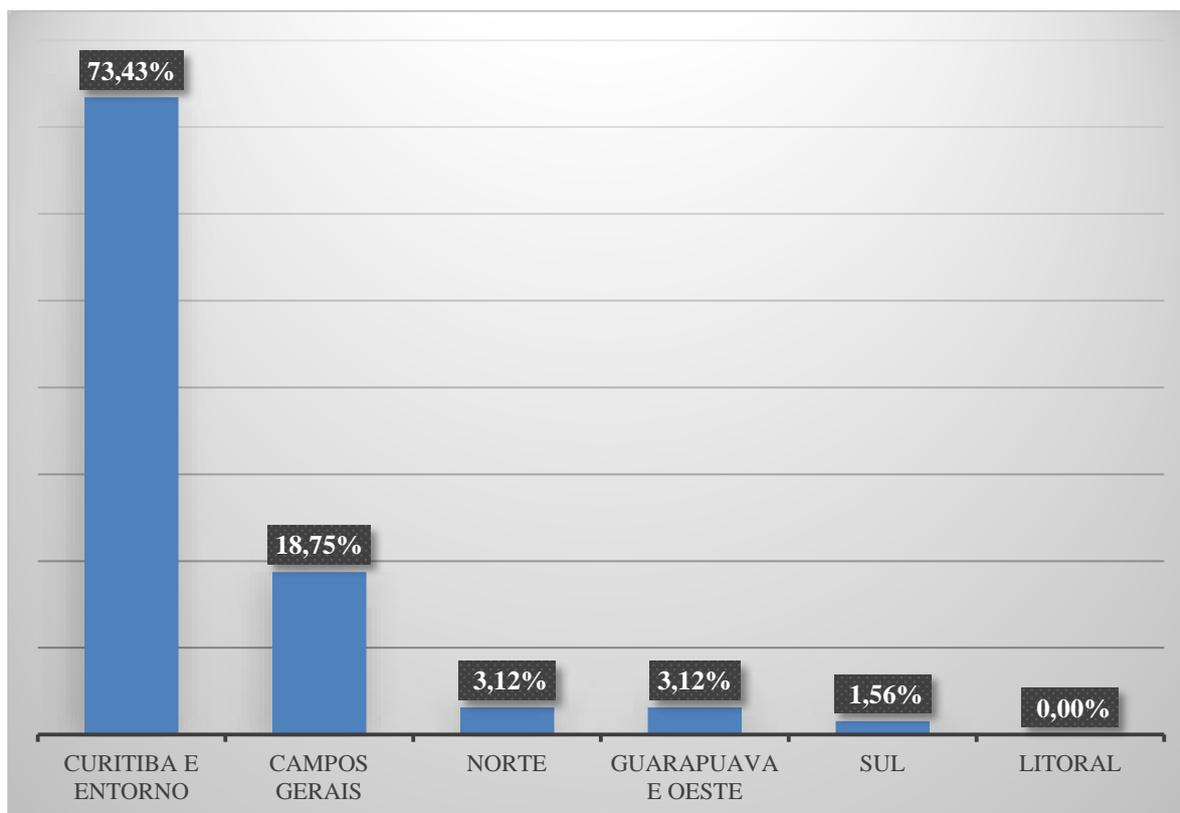
Com os dados de que dispomos, temos condições de dizer – dentro dos limites da fonte utilizada – de onde eram os principais grupos de descendentes filiados à AIB e, minimamente, testar a sugestão. Foram analisados 337 nomes das origens étnicas em questão (lusu-brasileiros, germânicos, italianos e poloneses), em correspondência com as localidades; os resultados são os seguintes:

Gráfico 5 – Distribuição geográfica dos filiados com sobrenomes Luso-brasileiros filiados à AIB/PR (fontes da DOPS/PR)



⁵³ O levantamento da origem étnica dos sobrenomes foi feito com base em pesquisas em sites de genealogia ou das próprias famílias.

Gráfico 6 – Distribuição geográfica dos filiados com sobrenomes germânicos filiados à AIB/PR (fontes da DOPS/PR)



Quanto aos sobrenomes italianos, de um total de quarenta e cinco, 60% eram de Curitiba e entorno, 26,66%, do Norte e 13,33%, de Guarapuava e Oeste. Dos poloneses, 71,42% eram de Curitiba, 14,28% eram de Guarapuava e 14,28%, do Sul.

Como se pode observar, não é possível com tais dados fazermos quaisquer sugestões sobre ‘concentração regional’ de militantes descendentes de estrangeiros. A explicação para isso reside na fonte e seu objeto (ou na ‘caça’ e no ‘caçador’): a DOPS se localizava em Curitiba, assim como o quartel da AIB, com sua maioria de militantes. Se muitos descendentes, digamos, de alemães se filiaram em Rio Negro (lugar conhecido por essa concentração étnica), não são as fontes da DOPS que vão informar, pois, conquanto a mesma tivesse agentes por todo o Estado, sua ação se concentrava na Capital. Em Curitiba, por sua vez, estava a sede e os cabeças da Província. Por mais que vejamos, frequentemente, a DOPS ‘atirar’ a esmo na perseguição, não é desproporcional que suas ações contra a AIB se concentrassem no maior ‘ninho’ do movimento.

AS PRIMEIRAS ESCARAMUÇAS COM O GOVERNO DE MANOEL RIBAS E A DELEGACIA AUXILIAR

As primeiras cidades paranaenses, onde o jornal *A Razão* registrou conflitos entre o integralismo e as autoridades políticas instituídas em âmbito local foram Rio Negro, Guarapuava e Teixeira Soares. Em geral, os prepostos locais (desde delegados oficiais a ‘mandachuvas’) tinham pouca boa vontade para lidarem com o tamanho dos núcleos e das manifestações integralistas; invariavelmente proibiam reuniões, festas, desfiles, como forma de tolherem a força do movimento no cotidiano.

Podemos supor que essas práticas foram recorrentes em várias localidades, graças aos “costumeiros arranjos na conformação das autoridades policiais locais”. (ATHAIDES, 2012, p. 198). Nesses conflitos, ocorridos antes das eleições municipais de setembro de 1935, é mais fácil identificarmos motivações locais de disputas pelo espaço político, ou seja, ocorrências isoladas que não possuíam, ainda, articulações com os órgãos políticos e repressivos estaduais.

No entanto, esses arranjos repressivos logo começaram a se sistematizar através da atuação da Delegacia Auxiliar de Curitiba (precursora da DOPS). No mês de julho, uma série de proibições na capital colocaram em situação de confronto a chefia da AIB no Paraná, na pessoa de Vieira de Alencar e o delegado auxiliar, Valfrido Pilotto. Tais proibições relacionavam-se às comemorações do primeiro aniversário da Província integralista paranaense, para as quais a AIB havia preparado imensos desfiles cívicos e uma marcha luminosa com tochas, à moda do Partido Nazista alemão. Nada foi feito como o planejado. Vieira de Alencar teve que acalmar seus militantes, mediante a proibição total de concentrações de homens uniformizados, vinda de Pilotto.

Pouco antes das eleições, Pilotto baixou uma lista de proibições ao integralismo que fez Alencar correr ao Tribunal Regional Eleitoral: “o uso da camisa integralista, a propaganda partidária eleitoral, reuniões livres e em lugares públicos escolhidos pela AIB, organização de caravanas e excursões e exibições de filmes”. (ATHAIDES, 2012, p. 202). As medidas foram justificadas como prevenção aos conflitos de rua entre integralistas e comunistas, que vinham ocorrendo corriqueiramente no país.⁵⁴

⁵⁴ Como consequência, Valfrido Pilotto figurava quase que diariamente no *A Razão*, como um dos maiores inimigos do movimento local, alvo inclusive de anedotas quanto à sua participação na maçonaria. (A RAZÃO, 30 julho. 1935, p. 2).

Contra a arbitrariedade da Delegacia, o TRE deu ganho de causa aos integralistas. A vitória só não foi completa, porque a Procuradoria Regional entrou com recurso e o assunto foi para o STJE (Superior Tribunal da Justiça Eleitoral), que concedeu o mandato, restringindo-o apenas quanto ao uso da camisa verde e a exibição de filmes sem fiscalização. (REPÚBLICA, 12 setembro. 1935, p. 8).

Como veremos adiante, poucos meses após o resultado das eleições, as pelepas de Vieira de Alencar nos tribunais não surtiram mais efeito e o governo estadual pôde agir livremente na repressão à AIB, durante a democracia, valendo-se das leis de exceção – sobretudo as que entraram em vigor após os levantes de novembro de 1935 (a popularmente chamada ‘Intentona Comunista’). Essa situação, contudo, não seria possível sem os ‘fatídicos’ resultados eleitorais de setembro, sobre os quais aludiremos agora.

A FORÇA DO INTEGRALISMO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1935 E A REAÇÃO

Enquanto a AIB nascia e crescia sob o olhar vigilante tanto de Vargas, quanto de Ribas, desanuviava-se a redemocratização do país e do Estado, assim como as principais forças partidárias locais, criadas para os primeiros pleitos após a Revolução de 1930. No Paraná, vislumbrando o fim da interventoria, Manoel Ribas fundou o **PSD** (Partido Social Democrático), em 1933, um partido getulista/situacionista, acima de tudo.

De outra parte, os embates oriundos dos arranjos de força varguistas, impostos ao Paraná, após a interventoria de Mário Tourinho (1930-1932), geraram a primeira oposição genuína ao majoritário PSD: o **PSN**, Partido Social Nacionalista. Nascido em 1934 e encabeçado por Plínio e Mário Tourinho – para os quais Ribas não passava de um arrivista incompetente – era até 1935 a maior força de oposição, composta por elementos dissidentes de 1930 (ou antiribistas). Já a **URP** (União Republicana Paranaense), reunia representantes da ‘politicalha’ local da Primeira República, oriundos ou próximos do extinto Partido Republicano Paranaense, também chamados de camarguistas (em alusão à tradicional família Camargo, do último governador anterior a 1930).⁵⁵ ‘Correndo por fora’ vinha a **AIB**, que não representava nenhum setor nem da velha, nem da nova ‘elite ribista’ dominante. (OLIVEIRA, 2004).

⁵⁵ Segundo Dagostin (2011), qualquer membro da URP poderia se integrar ao governo em cargos e pastas, desde que atendessem ao quesito obediência ao varguismo e, em alguns casos, foi o que ocorreu.

É nesse panorama político de redemocratização que a Ação Integralista se inseriu eleitoralmente no Paraná. Do ponto de vista partidário, os **dissidentes da Revolução (PSN)** disputavam espaço com as **‘velhas raposas’ (URP)**, dentro da hegemonia da **nova elite política getulista**, encabeçada com mão de ferro por Manoel Ribas (**PSD**). A questão que se colocou aos camisas-verdes nesse cenário foi: havia mais algum espaço eleitoral? Os primeiros resultados, oriundos dos pleitos das constituintes, pareciam mostrar que não.

As primeiras eleições que os integralistas tomaram parte, devido as ordens de Plínio Salgado, foram para a Constituinte Estadual e Federal (note-se que a AIB já era um *partido*, mesmo antes de colocar isso nos estatutos em 1935). No Paraná, essas eleições aconteceram em outubro de 1934 e os resultados foram desastrosos e promissores ao mesmo tempo: o integralismo ficou em penúltimo lugar, vencendo somente os ‘Universitários Independentes’, cujo candidato mais ilustre era o futuro delegado da DOPS, Divonsir Borba Cortês. Por outro lado, os camisas verdes fizeram 7500 votos, tendo apenas 2000 filiados à época, o que “não era insignificante para um partido com 3 meses de funcionamento”. (ATHAIDES, 2012, p. 189).⁵⁶

Não obstante o primeiro fracasso, os pleitos municipais de setembro de 1935 mostraram outro panorama para os que ‘corriam por fora’ e para aqueles que começavam a vê-los como inimigos, mais do que como adversários políticos ignoráveis. Com a Província totalmente estruturada, fundando, além de dezenas de núcleos, escolas, ambulatórios e promovendo ações de assistência social, a AIB mostrou uma força eleitoral pouco imaginada pelos ribistas ou pelos irmãos tourinho.

No computo geral, o integralismo só perdeu para a máquina eleitoral de Manoel Ribas, o PSD, e dividiu espaço com o PSN entre aqueles que acreditavam em alguma alternativa aos estabelecidos do varguismo. De modo óbvio, as explicações para esse segundo lugar requerem análises locais, impossíveis de se fazer aqui e cuja história ainda se está por desvelar.⁵⁷ De qualquer forma, essas eleições mostraram que o integralismo vinha para ficar no cenário político eleitoral paranaense:

⁵⁶ Quanto ao resultado geral das constituintes, o PSD elegeu 3 dos 4 deputados paranaenses para a Constituinte Nacional, em 1933 (Plínio Tourinho era o quarto, ainda sem o PSN); para a Câmara dos Deputados, o PSD fez 4 dos 6 e, na Constituinte Estadual, 20 dos 30 deputados. Manoel Ribas tomou posse em 7 de janeiro de 1935, como Governador eleito indiretamente. (OLIVEIRA, 2004).

⁵⁷ Nem todos os candidatos eleitos pela AIB, por exemplo, construíram seu prestígio político nas fileiras do movimento: os dois prefeitos eleitos, João Molinari Sobrinho (Teixeira Soares) e Altair Bittencourt (Rebouças) são bons exemplos. Molinari era filho de um ex-prefeito e Bittencourt, integralista converso de última hora (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2011; ATHAIDES, 2012).

Tabela 1 – Resultados da AIB nas eleições municipais de 1935

<i>Cidade</i>	<i>Votos PSD</i>	<i>Votos AIB</i>	<i>Votos PSN</i>	<i>Nº de vereadores eleitos</i>	<i>Prefeito eleito?</i>
<i>Curitiba</i>	4412	2190	1620	3	X
<i>Rio Negro</i>	790	650	?	4	X
<i>Ponta Grossa</i>	1452	1117	?	4	X
<i>Imbituva</i>	?	?	?	6	X
<i>Lapa</i>	1286	480	?	3	X
<i>Jacarezinho</i>	?	219	?	2	X
<i>Paranaguá</i>	?	246	?	1	X
<i>São Matheus</i>	?	98	?	1	X
<i>Teixeira Soares</i>	197	253	?	?	Sim
<i>Rebouças</i>	?	?	?	?	Sim

Adaptação de ATHAIDES, 2012, p. 197.

Embora os números sobre o PSN estejam ausentes para os municípios do interior, consta que em Curitiba, a AIB não o venceu em apenas 6 seções eleitorais. (ATHAIDES, 2012). Para Rio Negro e Ponta Grossa, os eleitos significavam 50% das câmaras; para Curitiba, 25%.⁵⁸ Com esses resultados, o jornal *A Razão* publicou ‘vibrantes’ notícias aventando o assombramento dos políticos ‘tradicionais’ em relação às vitórias integralistas: “agora já somos uma força respeitada. Os partidos, já não se riem de nós, porque nós é que rimos deles. Os papéis se inverteram. E eles terão em um dia próximo, uma morte inglória, porque sucumbirão sem a beleza de uma Doutrina, sem o encanto de uma Ideia!”. (A RAZÃO, 27 setembro. 1935, p. 1).

⁵⁸ Não encontramos informações sobre Imbituva. O número de 6 vereadores eleitos parece exagerado, mas as câmaras municipais variavam no número total de ocupantes, em função de leis municipais.

Ilustração 3 – Recorte do A Razão sobre o resultado das eleições



Fonte: A RAZÃO, 27 setembro. 1935, p. 1.

Ao mesmo tempo, o periódico já noticiava os frutos da reação a essas vitórias: em vários municípios, uma série de confrontos ocorreram envolvendo a AIB e delegados, prepostos ou prefeitos, sob as vistas grossas do poder estadual. É fato que essas pequenas perseguições já se iniciaram por volta de meados de 1935, mas ganharam força com o resultado das eleições.

Ilustração 4 – Parte superior da capa do jornal A Razão de 23/10/1935



Fonte: A RAZÃO, 31 outubro, 1935, p. 1

A capa do número 26, de 31 de outubro de 1935, apresenta as proibições do Delegado de Rio Negro, em relação ao uso da camisa verde e as festividades integralistas, sob a ameaça dos militantes entrarem “na borracha”. Indignado, o diretor do jornal, o aguerrido militante Jorge Lacerda, escreveu:

Uma Ideia não se destrói com os estalos de um chicote, porque ela contém em si o germe da Imortalidade.

Continuai a empunhar a borracha, ó braços escravos de cérebros doentios, ameaçando açoitar os camisas-verdes, por que querem a honra de uma Pátria, cuja dignidade, até, foi hipotecada ao estrangeiro!

Um dia porém, sobre vós, com o peso de uma sentença inexorável, recairá a maldição da História!

Continuai a perseguir com o despotismo das vossas baionetas, os legionários da honra de uma Pátria escravizada, os baluartes das glórias do passado e das esperanças risonhas do futuro do Brasil.

Continuai a oprimir os integralistas, levando-os às lajes frias da cadeia, esbofetando-os em face, chicoteando-os como si fossem animais!

Continuai a desafiar-lhes a paciência, mas tenha a certeza de que, um dia, no Grande Dia que já se aproxima, a vossa mão não mais nos ameaçará uma bofetada, a vossa pena não mais destilará calúnias e ultrajes contra nós, os vossos chicotes não mais estalarão e as vossas fisionomias perderam a cor e a expressão do riso [...] (A RAZÃO, 31 outubro. 1935, p. 1).

Dois meses depois, o próprio veículo de comunicação do movimento, o *A Razão*, foi fechado. O mesmo Jorge Lacerda fechou o periódico, alegando intensa censura por parte do governo estadual, como consta em nota do *A Offensiva*, de 21 de dezembro de 1935. O excerto mostra que os integralistas tinham consciência da repressão que lhes sobreviria, ancorada como foi nas leis de exceção promulgadas em nível nacional e amplamente utilizadas em nível estadual no combate a qualquer ameaça local ao *status quo*:

O governo do Estado do Paraná vinha censurando “A Razão” de nós, que não poderíamos assumir uma forma tão humilhante para outra atitude senão interrompendo a sua publicação. O governo, além de outras proibições, chegou ao cúmulo de impedir a publicação de críticas à maçonaria, de notícias sobre a prisão de um deputado comunista, capitão do Exército e sobre a existência de mais de 300 inscritos, no núcleo de Antonina, chegando até a censurar um artigo nosso, que não continha absolutamente nada censurável. O governo da República não decretou o estado de sitio para governadores de Estado defenderem a maçonaria e comunistas amigos. E nunca também, para combaterem o Integralismo, que pôs à disposição das autoridades 100.000 homens para a defesa da honra e da dignidade do Brasil! [...] Cumpre-nos acrescentar ainda, que o único jornal censurado até agora, em Curitiba foi “A Razão”. Como vêm os leitores, a exceção é odiosa e revoltante. Estes foram os motivos que nos levaram aquele gesto. (A OFFENSIVA, 21 dezembro. 1935, p. 12).

A ‘Intentona’ de novembro trouxe o Estado de Sítio, que nas mãos dos governos estaduais servia para qualquer coisa, inclusive para solapar o integralismo. Tendo em vista os resultados eleitorais, nada mais lógico na cabeça de Manoel Ribas do que censurar por ‘motivos de segurança nacional’ sua maior ameaça.

Pelo panorama traçado até aqui, vimos que os embates com os poderes e a repressão pós-eleições de setembro de 1935 apresentam feições municipais, mas também estaduais, o que se confirmaria no ano seguinte, com o completo fechamento da AIB, por ordem do governo estadual. Em outras palavras, Manoel Ribas, além de sustentar ou fazer vistas grossas para a repressão nos municípios, empreendeu uma campanha pessoal contra a AIB, no período democrático de seu governo.

É muito provável que não seja gratuita a sequência dos fatos: um mês após a decretação do Estado de Guerra em todo território nacional, em março de 1936, Manoel Ribas ordenou o fechamento dos núcleos da Ação Integralista no Paraná. O Decreto presidencial nº 702, de 21 de março, não apresentou o nome da ‘ameaça a Nação’ (como fez mais tarde a Constituição de 1937), apenas dizia atender ao que “novas diligencias e investigações revelaram grave recrudescimento das atividades subversivas das instituições políticas e sociais”. (BRASIL, 1936).

Ribas e seu Chefe de Polícia, Roberto Barroso, alegaram que “os Integralistas do Paraná desenvolviam atividades subversivas, chegando o Governo até a apreender regular quantidade de material bélico no núcleo de Rio Negro”, sendo “o Governo do Paraná [...] o primeiro a desmascarar os adeptos do sr. Plínio Salgado”. (*A ACÇÃO*, 26 novembro. 1936, p. 8). Imediatamente, o Chefe do Núcleo de Rio Negro alegou que se tratava de material de caça e escreveu a Getúlio Vargas, de quem se dizia amigo. Vieira de Alencar novamente foi às instâncias jurídicas. A princípio, nenhuma das duas coisas trouxe resultado.

Mais tarde, para justificar o ímpeto do Estado contra o integralismo, o chefe de Polícia do Paraná, Roberto Barroso afirmou: “[...] o Paraná não distingue cores entre os inimigos do regime. Todos os extremistas serão combatidos com a mesma energia”. (*CORREIO DE SÃO PAULO*, 07 novembro. 1936, p. 10). A mesma ardorosa ‘fé’ anticomunista seria aplicada no Paraná contra integralistas.

O “Atila das planícies cobertas de verdes pinheirais”, como foi chamado pelo jornal carioca [*A Offensiva*], ordenou a cessação de quaisquer atividades integralistas em todo o Estado (núcleos, escolas, ambulatórios), bem como determinou a censura total aos símbolos e ritos do Movimento (sigmas, desfiles, cerimônias, etc.). Em 9 de junho, o [mesmo] periódico registrou que “Na capital e no interior do Estado, já não existe nenhum ‘placar’, nenhum cartaz, nenhum boletim. A ojeriza do Sr. Manoel Ribas tudo levou no redemoinho!” (ATHAIDES, 2012, p. 206-207).

Ribas lacrou as sedes e devassou o funcionalismo público em geral. A polícia foi o alvo prioritário da caça ao camisas-verdes ‘infiltrados’. Nenhum militante ou simpatizante do sigma poderia pertencer ao aparato repressor.

Diante da repressão imposta aos paranaenses, Salgado se posicionou de forma pacífica, em matéria no *A Offensiva*. Relembrando a primeira visita que fez a cidade de Ponta Grossa, no ano de 1934, Salgado contrastou o Manoel Ribas daquela época, quando externou vários elogios ao Chefe Nacional da AIB, com o atual. Também pediu aos integralistas paranaenses que não entrassem em confronto com as forças governamentais.

O pedido foi atendido: ao invés de violência, a AIB usou resignação e inteligência para manter a “militância em tempos de proscrição”. (ATHAIDES, 2013, p. 125). Diante desse período de repressão, os integralistas que se mantiveram ‘passivos’ a pedido de Salgado, desenvolveram estratégias para manterem a mobilização e assim evitar que o medo desencorajasse os militantes a permanecerem no movimento. Com isso, a resistência ao aparato repressor foi feita de forma alternativa a qualquer ato violento, na tentativa de garantir que a ‘chama verde’ permanecesse acesa no Paraná. Cerimônias cívicas tradicionais e até

mesmo missas foram transformadas em oportunidades de reuniões de militantes, sem a camisa verde, mas ainda apaixonados pelo integralismo.⁵⁹

O BREVE RETORNO

Na ocasião do Congresso de Chefes de Polícia de 1936, um dos signatários do Convênio (Santa Catarina) forneceu interessante declaração para um jornal paulistano, que mostra como seria tratada, a partir de então, a ‘questão do integralismo’ pelas polícias regionais:

Considero o comunismo mais perigoso do que o integralismo. Ambos, porém, são frutos da mesma árvore: - o extremismo. Contra o primeiro, adotamos medidas de repressão, para o segundo **a ação policial será preventiva, evitando-se assim, a necessidade de ação repressiva.** (CORREIO DE SÃO PAULO, 07 novembro. 1936, p. 10, grifos nossos).

Se há uma relação direta entre essa diretriz do Convênio e a reabertura da AIB no Paraná, não há documentação que nos exima de dúvidas. No entanto, não parece ser coincidência que, poucos dias depois do retorno de Roberto Barroso ao Paraná, os núcleos integralistas puderam ser reabertos. Por portaria da Chefatura de Polícia, o integralismo reabriu seus núcleos “com o fim exclusivo de realizarem o alistamento eleitoral”. (JORNAL DO BRASIL, 04 dezembro. 1936, p. 9).

A reabertura ocorreu em 3 de dezembro de 1936 e foi justificada pelo governo Ribas por essa estrita necessidade da qualificação eleitoral para todos os partidos políticos registrados no Tribunal Eleitoral. Trata-se, portanto, de uma abertura circunscrita, na qual a Província não ficou isenta de perseguição jurídica e policial. Ainda mais, se levarmos em conta que a sua maior inimiga institucional nasceu em março de 1937, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Alguns documentos constantes no acervo aqui analisado, apontam que, mesmo ainda em fase de organização, a DOPS do Paraná já atuava abrindo

⁵⁹ “Mesmo com a completa proibição dos símbolos próprios do Movimento, a AIB se valia da ampla aceitação de ritos e símbolos nacionais ou religiosos. Destarte, o culto as ‘figuras eminentes’ da nação, aos heróis, aos signos nacionais ou religiosos se tornaram o *locus* alternativo para onde os integralistas dirigiam as aglomerações de militantes. O uso do sigma, do ‘Anauê’ ou a celebração da Noite dos Tambores Silenciosos eram sinais de filiação, portanto, execrados pelo poder governamental. Diferentemente era o culto a Tiradentes, ao Pavilhão Nacional ou a celebração de uma missa. Essa brecha simbólica se tornou extremamente importante para os Camisas-verdes no momento da repressão”. (ATHAIDES, 2013, p. 139).

prontuários e fichas dos camisas-verdes, ainda na legalidade. (DOPS/PR, Pront. 1137, Top. 337, fl. 2, DEAP/PR).

Após o ano de 1936, portanto, os camisas-verdes paranaenses voltaram às suas atividades políticas, fundando núcleos, escolas e lançando a candidatura de Salgado para a Presidência da República em todo o Estado. Não obstante, mesmo essa ‘liberdade eleitoral’ foi tolhida e Vieira de Alencar, incansável, continuou colecionando vitórias e derrotas jurídicas pela AIB nos tribunais. Já em março de 1937, Roberto Barroso baixou nova portaria:

[...] proibir quaisquer reuniões públicas ou internas, da Ação Integralista, em todo o território do Estado, ou de outra qualquer agremiação que pugne, direta ou indiretamente, ostensiva ou ocultamente, pela mudança da forma de Governo, concedido, apenas, o direito de promover, nas respectivas sedes, quando regularmente registradas perante a Justiça Eleitoral, atos simplesmente materiais de qualificação e inscrição de eleitores. Cumpra-se. (O ESTADO, 01 abril. 1937, p. 8).

Em meados de 1937, com a DOPS em funcionamento, alguns líderes integralistas mais notórios já foram fichados para acompanhamento, como o funcionário dos Correios, Octávio Vaz Almeida Albuquerque, Chefe do Núcleo Municipal Integralista de Curitiba.

Ilustração 5 – Ficha Individual do Chefe Municipal de Curitiba (criada em 7 de julho de 1937)

0-63 Tel. 748

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

42
00522
ARQUIVO POLITICO
PARANA

Nome **OCTAVIO VAZ ALMEIDA ALBUQUERQUE** Vulgo

Data **7 de julho de 1937** Prontuario na Delegacia n.º **5.90**

Pai Mãe

Idade Data do Nascimento Sexo **masculino**

Nacionalidade **brasileira** Natural de

Estado Civil **casado** Profissão **func.dos Correios e Tel.Sub-Cont.**

Local de trabalho **Correios e Télegrafos** Ordenado

Residencia atual **Rua João Negrão nº 55 (Pensão)**

Residencias anteriores

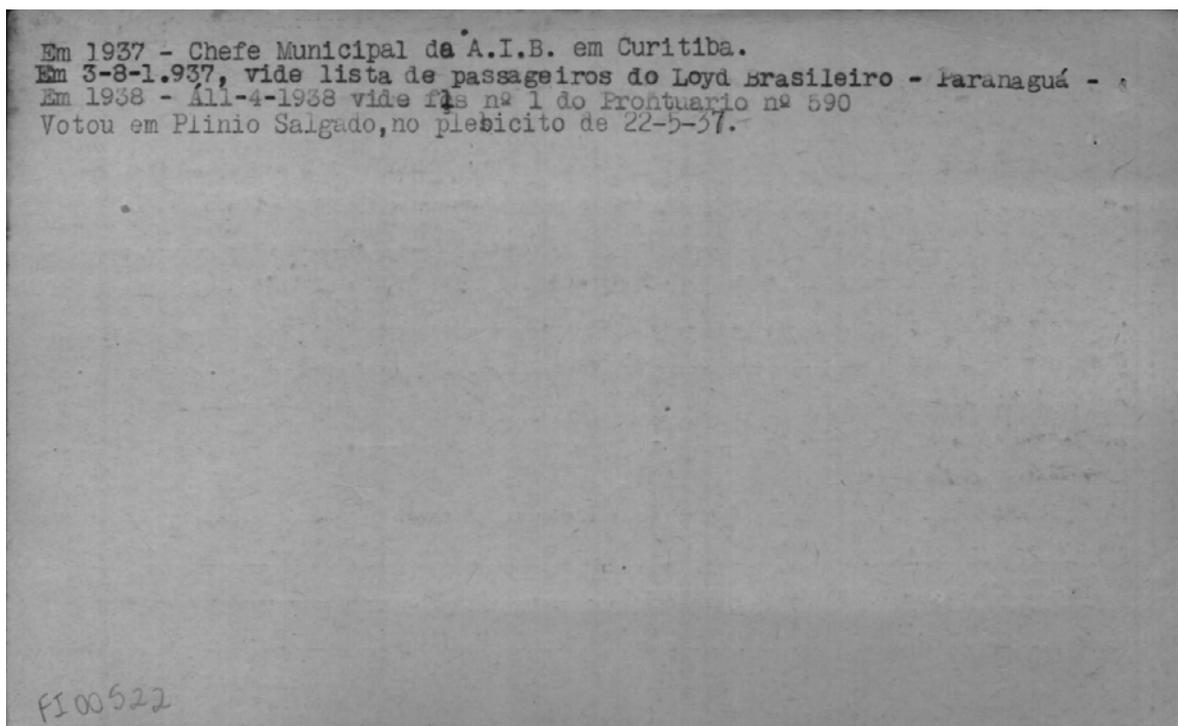
É Sindicalizado Sindicatos e locais que costuma frequentar:

Nome e residencia dos conhecidos e parentes:

Notas Cromaticas: **Côr branca, usa oculos de tartaruga.**

FI 00522

Fonte: DOPS/PR, F.I. 00.522 (frente), DEAP/PR



Fonte: DOPS/PR, F.I. 00.522 (verso), DEAP/PR

Em agosto, o último jornal integralista de Curitiba, *Voz do Sigma*, trouxe a seguinte notícia:

O TRIBUNAL ELEITORAL DECIDIU QUE A A.I.B: NO PARANÁ PODE EXERCER SEU DIREITO DE PROPAGANDA SEM RESTRIÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça Eleitoral julgou hoje o recurso da Ação Integralista contra a decisão do Tribunal do Paraná, que não respondeu à consulta sobre a liberdade de propaganda política nesse Estado. De acordo com o voto do desembargador Collares Moreira, que foi relator da matéria, o plenário julgou prejudicado o recurso, porque, tendo cessado o estado de guerra, a Ação Integralista Brasileira, enquanto regularmente registrada no Tribunal Eleitoral, poderá exercer seu direito de propaganda eleitoral, sem restrições. (VOZ DO SIGMA, 12 agosto. 1937, p. 1).

Em letras destacadas, a chamada da matéria trazia: “Ruiu por terra o item III da Portaria da Chefia de Polícia!”. Tratava-se de nova portaria, de 9 de agosto de 1937, que visava dar instruções à DOPS de como garantir o andamento democrático do alistamento e da propaganda eleitoral. O item I da referida portaria, que contém dez subitens, é realmente progressista, no que diz respeito às garantias eleitorais. Os itens II e III pareciam zombar da AIB:

[Resolve]: II – Tornar claro e explicito que todas as garantias acima [item I], e mais aquelas que por lei forem previstas e as seguradas, são extensivas á “Ação

Integralista Brasileira” como partido político regularmente registrado perante a Justiça Eleitoral”.

III – Proibir em benefício da ordem pública, em todo o território do Estado, o uso de camisa verde, sem paletó, bem como quaisquer outros distintivos e de qualquer Partido que não sejam próprios ao uso na lapela [...]. (CORREIO DO PARANÁ, 11 agosto. 1937, p. 7).

Com a volta do Estado de Guerra, em 5 de outubro, novas portarias e proibições se impuseram quase que de forma imediata aos camisas-verdes, sob ordens do executor do Estado de Guerra no Paraná, Manoel Ribas. Um militante de Ponta Grossa, escrevendo a Plínio, chegou a dizer, em tom de lamentação, após terem sido proibidas as cerimônias oficiais do movimento: “o Estado de Guerra no Paraná, servirá unicamente para a perseguição ao Integralismo”. Outro militante, de Jacarezinho, também em telegrama a Salgado, noticiou que “diversos [companheiros estavam] no cárcere, presos [à] noite [e] incomunicáveis”. (ATHAIDES, 2012, p. 221, 222).

Trinta dias depois, o Estado Novo pôs fim ao que restava da Província Integralista do Paraná de forma mais virulenta que a repressão de 1936. Apesar de sempre ter enfrentado os poderes estabelecidos (municipais e estaduais) ao longo de sua história, a proscrição definitiva da AIB no Paraná – e em todo o país – ocorreu em 2 de dezembro de 1937. Isso se deu através da promulgação do Decreto-lei de proscrição dos partidos políticos⁶⁰, que estabelecia nos seus primeiros artigos proibições que se coadunavam com as características da Ação Integralista. (HILTON, 1977).

Para o Paraná, o Estado Novo não tardou em confirmar a manutenção do Governador, agora, mais uma vez, Interventor, Manoel Ferreira Ribas no mais importante cargo do executivo estadual. Em uma entrevista, logo após a posse, ainda em 1937, Ribas deixou clara sua posição em relação à AIB: “Apresso-me a dizer-lhes que já fui apontado como inimigo número um do Integralismo, título aliás que muito me honra. [...]” (ALBUQUERQUE, 1994, p. 57). A repressão ao integralismo no Estado do Paraná, durante o Estado Novo é o tema dos próximos capítulos.

⁶⁰ Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, “Dispõe sobre partidos políticos”.

**CAPÍTULO III - A DOPS/PR FRENTE AOS CAMISAS-
VERDES: O ESTADO NOVO E A INTENTONA
INTEGRALISTA**

OS CAMISAS-VERDES POSTOS NO LIMBO POLÍTICO

O discurso inaugural do Estado Novo, de 10 de novembro de 1937, deu início a um período curto de incertezas para os militantes da Ação Integralista em todo o país. Entre as forças políticas que Vargas prometia extirpar estavam “as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos”; tais forças, na fala do Presidente, vinham “[oferecendo] perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o esforço do poder central”. (VARGAS apud PENNA, 2008, p. 152).

Essas possíveis alusões ao integralismo prenunciavam o fim de um movimento que, como ‘convidado’ de Getúlio, participou do golpe, ao menos em convivência. Em pouco tempo, os integralistas foram de certa euforia ao desapontamento. (CALIL, 2010). É certo que, antes de se fazerem sentir os efeitos do Estado Novo sobre o integralismo, o Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado, parecia estar esperançoso. Aos seus olhos, o movimento integralista se integraria ao novo regime, o que lhe pareceu evidente através de negociações feitas com Francisco Campos – que falava em nome de Getúlio – nas vésperas do golpe.⁶¹ Assim, a expectativa de Salgado em relação ao novo espaço que ocuparia no Estado Novo, levou-o a apoiar o golpe.

Salgado, já sabendo que qualquer espaço no novo governo significaria o sacrifício da própria AIB, antecipou-se e extinguiu a “feição política” da Ação Integralista Brasileira no dia seguinte ao golpe, em 11 de novembro de 1937. (VICTOR, 2005, p. 30). Com a proibição dos partidos políticos em 2 de dezembro, a AIB passou a atender pelo nome de ABC (Associação Brasileira de Cultura), mas a organização também foi proscriba alguns dias depois, juntamente com a imprensa do movimento. Em contrapartida, Salgado teria aceitado o Ministério da Educação, como compensação de Getúlio, mas o flerte entre os dois se encerrou por volta de janeiro do ano seguinte. (CARONE, 1977).

Essa trajetória, desde a renúncia à candidatura até o flerte e, depois, o rompimento com Vargas confundiu uma parte da militância, fazendo-a declarar o abandono da camisa-verde e a adesão ao Estado novo:

⁶¹ De acordo com Rogério Lustosa Victor, os “entendimentos” entre Vargas e Salgado, que ocorreram através de um encontro em 25 de setembro de 1937, se deram devido a várias promessas, tais como: a substituição dos Governadores Estaduais; a reorganização da milícia integralista; e a entrega da pasta da educação para “algum quadro do movimento chefiado por Salgado”. (2005, p. 29).

O rompimento, de fato, criou uma situação de extremo isolamento aos integralistas, jogados na clandestinidade, com sua imprensa proibida e parte de sua militância simpática à ditadura [...]. Assim, o Integralismo encontrava-se, naquele momento, derrotado dividido e sem capacidade de iniciativa. Situação que o levaria, poucos meses depois, à opção pela ação armada. (CALIL, 2010, p. 70).

Com a exclusão dos integralistas praticamente certa, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1938, Salgado ainda tentava “uma saída política para o impasse com Getúlio”. (VICTOR, 2005, p. 30). Na verdade, conforme sustenta Victor (2005), Plínio Salgado agia como uma espécie de ‘agente duplo’. Ao mesmo tempo em que aguardava os resultados do flerte com Vargas, já se encontrava em plena conspiração para derrubá-lo.

Enquanto isso, no entanto, iniciaram-se vários conflitos envolvendo integralistas e a polícia (sedes foram depredadas, integralistas presos, armamentos foram encontrados) o que causou revolta em muitos militantes. (SILVA, 1971). Assim, embora a situação caótica dos integralistas ainda não apontasse para uma organização bem articulada de resposta à traição e perseguição que vinham sofrendo, “a cúpula dos camisas-verdes, entre estes o chefe nacional, já se articulava com outros setores antigetulistas, tramando um golpe” (VICTOR, 2005, p. 31). No entanto, para a militância integralista, a situação era de confusão, como bem sustentou Edgar Carone:

A verdade é que o integralismo é composto de várias vontades e tendências, com reações diferentes frente ao Estado Novo. Muitos de seus líderes desconhecem a barganha de Plínio com Getúlio Vargas e, diante do golpe, esperam os novos resultados: mais tarde, parte deles vai conspirar contra o regime. Outros, que conhecem as relações secretas, vão se decepcionar logo, rompem com o governo e permanecem inertes politicamente durante a ditadura getulista. (1977, p. 196).

Nesse contexto, de acordo com Gilberto Calil (2010), a AIB conservou certa atuação na clandestinidade, o que incluía a manutenção da hierarquia geral e da milícia. É esse arremedo de organização que será posto em funcionamento na arquitetura dos golpes de março e maio.

No Paraná, os resquícios organizacionais da Província entraram em choque com a polícia política nessa fase nebulosa, entre o fim do sonho integralista e a dura realidade da ordem do Estado Novo. Após a implantação deste último, vários conflitos, ainda de caráter local, envolvendo ex-militantes da Ação Integralista Brasileira e forças leais ao Estado Novo, ocorreram em certas localidades do Estado. Tais conflitos resultaram de (1) *ações de desmonte da AIB*, da (2) *exaltação de militantes indignados* com a completa proscrição, ou

ainda de (3) *conflitos puramente locais* envolvendo as mudanças na balança de forças políticas promovida pela chegada do Estado Novo. Vejamos alguns exemplos.

Na cidade de Teixeira Soares, como noticiou o jornal pontagrossense Diário dos Campos, o maior baluarte da força do integralismo, o primeiro prefeito integralista eleito no Brasil, João Molinari Sobrinho, foi demitido, juntamente com o Secretário Daros e o Tesoureiro, que também pertenceram à AIB. (DITZEL, 2007).

Em Santa Felicidade, à época distrito de Curitiba, alguns militantes se exaltaram e planejaram uma grande reunião para 20 de dezembro de 1937, inconformados com o fechamento da AIB – o que reforça a ideia de que a desmobilização do movimento não se deu no imediato pós-fechamento dos partidos. A informação chegou à Delegacia de Ordem Política e Social antes do ocorrido, por comunicação do escrivão da subdelegacia do referido distrito, datada de 14 de dezembro:

Comunico [a] V. Excia, que no distrito de Santa Felicidade, existe os indivíduos Benjamin Manfron e Dilceu Faria dos Anjos, chefes integralistas daquele distrito e que venham [sic] inflamando a boa-fé daqueles colonos, afim de no dia 20 do corrente, fazerem uma reunião dos adeptos do “sigma” afim de tomarem nova posição de qualquer forma, visto não concordarem com o fechamento do referido partido, e como pelo indivíduo Benjamin Manfron, foi declarado isso a um senhor residente deste distrito, tendo o mesmo senhor me contato que Benjamin Manfron lhe havia dito que a polícia mandou acabar o integralismo, mas, que no dia 20 acertaremos conta com a Polícia, vamos fazer uma reunião geral, e nós aqui, começamos no Gumerindo, que é justamente o subdelegado [...]. (DOPS/PR, Pront. 912, Top. 324, fl. 9, DEAP/PR).

Não sabemos se a mencionada reunião ocorreu, mas, no mês seguinte, o cerco aos ex-integralistas se fechou, com a DOPS realizando serviços “de observação em torno de pessoas que fossem encontradas, com distintivo do Sigma, afim das mesmas serem trazidas à [...] Delegacia”. (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 15, DEAP/PR). Instalava-se mais uma vez no Paraná a censura a todo símbolo integralista, como havia ocorrido em 1936, sob a ‘democracia’ ribista. (ATHAIDES, 2013).

Um dos primeiros ex-militantes pegos com um distintivo integralista nas ruas de Curitiba foi o estudante de Medicina Guntram Kraft Staude. Quatro inspetores da DOPS visualizaram o jovem na Praça Tiradentes, “de frente a Estação de bond”, utilizando o símbolo “sob a lapela do paletó”, pelo que foi “convidado” a acompanhar os inspetores até a Delegacia, no que “não [ofereceu] resistência”. (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 15, DEAP/PR). A situação era nova e os funcionários da polícia política pareciam ter pouco conhecimento sobre os procedimentos: “Chegando a esta Delegacia telefonamos ao Dr.

Mario A. Queiroz, comunicando o ocorrido, sendo que o Dr. Delegado mandou que o mesmo deixasse o nome e a residência, e apreendesse o distintivo e solta-se [sic]”. (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 15, DEAP/PR).

Ao mesmo tempo, já de posse de informações sobre um possível levante armado, a DOPS instalou diversos serviços de observação pelo Estado, mantendo certa vigilância sobre alguns ex-militantes nos primeiros meses de 1938. Um interessante relatório de um inspetor de Campo Largo, nos mostra o tipo observação que se fazia – além do baixo nível de instrução do inspetor (Ilustração 6).

Ilustração 6 – Registro de serviço de observação anterior à Intentona, feito por um inspetor de Campo Largo (17/02/1938)

Dr. Mario Queiroz

D.D. Delegado de Ordem Política e Social

De conformidade as instruções recebida do Inspetor Mesquita, afim de veriguar as Serras de Campo Comprido, a onde sou Inspetor Policial, sobre reuniões Integralista, Escutei um Ssr. muito meu amigo e amigo da Policia muito cumpridor de seus deveres, iniciamos o serviço as 12 Horas da noite, semo porterminado as 3 horas da madrugada, observamos o seguinte as 12 Horas e 35 minutos passou auto Ford tipo 30, de propriedade do Ssr Iva leão, mas era seu empregado que atualmente mora na Ferraria na mina de ouro faltando 10 minutos para uma hora da madrugada passou auto Ford tipo 25 sobre dinho com a tolda arafada com 5 indivíduos cantando, uns sem paletos com camisas escuras, não deu para observar as cores das camisas, ~~ser~~ ser altas horas da madrugada e estava muito escuro, uns com capacetes, tambem não deu para observar as cores dos capacetes, com a placa de experiencia Nº 2 do ano 1937, se dirigindo para estrada de Campo Largo.

faço lembrar a v. Excia, que um Italiano Chefe do Nucleo mora no rio verde grande admirador pela ação Integralista e outro Alemão mora em C. Largo chamado Noimann, vulgo Alemão grande, pela observação acima citada tenho grande desconfiança que as reuniões desses individuos é no Rio Verde na casa do Ssr. Jacó Visser.

Informo a v. Excia. que um grande conhecedor daquelas Serras é este rapaz que deu a ronda comigo esta noite e ja prestou grande serviço a Policia conjuntamente com o Inspetor Mesquita na Delegacia de Vigilancia acha-se desempregado a uns 10 meses.

Paulo
Jose Souza
17/2/38

Em Guarapuava, como esboçamos no Capítulo II, o conturbado cenário político que se delineou com a forte presença integralista se mostrou ainda mais perigoso e violento, nos primeiros momentos em que os camisas-verdes se viram fora do projeto político varguista. Naquela cidade, com a AIB definitivamente proscria, abriram-se caminhos para a prática de vinganças pessoais há muito arquitetadas, mescladas com as disputas políticas e pessoais de longa data.

Muitas das discórdias locais giravam em torno de Antonio da Rocha Loures Villaca, o “Coronel Vilaca”, “elemento de discórdia, politiquero e eterno descontente” (como o definia a própria DOPS), que na década de 1930 mediu forças com os integralistas (ver nota 45, Capítulo II). (DOPS/PR, Pront. 323, Top. 291, fl. 1, DEAP/PR). Com base na documentação que tivemos acesso, é impossível determinar quando as desavenças começaram, mas consta que, em 1936, o ‘Coronel’ foi preso e implicado num processo por atividades comunistas, no qual depôs contra ele, entre outros, o Chefe Municipal da AIB, David Moscalesque.

De qualquer forma, a AIB fechou as portas do Núcleo na cidade e autocensurou seu jornal, o Folha do Oeste, que não publicou mais a ‘página integralista’, a partir de dezembro de 1937. Essa proscrição pode ter sido vista pelas forças contrárias ao integralismo, lideradas por Villaca, como a carta branca para atos mais radicais contra o movimento.⁶² Assim, o assassinato do líder integralista David Moscalesque agitou ainda mais as tensões que marcavam o cenário político de Guarapuava no início do ano de 1938; o crime, de autoria de Olegário Küster, ocorreu nas proximidades da Igreja Matriz, no dia 2 de fevereiro de 1938 e sua motivação parece ter sido “eminentemente política”.⁶³ (SILVA, 2008, p. 81). A participação do coronel Villaca no crime, como mandante, era evidente, de acordo com versão publicada pelo jornal Folha do Oeste; com a posição de chefe político local, indicava pessoas de sua confiança para certos cargos municipais, incluindo o de Delegado, o que garantiria a impunidade. (SILVA, 2008).

Küster foi absolvido na última instância do julgamento, alegando que matara Moscalesque para se vingar do indivíduo que molestava sua esposa. Como sustenta Silva, essa versão sugere que o criminoso planejou o crime a mando de Villaca, preparando assim

⁶² “Ao que tudo indica, depois do rompimento de Vargas com a AIB, os integralistas de Guarapuava haviam perdido a “aura protetora” que os livrava da antipatia, ou mesmo do ódio, que o coronel Villaca nutria por eles”. (SILVA, 2008, p. 83).

⁶³ Além da morte de Moscalesque, outro integralista, Manoel do Monte Furtado foi ferido, mas sobreviveu.

uma “defesa prévia”, baseada na “honra familiar”, para que a absolvição ocorresse. (2008, p. 83).

Concluído o processo do assassinato, entre 1938 e 1939, instalou-se um verdadeiro ‘faroeste caboclo verde’ em Guarapuava: o camisa-verde sobrevivente do atentado, Manoel do Monte Furtado, jurou executar uma caça integralista a Olegário Kuster e a Antonio Villaca. Escapa ao propósito deste trabalho acompanhar os inúmeros episódios que correspondem a essa ‘caçada’ (visíveis no prontuário de Antonio Villaca). O que é importante registrar é que, como veremos, a Intentona Integralista também pode ser inscrita como um desses episódios.

O ATENTADO CONTRA O REGIME: A DOPS/PR E A CAÇA AOS ‘PARTICIPANTES’ DA INTENTONA INTEGRALISTA

Assim que se confirmou a exclusão da AIB na conformação do Estado Novo, setores radicalizados do movimento iniciaram os planos para uma tomada de poder com feições violentas. O primeiro plano, pensado quase que exclusivamente pelos integralistas, foi abortado antes mesmo de se pôr em prática, em março de 1938. Esse “ensaio mal sucedido”, com requintes de “romance [...] inédito”, como o intitulou Hélio Silva (1971, p. 149), é pouco lembrado, sobretudo pela comparação com o levante de maio. Isto porque esse último se materializou em um ataque armado – desta feita, um ataque conjunto de militares, liberais e integralistas – a instalações militares e à residência presidencial, o Palácio do Catete (com direito a cenas novelescas, como Getúlio de pijama e arma em punho).

No plano geral, sobre a Intentona de março – que aqui nos interessa particularmente – uma ordem falsa para o início dos ataques, no Rio de Janeiro, foi o princípio de sua derrocada. Diversos conspiradores já haviam ocupado seus postos quando a contraordem chegou. Seriam tomados o prédio dos Correios e Telégrafos, as usinas elétricas, a Escola Naval e a Rádio Mayrink Veiga, de onde os conspiradores enviariam o sinal do *Putsch* para outras regiões. Nada disso aconteceu:

Os grupos espalhados pelos diversos locais foram identificados pela polícia e presos, mediante denúncias, há prisões de alguns conspiradores duas horas antes do golpe. A polícia vareja casas, prende militares e civis envolvidos na conspiração, descobre planos de extermínio dos inimigos do Sigma e debela o plano dos militares da Marinha, que é prender Getúlio Vargas por ocasião do almoço na Escola Naval, no dia 11. (CARONE, 1977, p. 200).

Essa primeira Intentona tinha conexões em vários Estados (Paraná, Bahia, Pernambuco, Minas, São Paulo), cada um com seus pequenos *Putsche* arquitetados contra as forças locais, sejam elas de natureza militar (como quartéis ou delegacias) ou administrativas (como prefeituras).

A tentativa de levante armado integralista arquitetada para a madrugada do dia 11 de maio de 1938, contou com forças militares e civis integralistas, em sua maioria, mas também vários setores liberais que queriam derrubar o presidente Getúlio Vargas. A coordenação política desta Intentona ficou a cargo, por determinação de Salgado, de Belmiro Valverde (ex-Secretário Nacional de Finanças e membro do Conselho Supremo). A data foi escolhida estrategicamente para possibilitar uma ação revolucionária mais efetiva diante do esperado ‘despreparo’ dos envolvidos nos festejos de comemoração de seis meses do Estado Novo.

Na prática, o plano do levante armado foi desastroso, já que os principais chefes do movimento nada fizeram, não assumindo seus postos de ação e sim, apenas, aguardaram as notícias. Só algumas das determinações constantes no plano revolucionário foram cumpridas como a tomada do Ministério da Marinha e do Palácio Guanabara, do cruzador Bahia e algumas rádios como a Guanabara, a Vera Cruz e a do Jornal do Brasil. O assalto ao Palácio Guanabara ocorreu sem a quantidade de homens planejada, contando apenas com dois sargentos, Manuel Pereira de Lima e Luiz Gonzaga e um grupo de milicianos integralistas de Niterói, num total de trinta e poucos homens liderados pelo tenente liberal Severo Fournier. Assim que o grupo de rebeldes chegou ao Palácio Guanabara houve troca de tiros com os guardas do Palácio, que logo se renderam.

No entanto, a sensação de vitória se mostrou passageira, pois, Vargas e sua família, acordados pelos tiros, conseguiram se comunicar, via telefone, com o general Pinto (no Palácio do Catete) e com o chefe de Polícia Filinto Muller, que garantiram o envio de reforços. Com a chegada das forças governistas, houve nova troca de tiros e dois homens que acompanhavam o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, foram atingidos. Assim que os policiais se aproximaram do Palácio, muitos rebeldes fugiram, outros se esconderam no jardim e foram fuzilados. (VICTOR, 2005).

Para o caso do Estado do Paraná, os documentos da DOPS sugerem que a Intentona de maio nunca aconteceu (exceto por uma movimentação de militantes em Ponta Grossa), justamente em função do desmoronamento da de março e da onda repressora que sobreveio

aos integralistas (participantes ou não da trama). Em geral, os eventos de maio, quando muito, acirraram a repressão que já vinha num crescente há dois meses.

Tecnicamente, a Intentona de março também pouco se materializou no Paraná (com efetivas tentativas de tomada de poder), uma vez que a polícia estava de posse de informações detalhadas dos planejamentos em várias localidades, pelo menos com um mês de antecedência. A insurreição despontaria em quase todas as regiões do Estado, com uma cidade maior em cada uma delas servindo de quartel general. Não obstante, em todas elas, as forças repressoras (DOPS, 5ª R.M. e Delegacias Municipais e Regionais) se anteciparam, de forma que poucos integralistas tiveram tempo de pegar em armas.

Não obstante, Edgar Carone, ao discorrer genericamente sobre os acontecimentos de março, afirma que a repressão governamental “só [envolveu] pequeno número de implicados e grande número de inocentes”. (CARONE, 1977, p. 201). Isso se deu em função de certa conivência das autoridades repressoras centrais, chamadas pelo autor de “direitistas”, para com o golpe. Assim, segundo o historiador, houve certo “relaxamento das prisões de grande número de revoltosos”. (CARONE, 1977, p. 201).

Isso posto, perguntamo-nos como o caso do Paraná se explica à luz das afirmações de Carone? Em outras palavras, por que não houve no Estado a intentona de maio? A ação das forças repressoras foi efetiva a ponto de sustar o novo golpe? Como se deu no Paraná essa relação entre ‘culpados e inocentes’, no contexto da repressão a março? Procuraremos dialogar com as fontes para tentar, minimamente, responder essas questões, enfocando os padrões repressores da polícia política. Contudo, pela natureza das fontes aqui utilizadas, alguns desses questionamentos apenas nos servirão para levantarmos outros problemas relacionados ao tema.

Características gerais da repressão à Intentona no Paraná

No Paraná, entre 1937 e 1945, 112 pessoas foram prontuariadas pela Delegacia de Ordem Polícia e Social por envolvimento direto ou indireto com o integralismo. Dessas, 87 (77,67%) tiveram seus prontuários abertos no período que corresponde à preparação, o acontecimento e a repressão à Intentona (que se estendeu até 1939). Ademais, do total de prontuariados em função da intentona, conseguimos informações de que 45,97% ocuparam algum tipo de cargo na AIB no período da legalidade, especialmente cargos de chefia.

Dos prontuários pela Intentona, 39 (44,82%) eram de Curitiba e arredores (Campo Largo e Santa Felicidade). Ponta Grossa e Teixeira Soares (que como veremos, pareciam ter núcleos de conspiradores conjuntos) somam, respectivamente, 14 e 2 prontuários (18,39%); Guarapuava, registrou 9 (10,34%).⁶⁴ Portanto, fica clara a concentração da ação repressiva da DOPS na Capital – muito embora não possamos desconsiderar que as Delegacias Regionais se mostrassem muito atuantes em certos casos, especialmente no de Ponta Grossa, como veremos.

As fichas individuais (F.I.) dos ex-integralistas, que ao todo somam 381, são mais complexas e apresentam um padrão repressor não só concentrado nos contextos aqui analisados (Intentona e Segunda Guerra), mas em diversos ‘pontos de apoio’ incriminadores. Existem, por exemplo, 63 fichas de ex-integralistas que enviaram telegramas de congratulações a Plínio Salgado ou a Rosalina Coelho Lisboa⁶⁵; outras (31) são de integralistas do Núcleo de Curitiba que votaram em Plínio Salgado no plebiscito interno da AIB de 1937 (cuja lista de votantes a DOPS encontrou).⁶⁶

Outros fichados, em número de 32, apenas constam num quadro de alunos e professores integralistas, bacharelados de 1936, que caiu em mãos da DOPS, os “Bacharelados do Sigma” (Ilustração 7). Boa parte deles nada havia feito além de figurar no quadro. Trata-se, sem dúvida, de um registro de crime político (ou o potencial para o mesmo) anacrônico, uma vez que, parte desses jovens de 1936, abandonaram a militância na AIB assim que o Estado Novo se instalou, ou mesmo antes.

⁶⁴ Outras cidades de prontuários em função da Intentona: Campo Largo (2), Cornélio Procópio (3), Irati (4), Itararé/SP (1), Jaguariaíva (3), Lapa (4), Rebouças (1), Ribeirão Claro (1), Rio de Janeiro/RJ (1), Rio Negro (2), Tamandaré (2), União da Vitória (1).

⁶⁵ Qualquer telegrama de congratulação aos manifestos de Plínio ou da poetisa e escritora integralista Rosalina Coelho Lisboa se transformavam em motivo para abertura de fichas e registros em prontuários. A própria Rosalina Coelho foi fichada na DOPS do Paraná.

⁶⁶ Esse registro de votação em Plínio é ocorrência comum nas fichas e nos prontuários, o que indica claramente a prática da polícia política de ligar o ‘passado legal’ do ‘criminoso’ ao presente: “Votou em Plínio Salgado, no plebiscito de 22 de maio de 1937”. Essas entradas nas folhas de ocorrência não podem ser datadas de 1937, data do plebiscito. Datam, em geral, da primeira ocorrência que levou à DOPS a criar os prontuários e as fichas. Depois da ocorrência, verificava-se se o indivíduo havia participado da votação e se acrescia a informação incriminatória. Por exemplo: o alemão Frederich Rauch, foi preso em 15 de março de 1942 “por suspeitas de exercer atividades nazistas”. Não obstante, antes do motivo da prisão, a DOPS assinalou: “Tanto o requerente como sua esposa ALVINA SCHWARBCH RAUCH, votaram em Plínio Salgado, no plebiscito de 22 de maio de 1.937. INTEGRALISTAS FERVOROSOS”. (DOPS/PR, Pront. 1315, Top. 347, fl. 5, DEAP/PR).

Ilustração 7 – Quadro Bacharelados do Sigma (1936)



Fonte: DOPS/PR, Pront. 1791, Top. 376, fl. 5, DEAP/PR

Ilustração 8 – Relação dos integralistas, cujas fotos constam no quadro Bacharelados do Sigma

C. P. 13 - A

POLÍCIA CIVIL
ESTADO DE PARANÁ

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Curitiba, 5 de Junho de 1941

RELAÇÃO NOMINAL DOS INTEGRALISTAS CONTIDOS NO QUADRO
"BACHARELADOS DO SIGMA DO PARANÁ"
-1.000-

Professores:	
1- Leonel Martins	28- Gastão Fives
2- Luis Assarante	29- Francisco Mattani Jor.
3- Ildefonso Puppi	30- José C. Costa.
4- J. Sagume Passos	31- Carlos Sintens
5- Elio Brandão	32- Misael Passos
6- Plínio Salgado	33- Mário Barletta
7- M.S. Vieira de Alencar	34- Jorge Raggio
8- Fernando Assvedo	35- José C. Barques
9- José Escherotto	36- Emerson Passos
10- Estêvão Coligra	37- Antônio T. Frevissa
11- Sírmão Pinho	38- Eitor Raggio
12-	39- Servindo Santos
Alunos:	
13- Neri S. Alves	40- Bernardo W. Gomes
14- Belmont Bittencourt	41- Estanislau Groch
15- Stívio Bittencourt	42- Leonardo Abagge
16- Valentim Coelho	43- Walter Hortsmann
17- Noalba Luírosa	44- Osvaldo Schmidt
18- Lígia Frust	45- Amdeu Puppi
19- Rui C. de Albuquerque	46- Mateus Costa
20- Sei Lobo	47- José Guerina Sob.
21- Carlos Cesarco	48- Cláudio Macedo
22- Jair Lopes	49- Davi Lavier
23- Joel Fleischfresser	50- Horst Greenly
24- Ngou Mueller	51- Henrique Assvedo
25- Igozinho T. de Leão	52- Otto Alencar Jor.
26- Ernesto Giacoci	53- Ricardo Adreata
27- Bruno Jonscher	54- Valdemiro C. Davi.
28- Afonso T. de Freitas	

O original do quadro encontra-se no Museu desta Delegacia.

Não obstante a complexidade, utilizamos as fichas para ampliar a análise estatística de presos, processados, absolvidos ou sentenciados a prisão nos contextos correspondentes ao nosso estudo. Assim, entre o período de 1937 a 1945, 381 pessoas foram fichadas na DOPS por serem integralistas ou por envolvimento com a AIB. Dessas fichas, 24,67% (94 fichas) correspondem diretamente à Intentona Integralista (para os números do período posterior, ver Capítulo IV).

No total, foram presos 110 indivíduos por envolvimento com o levante, sendo a maioria posta em liberdade, sem processos. Contabilizamos, a partir da leitura dos prontuários e das fichas, 27 processos abertos no Tribunal de Segurança Nacional relacionados ao levante integralista no Paraná. Destes, 17 resultaram em absolvições e 10 em condenações.⁶⁷

Do ponto de vista das relações administrativas, as verticais – ou seja, com o Distrito Federal – se mostraram pouco frequentes na documentação aqui analisada, no que concerne à repressão à Intentona. Há, por certo, uns poucos pedidos de informações gerais sobre a repressão vindos do Rio, ou pedidos de vigilância de viajantes enviados do Paraná. Não obstante, tais relações não se diferem das mantidas com outras DOPS estaduais. Talvez, os únicos documentos que insinuem certa centralização na ação repressiva, entre 1938 e 1941, sejam as listas conjuntas de “extremistas”, mesclando integralistas e comunistas, enviadas ao Rio para prestar informações à DEOPS do Distrito Federal.⁶⁸ (DOPS/PR, Pront. 0257, Top. 287, DEAP/PR). Obviamente, essa ‘timidez’ na centralização, não leva em conta outras formas de possíveis ‘contatos centralizadores’ não registrados na documentação (como instruções secretas, ordens verbais, etc.). Não leva em conta, também, a existência de farta documentação sobre os Estados, contida nos documentos da extinta Delegacia do Distrito Federal, a qual esta pesquisa não pôde analisar.

As relações horizontais, entre as DOPS estaduais, se mostraram também pouco frequentes. Apenas um grande caso de investigação da DOPS/PR, por uma informação prestada da DOPS/SC se registra na documentação e, ainda, em uma data tardia à Intentona (novembro de 1938).⁶⁹ No mais, as poucas ações de colaboração das forças repressoras

⁶⁷ O número de processos no TSN deve ser maior que esse aferido em nossa pesquisa, uma vez que nesse aspecto as fontes da DOPS são bastante lacunares.

⁶⁸ Nessas listas, embora haja uma equivalência no patamar do inimigo político, é interessante observarmos que inexistente a qualificação de ‘ex-comunista’, enquanto abundam as referências aos ‘ex-integralistas’. Embora para Manoel Ribas o comunismo e o integralismo fossem discursivamente combatidos com o mesmo afinco, o discurso policial nos dá a impressão de que havia ‘salvação’ para a direita fascista, mas não para esquerda.

⁶⁹ Tratou-se de uma estéril investigação sobre Raul Leite Filho, filho de Raul Leite, industrial farmacêutico, ex-membro da Câmara dos Quarenta. Leite Filho viajou a trabalho pelo Paraná e por Santa Catarina, mas Lara

estaduais são como a que se observa no telegrama de Lara Ribas, Delegado da DOPS de Santa Catarina, à DOPS/PR: “[...] peço informar se interessa prisão João da Rocha Loures Sobrinho condenado 5 anos e 10 meses prisão [sic] [5 meses e 10 dias] virtude sentença proferida Juiz Raul Machado”. (DOPS/PR, Pront. 1775, Top. 375, fl. 4, DEAP/PR). Trata-se de uma pequena ajuda para prender um integralista que fora visto em outro Estado.

Na Capital, onde recaía o foco da repressão ao integralismo, o trabalho era feito exclusivamente pela DOPS (não sem ajuda de funcionários ‘emprestados’ de outras Delegacias). Já no interior do Estado, era feito por uma Delegacia Regional de Polícia ou uma Delegacia Distrital a ela subordinada – salvo raras exceções, quando inspetores de Curitiba eram designados para viagens.

Em alguns casos, senão em todos, o trabalho de ordem política e social na repressão à AIB – e a outros inimigos políticos – parece ter sido um fardo para certas Delegacias interioranas de tamanho reduzido. Citamos como exemplo a conclusão das investigações locais sobre a Intentona Integralista em Irati, na qual o Delegado da 6ª Delegacia Regional, Jaime G. do Nascimento, ‘desabafou’ ao Secretário de Segurança Pública do Estado:

Esta Delegacia empregou todos os esforços no sentido de apurar melhor as responsabilidades criminosas dos integralistas deste núcleo, não podendo fazer por falta de elementos que ainda se tornam necessários para uma Delegacia Regional, como sejam policiais especializados e mesmo porque o edifício onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública local não se adaptam aos seus fins. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 14, DEAP/PR).⁷⁰

O procedimento no interior era quase sempre o mesmo: por ordem verbal ou escrita superior (da Chefatura ou da Secretaria de Segurança Pública), as Delegacias do interior abriam inquéritos para apurar as ocorrências de 10 e 11 de março, em geral, prendendo ou convocando para prestar esclarecimentos os possíveis implicados. Quando possível, apurava-se o paradeiro e se apreendia a documentação interna dos núcleos da AIB. Findo o inquérito, os implicados eram encaminhados, com escolta, para a DOPS em Curitiba, para prisão e processamento local (identificação, prontuário, interrogatório, inquérito,

Ribas, Delegado da DOPS/SC, cismou que se tratava de uma viagem de ‘ligação’ entre elementos integralistas para uma conspiração. Ironicamente, os poucos farmacêuticos das regiões por onde Leite Filho passou vendendo seus produtos eram integralistas, portanto, se não falasse com eles não haveria negócios. (DOPS/PR, Pront. 3218, Top. 464, DEAP/PR).

⁷⁰ Com isso, a DOPS não teve como implicar seriamente os possíveis envolvidos no golpe local em Irati, uma vez que o próprio relatório se mostrou extremamente vago: nele as sentenças “[...] se bem que não ficou plenamente apurada [...]” e “[...] apesar de não ter ficado provado neste inquérito [...]” aparecem repetidamente, referindo-se a certos ex-militantes. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 14, DEAP/PR).

encaminhamento ao TSN). Consoante ao que a documentação nos indica, a relação da DOPS com as Delegacias Regionais, para fins de repressão, era indireta, necessitando de uma ordem vinda de autoridade superior para que determinada investigação ou inquérito fosse aberto. Em outras palavras, a DOPS não dava ordens a nenhuma Delegacia do interior – embora tivesse certas facilidades junto à Chefatura e à Secretaria de Segurança, sobretudo em períodos conturbados (como no pós-Intentona e no pós-declaração de guerra ao Eixo).

Da análise geral das pastas da DOPS, verificamos que, de alguma forma, essas Delegacias Regionais e/ou Distritais sabiam dos preparativos e, provavelmente, da data provável da Intentona de março. Por isso, a polícia efetuou vigilância preventiva em torno de vários integralistas considerados suspeitos. Muitas vezes, atitudes suspeitas na véspera do golpe (como reuniões, frequência na estação ferroviária, ou ao redor da Prefeitura e Delegacia, etc.) significaram prisões.⁷¹

O saldo da onda repressora de março e abril pode ser observado nos registros de maio de 1938, quando vários militantes da AIB foram presos e reunidos na penitenciária estadual em Curitiba. Posteriormente seriam prontuariados ou fichados, tendo seus processos enviados ao TSN. A lista reúne integralistas de várias localidades, ex-militantes comuns e ex-Chefes, com diferentes níveis de envolvimento com a Intentona, como veremos.

Curitiba, 17 de Maio de 1938
Exmo. Snr. Dr. Secretário de Segurança Pública

Levo ao conhecimento de V. Excia. que mediante as Portarias sob nºs 103, 104 e 106, foram recolhidos a este Estabelecimento [Casa de Detenção de Curitiba] afim de ficarem a disposição dessa Secretaria, os presos políticos. Dr. Manoel B. Vieira de Alencar, Guilherme de Souza Paula, Guntram Kraft Staud, João Bartolomeu Klier, Domingos Estival, Lourival Wendler, Adelio Ramiro de Assis, Dr. João A. Rocha Loures Sobrinho, Antonio Moisés, Vulgo (?), José Gurgél, Manoel Borges Monteiro, Miguel Dobbins, Ramom Franch, Dr. Manoel Linhares de Lacerda, Domingos Ribas, João Wachtel Filho, Amarílio Rezende de Oliveira, Manoel do Monte Furtado, Francisco Tessolini, Altivir da Costa Soares, Reinaldo Safraidler, Alfredo [Vermihoof], José [Otmann], Eduardo José Novay e Jayme Maria Sobrinho. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 36. DEAP/PR).

⁷¹ Nas diligências policiais, embora sempre suspeitos, não necessariamente os líderes dos núcleos municipais integralistas eram, comprovadamente, os cabeças do movimento insurrecional local. Em Irati, por exemplo, um relatório do Delegado Regional, de 26 de abril de 1938, registrou: “[...] era mantido na chefia do núcleo local o Sr. CAETANO ZARPELON, industrial aqui residente. Pelas suas declarações, corroboradas pelas das demais pessoas, ouvidas neste inquerido, ficou provado que ao mesmo não cabe nenhuma responsabilidade visto que apenas figurava o seu nome como chefe municipal, sem que entretanto o mesmo tivesse participação direta ou indiretamente no movimento integralista esperado para 10 de março último”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 14, DEAP/PR).

Diversas trocas de correspondência entre a Chefatura de Polícia do Paraná e o Tribunal de Segurança Nacional indicam a efetiva atuação do mesmo entre 1938 e 1941, na repressão à Intentona. Em última instância, era o TSN que decidia sobre a validade ou não dos inquéritos da DOPS sobre os camisas-verdes e, no computo geral, a maioria dos processados que pediram *Habeas Corpus* foi atendida, bem como, posteriormente, absolvida, entre fins de 1938 e 1939.

Da lista de prisioneiros supracitada, vemos boa parte recebendo o direito de responder ao processo em liberdade, como consta no telegrama enviado pelo Juiz do Tribunal de Segurança Nacional, Raul Machado, ao Chefe de Polícia do Paraná, Roberto Barroso, em 21 de junho de 1938:

COPIA

TELEGRAMA, DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS. Rio. Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia do Paraná, Curitiba. 21 de junho – 38. Informe Vossencia [sic] que este Juízo tendo em vista elementos informativos decretou prisão preventiva dos acusados GUILHERME DE SOUSA PAULA, GUNTRAN KRAFT STAUD, FREDERICO BARZ conforme mandados remetidos correio. Quanto acusados MANOEL VIEIRA BARRETO ALENCAR, JOÃO BARTOLOMEU KLIER, EROTIDES MANOEL PRATES, LOURIVAL VEDLER, DOMINGOS STIVAL, WALTER BECHER e PEDRO MACHADO DE SOUSA poderão defender-se liberdade. Saudações atenciosa. Raul Machado Juiz Tribunal Segurança Nacional.

Confere com o original

Curitiba, 22 de setembro de 1.938. (DOPS/PR, Pront. 912, Top. 324, fl. 7, DEAP/PR).

Em julho, o TSN solicitou informações sobre a prisão de alguns desses indivíduos, acrescentando outros à lista, para responder aos *Habeas Corpus*:

29 de julho 38. 17 h 5. Of. Sr. Chefe de Polícia Estado Paraná. Curitiba.

Para fins Habeas Corpus solicito vossencia providencias sentido sejam prestadas informações motivos determinaram prisão de João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Manoel Borges Monteiro, Jayme Maria Sobrinho, Guilherme de Souza Paula, Frederico Barz, Guntrann Kraft Staud, Ramon Franchi, Miguel Dobbins, Manoel Linhares de Lacerda, Adelio Ramiro de Assis, Antonio Rosa Moyses, Amarílio Resende de Oliveira, José Ottman, João Wachtel Filho, Domingo Ribas, Francisco Tessuline e José Russo Gurgel, bem assim a disposição de que autoridade se acham os mesmos presos. Sds. Raul Machado. Juiz Tribunal de Segurança Nacional. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 31. DEAP/PR).

Em resposta da Chefia de Polícia:

30 de julho 38. Dr. Raul Machado. Juiz do Tribunal Segurança Nacional. Rio. Resposta telegrama ontem informo V. Excia. João Alves Rocha Loures Sobrinho, Manoel Borges Monteiro, Ramon Francho, Adelio Ramiro de Assis e Francisco

Tessulim já estão liberdade Guilherme de Souza Paula, Frederico Barz e Guntran Kraft Staud acham-se presos virtude prisão preventiva decretada esse tribunal. Manoel Linhares Lacerda, Michel Dobbins, Antonio Rosa Moyses, José Russo Gurgel e Jayme Maria Sobrinho estão presos tempo processo sido encaminhado esse Tribunal com pedido prisão preventiva. Amarílio Rezende de Oliveira, José Ottman, Domingos Ribas e João Watchel Filho estão presos disposição esse Tribunal para onde foram remetidos respectivos processos. Atenciosas Saudações. Fausto N. Bittencourt. Chefe de Polícia. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 31. DEAP/PR).

Em sessão de 16 de agosto, o Tribunal concedeu *Habeas Corpus* a “Manoel Linhares de Lacerda, Antonio Rosa Moyses, Amarílio Rezende de Oliveira, José Ottmann, Domingos Ribas [e] João Watchel Filho”, solicitando a soltura imediata à Chefatura. Esta procedeu a soltura e solicitou instruções para o caso de Antonio Rosa Moyses, que recebeu *Habeas Corpus* depois de “condenado [a] 5 meses e 10 dias [de] prisão celular” pelo próprio TSN, o que caracterizava um conflito de ordens. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 24. DEAP/PR).

Além das implicações penais do envolvimento na intentona, a Interventoria Federal decretou a exoneração de indivíduos ligados ao integralismo (ou a qualquer outro partido extinto em 2 de dezembro de 1937). Trata-se de mais uma atitude que se repetia sob o governo de Manoel Ribas (a primeira leva de exonerações de integralistas ocorreu em 1936)⁷²:

DECRETO Nº 7.035

17-6-938

O Interventor Federal no Estado do Paraná, tendo em vista a necessidade de expurgar o quadro do funcionalismo do Estado, de elementos filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido de existência proibida. DECRETA:- Artº. 1º - São afastados de seus cargos, sem prejuízo da ação penal competente, com perda de todas as vantagens inerentes nos mesmos, os seguintes funcionários: BENJAMIM MOURÃO, professor do Ginásio Regente Feijó; (P. Grossa) – JOSÉ VIEIRA SIBUT, 2º Oficial do Instituto de Identificação e JOÃO DE [JESUS] NETO, 1º Oficial do Departamento da Chefatura de Polícia. Artº. 2º - Na forma do artigo 9º do Decreto-Lei Federal nº 431 de 18 de Maio do corrente ano, as Secretarias de Estado a que pertencerem os funcionários afastados pelo presente decreto instaurarão os inquéritos administrativos necessários à efetivação da sanção prevista no referido artigo. Artº. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

⁷² Há um caso interessante de um ex-integralista, expulso na devassa de 1936, que voltou à cena com a onda repressora de 1938. O Inspetor Extranumerário, Elisberto Antunes Damaso, nomeado para o cargo na Delegacia Auxiliar em 8 de junho de 1936, chegou a ser elogiado pelo Chefe de Polícia do Estado, através da Portaria nº 61, “por ocasião da visita do Exmos. Snrs. Antonio Augusto de Carvalho, Governador Interino do Estado e Eurípedes Garcez do Nascimento, Secretário do Estado (...) por dedicação e zelo”. (DOPS/PR, Pront. 1025, Top, 330, fl. 1, DEAP/PR). De um funcionário exemplar, Damaso passou a uma pessoa mal quista pela Chefatura de Polícia do Estado, que, em 30 de dezembro de 1936, determinou sua exoneração “sob a proposta da Delegacia Auxiliar”. (DOPS/PR, Pront. 1025, Top, 330, fl. 1, DEAP/PR). Quase dois anos depois, parece-nos que a polícia se lembrou da filiação de Damaso e, em decorrência da Intentona de março, realizou sua prisão no dia 16 daquele mês, por “determinação verbal” de Roberto Barroso. (DOPS/PR, Pront. 1025, Top, 330, fl. 1, DEAP/PR). Damaso permaneceu preso por dois dias, sendo posto em liberdade no dia 18 “por nada ser apurado contra si” (DOPS/PR, Pront. 1025, Top. 330, fl. 1, DEAP/PR). Mesmo diante da ‘inocência’ do ex-inspetor a DOPS realizou serviço de observação em torno dele até 1939.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 17 de Junho de 1.938; 50° da República. (DOPS/PR, Pront. 1849, Top. 379, fl. 2, DEAP/PR).⁷³

O notório professor Nilo Brandão, ex-Secretário de Estudos da Província do Paraná, também foi exonerado do seu cargo no Ginásio Paranaense – depois de ter prestado esclarecimentos na DOPS, durante a onda repressora da Intentona de março. Em 1940, voltou aos registros policiais em função de contatos com o Major Caldas Braga, pelos quais tentava reaver o cargo perdido. Os depoimentos de Brandão e Caldas Braga são extremamente contraditórios, mas, talvez seja possível afirmar que, após o pedido de ajuda ao militar, o professor foi ‘entregue’ pelo mesmo ao Capitão Fernando Flores, que deu ordens à DOPS para colher os depoimentos.

Caldas Braga teria tentado acalmar Brandão, mostrando-lhe o exemplo do supracitado Benjamin Mourão, que em conversa pessoal com Manoel Ribas, conseguiu reaver seu cargo (depois de jurar nunca mais se envolver com o integralismo). No encontro que ocorreu no Café do Estado⁷⁴, o Major teria sugerido a Brandão fazer o mesmo que Mourão: negar o integralismo em face ao Interventor para voltar ao cargo. Diante disso, o professor teria reagido intempestivamente chamando Mourão de “traidor” (DOPS/PR, Pront. 2880, Top. 403, fl. 7, DEAP/PR). Brandão nunca foi preso, mas permaneceu sob vigilância até 1941 e só recuperou o cargo após o fim do Estado Novo.

A Intentona e a repressão em Curitiba e em seu entorno

Em fevereiro de 1938, a Delegacia de Ordem Política e Social já possuía informações sobre um projeto de levante armado integralista no Paraná, além de detalhes específicos de

⁷³ A despeito desse momento de demissões no funcionalismo, exonerações continuaram a ocorrer na década de 1940, assim que se descobria ligações com o integralismo. É o caso, por exemplo, do inspetor do Quarteirão das Mercês, Rodolfo Leinig, que, além de ser um “integralista fanático” (de acordo com sua ficha), tinha uma filha integralista, noiva de um integralista (Grufran Kraft Staude). (DOPS/PR, F.I. 20.892, DEAP/PR). Conforme informação do Inspetor nº 18 ao Delegado da DOPS, Leinig teria se recusado a permitir observações de outro inspetor em sua residência, em agosto de 1940, ameaçando-o de conseguir “em pouco tempo” a sua “exoneração”, diretamente com Fausto Bittencourt. Este último, por sua vez, sabendo do caso, exonerou Rodolfo Leinig sumariamente. (DOPS/PR, Pront. 3316, Top. 2170, fl. 2, DEAP/PR). Possivelmente essa filiação de Leinig só foi descoberta com essa denúncia do Inspetor nº 18, já que seus registros na DOPS correspondem a esse episódio.

⁷⁴ O Café do Estado – o “lugar onde os verdes mais frequentam”, segundo a DOPS – ficava no centro da cidade e era de propriedade do militante Pedro Machado de Sousa, que, em 1938, contava com 54 anos. Ponto de encontro de integralistas desde meados dos anos 1930, o estabelecimento era conhecido popularmente como “Quartel General dos Verdes”. (DOPS/PR, F.I. 43.002, DEAP/PR).

cada núcleo do movimento, incluindo Curitiba. Nesse sentido, na Capital, alguns serviços de observação foram instalados em torno de indivíduos entendidos como articuladores do movimento.⁷⁵

Um deles era, sem dúvida, Jorge Lacerda, ex-Secretário Provincial de Imprensa e ex-Chefe do Departamento Universitário da Província do Paraná, um dos militantes mais radicais do movimento – futuro governador de Santa Catarina, nos anos 1950. (ATHAIDES, 2012). Já em 13 de fevereiro, a DOPS iniciou “observação em torno de sua pessoa, por se ter suspeitas de fazer ligações ou tramando um levante armado neste Estado e com ramificações em todo o Brasil, de caráter INTEGRALISTA” (como consta na contracapa de seu prontuário). (DOPS/PR, Pront. 1967, Top. 387, fl. 1 DEAP/PR). No serviço de observação (Ilustração 9), verificou-se o encontro quase diário de Lacerda com outros integralistas e com militares, incluindo o tenente Manoel Erotides Prates que, como veremos, foi acusado pela DOPS de ser o líder da Intentona em Curitiba.

Em abril, Lacerda prestou declarações à polícia política⁷⁶, fato que encerra os registros em seu prontuário, não sendo preso, nem julgado pelo TSN. A explicação pode residir no fato registrado por Hélio Silva:

[Após a Intentona de março], Plínio refugiara-se em São Paulo e lhe fora alugada uma casa na rua Franca, no bairro do Jardim Paulista, onde passara a residir com a família e alguns integralistas vindos com ele, dentre os quais Jorge Lacerda, ex-governador de Santa Catarina, Santiago Dantas e Wilton Ferreira, mineiros, exercendo os três, funções de ligação entre ele e os meios do Sigma. (SILVA, 1971, p. 155).

⁷⁵ Nos serviços de observação, um ou mais inspetores seguiam os indivíduos pelas ruas, mas fixavam, como ‘posto’ primário, residências ou estabelecimentos comerciais. A título de exemplo, encontramos o serviço de observação em torno de Theobaldo Souza, suspeito de “estar fazendo ligação para um levante armado [...]”, instalado em fevereiro de 1938 (portanto, antes da Intentona). O posto preferencial dessa observação era a loja Maison Blanche (uma das patrocinadoras do jornal A Razão), da qual era proprietário. Quando Souza se dirigia a outro local, o inspetor o seguia até ser rendido por outro inspetor. (DOPS/PR, Pront. 3532, Top. 482, fl. 1, DEAP/PR). Os serviços de observação funcionavam majoritariamente na Capital, em três turnos diários, sob a supervisão da Seção de Controle da DOPS. Em geral, primeiro se descobria a residência e/ou o local de trabalho do investigado, em seguida, mantinha-se vigilância sobre todos os passos do indivíduo das 7h até a meia-noite. Com o tempo, os inspetores identificavam pontos da cidade mais frequentados e montavam guarda na localidade. Na maioria dos casos, esse lugar era o Café do Estado. Longe de ser um serviço feito por ‘profissionais da espionagem’, os relatórios de observação (chamados de “partes”) mostram imensas lacunas na descrição do dia-a-dia dos vigiados. Alguns inspetores assumiam o serviço sem nem mesmo conhecerem os observados. Em outros casos, vemos os inspetores abandonarem o posto de observação por motivos fúteis, como para falarem com conhecidos, ou ainda, por “[estarem] desprevenido de passes, de Bonde e também de Dinheiro”. (DOPS/PR, Pront. 1113, Top. 335, fl. 2, DEAP/PR). No caso mais grave que encontramos, o inspetor Melchades Araújo (inspetor nº 27), ao observar Jorge Lacerda, foi flagrado em estado de embriaguez (a punição foi de quatro dias de suspensão). (DOPS/PR, Pront. 1967, Top. 387, fl. 8, DEAP/PR).

⁷⁶ Seu Auto de Declarações não consta no prontuário.

Ilustração 9 – Uma das partes de observação sobre Jorge Lacerda (18/02/1938)

POLICIA CIVIL

PARANÁ

Delegacia de Ordem Política e Social
 1/4. Curitiba-Paraná, 18 de fevereiro de 1938

Ilmo. sr. Sr. Delegado

PARTE Nº 1.600 DESERVAÇÃO DO SR. JORGE LACERDA
DIA 17-2-1938 Mão 1ª da 18h.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.ó, assim o posto de observação, na rua 16, restando o inspetor nº 18, o qual me informou que não havia mais se encontrava o observado. Durante minhas horas de serviço, tenho informar o seguinte: Como eu não conhecesse ainda o sr. Jorge Lacerda, e sabendo que o inspetor nº 17, atua-se no mesmo serviço, pedi ao mesmo que me apontasse o observado. Às 13,40h, o inspetor nº 17, me apontou o sr. em questão, que no momento estava subindo aquela rua e defronte ao escritório do Dr. Vieira de Alencar, encontrou-se com o sr. Eliseu Antonio Damaso, que já exerceu nesta o cargo de inspetor, e com ele manteve palestra. O sr. Damaso, ao se avistar defronte ao cinema Imperial, falou qualquer coisa ao observado, este, se dirigiu um olhar e ao mesmo tempo deu uma risada. Logo depois o sr. Jorge Lacerda, se despediu daquele inspetor e foi até a esquina da rua Conselheiro Celso e ocultou-se atrás de um automóvel. Logo depois seguiu a rua 16 e tentou de se olhar para depois rir novamente. Notando que o mesmo já se ocultava, tratei de seguir, descei a rua Conselheiro Celso. Às 14,30h. passei pelo café do Estado e notei que o sr. Lacerda se achava ali dentro em companhia dos sr. Cap. Elias Pio Martins e Brésidas Frates. Às 15,30, o observado se saiu dali e desceu a rua 16 e na esquina da Conselheiro Celso encontrou-se com um sr. bem trajado e desceram até a esquina da rua Mano para depois voltarem até defronte a Farmácia Bell onde pararam e palestraram cerca de 20m. mais ou menos. Dali foram para o Café do Estado e entraram tomando assento numa mesa onde se achava o Dr. Vieira de Alencar, Major Diretor do 2.º Militar e mais 2 sr. que não conheço. Ali permaneceram até às 18h. quando fiz entrega do posto ao inspetor nº 27.

Indicações
Osvaldo M. Sá
 Inspetor nº 18

3

Fonte: DOPS/PR, Pront. 1967, Top. 387, fl. 3, DEAP/PR.

Outro ex-integralista envolto em imensa suspeita era João Bartolomeu Sena Klier. (DOPS/PR, Pront. 1793, Top. 376, fl. 1, DEAP/PR). Em meados dos anos 1930, Klier fora chefe do Departamento Municipal de Polícia da AIB em Curitiba; liderava “34 agentes

abnegados e 4 comissários” (ver carteiras da polícia integralistas na Ilustração 10), conforme relatório interno da AIB, redigido pelo mesmo, datado de setembro de 1936. (DOPS/PR, Pront. 1793, Top. 376, fl. 13 DEAP/PR).⁷⁷ Era de conhecimento da Chefatura de Polícia, pelo menos desde 1937, as ações ‘paramilitares’ de policiamento que a AIB praticava nas vias públicas de Curitiba.⁷⁸

Ilustração 10 – Carteira de Agente de Polícia Integralista do Núcleo de Curitiba apreendida pela DOPS



Fonte: DOPS/PR, Pront. 2357, Top. 410, fl. 11, DEAP/PR

⁷⁷ Pela documentação interna do Departamento, apreendida pela DOPS, seu objetivo era combater possíveis conspirações comunistas, mas sua seção de ‘inteligência’ reunia informações sobre o “judaísmo” a “liberal democracia” e o próprio “integralismo”, ou seja, sobre os inimigos do movimento e sobre os próprios militantes. (DOPS/PR, Pront. 1793, Top. 376, fl. 13, DEAP/PR).

⁷⁸ Em 30 de maio de 1937, como registrado em relatório interno do Departamento de Polícia da AIB/PR, quando um agente de polícia integralista fazia sua ronda no Largo do Cemitério, foi abordado por dois inspetores de polícia, tendo exigido deles a apresentação de suas carteiras. O integralista foi preso, justamente por não portar documento de identificação, sendo solto horas mais tarde. (DOPS/PR, Pront. 1793, Top. 376, fl. 11, DEAP/PR).

Sua prisão se deu por pedido da 5ª Região Militar, “por haver suspeitas do mesmo tomar parte saliente no projetado levante armado, de caráter INTEGRALISTA, na noite de 10 para 11” [...] de março. Em 1938, Klier foi preso e solto por três ocasiões; talvez por falta de provas, nenhum processo foi instaurado e enviado ao TSN, não obstante, o ex-Chefe de Polícia da AIB foi vigiado, com serviços de observação até 1942.

Na verdade, a polícia política tinha grandes desconfianças sobre os membros desse extinto Departamento da AIB, que se apresentava como uma espécie de polícia secreta do partido. Na residência de Klier, foi apreendida uma lista com os nomes dos pertencentes, o que possibilitou à DOPS a identificação e posterior abertura de fichas e prontuários (Ilustração 11).

Ilustração 11 – “Relação dos componentes do Departamento Municipal de Polícia”, apreendida na casa de João Bartolomeu Klier (1938)

Apreendida na residência de João B. Klier.

ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA



NUCLEO MUNICIPAL DE CURITIBA
(PROVINCIA DO PARANÁ)
RUA CRUZ MACHADO, 15

Secretaria
Municipal de Organização
Política

Departamento Municipal
de Polícia
N.

Relação dos componentes do Departamento Municipal de Polícia

- ✓ Orlando Jesé de Lima
- ✓ Serafim Sentoni Filho
- ✓ Aribelte Barnach
- ✓ Adolphe Bachmann
- ✓ João Felix da Silva
- ✓ Pedro Antenor Macedos
- ✓ Maximo Gomes da Silva
- ✓ Jenas de Oliveira
- ✓ Aristedemes Baldi
- ✓ Affonse Nascimento
- ✓ João Vertes
- ✓ Leovanil Gonçalves de Araujo
- ✓ Waldemar Lemermayer
- ✓ Vicente Machado Barbeza
- ✓ Serafim ~~xxxxxx~~ Merolli Netto
- ✓ Germano Nickel
- ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~
- ✓ João Rangel Junior
- ✓ Jesé Metta
- ✓ Astrogilde Cesta Penna
- ✓ Waldemire Palhares
- ✓ Carlos Schlichting
- ✓ Bruno van der Osten
- ✓ Ewaldo " " "
- ✓ Oscar Melle Czerwinska
- ✓ Paulo M. dos Santos
- ✓ Henrique Smeger
- ✓ Jorge Beker
- ✓ Henerie Andreata
- ✓ Guilherme Andersen
- ✓ Leopoldo Schlieder
- ✓ Rafael Souza
- ✓ João Jesus Netto
- ✓ João B. Deetzer Junior
- ✓ Jesé Zagenel Passes

PI 2376. 413

2

Fonte: DOPS/PR, Pront. 2376, Top. 413, fl. 2, DEAP/PR

Seguindo a linha investigativa sobre a polícia integralista, a DOPS também prendeu um ex-auxiliar da Chefia de Polícia da AIB, José Vieira Sibut, em 15 de maio de 1938. Alguns fatos agravaram a suspeita sobre sua pessoa, como o de ser 2º oficial do Instituto de

Identificação da Polícia do Estado e de ter faltado ao expediente no dia da Intentona (10 de março); além disso, Sibut foi “visto até altas horas da madrugada em companhia de INTEGRALISTAS proeminentes no CAFÉ DO ESTADO”. (DOPS/PR, F.I. 39.251, DEAP/PR).⁷⁹

O depoimento de Sibut, contudo, sugere que seus cargos ‘nas polícias’ (do Estado e da AIB)⁸⁰ o tornavam suspeito dentro do próprio integralismo, no que se refere ao planejamento da Intentona. Primeiramente, declarou que deixou a AIB em 1936, quando da primeira devassa de Manoel Ribas no funcionalismo público (ver ATHAIDES, 2012), mas continuou mantendo amizades pessoais com militantes. Quanto à sua falta ao expediente exatamente no dia 10 de março, alegou que se deu por “interesses particulares, sendo isso unicamente mera coincidência, pois [...] poderia ter faltado qualquer outro dia, pois [...] costuma faltar um dia por mês” para fins pessoais. (DOPS/PR, Pront. 2220, Top. 402, fl. 4, DEAP/PR). O mais interessante é, sem dúvida, a descrição de um suposto diálogo que teve com Jorge Lacerda, no dia Intentona:

[...] naquela tarde, assim como à noite, estava no Café do Estado, onde se costuma reunir os ex-adeptos do Sigma e estranhou bastante o movimento desusado que ali se verificava; perguntando ao senhor Jorge de Lacerda [sic], que ocupava um cargo de relevo na extinta Ação Integralista Brasileira, qual a razão daquele movimento, o mesmo respondeu que estava esperando um movimento comunista; que o declarante não acreditando na resposta de Lacerda insistiu, ao que Jorge responde, “você da polícia são muito curiosos”; que o declarante é tido em certo meio da A.I.B., como espião da polícia; que se o declarante soubesse ou viesse a saber de qualquer movimento sediciosos [sic], fosse integralista ou de outra qualquer espécie, levaria o fato ao conhecimento das autoridades, imediatamente, pois é funcionário e conhece suas deveres [...].(DOPS/PR, Pront. 2220, Top. 402, fl. 4, DEAP/PR).

Ao que indicam os registros em seu prontuário, Sibut convenceu a DOPS de sua inocência e desconhecimento sobre o golpe, ou a polícia política não tinha provas suficientes para abrir inquérito e continuar o processo. Não obstante, o ex-integralista foi afastado do cargo no segundo expurgo de Manoel Ribas, relacionado à AIB, no funcionalismo.

⁷⁹ Outro integralista que praticava uma ‘função policial dupla’ era o escrivão da Delegacia de Segurança Pessoal, Pedro Costa Filho. Tanto na devassa do funcionalismo de 1936, quanto nas suas declarações à DOPS em 1938, Costa Filho negou ser da polícia integralista, no entanto, os documentos da Província, descobertos com Sena Klier e Leopoldo Pie, revelaram tanto a filiação, quanto os cargos. Apesar da investigação, não há referências quanto às punições aplicadas ao ex-integralista no seu prontuário (cuja capa está ausente). (DOPS/PR, Pront. 3130, Top. 458, DEAP/PR).

⁸⁰ Embora o historiador Rafael Athaides (2012) não tenha mencionado a existência desse Departamento em sua tese, afirmou que a AIB/PR costumava colocar ‘especialistas’ nos cargos internos do movimento. Portanto, nada mais óbvio do que colocar funcionários da Polícia Civil no Departamento de Polícia Integralista.

A despeito das suspeitas sobre a ação dos policiais camisas-verdes, de acordo com as apurações da DOPS em Curitiba, um golpe foi arquitetado e parcialmente posto em prática em 10 de março por um seguimento da milícia integralista. O dentista Guilherme de Souza Paula, ex-Chefe do Departamento de Educação Física, Moral e Cívica da AIB/PR, teria liderado uma coluna de “40 integralistas, aproximadamente, no Parque Graciosa (Juvevê) para num golpe armado, tomar de assalto todas as repartições Públicas [da] Capital, movimento este que deveria tomar parte todos os estados do Brasil”, conforme a contracapa do prontuário de Paula. (DOPS/PR, Pront. 1418, Top. 353, fl. 1, DEAP/PR). Guilherme foi preso em seu consultório odontológico, no centro de Curitiba, quatro dias depois. Em 17 de março, fugiu do Quartel da Guarda Civil, sendo recapturado somente de 8 de abril. Condenado pelo TSN em agosto, saiu em liberdade condicional em dezembro do mesmo ano.

Não obstante, um dos focos de investigação sobre o qual a DOPS mais investiu em 1938 foi em torno do Tenente do Exército Manoel Erotides Prates, considerado o líder do levante em Curitiba. Assim como no caso de Lacerda, as observações em torno de Prates tiveram início antes do levante. Em 15 de fevereiro de 1938, das 12 horas as 18 horas, foi registrado o seguinte pelo inspetor nº 25:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. S. que assumi o posto de observação, rendendo o inspetor nº 6 o qual me informou que o observado se achava em sua residência. Durante meu horário tenho a informar o seguinte: As 13,40 m. [sic] saiu o tenente de sua casa e tomou o bonde descendo na Praça Tiradentes. Dali ele foi a pé até ao Café do Estado onde entrou. Ali ele tomou assento numa mesa que estava ocupada pelo Snr. Generoso Claudino da Rocha e com ele manteve palestra. Dez minutos depois o observado saiu dirigindo-se a pé até ao Café Acadêmico onde parou na porta. Como no momento estivesse [sic] chovendo e por ali tivesse passado um automóvel de placa nº 446, foi o observado convidado para embarcar. Dirigi-me ao Café do Estado, conforme ele costuma frequentar. Ao passar pela porta daquele café, fui abordado pelo Cap. Da F. P. snr. Urias Pio Martins, conhecido de minha família, o qual me convidou para entrar e tomar um café. Atendendo ao convite, entrei e com ele tomei assento numa mesa vazia. No momento de ser servido café, entrou ali o observado, que também fora abordado pelo cap. [sic]. Este usando de delicadeza, me apresentou ao observado. Momentos depois eu me retirei sob qualquer pretexto, e fiquei nas imediações. Logo mais o cap. Urias também saiu. O observado ficou só. Logo mais chegou o snr. que só conheço pelo seu alcunha de “Galo Cego” e com [quem] manteve palestra. Depois chegaram mais dos snrs. Dos quais, um é oficial do Exército e tomaram assento na mesma mesa. As 17,15 m. chegou ali o snr. Jorge Lacerda onde também tomou assento. Logo mais saiu, digo, saíram 3 snrs. ficando com o observado o oficial e o snr. Jorge Lacerda. As 17,30, o observado saiu e foi tomar o bonde com destino a sua residência. Fiz entrega do posto ao inspetor nº 37, com o Tenente Prates em casa.

Saudações

[Assinatura do inspetor nº 25] (DOPS/PR, Pront. 1113, Top. 335, fl. 41-42, DEAP/PR).

No dia seguinte à Intentona, a 5ª R.M. ordenou sua prisão “por se suspeitar de ter tomado parte saliente no projetado levante de caráter INTEGRALISTA, na noite de 10 para 11 do corrente mês”. Prates ficou foragido até o dia 16 de março, quando se apresentou ao Quartel. Sua prisão pela DOPS, por determinação do Secretário de Segurança Pública, ocorreu em 10 de abril daquele ano.

Em 22 de agosto de 1938, Prates foi condenado a 1 ano e 4 meses de prisão pelo TSN, porém, em 12 de setembro foi absolvido⁸¹. Sua soltura foi motivo de indignação por parte do Delegado da DOPS até os anos da Guerra. Em 25 de julho de 1941, Divonsir Borba Côrtes, escreveu ao Chefe de Polícia do Estado, relatando o ‘histórico criminoso’ do Tenente. O Delegado parecia ainda embravecido com a absolvição, ao solicitar providências à Chefia junto à 5ª Região Militar, já que Prates sempre alegou não respeitar a jurisdição da polícia civil. Embora reformado do exército por ser integralista, Erotides Prates, nos anos 1940, segundo a DOPS, continuava a fazer agitações “integralistas”, “ao mesmo tempo que [propagava] notícias tendenciosas sobre a guerra de que é apaixonado pelo Nazismo”.⁸²

25 de junho de 1941
Ofício nº 715/41

Exmo. Snr. Cap.
CHEFE DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ
CAPITAL

Pelo presente, em caráter reservado, venho comunicar a V. Excia. o seguinte:

1º) – o indivíduo EROTIDES MANUEL PRATES, 2º Tenente comissionado e reformado, em 1937 foi o chefe militar da fracassada revolta integralista em Curitiba;

2º) – em virtude de suas atividades nocivas à ordem política e social foi processado tendo conseguido absolvição pelo Tribunal de Segurança Nacional;

3º) – Foi também reformado como medida disciplinar, visto que, além daquela atitude, sempre fez propaganda integralista servindo-se do cargo de Presidente da Junta do Alistamento Militar para fundar núcleos integralistas no interior deste Estado;

4º) – esteve, por algum tempo, ausente deste Estado, residindo em São Paulo de onde fez várias viagens a esta capital e interior de Santa Catarina declarando-se “representante comercial”...

5º) – o citado indivíduo, cuja fotografia, cuja fotografia vai anexo a este ofício continuou sempre a fazer propaganda e ligações suspeitas, motivo porque foi observado pela D.O.P.S.

⁸¹ Não temos informações sobre os motivos da absolvição, após a condenação. Fato é que isso aconteceu também com outros integralistas envolvidos na Intentona, como o guarapuavano Manoel do Monte Furtado. Possivelmente por se tratar de um ‘caso militar’, alguns documentos (como o auto de declarações) estão ausentes da pasta de Prates nos arquivos da DOPS.

⁸² Embora a associação nazi-integralista tenha sido mais frequente nos documentos produzidos após janeiro de 1942, com a DOPS liderada por Valfrido Pilotto, vê-se por esse documento, que seu antecessor também processava a mesma ligação.

6º) – Ao ser advertido por esta D.O.P.S. limitou-se a negar atividades políticas, não escondendo seu rancor pela “reforma” que sofrera.

7º) – No atual momento o indivíduo em apreço faz o papel de “agitador” de estimulador da corrente integralista de Curitiba, passando quase todos os dias em reuniões pelos cafés, levando e trazendo recados, ao mesmo tempo que propaga notícias tendenciosas sobre a guerra de que é apaixonado pelo Nazismo.

Baseado nas razões acima solicito providencias de V. Excia., visto que de uma feita já mencionado individuo alegou estar subordinado ao Comando da 5ª Região Militar.

Respeitosas Saudações

[Assinatura de Divonsir Borba Cortes] (DOPS/PR, Pront. 1113, Top. 335, fl. 27, DEAP/PR).

Outro ‘nicho’ investigativo da DOPS sobre a intentona em Curitiba, parcamente presente na documentação, circulou em torno da Fábrica de Viaturas do Exército. No prontuário de Antenor de Miranda Reis consta uma lista datada de 16 de maio de 1938, com uma relação de nomes de funcionários da fábrica que supostamente se reuniram secretamente no dia 10 de março, com o suposto objetivo de “tomar de assalto diversas repartições civis e militares desta região”. (DOPS/PR, Pront. 270, Top, 288, fl. 3, DEAP/PR). A lista, que também contém os respectivos endereços, é composta por nomes que não são frequentes na documentação da DOPS, nem mesmo nas listas de integralistas:

1- Antenor Miranda Reis; 2- Celso Lisboa Miranda; 3- Costodio Vitor de Souza Fausis; 4- Vespaziano Viorante; 5- Antonio Makiolke; 6- Diogenes Poplade; 7- Alcides Waldomiro Jaworaski; 8- Esseslau Tosalinski; 9- Reynaldo Jansen; 10- José Dolato; 11- Julio Schebesta; 12- Germano Schnsider; 13- João Dolato; 14- Wenceslau Tosalinski; 15- Reynaldo Wendt; 16- Brasilo Tosny; 17- Laurinho Precom; 18- Afonso Cortiano; 19- Afonso Leonardo Condro. (DOPS/PR, Pront. 270, Top, 288, fl. 3).

Cerca de 5 meses após os eventos de março, a DOPS descobriu o paradeiro de parte da documentação do Núcleo Municipal Integralista de Curitiba, na residência do comerciante e ex-Chefe Municipal do Núcleo, Leopoldo Pie. Preso na ocasião, foi solto 4 dias depois, em 7 de junho de 1938. Como Pie era viajante comercial da Companhia Anilinas e Produtos Chimicos do Brasil, Divonsir Borba Cortês enviou o inspetor Oziel Marques Pereira para segui-lo em umas de suas inúmeras viagens, em abril de 1939.

Depois de alguns dias de viagem – passando por várias cidades de Curitiba até Porto União – e depois de 245\$500 em despesas pagas pelo erário público, o inspetor concluiu, em seu relatório, que “Leopoldo Pie, somente tratou de negócios, referente [sic] a Firma Anilinas e produtos Chimicos do Brasil”. (DOPS/PR, Pront. 2371, Top. 412, fl. 11, DEAP/PR). Ainda assim, Pie teve que prestar contas à DOPS de cada uma de suas viagens entre 1939 e 1941.

O fazia através de pequenos cartões da empresa que representava (na sua pasta constam dezenas deles):

Ilustração 12 – Notificação de viagem à DOPS, por Leopoldo Pie (1940)



Fonte: DOPS/PR, Pront. 2371, Top. 412, fl. 13, DEAP/PR

Nos arredores de Curitiba, em decorrência da intentona de março, a DOPS promoveu investigações com o intuito de realizar um levantamento sobre a existência de núcleos integralistas, chefes e militantes. Identificamos essa prática na Colônia de Santa Felicidade, onde os inspetores designados pelo Delegado de Ordem Política e Social, investigaram Benjamim Manfrom, chefe local. Na parte nº 1.655, de 21 de março de 1938, do inspetor nº 42, consta o seguinte:

Ilmo. Snr. Dr. Delegado

Cumpre-nos levar a conhecimento de V.S. que de acordo com as instruções recebidas do snr. Encarregado do Pessoal, fiz em data de ontem, uma diligência

para a Colônia Sta. Felicidade, com o objetivo de ali constatar o movimento dos plinianos. Ali chegando, constatei o que se segue:

A casa comercial do snr. Antonio Tullio, mais conhecido por “Matarazzo”, segundo informações que obtive de pessoas conhecidas, é o ponto preferido pelos camisas verdes para se reunirem. De fato, constatei que se reúnem ali várias pessoas, porém não posso afiançar que sejam pessoas adeptas do sigma, muito embora os meus informantes me garantirem. Também eles me informaram que a Casa comercial do snr. Benjamim Manfron, que é chefe dos verdes dali, os plinianos costumam se reunir. Para ali me dirigi e constatei que naquela casa, estavam umas 15 pessoas e só falavam em idioma italiano. Da palestra, só consegui a palavra integralismo. Disseram-me mais os meus informantes, que os camisas verdes sempre falam que não se conformam com o sucedido em 10 do corrente. Foi só isso que pude averiguar a respeito.

Saudações

[Assinatura do Inspetor nº 47] (DOPS/PR, Pront. 562, Top. 305, fl. 3, DEAP/PR).

Em função das movimentações de integralistas locais, Santa Felicidade foi alvo de investigações até os anos 1940. Em agosto de 1939, a DOPS montou um serviço de observação em conjunto com o subdelegado local:

Curitiba, 16 de Agosto de 1939

Ilmo. Snr. Dr. Delegado

De acordo com as ordens que recebi do V.S., estive com o inspetor nº 6 Demerval Bittencourt, em S. Felicidade e por intermédio do Snr. Gumerindo Godoi, fomos informados que alguns elementos do extinto integralismo estão procurando por toda a forma inculcar no espírito da Colônia, ideias integralistas.

Estivemos em observação em todos os pontos da Colônia, mormente naqueles em que os habitantes locais se reúnem em maioria nos dias de feriados.

Em tais pontos não nos foi dado ver nada de anormal, tampouco falaram de política. As 17 horas, porém, percebi a chegada do automóvel nº 2337, dirigido [sic] pelo alemão integralista JULIO MAISTER e tendo por passageiro outro integralista GUNTRAN STAUDE.

Estacionaram o automóvel defronte a agencia Gazeta do Povo, recolheram mais quatro elementos, dos quais pude reconhecer o snr. DOMINGOS STIVAL, prócer verde daquela vila, rumando então para a asa deste último onde desembarcaram todos.

Resolvi nessa ocasião, deixar a Colonia, para melhor andamento do serviço e afim de colher melhores resultados, pois quis evitar que snr. Staude me reconhecesse.

O conhecimento que o snr. Staude tende minha pessoa, resulta da assinatura do ponto que o mesmo procede há tempo nesta Delegacia.

Como pode V.S. averiguar, de fato, o alemão Julio Maister⁸³ e o integralista Staude, estão procurando implantar o integralismo em S. Felicidade provavelmente o estão pregando na casa do snr. Stival em reuniões que se realizam aos domingos e dias feriados.

Em ocasiões anteriores, pude notar que o snr. Maister e mais o snr. Staude sempre se dirigiam em automóvel aquela Colônia.

Como já é do conhecimento de V.S., estes dois elementos são audaciosos e [persistentes] na malsinada e desbaratada doutrina integralista, tornando-se por conseguinte, indesejáveis ao nosso regime.

⁸³ A pasta de Julio Meister Sobrinho mostra uma ação de vigilância mais branda da DOPS. Ele foi detido no ‘calor’ da Intentona, mas foi posto em liberdade em seguida. Posteriormente, registra-se apenas a vigilância em torno do ocorrido de agosto de 1939 e uma notificação de viagem a um inspetor. (DOPS/PR, Pront. 2259, Top. 404, DEAP/PR).

Espero pois, receber novas ordens e instruções de V.S. com referência ao caso acima.

(a) Oriel Marques Pereira
(Inspetor Encarregado do Pessoa).
(DOPS/PR, Pront. 912, Top. 324, fl. 2, DEAP/PR, grifo nosso).

A conclusão do Inspetor é apressada e remete à prática da DOPS de ver qualquer reunião de ex-criminosos políticos como sinônimo da continuidade do crime. Por outro lado, vimos que em alguns casos em que ex-integralistas não tiveram mais contato com companheiros de militância, a polícia os eximiu de culpa, entendendo não mais exercerem atividade política. Portanto, nenhum laço de amizade era possível entre os ex-militantes sem a desconfiança da polícia política.

Ainda sobre os arredores da Capital, verificamos que, em alguns casos, as práticas da DOPS e dos integralistas sugerem os níveis de implicação dos mesmos no levante. O ex-chefe da AIB em Tamandaré, Frederico Barz, teve inquérito instaurado contra si em março de 1938, devido “sua atividade e cumplicidade no projetado levante armado de caráter INTEGRALISTA, de 10 para 11 do corrente”. (DOPS/PR, Pront. 1303, Top. 346, fl. 1, DEAP/PR). Duas tentativas de prisão foram feitas, em incursões de inspetores pelo interior (o que era raro); a primeira em 12 de março, quando a DOPS procurava também outro implicado na intentona, de nome João Mara (DOPS/PR, Pront. 1866, Top. 381, fl. 3, DEAP/PR). Na segunda investida, em 17 de março, a DOPS enviou 3 inspetores a Tamandaré com a missão exclusiva de capturarem Frederico Barz. Isso implicava numa quebra do procedimento tradicional para o interior do Estado, o qual consistia na participação da Delegacia local na captura de envolvidos em crime político.

Barz, no dia do levante, se escondeu numa mata localizada na área rural de Tamandaré, num lugar chamado Pacutuva (‘Pacotuba’, atual bairro da cidade), de onde recebia diariamente alimentação de certo João Manoel de Siqueira, residente nas proximidades. (DOPS/PR, Pront. 1303, Top. 346, fl. 4, DEAP/PR). É o primeiro ex-integralista, na documentação aqui analisada, que se escondeu sozinho em lugar ermo, possivelmente em mata fechada (em outros casos, os ex-militantes se escondiam nas casas de familiares).

Barz foi preso somente 4 meses depois, em 17 de junho, quando o Tribunal de Segurança Nacional decretou sua prisão preventiva. Dois dias depois, foi condenado pelo mesmo Tribunal à pena de um ano e quatro meses, reduzida em 12 de setembro para dez

meses e vinte dias. Em 1 de dezembro, Barz conseguiu um alvará de “soltura condicionalmente”. (DOPS/PR, Pront. 1303, Top. 346, fl. 1, DEAP/PR).

*

De uma forma geral, sobre a repressão à Intentona em Curitiba, podemos afirmar que essas múltiplas frentes de investigação (Lacerda, Klier, Bartz, Paula, Prates e Fábrica de Viaturas, polícia integralista, etc.) podem significar que, longe de um comando muito bem organizado e unificado, os integralistas estavam dispersos em suas tramas do golpe, o que facilitou seu desmonte pela DOPS; ou que a Intentona havia sido arquitetada justamente dessa maneira, com ex-líderes do integralismo reunindo cada qual sua ‘coluna’ de combatentes. De toda forma, a documentação da repressão não nos possibilita estabelecermos, com margem de segurança, esses fatos.

Embora a DOPS tenha apontado o militar Erotides Prates como líder, o Tribunal de Segurança Nacional o absolveu e imputou condenação máxima ao ex-Chefe integralista de Santa Felicidade, Domingos Stival. Ao mesmo tempo, manteve as sentenças, mas com tempo de prisão reduzido, de outros integralistas do entorno de Curitiba (Guntram Kraft Staude, das Mêrces; Frederico Bartz, de Tamandaré) e do ex-Chefe do Departamento de Educação Física (departamento equivalente à Milícia Integralista, extinta por lei em 1935), o dentista Guilherme de Souza Paula.

JUSTIÇA ESPECIAL
TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA

1187

RIO DE JANEIRO, D.F.
12 de Setembro de 1938

Exmo. Sr. Chefe de Polícia do Estado do Paraná
Comunico a V. Excia., para dos devidos fins, que este Tribunal, em sessão desta data, dando provimento, em parte, à apelação n. 169, no processo n. 542, originário deste Estado, reduziu as penas a que foram condenados os réus GUILHER DE SOUZA PAULA, GUNTRAM KRAFT STAUD e FREDERICO BARTZ a 10 meses e 20 dias de reclusão, grau mínimo do art. 4º c/c o art. 2º § 1º da Lei n. 38 de 1935 [...].

Outrossim, negando provimento à apelação de DOMINGOS ESTIVAL, o Tribunal confirmou a sentença na parte que o condenou, bem como confirmou a sentença absolutória de MANOEL VIEIRA BARRETO DE ALENCAR, JOÃO BARTOLOMEU KLIEL [sic], LOURIVAL WENDLER, WALTER BICHER e PEDRO MACHADO DE SOUSA; e, finalmente, deu provimento à apelação de EROTIDES MANOEL PRATES para absolvê-lo [...]. (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 8, DEAP/PR).

A Intentona e a repressão nos Campos Gerais

As descrições sobre a Intentona local no jornal pontagrossense Diário dos Campos dão a entender que se tratava do maior e mais bem organizado levante no Paraná. (CHAVES, 2001). Contando com um prévio alistamento de militantes nas cidades circundantes (sobretudo Teixeira Soares e Ipiranga), a tentativa de golpe teria sido liderada por Benjamin Mourão, ex-Chefe Municipal do Núcleo de Ponta Grossa.⁸⁴

Desde muitos dias antes de 10 de março, dia aprazado para o início da masorca, os sigmóides andavam num vai-e-vem contínuo. Ligações e reuniões eram denunciadas pelo agrupamento à noite na rua 15 de novembro. Ao que soubemos, pela manhã do dia 10, certo comerciante retirou de um dos estabelecimentos bancários da cidade a importância de 400 contos de réis, que para aqui teria sido enviada, pelos maiores do sigma, para custear o movimento.

Ainda antes desse dia, dois líderes de Ponta Grossa percorreram vários Municípios do interior. Em Ipiranga, conforme participação do delegado de polícia dali as autoridades estaduais, entenderam-se esses dois agentes de ligação com o chefe local do integralismo, o qual, por sua vez, saiu pelo interior do município, voltando algum tempo depois, com 20 homens, que ficaram reunidos na vila, à espera de ordem para marcharem para Ponta Grossa. Um outro integralista esteve percorrendo com idêntica missão o município de Tibagi [...].

[...] A Teixeira Soares também foi enviado um agente de ligação.

Chegando o dia aprazado, os integralistas ficaram esperando a deflagração do movimento, marcado, ao que consta, para as 2 horas da madrugada. Antes, o rádio amador da Casa Progresso irradiou, várias vezes, uma senha...

Houve concentração de gente em vários pontos da cidade. Trinta integralistas estiveram reunidos no campo do Aymoré E. Clube, sessenta na Chácara Osternack, 30 na fábrica de bebidas do Sr. Pedro Dihl, 80 na própria sede integralista, sita à rua Santo Dumont. Nessa noite, 5 camisas verdes eram vistos nas esquinas da sede aludida, fazendo as escondidas, o serviço de sentinelas.

Nessa mesma noite, chegou da capital, parece que viajando em automóvel o ilustre Delegado Regional da cidade, cel. Adolphito Guimarães, que assentou imediatas providências [...]. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 17 março. 1938 apud CHAVES, 2001, p. 138-139).

Essa descrição, feita por um declarado opositor do integralismo – José Hoffman, diretor do Diário do Campos – certamente tem ares de exagero, mas é pouco provável que algo dessa natureza não tenha acontecido na cidade naquela noite, segundo a documentação aqui analisada. Não fica claro, no entanto, se os integralistas ouviriam primeiro a ordem vinda

⁸⁴ Curiosamente, as pastas da DOPS ausentes ou esvaziadas de documentos são as dos conspiradores pontagrossenses condenados pelos TSN. Por outro lado, há pastas relativamente grandes de indivíduos implicados, porém absolvidos.

do Rio de Janeiro, ou se deflagrariam o movimento por uma ordem/senha local, emitida da rádio amadora do militante Abílio Holzmann (ou ainda, as duas coisas em sequência).⁸⁵

De qualquer forma, já em 1937, a DOPS, com auxílio da Delegacia Regional de Ponta Grossa, monitorava as atividades dos integralistas naquela cidade, mesmo dentro do período da legalidade. Algumas desconfianças desse período, sobre posse de armamentos, deixaram a polícia política em estado de alerta, embora, nada se pudesse provar até o dia do ocorrido. (DOPS/PR, Pront. 3447, Top. 477, DEAP/PR).

Assim, o corre-corre da madrugada apenas serviu para a polícia encarcerar dezenas de integralistas, pegos em flagrante. Já em 7 de abril, o Delegado Regional pôde enviar um balanço das prisões a Curitiba:

Delegacia Regional de Polícia
Ponta Grossa, 7 de abril de 1938
Exmo. Snr. Cél. DAGOBERTO DULCIDIO PEREIRA

CAPITAL

Em cumprimento as determinações de V. Excia., telefonicamente, por intermédio do Oficial de Gabinete, dessa Secretaria, e, consoante o resultado do inquérito instaurado em torno dos acontecimentos da noite de 10 de Março, ligados com a fracassada intentona integralista, fiz recolher presos a Casa de Detenção Local, à disposição de V. Excia., no dia 5 do corrente, as seguintes pessoas: Dr. BENJAMIM MOURÃO, Dr. JOÃO CECY FILHO, LUIZ CUNDARI, JOÃO WACTER JUNIOR, JOSÉ ANDREATA, BERTOLDO DITZEL, EMILIANO CARNEIRO FARIA, PEDRO DIHL JUNIOR, ALFREDO BUSS, CLARINDO RODRIGUES, CESAR PEREIRA DAS NEVES, VALENTIM COELHO, ARNALDO LEGAT, DANTE LAVALLE, RAUL VIEIRA, ELISIO RODRIGUES DA ROCHA, ABÍLIO HOLZMANN e ADÃO DECHANDT.

Prosseguindo nas mesmas diligências, ontem, dia 6, foram presos, pelos mesmos motivos, mais as seguintes, também integralistas: Dr. OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, Dr. ELOI DA CUNHA COSTA, TEREZIO DE PAULA XAVIER, JORGE CANTO NASSER, NELSON SOLANO, FRANCISCO CARDOSO DE MENEZES, JOSÉ DA CRUZ BRITO, GUILHERME WOIGT JUNIOR, ODILARDO LIMA DE FREITAS, ANTERO DE MELO e ALEXANDRE SCHELL.

Hoje, mais duas prisões foram efetuadas: - a de WALDEMAR HOFFMANN e de MANOEL TORRES.

A prisão do primeiro foi feita, não só por se tratar de um elemento integralista exaltado, de procedência duvidosa, como porque era seu habito agredir de público, com injuriosas palavras, às autoridades e Governo do Brasil, como se vê das suas próprias declarações.

Quanto a Manoel Torres, a sua prisão foi, também, em consequência do inquérito já referido.

Em virtude de estarem ausentes da cidade, conforme constatei, deixaram de ser presos ANTONIO CONTIN SOBRINHO e PEDRO FRANCISCO BUSS, que até agora não voltaram à cidade.

⁸⁵ Como veremos, Holzmann foi um dos personagens centrais no período da repressão, em função do papel de protagonista na deflagração do movimento pela sua rádio. No entanto, outros documentos sugerem a espera do sinal radiofônico vindo diretamente do Rio: “[...] tendo reunido diversos adeptos, em sua residência [de João Cecy Filho], na noite de 10 de março, afim de aguardar a ordem de marcha que iria ser irradiada pela Mayrink Veiga [...]”. (DOPS/PR, Pront. 0257, Top. 287, fl. 11, DEAP/PR).

Quanto a SEBASTIÃO DO NASCIMENTO e SOFOCLES DE LIMA, este, logo que instaurei o inquérito, evadiu-se da cidade, constatando-me achar-se ele no distrito de Tibagi, em casa de sua sogra, e o primeiro, apesar de haver declarado no inquérito que estava alheio aos acontecimentos, convidado por mim a comparecer a esta Delegacia, ao invés de atender a intimação, evadiu-se pelos fundos da casa, depois de procurar burlar a autoridade, fazendo constar à mesma que fora fazer compras na cidade, e que dali a momentos se apresentaria.

Esse elemento continua foragido, achando-se em lugar ignorado.

Saúde e Fraternidade

[Assinatura do Delegado Regional de Polícia – Ten. Cél. Adolfo Guimarães].
(DOPS/PR, Pront. 1034, Top. 330, fl. 3-4, DEAP/PR).

Todos os suspeitos de envolvimento foram detidos por volta do dia 5 de abril, mas nem todos ficaram presos na ocasião. Com o inquérito policial em curso, alguns indivíduos postos em liberdade voltaram à prisão⁸⁶, para, em seguida, serem novamente soltos condicionalmente, por volta do fim do mesmo mês. Tudo isso, sob ordens da Secretaria de Segurança Pública.

Em alguns casos, o grande número de prisões causava embaraço ao setor público, já que boa parte dos militantes pertencia à ‘classe média burocrática’ da cidade. Para que certos serviços não ficassem desguarnecidos de funcionários, os patrões solicitavam a soltura, assumindo a responsabilidade sobre os camisas-verdes implicados. São os casos de Arnaldo Legat, Dante Lavalle, Raul Vieira, Elísio da Rocha (funcionários da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande) e Odilardo de Lima Freitas (funcionário do Banco do Brasil e Ex-Chefe de Polícia da AIB em Ponta Grossa). (DOPS/PR, Pront. 2927, Top. 445, fl. 24, DEAP/PR).

Com isso, no momento da intentona de maio, boa parte dos conspiradores estavam soltos (como ocorreu no Rio de Janeiro), como demonstra a comunicação de 26 de abril, do Delegado Regional à Secretaria:

Conforme determinação de V. Excia., por intermédio do Ilmo. Snr. Dr. Fausto N. Bitencourt, Delegado Auxiliar, telefonicamente, ontem, pus em liberdade os seguinte integralistas que se achavam recolhidos à Casa de Detenção à disposição dessa Secretaria: DR. OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, TEREZIO DE PAULA XAVIER, DR. ELOI DA CUNHA COSTA, DANTE LAVALE, MANOEL

⁸⁶ Como consta nessa notificação de recolhimento à Casa de Detenção Local, enviada a Secretaria de Segurança Pública do Estado em 23 de abril: “Cópia: - DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA. Ponta Grossa, 13 de abril de 1938. Nº 317 – F. T. – Exmo. Snr. Cél. Dagoberto Dulcídio Pereira . D. D. Secretário de Segurança Pública. CAPITAL. – Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Excia. que, dando cumprimento à determinação dessa Secretaria, por intermédio do Snr. Cél. Adolfo Guimarães, fiz recolher presos, novamente, ontem, à Casa de Detenção local, os elementos integralistas envolvidos no inquérito respectivo, e que, conforme ofícios desta Delegacia, nº 286 A e 312, de 7 e 10 de corrente, desta Regional, haviam sido soltos condicionalmente. – Os referidos elementos são os seguintes: Arnaldo Legat, Dante Lavale, Raul Vieira, Elísio Rodrigues da Rocha, Odilardo de Lima Freitas, Dr. Olimpio de Paula Xavier, Dr. Eloi da Cunha Costa, Terézio de Paula Xavier, Antero de Melo, Guilherme Woigt Jor., Nelson Solano Batista, Manoel Torres, Francisco Cardoso de Menezes e José da Cruz Brito. Saúde e Fraternidade. (a) Dr. Jayme Gusman. 1º Sup. Do Del. Reg. De Pol. em Exerc. S. C., em 23 de abril de 1938”. (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fls. 14, DEAP/PR).

TORRES, ANTERO DE MELO, NELSON SOLANO BATISTA, RAUL VIEIRA, JOSÉ ANDRATA, BERTOLDO DITZEL, EMILIANO CARNEIRO, CLARINDO RODRIGUES, CESAR PEREIRA DAS NESES, JORGE CANTO NASSER, ABILIO HOLZMAN, JOSÉ DA CRUZ BRITO, FRANCISCO CARDOSO DE MENEZES, ODILARDO FREITAS DE LIMA, GUILHERME VOIGT JUNIOR, ELISIO RODRIGUES, ADÃO DECHANDT, ALEXANDRE SCHELL, PEDRO FRANCISCO BUSS E ALFREDO BUSS. (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fls. 24, DEAP/PR).⁸⁷

Em maio, uma denúncia anônima enviada ao Secretário de Segurança Pública do Estado chamou a atenção para o problema de Ponta Grossa:

Está sendo muito comentado nesta cidade, o fato de não terem sido recolhidos à Detenção, os integralistas que haviam sido soltos condicional [sic]. É por demais sabido que os mesmos aguardavam o golpe que se verificou no dia 11 do corrente, pois nessa noite estiveram os mesmos em franca atividade. Os Srs. Abílio Holzmann, Adilardo [sic] Freitas Olympio de Paula Xavier e outros estiveram na rua até a madrugada do dia 11, sendo disto sabedor o Cel. Delegado. É de público conhecimento que a esposa de Therezio de Paula Xavier andou pela cidade mostrando aos adeptos do sigma, uma carta de Plínio Salgado, na qual o mesmo anunciava o golpe.

O Sr. Sebastião Nascimento logo que foi posto em liberdade, esteve na casa comercial do Sr. Therezio, onde compareceram muitos dos integralistas que estiveram presos, isto no dia 10.

Dados colhidos por um policial amador. (DOPS/PR, Pront. 006, Top, 273, fls. 23, DEAP/PR).

Com 7 presos e 27 integralistas soltos sob condicional, na ocasião da intentona de maio, algumas movimentações de militantes foram observadas na cidade. Abílio Holzmann, um dos agitadores, foi preso após o levante de março, mas estava solto nos dias 10 e 11 de maio. Entre idas e vindas na cadeia local, Holzmann foi preso em 15 de maio, juntamente com Odilardo Lima de Freitas (sobre os quais foi instaurado inquérito), conforme relatório da Delegacia de Ponta Grossa para a Secretaria de Segurança Pública de 16 de maio de 1938:

Conforme se vê de presente processo, ABÍLIO HOLZMANN e ODILARDO LIMA DE FREITAS, maiores integralistas do núcleo desta cidade, recentemente

⁸⁷ Outro documento da Delegacia Regional à Secretaria, de 12 de maio (portanto, após a segunda Intentona), confirma que vários conspiradores estavam soltos no evento: “[...] tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, são os seguintes os integralistas que foram postos em liberdade condicionalmente, e os que se acham recolhidos à Casa de Detenção local, à Disposição dessa Secretaria, conforme relação nominal abaixo: RECOLHIDOS À CASA DE DETENÇÃO À DISPOSIÇÃO DESSA SECRETARIA: Dr. Benjamin Mourão; Dr. João Cecy Filho; Luiz Cundari; Valentim Coelho; João Vactel Junior; Reinaldo Safraeder (grifo em vermelho) e Valdemar Hoffmann. POSTOS EM LIBERDADE CONDICIONALMENTE: Dr. Olimpio de Paula Xavier; Terézio de Paula Xavier; Dr. Eloi da Cunha Costa; Dante Lavale; Manoel Torres; Antero de Melo; Nelson Solano Batista; Raul Vieira; José Andreato; Bertoldo Ditzel; Emiliano Carneiro; Clarindo Rodrigues; Cesar Pereira das Neves; Jorge Canto Nasser; Abilio Holzmann [grifo em vermelho]; José da Cruz Brito; Francisco Cardoso de Menezes; Odilardo Freitas de Lima; Guilherme Voight Junior; Elisio Rodrigues; Adão Dechandt; Alexandre Schell; Pedro Francisco Buss; Alfredo Buss, Arnaldo Legat; Sebastiao do Nascimento e Caetano Zaspelon”. (DOPS/PR, Pront. 006, Top, 273, fls. 5, DEAP/PR).

soltos sob palavra, no dia 15 do corrente, (ontem, domingo), estiveram na mais franca e suspeita atividade, pretendendo, a todo transe, entrarem contato com os seus companheiros de credo, que se encontravam presos na Detenção local, ao ponto de pretenderem subornar o soldado que serve nesta delegacia, para que o mesmo desrespeitasse ordens minhas.

Nada conseguindo, voltaram à carga, com a mesma insistência, junto ao Cabo Guarda e ao Sargento Comandante do Destacamento.

Ora, sendo certo que a situação é de insegurança; que a esses mesmos elementos, foram apanhados nas proximidades da Detenção, fazendo mímicas para os demais integralistas ali presos, que domingo, antes, daquela atitude ambos andavam de automóvel na cidade, de um lado para outro, em injustificável atividade, não padece dúvida de que visavam, Abílio e Odilardo, entrar em ligação criminosa, com os elementos presos na Detenção.

Pelo que, cumprindo determinações da Secretaria de Segurança Pública prendi-os e instaurei este inquérito. (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fl. 21, DEAP/PR).

Essa tentativa de contato com os prisioneiros fez com que Odilardo e Holzmann fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Embora futuramente fossem absolvidos, Fausto Bittencourt ‘sujou a ficha’ de Odilardo, ao gerente do Banco do Brasil, que solicitava constantemente informações sobre o funcionário:

Curitiba, 16 de maio de 1938

Senhor Gerente:

Indo ao encontro da solicitação de V.S., vertente do seu ofício de 14 do corrente datado, presto-lhe prazerosamente, os seguintes informes e torno à situação real e positiva do funcionário desse Banco, sr. ODILARDO LIMA DE FREITAS, perante a Polícia Civil do Estado:

A pessoa aludida, consoante ficou claramente constatado, tomou parte saliente na fracassada intentona integralista, de março, transato, participação esta incontestável por decorrer do próprio cargo então exercido pelo paciente em apreço, o de chefe de polícia da extinta A.I.B., nessa cidade.

Alijada assim qualquer dúvida acerca de sua atuação, foi ele preso e, mais tarde, liberado condicionalmente.

Sucedo todavia que o sr. Odilardo Lima de Freitas relegou para o terreno das coisas inexecutáveis as condições que lhe foram impostas e que se aceitou, pretendendo, como pretendeu, manter ligações e confabulações com os seus colegas de credo, ainda detidos, ao ponto de iludir a boa fé da ordenança do Delegado Regional, sediado na mesma cidade, para alcançar o fim almejado.

Verificada esta sua atitude insólita outro não poderia ser o revide desta Secretaria que não mandar prendê-lo novamente e transferi-lo para esta Capital, como incurso na Lei de Segurança Nacional. [...]. (DOPS/PR, Pront. 2927, Top. 445, fl. 30, DEAP/PR).

Possivelmente depois da primeira prisão de Holzmann, várias testemunhas no caso captaram emissões radiofônica amadoras estranhas, com voz de uma mulher dizendo: “O Abílio não está aqui, ainda está ausente; a saia verde está pendurada, na ponta da escada”, ou “A saia verde está na ponta da escada... quem fala aqui não é Abílio Holzmann, o Abílio está ausente, entendeu-me?... Então até amanhã à hora combinada”. (DOPS/PR, Pront. 006, Top.

273, fl. 8-9, DEAP/PR). Em 24 de maio, a estação de rádio foi apreendida pela Delegacia Regional. As testemunhas foram reunidas numa Assentada em junho e o caso implicou a esposa de Holzmann, que teria assumido a autoria das transmissões ao jornalista José Hoffman. Este, por sua vez, foi o autor do artigo denunciador das irradiações, intitulado “A saia verde está na ponta da escada”, publicado no Diário do Campos em 18 de maio.⁸⁸ (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fl. 19, DEAP/PR).

O relatório enviado para o Secretário de Segurança Pública do Estado, pelo Delegado Regional de Ponta Grossa, Adolfo Guimarães, em 8 de junho de 1938, é conclusivo.

O inquérito presente se fez, por determinação da Secretaria de Segurança Pública do Estado, afim de se apurar o que de verdade existia em torno de uma denúncia, segundo a qual, teria a esposa do maioral integralista ABILIO HOLZMANN, enquanto o mesmo se encontrava preso da Detenção local, irradiado clandestinamente várias vezes uma mensagem em linguagem convencionalizada que, pelos termos, só podia ser tomada como um aviso a qualquer núcleo camisa verde. Ouvida várias pessoas a respeito do assunto, das declarações das mesmas não fica qualquer dúvida: - a referida mensagem foi, na verdade, emitida, e, pelos termos que era concebida, e dada a circunstância de ser Abílio possuidor de uma estação radiofônica, emissora e receptora, só se pode concluir, que, quem atuava do microfone da mesma, era a sua esposa, ou uma outra mulher, com seu conhecimento e autorização.

Era o que me competia relatar, segundo depoimento testemunhas inqueridas no presente processo. (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fl. 11, DEAP/PR).

Abílio e Odilardo foram enviados a Curitiba e, em carta de 29 de junho de 1938, seu pai descreveu um pouco da luta jurídica familiar em prol de sua soltura:

⁸⁸ Auto de declarações prestadas por José Hoffmann em 24 de maio de 1938: “[disse] que confirma a denúncia contida no local do ‘Diário dos Campos’, edição de dezoito do corrente, local essa inspirada no programa de orientação do mesmo jornal, que se tem colocado ao lado do benemérito Governo da República no combate contra as deletérias ideias extremistas; que o declarante pode afirmar ser público e notório nesta cidade que Abílio Holzmann vinha se utilizando em sua Estação de amador para fins subversivos, isto é, como um instrumento de ligação ou de propaganda do sigma, doutrina política a que o proprietário da mesma Estação se encontrou completamente arrastado por um fanatismo desmedido; que o declarante tem ouvido de várias pessoas que Abílio Holzmann, na manhã de dez de março último, quando se articulava em todo o país uma rebelião integralista, ocupou o microfone de sua estação para anunciar os companheiros que havia chegado o momento de ação; que o declarante ouviu também de várias pessoas a informação de que, quando já se encontrava preso Abílio Holzmann, uma voz feminina transmitia por meio de sua estação de rádio mensagens enigmáticas, e que tudo faz crer prendiam-se às atividades subversivas dos adeptos de Plínio Salgado; que, confirmando esta última informação, a esposa de Abílio Holzmann, quando esteve, há poucos dias, na Redação do ‘Diário dos Campos’, afim de protestar contra a publicação do editorial intitulado ‘A saia verde está na ponta da Escada...’ disse ao declarante, colérica, que a voz feminina que era ouvida era dela mesma; que a esposa de Abílio Holzmann para o Rio [sic]; que o declarante fez sentir à mesma senhora, apesar da exaltação de que essa se achava possuída, que tais mensagens nem por isso deixava de ser sub-reptícia e suspeita, por isso que figuram à matéria permitida aos rádios-ouvintes, e mesmo porque Abílio Holzmann não havia seguido para o Rio, tanto que fora posto em liberdade dias depois, que o declarante sabe, por ser também público e notório, que a esposa de Abílio Holzmann é, assim como muitas outras senhoras dos próceres integralistas locais, fervorosa adepta do Sigma [...]”. (DOPS/PR, Pront. 006, Top, 273, fls. 19-20, DEAP/PR).

Querido filho Abílio:

Ao receberes esta carta eu espero que você esteja conformado por nosso Deus e que não esmoreça diante dos maus, que estão nos perseguindo visivelmente. Pela carta de ontem eu já te expus o pedido de habeas corpus. Ontem à tarde quando o povo estava na estação férrea, aguardando a chegada do Cel. João Pereira, eu estava em casa quando o Dr. Olímpio avisou-me de que o Dr. Mourão havia sido conduzido por secreto à [estação] e ia ser enviado para Curitiba para que o habeas corpus não o encontrasse aqui. Ontem à tarde Dr. Olímpio mostrou-me um telegrama do [ilegível] do Rio dizendo ter entrado com pedido de habeas corpus para Holzmann e Odilardo e provável daqui mais alguns dias vocês também serão postos à liberdade, caso não haja outro truque... até no momento eu não tenho ciência sobre o despacho do habeas corpus, é capaz desses que se acham aqui serem soltos, e o Dr. Mourão ficar como “ausente” você veja bem o que eu estava passando, agora eu estou com pressa que vocês sejam soltos, para assim eu matricular-me em um curso superior para que eu possa defender-me de tamanhas ciladas dos “espertos”... terminando peço recomendar-me aos teus companheiros vítimas do mesmo mal que não praticaram. Hoje dia de São Pedro espero que vocês terão voltados os pensamentos à causas mais sublimes. Essa gente não se lembram do cinzeiro que é tamanho e que eles um dia deixarão o bastão. Num abraço de teus pais Jorge e Rosa. (DOPS/PR, Pront. 006, Top. 273, fl. 6, DEAP/PR).

Abílio foi solto definitivamente em 6 de julho de 1938. No entanto sua história na DOPS não terminaria com o episódio da Intentona. A Segunda Guerra mundial o traria de volta, como veremos (ver capítulo IV).

Odilardo, por sua vez, também foi solto. Contudo, mais tarde, sua situação empregatícia quase declinou, não fossem talvez suas habilidades como bancário. Entre julho de 1938 e março de 1939, o Ministro da Justiça, Francisco Campos, e a Chefia do Banco do Brasil também pediram informações sobre o ex-integralista, em ofícios a Manoel Ribas e ao Chefe de Polícia do Paraná, respectivamente. Em uma das respostas, Divonsir chegou a fazer sugestões quanto ao seu vínculo com Banco do Brasil:

Junto ao presente uma cópia das anotações constantes da ficha de Odilardo Lima de Freitas, funcionário da Agência do Banco do Brasil de Ponta Grossa, e mais o informativo sob nº 16, cujos documentos põem em relevo as atividades integralistas daquele cidadão. / Trata-se de indivíduo extremado e que até no momento atual se preocupa apaixonadamente com questões integralistas, como esclarece o informativo nº 16. / Se nos fosse licito opinaríamos pela transferência do funcionário em apreço para outra cidade, onde, livre dos compromissos Político-Partidários poderia continuar a prestar seus serviços profissionais. / Mais dia, menos dias, dada suas atividades nocivas ao Regime, ODILARDO LIMA DE FREITAS, (ex-Chefe de Polícia da Cidade de Ponta Grossa, Integralistas), terá de ajustar novas contas com o Tribunal de Segurança Nacional. / É a informação que podemos prestar a V. Excia./ Em 5 de abril de 1939. [...]. (DOPS/PR, Pront. 2927, Top. 445, fl. 9, DEAP/PR).

Mesmo absolvido pelo TSN, a DOPS/PR manteve aberto o inquérito de Odilardo, o que complicava sua situação como funcionário público, já que existem reiterados pedidos de

informação sobre a conclusão do inquérito, feitos pelo Banco do Brasil, no seu prontuário, até novembro de 1939. No entanto, Odilardo parecia estável no seu emprego, ao que tudo indica, em função de suas qualificações. O último documento de seu prontuário é um pedido de porte de arma, feito pelo Banco, uma vez que o bancário estava implantando uma agência em Irati. O parecer de Divonsir, não obstante, é taxativo:

A pessoa indicada é inidônea para andar armada com autorização da Polícia. / ODILARDO LIMA FREITAS registra, nesta Delegacia, antecedentes políticos que motivaram a sua detenção por algum tempo. O citado individuo foi processado e julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional como participante da intentona integralista de Ponta Grossa na mesma ocasião em que BELMIRO VALVERDE e outros assaltaram a residência do Presidente da República. / **Infelizmente, porém, não foi condenado...e, isso, deve-se à própria falta de dignidade do indiciado, que, vergonhosamente, negou a participação naquela empreita criminoso,** sendo Chefe de Polícia Integralista, naquela ocasião. Opino para que não seja atendida a solicitação da Agência do Banco do Brasil de Ponta Grossa [...]. Em 1º de agosto de 1941 [...]. (DOPS/PR, Pront. 2927, Top. 445, fl. 2, DEAP/PR, grifo nosso).

Obviamente, inocência jurídica não era sinônimo de inocência de fato para a polícia política. Como vimos e veremos em vários outros casos, a DOPS, às vezes fazia todo o possível para continuar o julgamento dos inocentados por conta própria, sujando, até quando não fosse mais possível, a ficha dos ex-integralistas. Não estamos afirmando, com isso, que não há razão para desconfianças sobre indivíduos como Odilardo. Estamos apenas apresentando as características do processo próprio da DOPS para incriminação – que é diferente do processo utilizado pelo Tribunal (embora o TSN também seja uma instituição, em teoria, de exceção). Isso se constata apenas pelo fato de que, do total de integralistas reprimidos em Ponta Grossa, somente onze foram condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional: “Benjamin Mourão, João Cecy Filho, Sófocles de Lima, Luiz Cundari, Valentin Coelho, Adélio Ramiro de Assis, Pedro Buss, Pedro Dihl, Alfredo Buss, Clarindo Rodrigues e Oseas Pereira das Neves”. (CHAVES, 2001, p. 148).

Sobre os arredores de Ponta Grossa e outras cidades dos Campos Gerais, as informações da documentação aqui analisada não são abundantes. Sobre Teixeira Soares, um relatório feito no calor do momento (em 11 de março) registrou:

O agente da Estação ferroviária de Rio Azul foi convidado por JOÃO MOLINARI, fornecedor de lenha da Estrada de Ferro S. P. Rio Grande, que também convidou os agentes das estações de Iraty, Rio das Almas e Teixeira Soares, sendo que estes não foram por mim abordados por falta de confiança, cujo convite é para um movimento armado com o fim de ocuparem o poder atual do país; disse mais Molinari ao mesmo agente que tem diversas altas patentes do Exército e Marinha

que estão com eles e que o sinal convencional é “O POVO, EXÉRCITO e A MARINHA LEVANTAM-SE CONTRA GETÚLIO VARGAS” e é dado pela Estação de Rádio “MAYRIND [sic] VEIGA” (não sabendo se de São Paulo ou Rio de Janeiro essa estação), que esse movimento era para o 3º dia de carnaval e ficou para dessa data em diante até o dia 15 mais ou menos.

Molinari é ex-prefeito de Teixeira Soares neste Estado.

Informações prestadas por LIBERO NUNES, também ex-prefeito de Teixeira Soares, dizem ter sido ali apreendido neste mês 1 fuzil mauser e 50 cartuchos de guerra em poder de um integralista de nome JOAQUIM PIRES e consta que existem mais armamento e munição naquela localidade com os demais integralistas que ali são em número elevado.

Se não fosse avançar tanto em minhas informações, sugeria a necessidade do Tte. Delegado Regional de Irati efetuar uma busca naquele Município que seria de resultado positivo. [...].

CURITIBA, 11 de Março de 1.938. (DOPS/PR, Pront. 1874, Top. 381, fl. 4, DEAP/PR).

A sugestão foi seguida à risca e, como era de praxe na repressão no interior do Estado, a Delegacia Regional de Irati recebeu um telefonema da Secretaria de Segurança solicitando abertura de inquérito para apurar a tentativa de levante armado integralista. Como consequência das investigações, a Delegacia Regional, seguindo o protocolo, realizou dois procedimentos em abril de 1938: 1) convocou, por ordem de uma portaria, 11 pessoas para prestarem declarações⁸⁹; 2) localizou em Florestal, lugarejo interior ao município de Irati, o esconderijo dos documentos internos do Núcleo local da AIB. Os papéis estavam na casa de um industrial local, Alberico Xavier de Miranda, cujo irmão era “destacado elemento da Ação Integralista neste Estado”, Renato Xavier de Miranda. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 4 e 14, DEAP/PR)⁹⁰.

Dos convocados para depoimentos, a repressão foi levada adiante para o caso de Antônio Lopes Júnior (ex-Secretário de Corporações e Serviços da AIB em Irati) e Tito Calderari (responsável extraoficial pelo setor sindical da AIB local). Na verdade, apurou-se

⁸⁹ “Certifico, em cumprimento ao ordenado na portaria inicial, que intimei, em suas próprias pessoas, Antônio Romualdo Ferreira, para ser ouvido hoje nesta Delegacia, e Antônio Lopes, seu filho e sua mulher, bem como Tito Calderari, Joaquim Fernandes Sob., Alexandre Volpato Guilherme, Alfredo N. do Nascimento, Valdomiro Stadler, Marcilino Luiz da Silva e João Ribeiro Camara [...], Irati, 15 de abril de 1938”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 4, DEAP/PR). Mais tarde outras testemunhas forma convocadas, incluindo dois padres.

⁹⁰ Segundo o Auto de Apreensão, datado de 15 de abril de 1938, registraram-se os seguintes documentos, que ficaram na sede da Delegacia Regional: “[...] um pacote contendo fichas alfabéticas de arquivo, devidamente cheias, dos municípios de Irati, Bom Retiro, Pinho e Lageado; um pacote com nove fichas individuais; um pacote contendo: 151 fichas da Cidade de Irati, 61 da Colônia Irati; 80 do Lageado, 66 do Pinho, 19 do Bom Retiro, 6 de Irati-Velho, 33 de Rio Corrente, 26 de Nhapindazal; um livro de registro de inscrição, um idem de registro de integralistas, um idem de obras integralistas; um arquivo de correspondência. Um caderno de resoluções; uma revista ‘Paraná Mercantil’; uma idem ‘Brasil Feminino’; um livro de atas; um caderno de notas; diversos folhetos de propaganda; diversos boletins oficiais; 6 exemplares de jornais; uma camisa verde com o sigma; um pacote com fichas em branco-modelo 2; um pacote com fichas de arquivo, em branco; um pacote com carteiras individuais, em branco; uma caixa de pinho, envernizada, medindo 15 cent. De altura, 20 de largura e 50 de comprimento [...]”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 4 e 14, DEAP/PR).

que os dois eram os ‘mentores’ locais do movimento, embora a chefia estivesse em nome do industrial Caetano Zarpelon, um quase nada entusiasmado Chefe Municipal de 60 anos, que já havia tentado se desligar da AIB.

Lopes, nos dois interrogatórios a que foi submetido (pela Delegacia Regional e pela DOPS) negou participação no levante de 10 para 11 de março – o que não o impediu de ser preso e enviado a Curitiba. No primeiro dos interrogatórios, mais contido, Lopes Júnior ‘entregou’ os ocupantes de cargos na AIB local e até autoridades simpatizantes (como o Promotor Público Alberto de Carvalho Seixas). Quanto aos cargos, parece-nos que a Delegacia se interessava – embora não tenhamos acesso às perguntas – em saber quem eram os responsáveis pelo Departamento de Polícia da AIB local que, assim como em Curitiba, poderiam estar ligados à Intentona pela natureza da função policial. Logo após ‘entregar’ o Chefe Local, Caetano Zarpelon, Lopes Junior disse, em seu Auto de Declarações:

[...] que exerciam as funções de investigadores policiais, isto é, de polícia secretas [sic] do mesmo núcleo, Valdomiro Stadler, encarregado de repressão ao comunismo, André Rembis, encarregado de vigilância sobre os integralistas e Marcelino Luiz da Silva, de repressão ao Maçons [sic] [...]. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 6, DEAP/PR).

Em seguida, Lopes foi preso e encaminhado a Curitiba, juntamente com ofício ao Secretário de Segurança Pública do Estado, datado de 16 de maio de 1938:

Escortado pelo soldado Jaime Novacoski, apresento a V. Excia., ANTONIO LOPES JOR., Secretário Municipal de Corporações e Serviços Eleitorais da Extinta Ação Integralista Brasileira, Núcleo desta cidade, a quem estava afeta toda a direção e escrituração do mesmo Núcleo. Elemento vivo e que nunca cessou com as suas atividades, pois nas vésperas deste último movimento Integralista, foi observado em Teixeira Soares, em confabulação com elementos integralistas dali. (...). (DOPS/PR, Pront. 356, Top. 294, fl. 53, DEAP/PR).

Em 17 de maio, foi apresentado na Delegacia de Ordem Política e Social e depois recolhido ao Quartel da Guarda Civil de Curitiba, lá permanecendo até 7 de junho, quando foi novamente levado à DOPS para prestar declarações, a Mário Augusto de Queiroz:

[...] há um ano que o declarante, e sua mãe ingressaram na Ação Integralista Brasileira, núcleo da cidade de Irati, sendo que seu pai entrou mais ou menos seis meses depois; que o declarante logo que se filiou a Ação Integralista Brasileira foi empossado no cargo de secretário de corporações serviços eleitorais, pelo então chefe do núcleo Caetano Zarpelon; que nessa época o declarante trabalhava na casa comercial de seu pai; que em primeiro de maio do corrente ano, em virtude do pai do declarante liquidar sua casa comercial, começou a trabalhar como senhor Tito Calderari, que mantinha naquela cidade um escritório de representações; que Tito Calderari era integralista fervoroso, porém não ocupando cargo algum no núcleo

de Irati; que Tito Calderari filiou-se ao Integralismo uns cinco meses depois do declarante; que o declarante em primeiro de maio deste ano, fez uma viagem de Irati a Porto União e voltou até a estação de Guaraúna em serviço de representações do escritório de Tito Calderari, voltando a Irati no dia treze do mês referido; que logo foi fechada a Ação Integralista Brasileira o arquivo do núcleo foi transferido para casa do declarante e em março do corrente ano, em virtude do pai do declarante não querer consentir que o arquivo ficasse em sua residência, o declarante transferiu o mesmo para Florestal, Município de Teixeira Soares, entregando-o ao Senhor Renato Xavier de Miranda; que em março do corrente ano, logo depois da intentona de dez do mesmo mês, o declarante foi preso em Teixeira, digo preso em Irati, tendo então confessado ao Delegado Regional que o arquivo se achava em Florestal, onde o mesmo foi apreendido; que sobre a intentona de março o declarante só teve conhecimento, dias depois, por intermédio do jornais desta capital, bem como da intentona de maio do corrente ano; que em Irati a Ação Integralista Brasileira contava, entre mulheres, crianças e homens, mais ou menos com quatrocentos filiados; que depois do fechamento da Ação Integralista Brasileira por ordem do Governo Federal, o declarante não teve mais contato algum com a mesma Ação, nem mesmo esperava a transformação da referida em Associação Brasileira de Cultura; que na viagem que o declarante fez de primeiro de maio até treze de maio, somente tratar de interesses comerciais para o escritório de representações do senhor Tito Calderari, não tendo ligação alguma com elementos integralistas. (...). (DOPS/PR, Pront. 356, Top, 294, fl. 55).

Em 10 de junho, Lopes foi posto em liberdade, mas seu prontuário continuou recebendo registros com as peripécias de sua mãe, de nome Senhorinha Lopes, Secretária de Arregimentação Feminina da AIB em Irati e “fundadora do núcleo” de Irati – como ela mesma se intitulou, em declarações à polícia. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 8, DEAP/PR). Senhorinha “era um tanto exaltada” e “geniosa”, segundo declarações de seu esposo, que já havia advertido “para que se moderasse mais na política, não sendo [...] por ela atendido”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 7, DEAP/PR). Em 27 de Junho de 1938, o Delegado de Teixeira Soares, se dirigiu ao Delegado Regional de Irati via ofício:

Comunico-vos, que fui informado ontem à noite, que estava aqui a mulher do Sr. Antonio Lopes, desta praça, fazendo propaganda, animando o povo que o integralismo não tinha se acabado, assim é bom o [Chefe?] mandar sondar por ai, pois eu não conheço ela bem, e se tivessem me dito antes do trem partir eu detia afim de aferir do que andava tendo, porque nem parente ela tem aqui. (DOPS/PR, Pront. 356, Top., 294, fl. 52, DEAP/PR).

Ao receber esse ofício o Delegado de Irati enviou, no dia seguinte, cópia para o Chefe de Polícia do Estado, identificando a mulher supracitada:

Para que V. Excia. tome na consideração que merecer, junto envio em original o ofício nº 92 da Delegacia de Polícia de Teixeira Soares. A mulher que se refere o aludido ofício nesta cidade é a mãe de Antonio Lopes Junior ex. Secretário de corporações e serviços eleitorais do extinto núcleo local da Ação Integralista. (DOPS/PR, Pront. 356, Top., 294, fl. 51, DEAP/PR).

O comerciante iratiense Tito Calderari teve uma presença maior nas cadeias públicas – foi preso e prestou declarações duas vezes em 1938 – em função de uma frase ‘mal colocada’ em seu primeiro Auto de Declarações e de uma declaração do vigário local, o padre alemão Warkocz. (DOPS/PR, Pront. 3555, Top. 483, fl. 1, DEAP/PR). Ao contrário dos outros ex-integralistas, que negaram qualquer conhecimento sobre o assunto, Calderari disse:

Que quanto ao movimento subversivo de dez de março último, o declarante sabia já muito antes dessa data, visto como viaja muito e propalava-se quase de um modo geral e mesmo por intermédio de jornais, não sabendo entretanto se esse movimento partia de comunistas, mazorqueiros ou integralistas ou mesmo do Exército [...]. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 6, DEAP/PR).

Por essa declaração, tem-se a impressão de que Calderari mencionou apenas o ‘clima golpista’ do início de 1938, em sentido genérico, afirmando posteriormente, inclusive, “que o núcleo local não teve instruções [sobre a Intentona] que [...] tenha ciência”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 6, DEAP/PR). Contudo, em declarações posteriores à Polícia de Irati, o Padre Paulo Warkocz narrou uma conversa que teve com Calderari antes da Intentona, na qual o integralista haveria lhe dito “[...] que iria acontecer uma coisa boa em que teria lucro [o Padre], talvez em data de dez, onze ou quinze de março do corrente ano [...]”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 11, DEAP/PR).

Com isso, a conclusão do Delegado Regional de Irati, em seu relatório à Secretaria de Segurança foi irretorquível sobre o ex-militante: “[...] foi sempre elemento perigoso nesse meio por ser um dos mais capacitados e ter chegado a declarar neste inquérito que tinha conhecimento com antecedência do movimento subversivo integralista esperado para 10 de março [...]”. (DOPS/PR, Pront. 1894, Top. 382, fl. 14, DEAP/PR). Não obstante, embora preso por duas ocasiões, a DOPS não conseguiu ‘segurar’ Calderari, que foi posto em liberdade definitivamente em Curitiba, na data de 10 de junho de 1938. (DOPS/PR, F.I. 06.632, DEAP/PR).

Na Lapa, em 25 de março de 1938, foi aberto um inquérito para apurar os ocorridos em torno da Intentona. Naquela localidade, os enfrentamentos do Chefe Integralista local, o advogado Levy Saldanha, datam de março de 1937. No contexto das portarias proibitivas à AIB de 1937 (ver Capítulo II), ainda sob a ‘democracia’, Saldanha já fora preso e enviado a Curitiba, por fazer um comício público. (DOPS/PR, Pront. 2381, Top. 413, fl. 1, DEAP/PR). No período das Intentonas, Saldanha foi preso somente em 12 de maio de 1938, juntamente com José Ottmann, que guardava em sua residência o arquivo no Núcleo Integralista da Lapa.

Depois de preso por duas ocasiões em 1938, Saldanha foi posto em liberdade, figurando apenas em registros de observações em hotéis e pensões. (DOPS/PR, F.I. 36.373, DEAP/PR).

A Intentona e a repressão no Norte

Em 9 de março de 1938, o Delegado de Polícia de Ribeirão Claro informava à Secretaria de Segurança Pública que deteve um médico local de nome Fernando Puppi, por “suspeita [de] estar envolvido num movimento armado nacional articulado pelos adeptos [da] ex ação integralista, com finalidade [de] subverter a ordem e apoderar-se [do] poder” (DOPS/PR, Pront. 1205, Top. 340, fl. 2, DEAP/PR). A princípio a informação soa como um clichê (algo já visto em vários documentos supramencionados), não fosse a data: um dia antes da realização da Intentona de março. Além disso, através do médico, o referido delegado soube que a AIB enviara a Jacarezinho “um delegado especial do Sigma [...] e que os elementos dali receberam grande quantidade [de] armas e munições [...]”; em vista da gravidade da descoberta, o telegrama solicitou instruções (DOPS/PR, Pront. 1205, Top. 340, fl. 2, DEAP/PR).

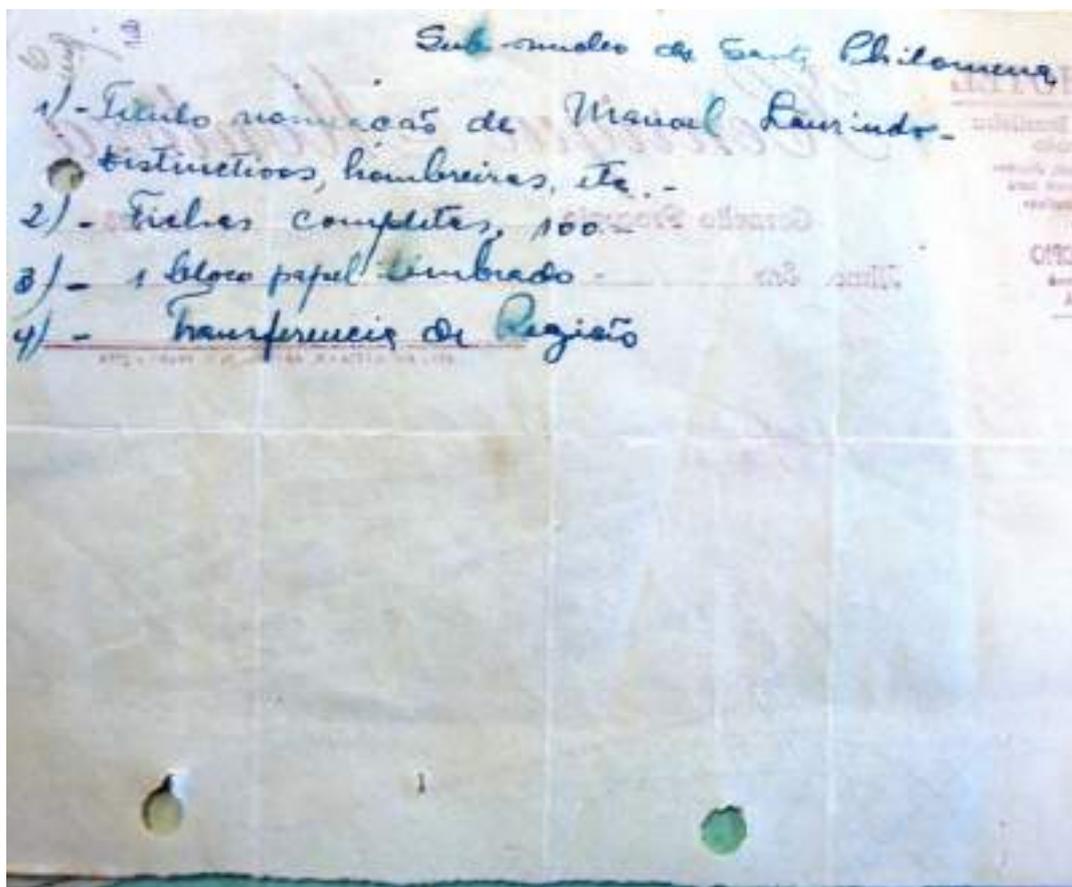
Puppi foi levado a Curitiba e tratado como “testemunha das ocorrências no interior do Estado, sobre o movimento irrompido na noite de 10 para 11 do corrente” (DOPS/PR, Pront. 1205, Top. 340, fl. 1, DEAP/PR). O dossiê de Puppi, que contém apenas 4 folhas, é um dos poucos que mostra como a DOPS obteve informações locais sobre o planejamento da Intentona no Paraná.

Ademais, em junho de 1938, a Delegacia se viu com uma informação um tanto perturbadora sobre o ‘norte integralista’: era possível que a AIB mantivesse núcleos em funcionamento mesmo depois da proibição e da repressão decorrente da intentona. A ‘constatação’ veio a partir da prisão de Carlos Zewe Coimbra, ex-Chefe do Núcleo Integralista de Foz do Iguaçu, mas residente em Cornélio Procópio. Coimbra foi preso na Lapa, de onde é natural, quando usou de dois nomes falsos, na tentativa de visitar Lauro Moreira Montenegro na prisão (Ex-Chefe do Núcleo Integralista da Lapa).⁹¹

⁹¹ A pasta de Lauro Montenegro (bem como a de seu irmão Osvaldo Moreira Montenegro) não possui documentos, para além da capa e contracapa. Contudo, trata-se de um dos poucos registros de investigação por suposta participação nas duas intentonas. Dois inquéritos foram abertos para apurar o caso (um pela polícia da Lapa, outro pela de Curitiba), mas Montenegro foi posto em liberdade em 27 de julho de 1938, por ordem do Chefe de Polícia do Estado. Outra prática incomum, presente no caso, é que as investigações foram todas feitas pela polícia comum, mesmo em Curitiba, onde a DOPS tinha exclusividade sobre o crime político. (DOPS/PR, 2332, Top. 408, fl. 1, DEAP/PR).

Na ocasião, sob sua posse foram apreendidos “uma fotografia [de militantes integralistas do Núcleo de Foz do Iguaçu], um livro integralista datilografado, uma relação sobre a criação de um sub-núcleo integralista e um pedaço de uma carta”, como consta no auto de apreensão. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 4, DEAP/PR). O documento mais preocupante para a DOPS era a “relação” (Ilustração 13), prontamente enviada à polícia técnica, que, “do detido e metucioso exame procedido [...], concluiu-se ser recente o manuscrito nele contido”. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 9, DEAP/PR).

Ilustração 13 – Documento apreendido pela DOPS em poder de Carlos Zewe Coimbra



Fonte: DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 12, DEAP/PR

Do documento, a Delegacia da Lapa concluiu que se tratava de “uma lista de um subnúcleo de Santa Filomena de Cornélio Procópio, pedindo título de nomeação de Manoel Laurindo para chefe desse núcleo e mais algum material para o mesmo”. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 8, DEAP/PR). De fato, o documento parece descrever uma lista de assuntos que Coimbra trataria ou tratou (uma vez que vinha de Curitiba para a Lapa) com os superiores integralistas para a abertura de um subnúcleo. Em seu auto de declarações consta:

“foi chefe integralista de Foz do Iguaçu por algum tempo, que foi removido para Cornélio Procópio, onde continua exercendo as suas atividades integralistas”. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 5, DEAP/PR).

O fato mais curioso da prisão de Zewe Coimbra é a interpretação que a Delegacia da Lapa deu a um pedaço de papel encontrado em seus bolsos. O relatório do Delegado Orestes F. Santos à Chefatura concluiu:

[...] foi encontrado mais um hino integralista datilografado e uma tira de papel em que uma certa pessoa o recomenda para ter cuidado com a rua da Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio e ainda lhe recomenda, à margem, para depois de ler rasgar, por todos esses motivos parece-me que Carlos Zewe Coimbra, continua em atividade, podendo mesmo ser um agente de ligação [...]. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 8, DEAP/PR).

A referida tira de papel é, na verdade, um bilhete, feito no rodapé de uma carta, possivelmente enviado por uma namorada de Coimbra, que pedia:

(Só para você)

[...] Em Cornélio tome cuidado com a rua da Delegacia... Compreendes? Lembre-se do que te dizia? Cuidado, pois não admito partilhas, ouviu meu benzinho! Você com certeza há de estar pensando: “Mas como a brissuca [sic] é boba, sempre ciumenta e desconfiada”... mas hoje em dia meu caro quem menos corre, voa. E eu te quero exclusivamente para mim [...]. (DOPS/PR, Pront. 0695, Top. 312, fl. 11, DEAP/PR).

A Delegacia grifou com lápis vermelho “com a rua da Delegacia” e considerou o cuidado da amante ciumenta como prova de comportamento criminoso. Pelos registros da DOPS, suas viagens continuaram a ser observadas até dezembro de 1939. (DOPS/PR, F.I. 09.313, DEAP/PR).

Em Jaguariaíva, a polícia investigou uma suposta movimentação golpista, cujo cabeça seria o advogado Manoel Linhares de Lacerda (ex-Chefe integralista de Itararé, cidade paulista fronteiriça)⁹². Contudo, ainda em 13 de fevereiro de 1938, a DOPS já instituíra um serviço de observação sobre sua pessoa, por suspeitas de “fazer ligações” para o levante.

⁹² Manoel Linhares de Lacerda nasceu no Município da Lapa/PR, em 4 de julho de 1903, em uma tradicional família lapeana. Courseou a Escola Militar do Realengo, sendo desligado por simpatia com a Coluna Prestes. Possivelmente por participação na Coluna, foi preso em 1925, no 3º R.I. no Forte São João. Participou da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932. Entre 1932 e 1934, ocupou os cargos de Delegado de Costumes e Chefe de Polícia no Paraná. Entre 1934 e 1937, foi ativo membro da AIB, ocupando cargos na Província do Paraná (Secretario Provincial de Imprensa e Chefe do Dep. de Estudantes) e de São Paulo (Chefe do Núcleo Municipal de Itararé). Depois do integralismo, ingressou no Partido de Representação Popular de Plínio Salgado, sendo eleito Deputado Estadual e Federal nos anos 1940 e 1950. Em 1951, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Em 1964, apoiou o golpe civil-militar e participou

Na ocasião da Intentona de março, Lacerda teria “percorrido parte do Distrito de Água Branca usando a camisa e outros distintivos integralistas, ocasião em que ofereceu armas aos seus companheiros integralistas”, conforme relatório da Delegacia de Jaguariaíva à Secretaria de Segurança; “[...] alguns dias após a propaganda de Lacerda, integralistas deste Município [Jaguariaíva] pretenderam atacar esta cidade”. (DOPS/PR, Pront. 2550, Top. 422, fl. 7, DEAP/PR). Além de um empreiteiro de Lacerda, Paulo Gozzo, outros dois chefes integralistas paranaenses teriam tomado parte na trama:

No dia 12 do mês de março [sic] Miguel Dobins, ex-chefe integralista, Distrital, veio até esta cidade e aqui, à Avenida Antonio Cunha, encontrou-se com Ramom Franch, contou que o Exmo. Snr. Dr. Presidente da República estava disposto a [...] entregar o poder ao integralismo. Disse Ramon Franch a Miguel Dobins que em seguida a tomada da Capital Federal deviam os integralistas daqui tomarem a cidade e para isso era preciso que Miguel Dobins fosse ao sertão e voltasse na noite daquele mesmo dia com companheiros para fazerem o ataque a esta cidade. Ramom Franch recomendou a Miguel Dobins o máximo sigilo para o que lhe convidava e disse-lhe que no caso de fracasso ou descoberta do plano que iam executar devia disser [sic] que a reunião e viagem dele e seus companheiros a esta cidade era para fazer uma manifestação a Plínio Salgado. Recomendou-lhe também que por cautela, naturalmente, devia convidar os companheiros para esse fim. Miguel Dobins seguindo as instruções de Ramon Franch, foi a sertão e lá reuniu os companheiros que pôde, trazendo-os para as proximidades desta cidade, em seu próprio caminhão. De lá do sertão Miguel Dobbins e seus companheiros partiram às 10 horas da noite ou menos, chegando nas proximidades desta cidade às 12 horas mais ou menos, da noite do dia 12 de março. Nas proximidades dessa cidade os integralistas acamparam a espera de um aviso para ataque, mais [sic] ao invés disso recebeu Miguel Dobins, por intermédio de Euzébio Delgado, um recado de Ramon Franch para regressa para o sertão em virtude do recado do chefe integralista Miguel Dobins e seus companheiros regressaram na mesma noite para o sertão. [...] Jaguariaíva, 9 de abril de 1938. (DOPS/PR, Pront. 2550, Top. 422, fl. 7, DEAP/PR).

Por pedido do Secretário de Segurança do Paraná, Lacerda foi preso em 1º de maio, em Itararé, pela DOPS de São Paulo. Transferido para o Paraná, foi posto em liberdade e preso por duas outras ocasiões, até agosto, quando foi posto em liberdade por *habeas corpus* junto ao Tribunal de Segurança Nacional.⁹³ Depois disso não esteve mais preso, embora tenha sido vigiado pela DOPS até a década de 1960. (DOPS/PR, Pront. 2550, Top. 422, DEAP/PR; DOPS/PR, F.I. 20.413 e 20.417, DEAP/PR). Seu envolvimento na trama de Jaguariaíva não ficou provado e seus argumentos, constantes em auto de declaração, pareceram convincentes: a acusação de sua implicação no levante não passava de uma

da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, posturas que lhe renderam honrarias pela Ditadura, como a “Ordem do Mérito Revolucionário da Revolução de 1964”. Faleceu em 8 de maio de 1969.

⁹³ Nos documentos que analisamos não se encontra nenhuma referência à absolvição de Lacerda pelo TSN. Mas é muito provável que ela tenha ocorrido, em função da liberdade de que desfrutou após agosto de 1938.

“campanha de concorrência comercial”. Autoridades locais, como o Prefeito e o Subdelegado de Água Branca, tinham relações econômicas com empresas madeireiras locais, concorrentes diretas de sua empresa, a Sociedade Brasileira de Imbuías LTDA. (DOPS/PR, Pront. 2550, Top. 422, fl. 19, DEAP/PR).

Já os integralistas Miguel Dobbins (comerciante de 58 anos) e Ramon Franch (espanhol, contador, de 42 anos) foram presos e condenados a 5 meses e 10 dias de prisão pelo TSN, na onda repressora entre março e maio de 1938. Nos questionamos, nesse ponto, o quanto o passado e a origem de Lacerda não pesaram na sua liberdade, já que certos documentos sugerem que ele foi organizador do levante em Jaguariaíva. (DOPS/PR, Pront. 2550, Top. 422, fl. 32, DEAP/PR).

A Intentona e a repressão em Guarapuava

Assim como sobre Curitiba e Ponta Grossa, os documentos aqui analisados sugerem que uma movimentação armada de integralistas ocorreu na cidade de Guarapuava entre 10 e 11 de março. A fonte mais contundente, nesse sentido, é o Auto de Declarações de um ‘capanga’, Odilon Caldas, que alegou ter se envolvido no levante sob coação de seu patrão camisa-verde. O texto é longo, mas pela relevância que ganhou junto à polícia, vale a pena reproduzirmos:

[...] Que efetivamente o declarante foi preso na cidade de Guarapuava, na noite de dez para onze de março do corrente ano; que em seu poder foi apreendido um revólver calibre trinta e oito, cano longo, preto, (oxidado), e mais vinte e cinco balas; que esse revólver e munição foi entregue ao depoente por Manoel [do] Monte Furtado, antigo chefe Distrital do Integralismo em Campo Mourão, Guarapuava; que o declarante nunca foi integralista e si foi envolvido na intentona verde de março último foi involuntariamente e por ser compelido por Furtado que era naquela época patrão do declarante; que Furtado mandou chamar o declarante na cidade de Guarapuava e naquela noite entregou-lhe o revólver e munição acima mencionados, determinando-lhe que ficasse nas proximidades da cadeia pública daquela cidade aguardando a voz [de] comando dele Furtado, ou de Antonio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende de Oliveira, para o assalto à aquela repartição e Prefeitura Municipal; que o declarante a princípio recusou-se a tomar parte na planejada investida contra o regime, mas, foi, como já disse, compelido por Manoel [do] Monte Furtado, a tomar posição, do contrário seria espancado pelo mesmo, sendo que foi ameaçado até de morte, no caso de fracassado o movimento, [se] contasse às autoridades qualquer coisa da trama que ele Furtado, Amarílio e Antonio iriam levar a feito; que o declarante recebeu o revólver e munição no quarto em que Furtado se achava hospedado no hotel Galeski daquela cidade e, nessa ocasião, verificou que em cima da cama de Furtado tinha outras armas, inclusive parábélum e munições; que com o declarante também foi preso Manoel Ribeiro do Amaral, o qual se achava armado com um parábélum que fora fornecido pelo próprio Furtado; que Ribeiro do Amaral logo que foi posto em liberdade

foragiu-se e parece estar homiziado atualmente nos sertões Cerro Verde, Município de Guarapuava; que esse indivíduo também contou ao declarante que os seus chefes eram Furtado, Amarílio e Antonio, que durante o tempo em que o declarante esteve preso sempre recebeu auxílio dos chefes Integralistas de Guarapuava, porém todo e qualquer auxílio foi logo suspenso porque o declarante dias depois, comunicou ao Delegado que na casa de Furtado havia material de Guerra, cujo material foi apreendido e consta dos autos de fls.; que tempos depois o declarante foi posto em liberdade em virtude de habeas corpus e daí então passou a ser sempre censurado pelos Integralistas e principalmente pelos chefes Furtado, Amarílio e Antonio; que aqueles chefes falavam aos sertanejos em nome do eminente Presidente da República e com isso conseguiram ludibriar a boa-fé daquela gente simples; que os referidos chefes insinuaram ao declarante a dizer na polícia, caso gorasse o movimento, que se achava armado naquela noite para auxiliar a polícia na captura do criminoso Olegário Kulster; que ainda agora aqueles chefes não se dissuadiram da ideia de atentar contra o regime e continuam na campanha de propaganda, porém, na “surdina”; que quando o declarante recebeu a intimação para vir depor nesta Delegacia os Integralistas Furtado, Amarílio e Antonio, recomendaram com insistência que o declarante não os denunciasse porquê do contrário eles fariam vingança; que Domingos Ribas, também envolvido no caso procurou o declarante e disse-lhe que antes de vir depor deveria procurar em Curitiba, Manoel [do] Monte Furtado, que lhe daria todas as instruções para que não fossem envolvidos num crime contra o regime; que contra Domingos, Antonio Lustosa de Oliveira, Amarílio e Furtado, existia ordens de prisão mas Antonio conseguiu fugir e só apareceu quando já estava decidido um pedido de habeas corpus com o qual todos foram soltos; que Antonio Lustosa de Oliveira, recomendou ao declarante que dissesse a esta Delegacia que estava inocente e que era habitado em Guarapuava, todos andarem armados e que de forma alguma contasse que os Integralistas estavam armados para assaltar a Delegacia de Polícia e tomarem conta da cidade de Guarapuava; que o declarante se recorda ainda que aqueles chefes verdes declararam que esperavam apenas um aviso pelo rádio para começarem o “serviço”; que Furtado declarou ao depoente que enquanto existisse Integralismo as autoridades haveriam sempre de ter serviço até o dia que o Integralismo desse a última cartada; que Domingos Ribas, Amarílio, Furtado, Antonio e Sebastião Loures Bastos estavam muito bem armados e municidados; que o declarante não sabe onde foi guardado o armamento Integralista e se tiver informações sobre o caso imediatamente comunicará a Polícia; e como nada mais disse e nem lhe foi perguntado deu-se por findo auto de declarações que depois de lido e achado conforme vai assinado a rogo do declarante. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 3-5. DEAP/PR).

O relatório do inquérito instaurado pela Delegacia de Guarapuava e enviado ao TSN é vago e carente de provas cabais, o que pode nos dar indicativos do porquê a maioria dos indiciados terem sido postos em liberdade pelo Tribunal posteriormente. Eis o documento:

Inquérito Instaurado pela Delegacia de Polícia de Guarapuava, sobre a tentativa de levante integralista de 10 de março de 1938.

No mencionado inquérito – no qual figuravam como indiciados:

Manoel do Monte Furtado e
Amarílio Rezende de Oliveira

O Colendo Tribunal de Segurança Nacional, em data de 22 de out. do corrente ano, determinou que fossem qualificados e ouvidos como indiciados, mais os seguintes:

Antonio Lustosa de Oliveira
Domingos Ribas
Sebastião Loures Bastos

Alceu Ayres Karas
Odilon Caldas e
Manoel Ribeiro do Amaral:

cujas pessoas foram ouvidas e qualificadas por esta Delegacia, conforme cópias no arquivo correspondente.

O requerido parecer final da delegacia foi o seguinte.

O requerido afls. Foi atendido, em parte.

Deixamos de qualificar e ouvir o ind. Manoel Ribeiro do Amaral que se acha ausente, isto é, foragido desde quando, em virtude de ordem de habeas corpus concedida pelo Colendo Tribunal de Segurança Nacional, foi posto em liberdade.

O ind. Odilon Caldas – em suas declarações de fls. põe em evidencia as criminosas intenções dos demais acusados, os quais, por sua vez e para se eximirem das responsabilidades do fracassado golpe verde de março último, alegam que não foram consultados sobre o assunto pelos chefes Amarílio Rezende de Oliveira e Manoel do Monte Furtado.

A verdade, parece-nos, está no auto de declarações de Odilon Caldas.

Os indiciados Manoel M. Furtado e Antonio Lustosa de Oliveira, atualmente, residem nesta capital e os demais continuam residindo em Guarapuava, deste Estado.

Podemos informar que todos eles continuam a desenvolver grandes atividades, aliás, o próprio ind. ODILON CALDAS confessou a fls. que Manoel do Monte Furtado lhe havia declarado “QUE ENQUANTO EXISTISSE INTEGRALISMO AS AUTORIDADES HAVERIA DE TER SERVIÇO? ATÉ O DIA QUE O INTEGRALISMO DESSE A ULTIMA CARTADA”...

Ponderamos ao Ilustre e D. Adj. De Proc. do T. S. N. sobre a necessidade de ser decretada a prisão preventiva dos indiciados, entre os quais figura alguns alguns de largos recursos que, com muita facilidade, poderão fugir, prejudicando destarte a ação repressiva da Lei.

Domingos Ribas depois de envolvido na trama de março, foi preso, em Curitiba, na madrugada de 10 para 11 de maio, na casa de residência do antigo Chefe Provincial dr. Vieira de Alencar.

Com relação as armas que foram apreendidas em poder dos ind. Odilon Caldas e Manoel do Monte Furtado, (declarações de fls.), não nos foi possível cumprir o req. pelo Egrégio Dr. Adj. Proc., pois, segundo consta dos autos, as mesmas foram extraviadas. Todavia, informamos, que tão logo se esclareça o caso será dado conhecimento a V. Excia.

Remeta-se ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia para fins de Direito

Encaminhado ao Tribunal de S. N. em 14 de dezembro e 1938, conforme registro postal da mesma data. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 21. DEAP/PR, grifos nossos).

Atente-se para o fato de que todo o argumento do documento gira em torno do depoimento de um só indivíduo, também indiciado, que entregou do cárcere – não sabemos em quais circunstância – a participação de líderes e militantes locais da AIB num levante armado. Ademais, o extravio de armas, supostamente apreendidas sob a posse dos indiciados, é extremamente comprometedor, quanto à apuração dos fatos de 10 de março.

Não obstante as lacunas e problemas processuais, o Delegado da DOPS emitiu parecer, 15 de setembro, concordando com a acusação aos ex-militantes:

Eu após atenta leitura das peças probatórias constantes dos autos em tela se verifica que o sucinto relatório de fls. 20, retrata, fielmente o estado do inquérito em tela.

Efetivamente exsurge, sem sombra de dúvida, deste processado que, na noite de 10 para 11 do mês de março p. findo, os indiciados Manoel do Monte Furtado, Amarílio Resende de Oliveira, Antonio Lustosa de Oliveira, Domingos Ribas, Sebastião Loures Bastos, Odilon Durski da Silva e Alceu Karan, elementos pertencentes à extinta Ação Integralista Brasileira, estiveram em atividades denunciadoras de cumplicidade ao movimento integralista que se preparava na Capital Federal.

Destarte estão os indiciados em questão incurso no artº 1º da Lei de Segurança Nacional e Manoel do Monte Furtado ainda incurso no artº 13º da mesma lei.

Represento pela necessidade da decretação da prisão preventiva dos acusados. [...]

Ass. Iraci Queiroz

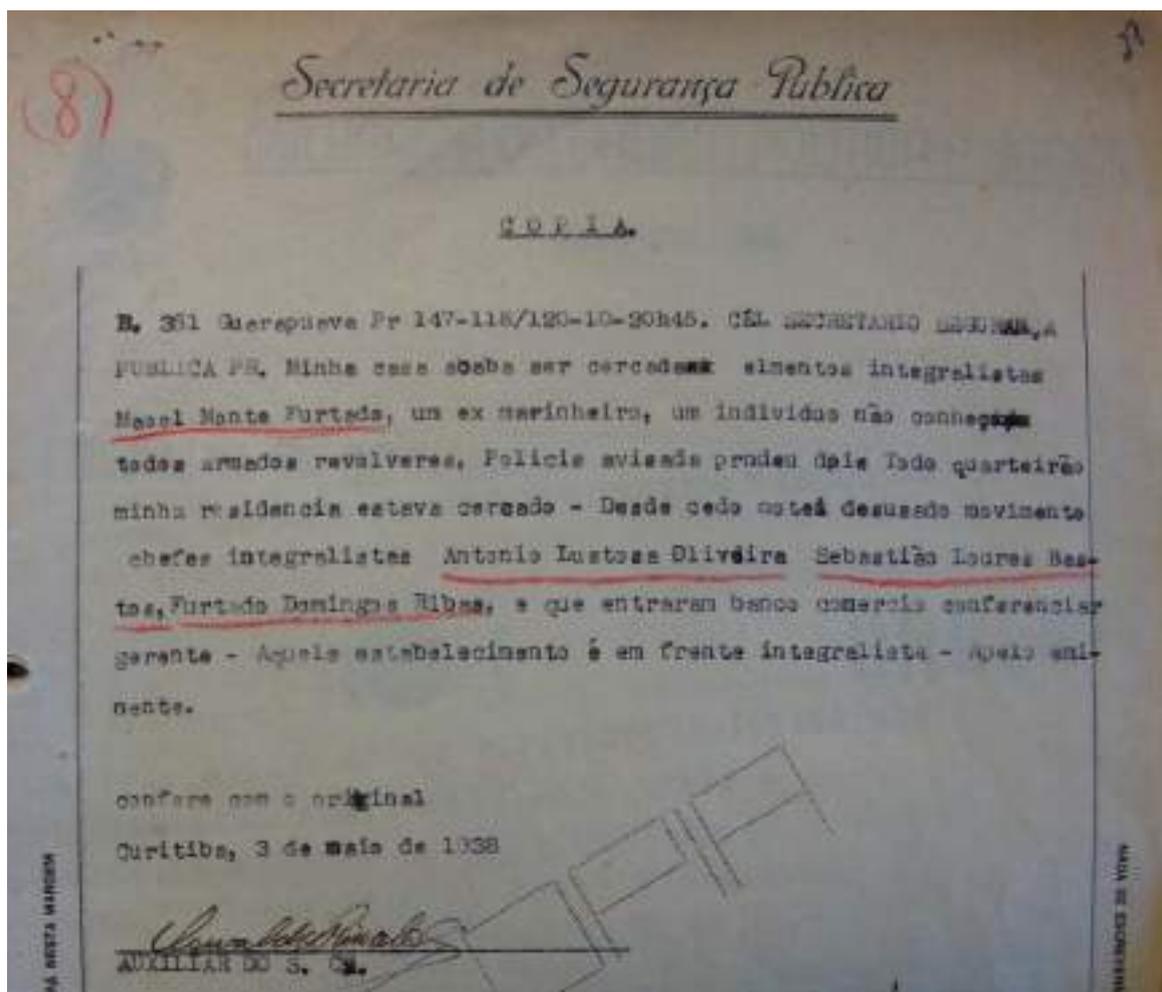
DELEG. DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. (DOPS/PR, Pront. 3444, Top. 476, fl. 4, DEAP/PR).

Para além desses relatórios, baseados no depoimento de Odilon Caldas, outro indício de uma atividade armada, contido no Dossiê de Antônio Lustosa de Oliveira é uma cópia malfeita, de 3 de maio de 1938, de um telegrama apócrifo, cuja data não é possível determinar (Ilustração 14).

De qualquer forma, Manoel do Monte Furtado – o integralista ferido no homicídio de David Moscalesque – já era considerado suspeito pela DOPS desde fevereiro de 1938, quando a Delegacia recebeu carta assinada pelo Prefeito Municipal, Aníbal Virmond (o mesmo que recebera apoio da AIB nas eleições que o levaram ao cargo). Segundo o documento, datado de 22 de fevereiro, Furtado ingressou na AIB no distrito de “Campo do Mourão”, onde já era investigado pela Polícia por atividades ilícitas, “coincidindo o seu aparecimento neste município (Guarapuava) com a intentona extremista de 1935”. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 18. DEAP/PR). Virmond descreveu Furtado como uma espécie de “capanga dos integralistas” e completou: “Segundo ainda se diz, é ele procedente do Estado de Piauí, de onde se diz que é natural, chegando mesmo alguns integralistas a afirmar que se trata de um autêntico revolucionário”. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 18. DEAP/PR). Depois da descrição, que inclui insinuações de vadiagem⁹⁴, o Prefeito solicitava vigilância sobre o indivíduo, no que, pelos despachos da Chefatura de Polícia, foi prontamente atendido.

⁹⁴ “Não apresentando nenhum documento de sua procedência, e de seu procedimento, não demonstra ter profissão, pois até agora não tratou de ocupar-se com coisa alguma”. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 18. DEAP/PR).

Ilustração 14 – Telegrama apócrifo de Guarapuava noticiando o levante integralista



Fonte: DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 27, DEAP/PR

Depois de consulta da Chefatura e da DOPS/PR sobre Furtado, a Delegacia de Guarapuava respondeu que se tratava de um “criador” com “propriedades” em “Campo do Mourão” e que possuía “título de eleitor” de São Paulo, “com o qual identificava-se”. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 16. DEAP/PR). Ademais, era sabido que havia sido funcionário do Presídio Militar do Méier, no Rio, em 1932, industrial em Santo Amaro/SP, entre 1933 e 1934; residia a “3 anos” no Município, “nada constando que o desabone”. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 17. DEAP/PR). Essas informações chegaram a Curitiba em 9 de março de 1938. No dia seguinte, Manoel do Monte Furtado teria sido o cabeça do levante armado integralista em Guarapuava.

Amarílio e Manuel do Monte Furtado foram presos em 5 de maio, em função da “alteração da ordem pública” de 10 março de 1938, nas palavras do Delegado de Guarapuava.

(DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 39. DEAP/PR).⁹⁵ Posteriormente foram enviados a Ponta Grossa e a Curitiba.⁹⁶ Antônio Lustosa de Oliveira foi preso em Prudentópolis em 11 de maio, conforme telegrama do Delegado local ao Secretário de Segurança:

Há dias notava-se um movimento desusado [nas] hostes integralistas, aumentado hoje [com a] chegada [do] chefe integralista [de] Guarapuava Antonio Lustosa. Deti [sic] [o] mesmo e aguardo instruções. [É] urgente providências tomar [quanto] a outro chefe local suspeito [que] fugiu. Saudações. João Rodrigues da Cruz. Delegado. (DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 28, DEAP/PR).⁹⁷

Em agosto de 1938, a Delegacia de Guarapuava soube que na ex-Sede do Núcleo Municipal da AIB havia “material de propaganda daquela extinta agremiação partidária”. (DOPS/PR, Pront. 2421, Top. 415, fl. 8, DEAP/PR). Na verdade, lá estava, ao menos em parte, a documentação político-administrativa do movimento local, com exceção das fichas de filiados que, segundo o morador, “[foram retiradas] daquela sede por Amarílio Rezende de Oliveira e Davi Moscaleski”. (DOPS/PR, Pront. 2421, Top. 415, fl. 9, DEAP/PR). A casa era habitada pelo engenheiro e contador Ludovico von Buttner, cidadão alemão de 63 anos, ex-“Chefe do Departamento de Contabilidade” da AIB em Guarapuava. (DOPS/PR, Pront. 2421, Top. 415, fl. 1, DEAP/PR). Sob ordens do Chefe de Polícia do Estado, realizou-se busca e apreensão de “papéis [e] outros documentos” no local, remetendo os achados à Curitiba. (DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 29, DEAP/PR). Iniciava-se, a partir de então, intensa repressão e vigilância sobre os possíveis envolvidos, enquanto os mesmos militavam no âmbito jurídico para conseguirem *habeas corpus* e absolvição.

Um dos possíveis envolvidos na Intentona em Guarapuava, Amarílio Rezende de Oliveira, tinha o agravante de ter sido enquadrado, antes mesmo do Estado Novo, na Lei de Segurança Nacional⁹⁸. Ele foi intensamente investigado até os anos 1940, com diversas

⁹⁵ O “auto de exame de arma de fogo” feito no fuzil pertencente a Furtado foi conclusivo em afirmar que a arma não estava carregada e não havia sido disparada recentemente. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 15. DEAP/PR)

⁹⁶ A DOPS/PR possuía um serviço de fiscalização diário sobre hotéis, embarques e desembarques em Curitiba. Esse serviço registrou no dia 12 de maio a chegada de Amarílio e Furtado na Capital, escoltados “por duas praças da F.P. [Força Policial] por pertencerem a A.O.B [sic]” (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 37. DEAP/PR).

⁹⁷ Em despacho, Fauto Bittencourt ordenou “a remessa do preso incomunicável, para Ponta Grossa”, na mesma data. (Delegado DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 28, DEAP/PR).

⁹⁸ Amarílio foi preso em abril de 1937, “em consequência da prática de crime político, contra a estabilidade do regime”, por ter publicado um artigo “no final do qual é concitado Plínio Salgado ‘a deflagrar’ a Grande Revolução que, no dizer do articulista, ‘conquistará a liberdade econômica da Nação e reconquistará a soberania da Pátria’”. Com essas palavras, Roberto Barrozo, Chefe de Polícia do Paraná, sustentava a prisão do integralista à Corte de Apelação do Estado, contra um pedido de *Habeas Corpus*, impetrado por Manoel Vieira de Alencar. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 40, 41. DEAP/PR).

prisões e solturas. Uma de suas solturas (relacionada à Intentona de março) foi realizada por pressão do TSN sobre a Chefatura de Polícia do Paraná, em 17 de agosto de 1938, depois de 4 meses de prisão. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 1, 2. DEAP/PR).

Em telegrama ‘áspero’, de 24 de julho de 1938, o Capitão Alberto Lemos Bastos, Juiz do TSN, solicitou informações ao Chefe de Polícia do Paraná: “Rogo a vossencia informar, para efeito habeas corpus, se Amarílio Rezende de Oliveira está preso, bem como, caso afirmativo, desde quando, por que motivo e por ordem de quem”. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 33. DEAP/PR). Em resposta, Fausto Bittencourt confirmou a prisão de Amarílio, em “virtude [de] estar envolvido na conspiração integralista [da] cidade de Guarapuava, [em] 10 de março [de 1938]”; em seguida, prometeu o envio do processo ao TSN. Sem explicar os motivos, Bittencourt enviou o processo a Filinto Müller (!), que nunca encaminhou ao TSN ou o fez tardiamente. Sem paciência, o Tribunal ordenou a soltura por imediato *Habeas Corpus* (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 1 e 27. DEAP/PR).

Dos indiciados em Guarapuava, Manoel Ribeiro do Amaral fugiu da cidade assim que foi posto em liberdade por *Habeas Corpus*, em 1938. Em março do ano seguinte, foi preso em Guarapuava e solto em pouco tempo, episódio que assinalou um conflito entre o Delegado da DOPS e a Delegacia da cidade.⁹⁹

Curitiba, 10 de março de 1939
Delegado de Polícia
Guarapuava

É censurável autoridade que pôs liberdade individuo MANOEL RIBEIRO DO AMARAL, o qual se acha disposição Chefe Polícia.
Inteiramente desnecessária insinuação contida seu ofício, presos políticos ficam sempre disposição Tribunal de Segurança, não sendo razoável sua ponderação.
Recomendo com urgência abertura inquérito para averiguar qual motivo de Sebastião Loures Bastos, Domingo Ribas e outros elementos do extinto integralismo terem se evadido dessa cidade com notícia prisão MANOEL FURTADO. Sobre assunto deverá também ser ouvido Antonio Lustosa.
Recomendo, ainda mandar intimar Sebastião Loures Bastos, Domingos Ribas e Amarílio Rezende de Oliveira não poderão deixar essa cidade sem prévia autorização autoridade competente.
Qualquer reunião promovida pelos citados elementos contrários ao regime serão exemplarmente punidos. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 20. DEAP/PR).

⁹⁹ Em 7 de março, o Delegado Suplente, enviando explicações à DOPS sobre o caso de Amaral, relatou em ofício: “Comunico V. S. que Manuel Ribeiro do Amaral esteve preso na Cadeia local, durante cinco dias, era gestão do Capitão Benedito Evangelista dos Santos após o que foi posto em liberdade visto não ser permitido conservá-lo preso por mais de 24 horas, sem culpa formada. O referido indivíduo não se encontra nesta cidade. Vou determinar diligência no sentido de efetuar a prisão do mesmo e em seguida comunicarei a V. S. [...] Ernesto Gomes de Oliveira. 1º Suplente em exercício.” (DOPS/PR, Pront. 2559, Top. 423, fl. 4, DEAP/PR).

No limite, o recado do Delegado Divonsir Borba Cortês era de que, em matéria de crime político contra a segurança nacional, as regras tradicionais do processo penal não se aplicavam. Furtado era culpado, até que o TSN provasse o contrário, o que, de fato, aconteceu com sua absolvição.¹⁰⁰

Outro líder guarapuavano longamente perseguido pela DOPS foi Antônio Lustosa de Oliveira. Um dos maiores ‘troféus’ da AIB no Estado¹⁰¹. Residindo em Curitiba no início de 1939, Lustosa escreveu carta a seu ‘amigo’, o Interventor Manoel Ribas, em fevereiro daquele ano, na qual podemos observar o nível de vigilância sobre os integralistas que aguardavam em liberdade o julgamento do TSN.¹⁰² Ao que parece, Lustosa escreveu o documento após fugir de Curitiba, receando uma nova prisão:

Exmo. Sr. Manoel Ribas
Curitiba

Razões bem imperiosas [ilegível] a dirigir-lhe estas linhas. E se assim o faço, é na certeza absoluta, de estar dirigindo-me à um homem de largo descortino, ponderado, e sobretudo incapaz de praticar, conscientemente, uma injustiça ou admitir que auxiliares do seu governo a pratiquem.

Como tive oportunidade de falar-lhe pessoalmente, quando do meu regresso de São Paulo, em setembro do ano próximo passado, assegurei-lhe, que as lutas políticas para mim estavam extintas, que não mais desejava envolver-me em lutas partidárias, mesmo por ser avesso à essas manobras maquiavélicas, desejando somente cuidar dos meus interesses particulares e duma mãe extremosa que necessita de muita tranquilidade em sua velhice. E para que isso se consolidasse, vim passar uma temporada em Curitiba, bem perto das altas autoridade do Estado, para não dar motivos à contínuas e deslavadas denúncias, que continuariam a ser feitas, com a minha presença em Guarapuava. Denúncias essas, sempre arquitetadas por um indivíduo mau, costumeiro delator de todos aqueles que não aprovam os seus desmandos de megalomaniaco, que desgraçadamente tem sido causados das desavenças políticas, das desarmonias nas sociedades recreativas do rico e longínquo rincão do oeste. Isto que estou afirmando poderá ser reafirmado por todos os homens de bem e autoridades atuais de Guarapuava.

Esse homem, entrave da harmonia no terceiro planalto, também é bem conhecido seu, por trata-se de Antonio Vilaca.

¹⁰⁰ Em telegrama de 13 de abril de 1939, a DOPS/PR foi informada pela 5ª Delegacia Auxiliar de São Paulo que “Manoel [do] Monte Furtado [...], acha-se refugiado em Jaguarahyva nesse Estado, na fazenda [de] seu sogro” (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 12. DEAP/PR). Não sabemos se o indiciado recebera *Habeas Corpus* anteriormente ou fugiu. A DOPS/PR o procurava em função de um mandado de prisão vindo do TSN, para o cumprimento da pena de um ano, pelo enquadramento no artigo 13º da Lei de Segurança Nacional. Portanto, sua absolvição acima, datada de 24 de abril de 1938, parece se referir ao crime do artigo 1º da Lei, uma vez que Manoel Furtado fora o único de Guarapuava processado nos dois artigos (sublevação e porte de arma). Outra hipótese é de que o TSN tenha ‘voltado atrás’, expedindo posteriormente um alvará de soltura, assinado pelo desembargado Frederico de Barros Barreto. (DOPS/PR, Pront. 2537, Top. 421. fl. 6. DEAP/PR).

¹⁰¹ Lustosa chegou a ocupar o cargo de Governador da 5ª Região Integralista, uma das últimas subdivisões administrativas da Ação Integralistas, em 1937.

¹⁰² Nesse sentido, em Guarapuava, em fevereiro de 1939, a Delegacia de Polícia ainda instaurou um novo inquérito para apurar possíveis ausências não-comunicadas dos ex-integralistas, que aguardavam o julgamento. Essas ‘fugas’ seriam motivadas pela notícia da prisão, em Curitiba, de Manoel do Monte Furtado, no começo do ano. (DOPS/PR, Pront. 3444, Top. 476, DEAP/PR).

Continuando ao que vinha expondo atrás, fiel a um compromisso assumido comigo mesmo, tenho vivido em Curitiba, isolado, afastado de tudo e de todos, cuidando tão somente de meus negócios e do meu lar.

Com tudo isso, em fins de Dezembro próximo passado, fui intimado a comparecer à Delegacia de Ordem Política, diariamente, afim de “assinar-ponto”, tendo ali comparecido religiosamente durante trinta dias.

Antes dessa ordem, tenho precisado ir até Guarapuava, onde estão localizados quase todos os meus interesses, fiz uma viagem com a autorização de telégrafos ao Dr. Delegado de Ordem Política, de Ponta Grossa, Imbituva, Prudentópolis e de Guarapuava, avisando a minha passagem pelas citadas localidades, embora, esses avisos fossem transmitidos em espaços de horas, por ter feito a viagem em um dia. De regresso, aqui chegando avisei pelo telefone o Sr. Delegado.

Agora, há poucos dias atrás, tendo chegado de Guarapuava, não compareci à Delegacia, por ter sido informado de que outras pessoas, que também, estavam “assinando ponto”, tinham sido dispensadas de tal obrigação naquela Delegacia.

Não quero crer, que, com isso tenha [ilegível] o talentoso moço, que zelosamente vem desempenhando um cargo de grande responsabilidade.

Domingo de carnaval, soube ter sido preso, incomunicável, por motivos que não me interessam, o Sr. Manoel Furtado, e que a polícia andava a minha procura.

Embora, estando com a minha consciência tranquila de nada haver cometido e nem tampouco ter tido conchavos com quem quer que fosse, tratei de ocultar-me para não passar pelo vexame dum constrangimento e nessa situação esperar que a verdade aparecesse com a prova de que o “coelho não era elefante” enjaulado por mesma medida preventiva...

Era isto que eu desejava trazer ao seu conhecimento, porque acredito que destas denúncias o Sr. Não era sabedor, ou possivelmente, informado de maneira diferente. A verdade, porém, é tal qual venho de narrar, para que o Sr. se inteire, de que, em absoluto, não estou metido em conspiratas, nem confabulando cousas que venham de qualquer forma perturbar [ilegível] marcha e o ritmo da fecunda administração do meu Estado.

Quero mais uma vez, garantir-lhe que, si eu estivesse agindo em qualquer setor político, jamais teria a franqueza de escrever-lhe esta carta, pois, felizmente, sou bastante [ilegível] para arcar com as consequências dos meus atos, sejam certos ou errados.

Dirijo-me a um conterrâneo, que conheço a quase 10 anos, a quem me acostumei a render a minha admiração, pela sua fibra de batalhador audaz, em prol da grandeza do Paraná, na certeza de que saberá acreditar na sinceridade do meu modo de agir, como bem brasileiro que me orgulho de o ser.

Diante da exposição rápida que lhe acabei de fazer, queria dever-lhe a gentileza das suas providências junto da Delegacia de Ordem Política, no sentido de que seja aberta uma sindicância justa, sobre a minha conduta nesta Capital, afim de que eu possa trabalhar sossegado aqui, ou em minha Fazenda em Guarapuava.

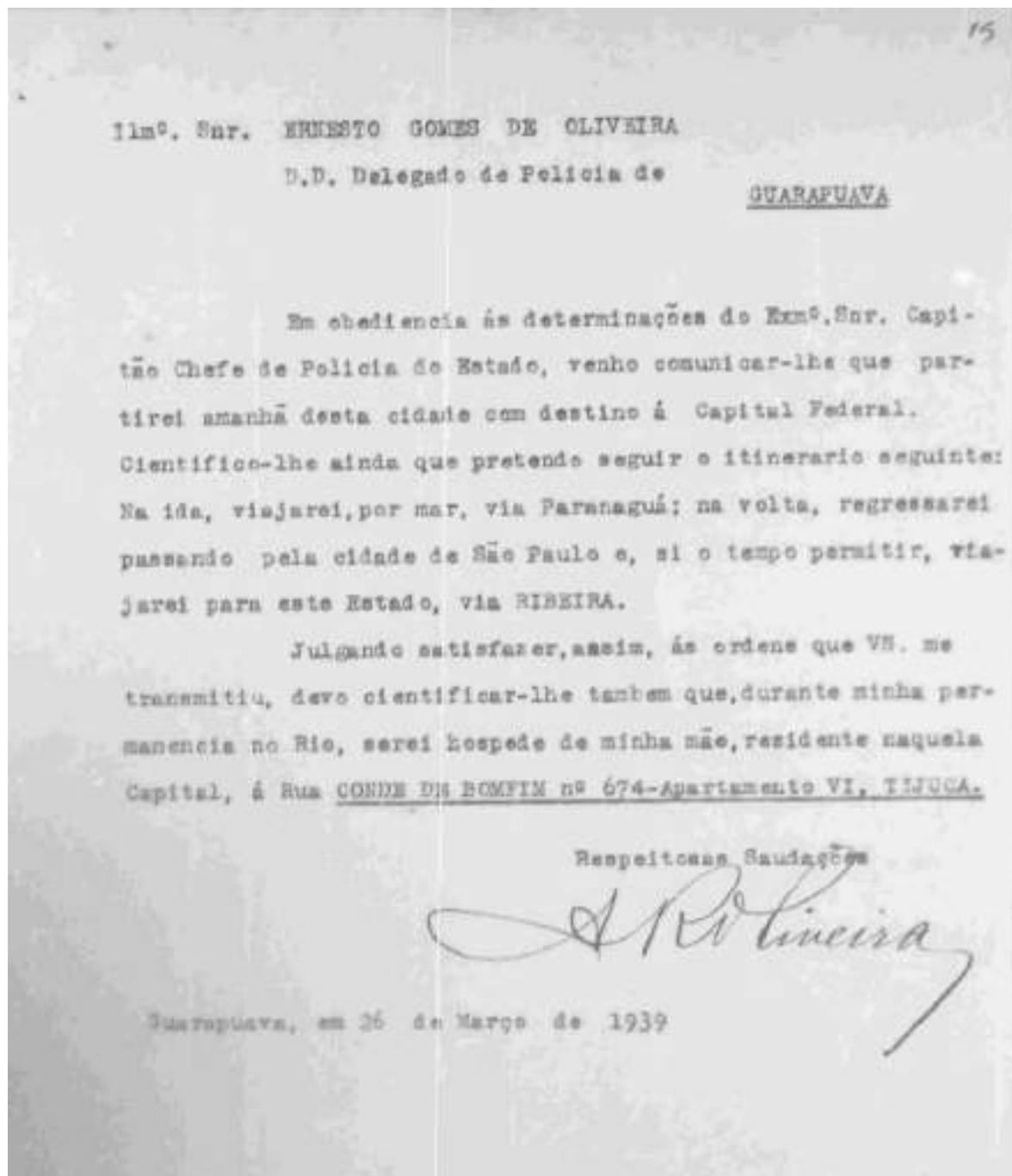
Terminando esta, peço-lhe escusas de roubar o seu precioso tempo, subscrevo-me atenciosamente agradecido pela atenção que me for dispensada.

[Assinatura de Antônio Lustosa de Oliveira]

P. Grossa, 26/2/39. (Delegado DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 17-21, DEAP/PR, grifo nosso).

Amarílio Rezende de Oliveira, amigo camisa-verde mais próximo de Lustosa, também sofreu dos mesmos cerceamentos. Mesmo aguardando o processo em liberdade, em cada viagem, Amarílio precisava prestar contas às autoridades policiais (locais e estaduais), como consta na carta (Ilustração 15) e no telegrama abaixo reproduzidos (Ilustração 16):

Ilustração 15 – Carta de Amarílio Rezende de Oliveira ao Delegado de Polícia de Guarapuava notificando viagem ao Rio de Janeiro (26/03/1939)



Fonte: DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286, fl. 15. DEAP/PR.

Ilustração 16 – Telegrama de Amarílio Rezende ao Chefe de Polícia do Estado (21/03/1939)

Despacho - Don permissão
Despacho de D. O. P. S. de 3.37. Cap. P. 15. 21/3/39

TELEGRAMA **DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS**

PREM B 75 DE GUARAPUAVAPR 296 45 21 120 =

RECEBIDO: *[assinatura]*

DESTINATÁRIO: CAPITAO FERNANDO FLORES CHEFE POLICIA CURITYBAPR=

Independiado pelo telegrama de 21/3/39.
[assinatura]
 (Nome do Destinatário de Garantia)

O endereço contém as seguintes indicações de serviço: seção de telegrama, seção de telegramas, seção de telegramas.

AVISADO QUE FUI SENHOR DELEGADO POLICIA LOCAL NAO PODER AUSENTAR ME DESTA CIDADE SEM A VOSSA PERMISSAO SOLICITO VOS RESPEITOSAMENTE A VOSSA AUTORIZACAO VIAJAR CAPITAL FEDERAL ONDE MINHA MAE REPENTINAMENTE ENFERMA PEDE MINHA PRESENCIA URGENTE RESPEITOSAS SAUDS.

Despacho AMARILIO REZENDE, =

Despacho de D. O. P. S. para acompanhar, sendo conveniente que se apresente a DOPS para solicitar a Policia da Capital Federal para acompanhá-lo em viagem ao Rio.
 em 21/3/39
 Cap. P. S. [assinatura]

Fonte: DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 17. DEAP/PR.¹⁰³

Em 24 de abril de 1939, vários indivíduos relacionados pela DOPS/PR como envolvidos na Intentona naquela cidade foram absolvidos pelo TSN, entre eles Antonio Lustosa de Oliveira e Amarílio Rezende. Completavam a lista Manoel do Monte Furtado, Alceu Aires Karan, Domingos Ribas, Manuel Ribeiro do Amaral, Odilon Caldas, Odilon Durski Silva e Sebastião Loures Bastos. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 13. DEAP/PR).

Mesmo com a absolvição, a vigilância sobre os passos dos indiciados permaneceria ferrenha, tendo os mesmos, em caso de locomoção, que solicitar autorização, anunciar suas viagens, itinerários e contatos, em especial, para os casos de Amarílio Rezende e Antônio Lustosa. Para uma simples viagem à Curitiba, em agosto do mesmo ano, Rezende teve que se apresentar imediatamente à DOPS, quando da sua chegada, além de assinar “o ponto

¹⁰³ Nas anotações de despacho à DOPS, Fernando Flores sugere que a Polícia da Capital Federal seja contatada para acompanhar Amarílio no Rio, ordem que prontamente foi atendida por Divonsir Borba Cortês. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286. fl. 18. DEAP/PR).

diário” na Delegacia (como fazia Lustosa, morador de Curitiba); tudo previamente avisado pelo Delegado de Polícia de Guarapuava. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286, fl. 2, DEAP/PR).¹⁰⁴ Como Lustosa decidiu fixar residência, por certo tempo, em Curitiba, um serviço de vigilância foi acionado pela DOPS, após sua absolvição.¹⁰⁵ Em 19 de setembro, os inspetores nº 8 e nº 20, registraram sua movimentação:

Curitiba, 19 de setembro de 1939

Ilmº. Snr. Delegado.

Parte.

Levamos ao conhecimento de V. S., que de conformidade com suas ordens dirigimo-nos para a Rua 15 de novembro afim de observarmos os cafés e os pontos principais de agrupamentos dos extremistas e também o Snr. Antonio Lustosa de Oliveira, as nossas observações foram as seguintes;

As 19,45 mts, encontramos estacionado em frente ao cine avenida o automóvel de chapa nº 22022 pertencente ao Snr. Lustosa, o qual se achava o mesmo Teatro, as 22,30, o observado deixou aquele cine, tomando o seu carro dirigiu-se para a Rua B. R. Branco, onde deixou o carro em frente ao Palace Hotel e se dirigiu acompanhado do Snr. Atilas até a confeitaria “Cometa” não saindo até as 23,50.

Notamos também as 22,30, saíram do foto Kabsa mais 8 senhores, as 22,30, saíram também do prédio “Romanó” os senhores; Prof; Nilo Brandão, Navagio Santos; Igildo Queiroz e Oswaldo Lima, todos se dirigiram para o Café “Oriente” ponto de reuniões atual. Nada mais ocorreu de anormal, as 24 horas retiramo-nos da Rua 15 de novembro, com destino as nossas casas.

Cordiais saudações. (DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 24, DEAP/PR).

É interessante observarmos o quanto Lustosa e outros integralistas de Guarapuava, em meados de 1939, encontravam-se ‘inseridos no regime’, ou ao menos amedrontados diante da repressão. Quando Cid Freitas, militante de Ponta Grossa, distribuiu material de propaganda integralista em Guarapuava, os primeiros denunciadores do ato foram Lustosa, Loures Bastos, Oscar Almeida e Domingos Ribas. Em telegrama à Chefia de Polícia, o Delegado de Guarapuava chegou a afirmar: “nada de absolutamente tem havido [na cidade] sobre ex-elementos integralistas”, pois esses homens seriam “cidadãos idôneos, alheio [sic] [ao] partido”. (DOPS/PR, Pront. 740, Top. 314, fl. 2, DEAP/PR).

Esse período turbulento sobre a vida de Antonio Lustosa se encerrou, segundo Walderez Silva (2008), por volta do início de 1941. Isso não impediu, contudo, que a DOPS o recolhesse mais uma vez à prisão em função da publicação do artigo “Revolução Necessária”, no seu jornal Folha do Oeste, em 29 de dezembro daquele ano. Como veremos,

¹⁰⁴ Às vezes a assinatura do ponto era exigida para integralistas que, vindos de outro Estado, estabeleciam residência em Curitiba. Assim ocorreu com José Rinaldi, ex-militante de Porto Alegre que por um ano assinou ponto na DOPS/PR, entre 25 de maio de 1938 e 20 de maio de 1939, além de ser intimado a não sair da cidade. (DOPS/PR, Pront. 2187, Top. 399, fl. 1, DEAP/PR).

¹⁰⁵ Quando Lustosa voltou a residir em Guarapuava, suas viagens passaram a ser monitoradas, tais quais as de Amarílio.

por ser diretor daquele periódico, Lustosa foi responsabilizado, mas 'entregou' Amarílio Rezende como autor do texto. Os bens que lhe foram confiscados durante essa última prisão foram devolvidos no dia seguinte (Ilustração 17):

Ilustração 17 – Recibo de bens devolvidos a Antonio Lustosa de Oliveira após sua última prisão (1941)

C. P. 295-B

POLICIA CIVIL
PARANÁ

Pront. de Antonio Lustosa de Oliveira.

Delegacia de Ordem Política e Social

Carilão, 30 de dezembro de 1941

RECIBO

Declaro que RECEBI do Illmo. Sr. Doutor Delegado de Ordem Política e Social a seguinte importancia em dinheiro e objetos de minha propriedade.

1 Carteira de couro contendo 3:538\$000 (TREIS CONTOS QUINHENTOS E TRINTA E OITO MIL REIS).

1 Carteira porta-niquel contendo 12\$900 (DOZE MIL NOVECENTOS REIS)

1 Carteira de couro marrom contendo duas cedulas sendo uma paraguaia no valor de 50 pesos e a outra de 10\$000 da Caixa de Conversão.

26 Estampilhas de Educação e Saúde.

1 Letra de Cambio no valor de 1:000\$000 (UM CONTO DE REIS)

1 Carteira de Identidade de jornalista profissional

1 Relogio de ouro com corrente.

1 Certificado de Reservista.

1 molho de 7 (sete) chaves, com 1 canivete. E diversos papeis sem valor.

E por ser verdade firmo o presente recibo.

[Assinatura]

Testemunha *[Assinatura]*

Testemunha *[Assinatura]*

[Assinatura]
E S C R I V A O

Fonte: DOPS/PR, Pront. 360, Top. 294, fl. 12, DEAP/PR.

Segundo a historiadora:

Dois fatores haviam contribuído para isso [o fim da repressão sobre sua pessoa]. Primeiramente, a camaradagem que existia entre ele e Manoel Ribas que, além de protegê-lo, lhe abriria importantes caminhos. Em segundo lugar, o abandono momentâneo da esfera pública que lhe renderia significativos dividendos no futuro. (SILVA, 2008, p. 90).

Não obstante, ainda que Lustosa tenha abandonado o integralismo e se alinhado às elites ribistas – chegando a ser Prefeito de Guarapuava em 1944¹⁰⁶ –, sua pasta na DOPS/PR contém alguns poucos documentos que indicam a continuidade de uma superficial vigilância de 1942 em diante (até a década de 1970).¹⁰⁷

*

Pelos personagens envolvidos e em função do contexto local, a Intentona em Guarapuava pode ter sido uma mescla de desejo integralista por mudança no regime e de justiça com as próprias mãos. Parecia evidente aos integralistas que as instituições, totalmente corrompidas e comprometidas com a politicagem local, jamais fariam justiça ao assassinato do Chefe Municipal.

O interessante é que todo esse contexto das lutas anteriores à Intentona sequer é mencionado nos relatórios policiais sobre o evento. No computo geral do acontecimento, os líderes e ‘capangas’ do movimento foram todos enquadrados na Lei de Segurança Nacional e, posteriormente, absolvidos pelo TSN. Pelo que as fontes indicam, ninguém cumpriu pena pela Intentona em Guarapuava.

OS TELEGRAMAS E BOLETINS INCRIMINATÓRIOS

Não obstante a sanha da DOPS em dismantelar os remanescentes dos malfadados golpes locais integrantes da Intentona, entre 1939 e 1942, a Delegacia se preocupou com

¹⁰⁶ Lustosa foi nomeado Prefeito de Guarapuava, por Manoel Ribas, em 7 de outubro de 1944, ano da morte de Antonio Vilaca e um ano antes do fim do regime. (SILVA, 2008, p. 99).

¹⁰⁷ “Ao contrário de Amarílio Rezende, Lustosa se deixou convencer pelos argumentos de Manoel Ribas aderindo ao novo regime. Isso significou, tanto para a família Moscalesque, como para o companheiro, estabelecer uma aliança com o algoz que perseguia aqueles que se posicionavam contra o regime e naquele momento, em especial, os que continuavam, mesmo na clandestinidade, a defender princípios integralistas”. (SILVA, 2008, p. 85).

qualquer manifestação integralista (mesmo que não se relacionasse diretamente com o *Putsch*). Em 15 de maio de 1939, pouco mais de um mês antes de partir para o exílio em Portugal, Plínio Salgado divulgou um manifesto nacional aos “Integralistas”, pelo qual recebeu vários telegramas de congratulação de todo o país.¹⁰⁸

A DOPS/PR, utilizando-se da censura postal, abriu várias fichas e até prontuários para os missivistas. Tal censura era feita, invariavelmente, pela 5ª Região Militar de Curitiba, que, quando lhe convinha, enviava cópias dos telegramas à DOPS que, por sua vez, tomava providências registrando os remetentes (Ilustração 18).

Armando Araújo Benevides, integralista de Curitiba, teve seu prontuário aberto com o seguinte registro inicial: “INTEGRALISTA / Em maio de 1.939, telegrafou a Plínio Salgado, por ocasião de seu último manifesto, hipotecando solidariedade incondicional [...]” (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, fl. 1, DEAP/PR, grifos no original). Mais tarde, em 1942, ele seria investigado como “simpatizante do eixo”.

Mesmo não sendo o motivo da criação de algumas fichas individuais, a DOPS fazia questão de registrar junto ao ‘crime principal’ o envio do telegrama, como no caso de Felix Szabó, cuja ficha se inicia identificando-o como “INTEGRALISTA INCORRIGÍVEL”, que “faz propaganda serrada na Escola [de] Artífices”. (DOPS/PR, F.I. 43.553, DEAP/PR). Em seguida, registrou-se: “Em maio de 1939 – Telegrafou a Plínio Salgado, por ocasião de seu último manifesto, reafirmando apoio”. (DOPS/PR, F.I. 43.553, DEAP/PR).¹⁰⁹

¹⁰⁸ O manifesto em questão é um reiterado pedido aos integralistas para não realizarem agitações revolucionárias – Plínio já havia publicado um manifesto nesse sentido em abril de 1938 (entre as *Intentonas*). (SALGADO, 1946).

¹⁰⁹ Felix era funcionário da Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná (atual UTFPR), instituição que entre 1930 e 1938 foi dirigida por um dos quadros da liderança integralista no Paraná, Rubens Klier D’Assunção. (ATHAIDES, 2012). Em 1941, o Ministério da Educação abriu inquérito administrativo contra Szabó, possivelmente em função de sua pregação política no local de trabalho. (DOPS/PR, F.I. 43.553, DEAP/PR).

Ilustração 18 – Primeira página da cópia dos textos de telegramas censurados pela 5ª R.M. (maio de 1939)


 MINISTÉRIO DA GUERRA
 5ª REGIÃO MILITAR
 5ª DIVISÃO DE INFANTARIA
 QUARTEL GENERAL
 CURITIBA, E. P.

N. _____ **TEXTOS dos telegramas dirigidos a Plínio Balgado, R. Baronesa de Itó, 474 - S. Paulo.**

1º - Congratulamo-nos grande patriota, confiando grandexa Brasil. Saudações nacionalistas. Geissler (V. Macar, 1501) 73

2º - Ao imponente patriota felicito pelo magnifico manifesto. Luiz Nogueira + Millã (Trav. Itany 83) 77

✓ 3º - Solidario manifesto chefe, mestre e amigo, novo protesto obediencia Nilo Brandão, (C. Laurindo 87) 77

✓ 4º - Ao grande chefe protestos de solidariedade pelo bem querido Brasil. O admirador Eudocio Nascimento (Des. Motta 8532) 77

✓ 5º - Ao grande brasileiro minha inteira solidariedade manifesto. José Marzotto (Av. Cruzeiro 696) 77

6º - Ao grande brasileiro nossa inteira solidariedade Gonthras Straube + Luci Leiniz (Tibagi 389) 77

7º - Mantem como hoje e sempre solidario com grande chefe. Alfredo José + Pinto (Tibagi 389) 67

8º - Entre outros mil és tu Brasil Patria amada Salve Salve Salve. Zelia + Junna Geissler (V. Macar 1501) 33

9º - Nome universitarios nacionalistas hipotecamos irrestricta solidariedade de grande brasileiro. Confiante gloriosos destinos grande nação são certos Deus dirige destinos dos povos. Koski, Braga, Beltrani, Gestaldi (Viso. Guarapuva 512) 77

10º - Solidariedade incondicional manifesto. Tudo pelo Brasil. Armando Benavides (15 Novembro 1034) 9

11º - Apláudo atitude patriótica manifesto 15 corrente, Homero Vale (Banco Brasil) 94

✓ 12º - Patriótico manifesto despertou entusiasmo companheiros. Atenciosas saudações. Elpidio Werneck. Saldanha Marinho 827

13º - Receba segurança acatamento integral manifesto pelo Brasil. Rubin + Machado (15º Novembro 24) 47

✓ 14º - Acatando integralmente manifesto saúdo chefe. Paulo Saleide (15 Novembro 517) 77

✓ 15º - Perfeitamente integrado manifesto saúdo. Erasto Viana (15 de Novembro 517) 98

✓ 16º - Afirmado integral acatamento manifesto cumprimento. Francisco Soaleide (15 de Novembro 517) 77

✓ 17º - Em cumprimento dever nacionalista, virgula, minha solidariedade eminente brasileiro. Teofilo de Oliveira. Travessa Universidade 37

18º - Saúdo eminente brasileiro grandioso manifesto publicado. Ana Costa + (Paula Gomes 641) 21

Na mesma ocasião da divulgação do Manifesto de Salgado, a oficina tipográfica que imprimia o jornal integralista *A Razão* em Curitiba, em meados dos anos 1930 (vide Capítulo II), voltou a produzir material integralista; desta vez, um boletim com o Manifesto supracitado. A ‘caça’ aos responsáveis pelo boletim, feita pela DOPS, seguiu como rastilho de pólvora, com as implicações de indivíduos se replicando a cada auto de declarações, começando por um velho conhecido da polícia política paranaense: Guntram Kraft Staude. Depois de cumprir a pena imposta pelo TSN por participação na Intentona, Staude voltou para a cena repressora, em maio de 1939, por estar de posse de quantidade significativa de boletins (além de ter telegrafado a Plínio). Em auto de declarações, atribuiu sua prisão a um julgamento errôneo do investigador:

Que o declarante no dia vinte do corrente mês, encontrou-se com Antonio de Oliveira e Souza e pediu ao declarante que distribuísse alguns boletins com o manifesto de Plínio Salgado; que o declarante que já sofreu diversos reveses na vida por causa do integralismo levou os manifestos, sem os distribuir, para sua residência, na espera que outros os distribuíssem, que o declarante, a noite, do dia vinte e três do corrente, encontrando-se com um cliente da Companhia de Seguros Novo Mundo, senhor Willi Haaben, com seguro a renovar, ao qual entregou um aviso para a renovação do seguro; que o seguro do referido senhor vencia-se em três de junho do corrente ano; que esta entrega foi vista por Investigadores da polícia que julgou que o declarante tivesse entregue um dos boletins acima mencionados; que o declarante, desde que foi solto da condenação, por recurso de sursis, deixou da ideias integralistas; que o declarante depois de ter sido posto em liberdade nunca mais se envolveu em questões políticas; que o declarante entregou os boletins de [sic] tinha recebido de Antonio de Oliveira e Souza ao Delegado de Ordem Política e Social, não sabendo a quantidade, por não os ter contado; que o declarante deixou de distribuir os boletins com o manifesto por julgar que não havia autorização dos poderes legais; que o declarante somente depois de ter sido detido, soube que Frederico Carlos Allende tinha impressos os referidos boletins, não sabendo porém quem os havia financiados; que o declarante desde que o Doutor Getúlio Vargas, em dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete decretou a extinção dos partidos políticos, considera-se desligado do juramento que prestou quando entrou para o integralismo (...). (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 6, DEAP/PR).¹¹⁰

O citado Frederico Carlos Allende¹¹¹, dono da tipografia, não chegou a ser preso. Em 23 de maio, teria dito ao inspetor Oriel Pereira “que quem lhe deu a chapa e ordens para

¹¹⁰ A última referência a Staude na documentação data de janeiro de 1942, quando o Delegado de Porto União solicitou à DOPS informações sobre seus antecedentes, pelo que foi respondido: “O individuo [...] se acha fichado e prontuariado nesta Delegacia como INTEGRALISTA FERVORSO, tendo sido preso em abril de 1938. Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a pena de 1 ano de 4 meses de prisão. Em setembro do mesmo ano por apelação feita àquele Tribunal, foi a pena reduzida a 10 meses e 20 dias de prisão. / Atualmente continua com as mesmas ideias. Curitiba, SC. Em 19.1.42 [assinatura ilegível]”. (DOPS/PR, Pront. 1434, Top. 354, fl. 2, DEAP/PR).

¹¹¹ “Frederico Carlos Allende nasceu em Santos, São Paulo, em 1904. Profundamente ligado ao laicado católico, nos anos 1920 e 1930, Allende dirigiu as publicações da revista *A Cruzada* (impressa em suas oficinas, assim como o *A Razão*) e o jornal *Cruzeiro*; também participou da fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes, em

imprimir [...] fora o snr. Teofilo de Oliveira, que já fez farta distribuição”.¹¹² (DOPS/PR, Pront. 1305, Top. 346, fl. 2, DEAP/PR). Entretanto, quando chamado a prestar declarações na DOPS, em 31 de maio, Allende explicou que se tratava de um trabalho requerido por Salvador Patitucci (ex-militante da AIB); alegou ainda, em auto de declarações, que só aceitou a empreitada depois de receber a “chapa” pronta (feita por Antônio Oliveira e Souza) e de ver publicado o Manifesto no jornal curitibano O Dia:

[...] em vista disto se prontificou a imprimir os boletins, tendo Patitucci lhe entregue um maço de papel acetinado; que o declarante imprimiu, mais ou menos, cinco mil boletins, em papel acetinado, papel jornal, verde, cor-de-rosa e a amarelo; que Patitucci ficou de pagar ao declarante a importância de sessenta mil reis pelos cinco mil boletins, a razão de doze mil reis o milheiro; que o declarante fechou o núcleo das Mercês, do qual o declarante foi chefe durante o espaço de um mês e meio; que desde esta época o declarante afastou-se do declarante [sic] por completo; que o declarante julga-se desobrigado do juramento que prestou quando entrou para o integralismo, desde o dia em que Plínio Salgado, no jornal “A Ofensiva” desobrigou todos os adeptos do sigma do juramento que prestaram; que o declarante não está de acordo com o programa do integralismo, desde a publicação dum manifesto de Plínio Salgado, muito antes da extinção dos Partidos Políticos pelos Doutor Getúlio Vargas, na qual Plínio Salgado transformou o integralismo em partido político; que o declarante apenas aceitou a confecção do boletim com o manifesto de Plínio Salgado, por estar estabelecido com uma oficina de tipografia e mesmo por estar de acordo com a lei de imprensa; que o declarante depois dos fechamentos dos partidos políticos de dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete nunca mais se interessou por política alguma [...]. (DOPS/PR, Pront. 1305, Top. 346, fl. 3, DEAP/PR).

A trilha seguida pela DOPS chegou em Salvador Patitucci, que foi interrogado em seguida, em junho. Ele alegou no seu auto de declarações:

Que [...] no dia dezoito, do mês próximo passado [maio de 1939], mais ou menos, o declarante foi falar com o Doutor Vieira de Alencar, se havia ou não inconveniente em mandar imprimir uns boletins com o manifesto de Plínio Salgado, e isto a pedido de Antônio de Oliveira e Souza, ao que o Doutor Vieira respondeu que não havia inconveniente, pois o manifesto foi publicado em quase todos os jornais; que depois o declarante foi novamente procurado pelo senhor Antônio de Oliveira e Souza¹¹³, o qual ofereceu-se a fornecer a chapa com o

1929”. (ATHAIDES, 2012, p. 89). Na década de 1930, Allende dirigiu a tipografia Oficinas Graphicas da ‘A Cruzada’, que publicou os jornais integralistas O Integralista (1934) e A Razão (1935), este último do qual era gerente.

¹¹² Theophilo de Oliveira já havia sido preso no pós-Intentona, mas posto em liberdade por nada ter sido encontrado em sua casa que provasse a participação. Ao que tudo indica, seu envolvimento no caso dos boletins se resume a distribuição de parte deles. Oliveira foi observado pela DOPS até 1943, por ser considerado “elemento extremado do integralismo”, como consta na folha corrida do seu prontuário (DOPS/PR, Pront. 3543, Top. 482, fl. 1, DEAP/PR) e na sua ficha individual. (DOPS/PR, F.I. 29.902, DEAP/PR).

¹¹³ Antônio de Oliveira e Souza era encadernador do jornal Gazeta do Povo, por isso entendia da confecção de ‘chapas’ (matrizes) tipográficas. Ele foi preso em 23 de maio de 1939 e posto em liberdade 7 dias depois com a “com a condição de não sair de casa a não ser para o serviço”. (DOPS/PR, F.I. 42.397, DEAP/PR). Em 1942, foi denunciado pelo Delegado Regional de Irati por “[cogitar] [...] uma intentona Integralista que [deveria] vir a luz, nos dias de Carnaval”. (DOPS/PR, F.I. 42.397, DEAP/PR).

manifesto e ambos foram a tipografia do senhor Frederico Carlos Allende, e aí combinaram de mandar imprimir os boletins pelo preço de doze mil réis o milheiro, num total de sessenta mil réis; que Allende se comprometeu apenas de cobrar o papel e a mão-de-obra do operário e que o restante o declarante e o Antônio de Oliveira iam cotizar entre amigos; que foram impressos mais ou menos cinco mil boletins, em papel jornal e papel acetinado, em branco, verde e amarelo; que o declarante sabe que forma distribuídos, mais ou menos, trezentos boletins, sendo que o restante o declarante, logo que soube que a política havia preso alguns dos distribuidores, inutilizou, queimando-os; que o declarante, desde três de dezembro de mil novecentos e trinta e sete e que de agora em diante o declarante até as amizades com os ex-companheiros vai diminuir, pois o que lhe aconteceu agora lhe serviu de lição para nunca mais se meter em política alguma; que o declarante quando o integralismo era uma instituição legal, exercia as funções de direto duma seção esportiva e isto em caráter interino; que o declarante não se julga preso ao juramento que prestou quando entrou para o integralismo, visto como o mesmo não existe e não poderá existir em virtude do Decreto de dez de novembro de mil novecentos e trinta e sete. [...]. (DOPS/PR, Pront. 3414, Top. 475, fl. 2, DEAP/PR).

Vemos aqui que a publicação do Manifesto pelos jornais não foi censurada; já a sua distribuição por mãos integralistas não passaria incólume. Não obstante a investigação e possivelmente depois de forte repreensão do Delegado da DOPS (o que era muito comum em casos de soltura por crime fajuto), os envolvidos foram liberados.

A ‘trilha’, contudo, terminava no ‘cabeça’ da organização. Para a DOPS, fora ele, em última instância, que havia permitido aos seus liderados a distribuição do Manifesto. O tópico que se segue trata exatamente da vigilância e repressão ao redor do Chefe da AIB no Paraná, Manoel Vieira de Alencar.

“O CAUDILHO DOS EX-ELEMENTOS INTEGRALISTAS”: A REPRESSÃO EM TORNO DE MANOEL VIEIRA BARRETO DE ALENCAR

Como vimos no Capítulo II, Vieira de Alencar fora o incontestável Chefe Provincial da AIB no Estado. Professor universitário e advogado de grande respeito no Paraná, atraía a admiração de boa parte dos jovens bacharéis e acadêmicos dos anos 1930. Era um dos mais velhos Chefes Provinciais da AIB, contando com 65 anos, em 1938 – cargo do qual nunca fora substituído.

Na história da AIB no Paraná, como analisou Athaides (2012), Alencar sempre fora respeitoso para com as autoridades, mesmo quando estas, ilegalmente, reprimiram o movimento em meados da década de 1930. Lutou ferozmente no âmbito jurídico, seu ‘campo de batalha’, para anular as ações repressivas de Manoel Ribas, Valfrido Pilotto e outros, desde 1935, até as vésperas do golpe do Estado Novo em 1937. Naqueles anos, apelava para que os

jovens do movimento, como o então acadêmico de Medicina Jorge Lacerda, não se exasperassem frente as injustiças dos governos e se resignassem à violência.

Seria esse o grande articulador e líder da Intentona Integralista no Estado? Não é escopo dessa pesquisa responder essa questão, mas antes, levantar os indícios que levaram a DOPS e a Chefatura de Polícia do Paraná a tratar o velho Vieira de Alencar como uma ameaça, enquadrada entre os casos mais graves da “Polaca”, a Constituição de 1937, quanto à segurança do país. Esses indícios também mostram o quanto as suspeitas sobre Alencar pouco, ou nada, convenceram o Tribunal de Segurança Nacional.

O primeiro registro de observação da DOPS em torno de Vieira de Alencar data de 26 de janeiro de 1938 e foi instalado com ponto fixo em sua residência, na Avenida Iguazu, nº 755 (vide exemplo na Ilustração 19).

Ilustração 19 – Parte de uma observação na casa de Vieira de Alencar (27/01/1938)

25

POLÍCIA CIVIL

PARANÁ

Delegacia de Ordem Política e Social

I/4. Curitiba-Paraná, 27 de janeiro de 1938

Illm^o snr. Dr. Delegado

PARTE N.º 1.415

SERVÍCIO DE OBSERVAÇÃO NA RESIDÊNCIA DO DR. VIEIRA DE ALENCAR
 Dia 26-1-1938 Das 12 às 18h.

Cumpra-me levar ao conhecimento de V.S. que assumi o posto de observação, rendendo o inspetor n.º 31. Durante minha permanência no posto, constatei o seguinte: Às 13h. saiu da casa até o portão, o snr. Dr. Vieira de Alencar acompanhado pelo snr. Lacerda e uma menor. Notei que a menor falou qualquer coisa e apontou para mim que estava estacionado na rua Iguaçu esquina Desembargador Westphalen. Nesse momento o snr. Lacerda sem chapéu, veio em minha direção, e depois de me olhar bem deu uma risada de pouco caso e voltou, naturalmente para contar ao Dr. Vieira que se achava no portão. Momentos depois entraram. Às 13,30m. o snr. Dr. Alarico saiu de casa. Às 13,45, o Dr. Alarico voltou e às 14h. tornou a sair. Nessa hora também saiu o snr. Lacerda na barata n.º 14. Esqueci-me de dizer que o snr. Dr. Alarico saiu acompanhado do snr. Lacerda e naquela barata, foram até a Fábrica de Viatura para o Exército. Aí só entrou o snr. Lacerda, para logo sair e em companhia daquele Dr. foi até a rua, digo, em direção da rua João Negrão. Às 16,30m. um mensageiro do telegrafo, levou um telegrama procedente de Tibary ao snr. Dr. Vieira de Alencar. Às 14,30, saiu o snr. Dr. Vieira de Alencar. Às 18h. fui substituído pelo inspetor n.º 36.

Saudações

 Inspetor n.º 7

Fonte: DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 75, DEAP/PR.

Em fevereiro, o serviço de observação deixou a residência de Alencar e se fixou nas “pessoas que [palestravam]” com ele, se alternando em seguida, nos meses de março, julho e outubro do mesmo ano e no ano seguinte. Em 1942, o serviço voltaria a funcionar, em função da Guerra. (DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 64, DEAP/PR).

No imediato pós-Intentona, na verdade, a casa de Alencar se tornara uma ‘ratoeira’ para a caça aos integralistas. Qualquer um que fosse visto entrando em sua residência corria riscos, já que a Polícia montara acampamento, imaginando que os indivíduos envolvidos no levante procurariam refúgio ali. É assim que Domingos Ribas, de Guarapuava, foi preso “quando tentava entrar na residência do Ex-Chefe Municipal INTEGRALISTA (Dr. Manoel Vieira de Alencar) [...]”, em 11 de maio de 1938. (DOPS/PR, Pront. 911, Top. 323, fl. 1, DEAP/PR).

O ‘Chefe Provincial’ também foi preso, em maio de 1938, juntamente com um razoável contingente de suspeitos de implicação no levante. Isso se deu, possivelmente pelas informações que a DOPS possuía a respeito dos contatos de Vieira de Alencar com os conspiradores, contatos que incluíam quase todas as frentes de suspeição da polícia sobre a Intentona em Curitiba (Jorge Lacerda, Fábrica de Viaturas, Erotides Prates, etc.).

As correspondências entre a DOPS e o TSN mostram que após a prisão, Vieira de Alencar teve que se mudar, compulsoriamente, para Paranaguá, além de ser obrigado a assinar ponto na Delegacia daquela cidade todos os dias. Isso se deu pelo fato do líder integralista ter sido enquadrado, pela Chefatura de Polícia, no “artigo 168, letra A da Constituição Federal”, em função do Estado de Emergência instaurado no país.¹¹⁴ Interpelado pelo TSN sobre a medida, Fausto Bittencourt justificou: “[...] tal medida [foi] absolutamente necessária em face [das] fundadas suspeitas [de] perigo [de] perturbação [à] ordem, sob orientação [do] paciente, [que] exerce [no] Paraná [o] cargo [de] chefe provincial [da] extinta Ação Integralista Brasileira”. (DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 52, DEAP/PR).

Não há registros detalhados de sua soltura, se por *habeas corpus* ou absolvição, mas no ano seguinte, 1939, a DOPS já vigiava Alencar, livre e residindo em Curitiba. Naquele ano, ficou detido por apenas dois dias em maio de 1939, em função dos ‘boletins incriminatórios’ de Allende, Patitucci e companhia, sobre os quais abordamos.

¹¹⁴ “Art 168 - Durante o estado de emergência as medidas que o Presidente da República é autorizado a tomar serão limitadas às seguintes: a) detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir [...]”. (BRASIL, 1937).

No mesmo ano, contudo, foi-lhe atribuída uma nova ‘ação criminosa’, que ia bem ao encontro do excesso de zelo da DOPS quanto ao líder integralista. Em 1 de maio de 1939, o ex-Chefe Provincial divulgou na imprensa de Curitiba um convite para a missa de 7º dia de João Alves da Rocha Loures Sobrinho, um dos maiorais da AIB no Estado. Até Plínio Salgado, por intermédio de Alencar, enviou telegrama de condolências à família Rocha Loures, fato tomado como incriminador tanto ao morto quanto à Vieira de Alencar. Para João Alves, que nos anos de graduação fora um dos mais entusiastas militantes do Departamento Universitário da AIB, nem a morte parece ter apagado seu crime político. Ao registro de seu falecimento no prontuário, em 2 de maio de 1939, a DOPS assinalou: “tendo sido mandado rezar a missa de 7º dia pelo ‘Partido’”. (DOPS/PR, Pront. 1775, Top. 375, fl. 1, DEAP/PR).

O que para muitos seria apenas uma missa, para o olhar vigilante da polícia política representava algo totalmente pernicioso, quiçá uma estratégia do partido. Ademais, a própria sociedade fazia parte desse olhar vigilante. Diante do anúncio da missa, Divonsir Borba Cortes recebeu um bilhete anônimo, que alertava sobre as ‘reais intenções’ por trás da missa:

Dr. Cortes

Manoel Vieira de Alencar Chefe disfarçado do Integralismo está fazendo um convite pela imprensa para uma missa que será rezada no dia 8 na igreja do Coração de Jesus, praça Ouvidor Pardinho em intenção da alma do falecido chefe verde João da Rocha Loures Sobrinho.

O convite para a missa mal disfarça o intuito do velho ladrão que é o de reunir integralistas para uma demonstração pública.

A proibição de reuniões de caráter capcioso está enquadrada na Lei de Segurança Nacional.

Consulte V. S. a Lei nesse sentido e parece que haverá razões para proibir aquela reunião integralista.

Eles querem burlar a polícia e desrespeitar a Lei, como sempre fizeram. (DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 48, DEAP/PR).

No dia da missa, 8 de maio, a DOPS enviou um ‘olheiro’ que tomou os nomes dos “integralistas participantes” (Ilustração 20):

Ilustração 20 – Relação de integralistas que participaram da missa de 7º dia de João Alves da Rocha Loures Sobrinho (08/05/1939)

Secretaria de Segurança Pública

4/6

INTEGRALISTAS QUE TOMARAM PARTE NA MESSA DO 7º DIA
DO FINADO JOÃO BOCHA LOURES SOBRINHO, MANDADA REALIZAR
PELO DE; MANOEL VIEIRA DE ALENCAR NO DIA 8 DE MAIO
DE 1939

Dr. Manoel Vieira de Alencar
Felix Sebô, funcionario da Escola Artifices
Santerre Guimarães, funcionario da Ia. Col. Federal
João Costa, empregado no comercio
Ana Costa
Lourival Wandler
João Batista Lagonel Passos
Dr. João Alfredo Silva
Dr. João Gabriel Silva
Dr. Heitor Borges de Macedo
Derei Lombardi Dias
Irdio Queiros
João Braga, dentista á rua 15 de Novembro, 36.
Salvador Patitucci.

Alem destes ainda umas três pessoas cujos nomes não conheço.


 Prontuario de Alencar

Prontuario de Alencar

NADA SE ESCRIVERÁ NESTA MARGEM

Os participantes foram fichados e/ou prontuariados. Os que já possuíam prontuário tiveram a informação adicionada: “participou da missa de 7º dia de João Alves da Rocha Loures”. Até mesmo quem publicou homenagens ao jovem brilhante advogado ‘ganhou’ um prontuário na DOPS. É o caso de Lourival Santos Lima, que em 6 de maio de 1939 publicou uma nota no jornal Gazeta do Povo, intitulada “Rocha Loures Sobrinho – o pensador que o Brasil perdeu...”. (DOPS/PR, Pront. 2408, Top. 414, fl. 8, DEAP/PR).

Depois do ocorrido, com um serviço de observação instalado sobre Vieira de Alencar (pelo que sugere a documentação, até 1942), qualquer indivíduo que se aproximasse do mesmo corria o risco de ter sua vida escarafunchada. Em alguns casos, chegava-se à elaboração de um prontuário, como para o médico militar Francisco Bustamente Filho, que foi observado quando de passagem por Curitiba:

CURITIBA, 2 DE DEZEMBRO DE 1939
 ILMO SR. DR. DELEGADO
 CIENTIFICO-VOS QUE O 1º Tte. DO EXERCÍTO DR. FRANCISCO
 BUSTAMANTE FILHO, ELEMENTO QUE ALIMENTA IDEIAS
 INTEGRALISTA E QUE É AMIGO INTIMO DE TODOS OS ELEMENTOS DA
 ANTIGA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, COMO ESTÃO CIENTES
 ALGUNS INSPETORES DESTA DELEGACIA; EMBARCOU HOJE AS 7,30
 PELO EXPRESSO DE SÃO PAULO, RUMO AO RIO DE JANEIRO.
 AO EMBARQUE DO REFERIDO OFICIAL, ESTIVERAM NA GARE
 FERROVIÁRIA ALGUNS OFICIAIS E O CAUDILHO DOS EX ELEMENTOS
 INTEGRALISTA DESTE ESTADO, DR. MANOEL BARRETO VIEIRA DE
 ALENCAR, QUE MANTEVE DURANTE UNS 40 MINUTOS, ANIMADA
 PALESTRA COM O Tte. BUSTAMENTE E AO PARTIR O TREM, UNIRAM-
 SE NUM AMPLEXO DE VELHOS CAMARADAS.
 [Assinatura do Inspetor nº 4 – Oriel Marques Pereira].
 (DOPS/PR, Pront. 1236, Top. 342, fl. 2, DEAP/PR).

O tenente da aviação Roberto Carlos de Assis Jataí também foi ‘presenteado’ com um prontuário da DOPS, apenas pelo fato de seu carro estar estacionado em frente a um prédio, do qual entrou e saiu Vieira de Alencar, em 2 de setembro de 1939. Outros veículos também foram envolvidos no episódio e a DOPS, de posse de seis números de placas, solicitou informações ao Departamento de Serviço de Transito, que prontamente atendeu ‘entregando’ os proprietários. (DOPS/PR, Pront. 3288, Top. 468, DEAP/PR).

Qualquer tipo de proximidade com o ‘Caudilho’, mesmo que estritamente pessoal, era incriminadora aos ex-camisas-verdes. Lourival Wendler, preso em 13 de março de 1938 portando arma carregada, foi implicado na Intentona e continuou alvo de vigilância, mesmo tendo sido absolvido pelo TSN. Em 1940, as suspeitas aumentaram quando foi visto junto com outros ex-militantes fotografando a represa do Departamento de Água e Esgoto do

Estado e, mais ainda, quando foi visto entrando no escritório de Vieira de Alencar, em outubro daquele ano. Contudo, um dos últimos registros de suspeição da DOPS, constante em sua ‘folha corrida’, é deveras interessante: “contraiu núpcias, sendo seu padrinho o Dr. Manoel Vieira de Alencar”. (DOPS/PR, Pront. 2409, Top. 414, fl. 1, DEAP/PR). Para polícia política, Alencar carregava toda uma ‘aura do crime político’, de forma que qualquer contato com sua pessoa se tornava digno de nota.

As muitas viagens de Alencar também foram monitoradas, pelo menos até 1941, com a DOPS avisando as polícias políticas dos Estados de destino, assim que se registrasse o embarque:

RADIOGRAMA Nº 156

CURITIBA, 6 DE NOVEMBRO DE 1940.

Ilmo. Snr. Cel.

Superintendente de Ordem Política e Social

São Paulo

Comunico V.S que seguiu hoje destino essa Capital a bordo avião P.P.-S.P. VASP, Manoel Vieira Alencar advogado, idade 67 anos, Ex-Chefe extinta Ação Integralista Província Paraná, acompanhado sua senhora Esmenia Vieira Alencar e seu filho João Vieira Alencar médico, com 35 anos de idade também extremado sigmoide. Parece referidas pessoas dirigem-se Rio. – Cordiais Saudações.

Divonsir Borba Côrtes

Delegado de Ordem Política e Social do Paraná. (DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 37, DEAP/PR).

Por fim, um evento que pode ilustrar o nível de infiltração da Delegacia na vida de Alencar ocorreu em 18 de outubro de 1940, quando o futuro jurista do Direito Empresarial, Rubens Requião, defendia sua tese na Universidade do Paraná. Algum funcionário da DOPS, que não quis se identificar, esteve presente no local, uma vez que na banca examinadora estava, entre outros, Manoel Vieira de Alencar:

Levo ao conhecimento de V.S., que no dia 18 p.p. , no salão nobre da Universidade do Paraná, quando o bacharel Rubens Requião defendia a tese de matéria falimentar perante a banca examinadora constituídos dos professores Brito Pereira, Manoel de Oliveira Franco, Manoel Vieira de Alencar, Ulysses Vieira e Gaspar Veloso, expunha ao professor Oliveira Franco, de como se reputava a falência na pessoa do falido, quando esta verifica-se num Estado Individualista ou num Estado Socialista. Foi nessa ocasião que o professor Franco perguntou ao defensor da tese, o que era Estado Individualista e como o mesmo se definisse, o professor insistiu em saber se no Brasil o Estado é Individualista, o candidato após a uma pequena reflexão respondeu que não acreditava na existência desse Estado no Brasil.

Em consequência dessa reposta, todos os membros da referida banca sorriram ironicamente e o professor Vieira de Alencar deixou transparecer grande satisfação, tendo até cochichado algo ao ouvido do professor Brito Pereira.

No entretanto foi de estranhar-se que nenhum membro da banca procura-se definir ao bacharel Requião, qual a forma atual do nosso Governo, e foi de lamentar-se

que todos os seus professores se conservassem mudos a esse respeito, limitando-se apenas a sorrirem demoradamente numa atitude evidente de menosprezo à nossa forma de Governo. (DOPS/PR, Pront. 2566, Top. 423, fl. 21, DEAP/PR, grifos no original).

O documento acima foi carimbado como “secreto” e incluído no prontuário de Alencar. Os grifos possivelmente foram feitos pelo Delegado que, assim como o observador, viu na ironia da banca uma atitude de desprezo pelo Estado Novo.¹¹⁵

Não obstante, o ‘desprezo pelo Estado Novo’ seria o menor dos crimes no contexto que estaria por vir aos ex-camisas-verdes. Ao início do arrefecimento da repressão à Intentona, se seguiu o início do olhar vigilante da DOPS, pautado nos acontecimentos europeus relacionados ao início da conflagração mundial. Mais tarde, a América se tornaria inimiga dos fascismos e o representante destes no Brasil, um inimigo de guerra em potencial. Trataremos desse novo contexto no próximo Capítulo.

¹¹⁵ Como Alencar militou no Partido de Representação Popular de Plínio Salgado, após 1945, concorrendo inclusive ao Senado, na sua ficha individual constam registros até 1950. (DOPS/PR, F.I. 00.615, DEAP/PR).

**CAPÍTULO IV - A DOPS/PR FRENTE AOS CAMISAS-
VERDES: A REPRESSÃO EM TEMPOS DE GUERRA**

É da opinião geral da historiografia especializada, que a eclosão da guerra na Europa (setembro de 1939) e a tomada de posição do Brasil no conflito ao lado dos Aliados (janeiro de 1942) são pontos de inflexão para entendermos a repressão policial às minorias étnicas de países do Eixo. (ATHAIDES, 2011; DIETRICH, 2001; PERAZZO, 1999). De certa forma, isso não foi diferente com o integralismo no Paraná, em função da representação criada em torno do movimento, na qual se associava os camisas-verdes ao ‘nazi-fascismo’.¹¹⁶

No entanto, o início da Guerra não parece ter trazido outra onda repressora sobre os militantes da AIB, para além daquela que ainda os atingia em função da Intentona. O que houve foi que, a necessidade de resguardar a neutralidade brasileira (entre setembro de 1939 e janeiro de 1942) trouxe novos olhares da polícia política sobre os ex-camisas-verdes – embora o crime político da Intentona já tivesse arrefecido, com boa parte dos condenados já cumprido pena. Como veremos, uma nova onda repressora teve lugar somente mais tarde, com o rompimento do Brasil com o Eixo – conquanto menos avassaladora que a primeira (a da Intentona).

Portanto, é certo que, na primeira metade da década de 1940, muitos ex-militantes integralistas, simpatizantes e mesmo indivíduos que não pertenceram ao partido, mas mantinham certa relação com os ex-filiados, se viram na mira da polícia política paranaense, em função das influências globais da Segunda Guerra Mundial.

Como vimos, mais de 70% dos integralistas (ou implicados com o integralismo) prontuariados pela DOPS/PR entre 1937 e 1945, foram reprimidos no contexto da Intentona. No período da neutralidade brasileira (set. de 1939 a jan. 1942), registram-se 7 prontuários (6,25%), sendo 4 deles diretamente relacionados com a Guerra e a posição do país.

Após o rompimento do Brasil com o eixo (jan. 1942 até 1945), encontramos 19 integralistas prontuariados (16,96%), dos quais apenas 2 tiveram implicações de crime político anteriores a 1942. Ou seja, a Guerra trouxe alguns ex-militantes de volta ao cenário da repressão, mas, em sua maioria, forneceu à polícia política justificativas (sobretudo étnicas) para ‘descobrir’ novos camisas-verdes, agora associados deliberadamente ao nazi-fascismo. Ademais, nesse período, a repressão continuou concentrada em Curitiba (9 dos 19 casos), com um curioso agrupamento de casos, em segundo lugar, nas cidades do ‘norte velho’ do Paraná: Bandeirantes, Jacarezinho, Londrina e Siqueira Campos – cada uma com

¹¹⁶ Antes mesmo da Guerra, a Intentona de 1938 teve seu papel na consolidação dessa imagem, uma vez que o próprio Presidente Getúlio Vargas ventilou que havia indícios de participação alemã no atentado. (SEITENFUS, 2003).

um caso. Nos Campos Gerais, Castro, Imbituva e Ponta Grossa registram 1 caso cada; Pato Branco e São Miguel, também.

Como já aludimos, as razões para a produção das fichas não são representativas dos contextos repressores que aqui temos assinalado. Isso porque elas se baseiam em descobertas repentinas de listas de integralistas (votantes em Plínio Salgado, lista de membros de núcleos, listas de missivistas de telegramas a Plínio fornecidas pelos Correios, etc.). Em outras palavras, o fato de registrarmos 179 fichas produzidas no período da neutralidade e 48, no pós-rompimento do Brasil com o Eixo, não é significativo do ponto de vista da ênfase repressora. Já os números das prisões dos integralistas no mesmo contexto – sobre os quais prontuários e fichas, cotejados, puderam fornecer informações – apresentam um quadro mais próximo do padrão da DOPS. Registraram-se 4 presos no período da neutralidade e 19, após o rompimento do Brasil com o Eixo.¹¹⁷

Em linhas gerais, podemos categorizar os indivíduos-alvo da repressão da DOPS/PR, no período de setembro de 1939 a 1945, no que concerne ao integralismo, em quatro categorias:

1) Ex-militantes e/ou simpatizantes que **já haviam sido investigados e/ou processados em função da Intentona** (março/maio de 1938). Em vários casos, mesmo com a absolvição ou soltura, após o cumprimento da pena, a DOPS manteve a vigilância sobre esses indivíduos; em outros, a participação passada em um movimento fascista e no levante foi trazida à tona pela ‘periculosidade’ do investigado, no contexto da Guerra. Isso se deu, geralmente, em função de alguma atitude que significasse a ‘quebra da neutralidade’ brasileira entre setembro de 1939 e janeiro de 1942, ou ainda, em função de atitudes consideradas favoráveis ao eixo, após esta última data;

2) Ex-integralistas, ainda não investigados pela DOPS, que emitiram opiniões e comentários sobre a guerra **na época da neutralidade brasileira**.¹¹⁸

3) Ex-militantes e/ou simpatizantes que **jamais foram investigados oficialmente pela DOPS/PR por terem militado na AIB**, mas tiveram o ‘passado fascista’

¹¹⁷ Não encontramos número significativo de integralistas processados pelo TSN no período da Segunda Guerra. Temos apenas o caso de uma ficha de um teuto-brasileiro integralista, cujas informações não são esclarecedoras sobre o processo, que foi absolvido em 1943. (DOPS/PR, F.I. 03.036, DEAP/PR).

¹¹⁸ Um dia após a invasão alemã na Polônia (1 de setembro de 1939), fato que marcou o início da Segunda Guerra Mundial na Europa, Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei nº 1561, aprovando “as regras de neutralidade no caso de guerra entre potências estrangeiras, não americanas”. (BRASIL, 1939). Somente em janeiro de 1942, após o ataque japonês a Pearl Harbor (dezembro de 1941) e após a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida no Rio de Janeiro, o Brasil declarou rompimento das relações comerciais e diplomáticas com os países do Eixo.

anacronicamente levantado como justificativa para investigações **no período posterior ao rompimento de relações do Brasil com o eixo**. Muitos desses indivíduos só foram investigados pela DOPS em função de seus sobrenomes serem de origem germânica ou italiana; outros, apenas se enquadravam na categoria de ‘simpatizantes do eixo’, ou ‘traidores da pátria’;

4) Indivíduos que se relacionaram com integralistas por questões de negócios e/ou amizade pessoal. Nesse caso, muitos tiveram a vida escarafunchada até que a DOPS estivesse convencida de que o investigado nunca vestiu uma camisa-verde ou intentava fazê-lo.

Nos três primeiros casos, as justificativas para investigações e prisões giravam em torno da condição de envolvimento do Brasil na conflagração mundial, ou ainda em torno do fantasma da camisa verde e da Intentona. Em outras palavras, de 1939 a 1942, tratou-se do resguardo da neutralidade do país ou da vigilância aos golpistas; de 1942-1945, da condição do Brasil de nação não-amiga do eixo e beligerante (esta última, a partir de agosto de 1942). Como veremos, a DOPS/PR estava interessada em quaisquer opiniões de ex-integralistas, em discursos escritos ou orais, para enquadrá-los em alguma dessas justificativas.

A despeito dessas categorizações, é preciso ressaltar que certos líderes integralistas foram vigiados e reprimidos durante todo o período do Estado Novo, de forma que quaisquer manifestações de militância ‘temporã’ acarretavam em prisões. Em torno desses líderes, a vigilância tornava quase impossível a qualquer pessoa manter contato regular com o investigado, sem também se tornar alvo de averiguações.

É o caso, a título de exemplo, do ex-líder guarapuavano Amarílio Rezende de Oliveira que, em 1941, foi preso pela publicação de um artigo ‘antimaterialista’, apocriamente divulgado no jornal Folha do Oeste, de 21 de dezembro de 1941. Na ocasião, primeiramente, seu inseparável companheiro de militância, Antonio Lustosa de Oliveira, diretor do jornal, foi preso. Do cárcere, Lustosa entregou Amarílio, afirmando ser ele o autor do texto, intitulado “Revolução Necessária”. O evento marcou o rompimento total entre os ‘companheiros’ de camisa verde e significou, para Rezende, a terceira prisão em menos de 5 anos.¹¹⁹

Qualquer indivíduo que teve contato ‘suspeito’ com Amarílio foi investigado e diversas trocas de informações entre polícias estaduais e/ou municipais e a DOPS foram realizadas nesse intuito. Nesse sentido, em 26 de janeiro de 1940, o Delegado da DOPS/PR

¹¹⁹ A ‘traição’ pode ter sido, por parte de Lustosa, uma demonstração de confiança para com Manoel Ribas. Em 1944, Lustosa tomara posse da Prefeitura de Guarapuava, sob nomeação de Ribas (SILVA, 2008).

encaminhou telegrama urgente para Lara Ribas, delegado da DOPS/SC, solicitando informações sobre um homem que trocava telegramas com Amarílio:

Solicito ilustre colega informar, com urgência, quais as atividades individuo Laurentino Avila aí residente. Mencionado indivíduo telegrafou para cá dizendo para Amarílio Rozende [sic] de Oliveira seguintes termos: “segue procuração”. Amarílio alega transação comerciais [sic] o que deixa transparecer alguma suspeita por se tratar pessoa fanática idealismo chefiado mau cidadão Plínio Salgado [...] (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286, fl. 9, DEAP/PR).

Outro caso é do ex-líder integralista de Londrina, o agrimensor Heber Gonçalves Palhano. As referências sobre sua pessoa na DOPS têm início em fevereiro de 1938, devido a uma publicação num jornal local. As ocorrências seguem com a DOPS anotando outras publicações, telegramas e uma distribuição de boletins, tudo no âmbito da vigilância. Somente em fevereiro de 1942, Palhano foi preso em Curitiba, como consta na contracapa do seu prontuário:

[...] para averiguações, por ser, como é sabido, Chefe do Integralismo em Londrina e redondezas, e quando de suas incessantes viagens a esta Capital, manter, assídua convivência com antigos elementos integralistas, tendo sido porém solto. (DOPS/PR, Pront. 1480, Top. 356, fl. 1, DEAP/PR).

As ações de Palhano pareciam indicar à DOPS uma continuidade na militância que merecia atenção. A citação acima, inclusive, apresenta o cargo de Chefe no tempo presente, como se o preso ainda se mantivesse em plena atividade política – fato corroborado por uma carta de delação, que expunha a ocorrência de reuniões integralistas na casa de Heber Gonçalves, datada de 17/10/1941. (DOPS/PR, Pront. 1480, Top. 356, fl. 5-6, DEAP/PR).

É interessante observamos que Palhano não foi implicado na Intentona ou em algum ato relacionado à neutralidade ou à posição do Brasil na Guerra. Com isso, o ex-Chefe não ficou detido (por mais de 2 meses)¹²⁰, nem foi processado, mas o cargo na AIB no passado e a possível atuação no presente exigiam a observação por parte da DOPS – o que implicou na elaboração de dois prontuários pessoais (Ilustração 21).

¹²⁰ Em seu favor atuou o advogado integralista José Petrelli Gastaldi, com pedido de *Habeas corpus*, que, de certa forma, substituiu Vieira de Alencar na defesa dos camisas-verdes, quando este último também foi alvo da repressão da DOPS, até ele próprio, Gastaldi ser preso.

Ilustração 21 – Capa do segundo prontuário de Heber Gonçalves Palhano (ex-Chefe integralista de Londrina)

colocar

POLÍCIA CIVIL
PARANÁ

Delegacia de Ordem Política e Social

Registo Geral

Fotograf. tirada no dia _____

Nome HEBERT GONÇALVES PALHANO

QUALIFICAÇÃO

Filho de Joaquim Corvalhe Palhano
e de Dulcina Gonçalves Palhano

Nacionalidade brasileira

Naturalidade Maranhão

Localidade: São Luís

Estado: 3 - 8 - 1.507 Anos

Estado Civil: casado

Profissão atual: Apresentador

Sabe ler e escrever? Sim

Residência atual: Londrina

Residência anterior: _____

Nome das pessoas q. _____ habitou em as respectivas residências _____

Nome das instituições q. _____ frequentou _____



Hebert G. Palhano 11-11-1937

Fonte: DOPS/PR, Pront. 1172, Top. 140, fl. 1, DEAP/PR.

Ilustração 22 – Contra-capas do segundo prontuário de Palhano

DATA			FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES
DIA	MES	ANO	
			Integralista apaixonado, continuando na propaganda de credo verde.
17	3	48	Foi recolhido a Casa de Detenção do Estado, para averiguação, por suspeita de ser elemento de ligação entre o norte do Estado e esta Capital.
25	3	"	Juntadas a este prontuário 3 fotografias.

Fonte: DOPS/PR, Pront. 1172, Top. 140, fl. 1, DEAP/PR.

Exceções à parte, a Guerra trouxe um período conturbado para alguns ex-integralistas, que já imaginavam poderem passar ao largo das práticas repressoras do Estado varguista, depois de certo tempo após o golpe. Como veremos, as justificativas foram desde a ‘quebra da neutralidade’ até o ‘quinta-colunismo’, associado ao nazi-fascismo. Como a historiografia já mostrou, tratou-se de um período atroz, no que se refere à ação das polícias políticas contra certas parcelas das populações de imigrantes italianos, alemães e japoneses residentes no Brasil. No bojo do desmonte dos partidos estrangeiros do Eixo, muitos imigrantes e descendentes (há muito aculturados) foram taxados de ‘quinta-coluna’, vigiados e, em certos casos, encarcerados (no limite de campos de internamento).

Nesse contexto, alguns integralistas representaram para as DOPS o duplo perigo: pertenceram/pertenciam ao fascismo/totalitarismo brasileiro e eram descendentes dos ou simpáticos aos países do Eixo. Alguns deles, ao serem presos por ‘quinta-colunismo, chegaram a usar a participação na AIB como uma prova de brasilidade em seus depoimentos, contra o argumento de que trabalhavam subversivamente para um país estrangeiro. Pouco ou nada adiantava. A Segunda Guerra foi, na verdade, um ‘rolo compressor’ de justificativas – fundadas e infundadas – da manutenção da própria máquina de polícia, responsável pela ordem política e social. Nazismo, fascismo, integralismo, combinados, forneceram as melhores receitas de crime político em época de guerra.

A QUEBRA NA NEUTRALIDADE

Se observamos em sequência cronológica, a título de exemplo, a pasta de Odilardo Lima de Freitas (o já aludido Chefe de Polícia da AIB em Ponta Grossa e funcionário do Branco do Brasil), veremos claramente que o assunto da Guerra emerge por volta de meados de 1940. Dos vários informes que a Delegacia Regional deu à DOPS sobre o caso, em 4 de junho de 1940 encontramos pela primeira vez a implicação de um ex-integralista com o conflito e a quebra da neutralidade:

4 de junho de 1940

Ilmo. Snr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social

Atendendo ao solicitado em ofício nº 473/40 de 31 de maio último, cumpre-me informar a V.S. que o ex-integralista ODILARDO LIMA FREITAS persiste com suas ideias extravagantes. Vive ele em rodas suspeitas de pessoas que pertenceram à extinta Ação Integralista, cujas reuniões, como outrora, continuam tendo lugar no café e bar “21”, de propriedade do também ex-integralista Sebastião do Nascimento.

Pelas observações por mim feitas no meio social pontagrossense cheguei à conclusão de que todos, ou quase todos os ex-integralistas desta cidade são ferrenhos partidários da Alemanha, no caso do atual conflito europeu, não fazendo reservas de suas predileções. [...]. (DOPS/PR, Pront. 2927, Top. 445, fl. 3, DEAP/PR).

Com o posicionamento neutro do Brasil, após o início do conflito mundial, a polícia política passou a se interessar por comentários e opiniões emitidos por ex-integralistas sobre o assunto, em especial se esses comentários versassem positivamente sobre a Alemanha. Foi por isso que o oficial de justiça de Curitiba, João Felix da Silva, foi convidado a prestar esclarecimentos na DOPS em 30 de janeiro de 1941. Segundo seu prontuário, ele teria “se exibido muito em rodas integralistas” e feito “[comentários] sobre a guerra”. (DOPS/PR, Pront. 1829, Top. 378, fl. 2, DEAP/PR). Além de prestar declarações, boa parte delas inverídicas¹²¹, Silva não sofreu nenhuma implicação maior nos crimes políticos. Não negou ter sido integralista, mas jurou distanciamento “das companhias [e das discussões] de rua”, depois do “incidente”. (DOPS/PR, Pront. 1829, Top. 378, fl. 2, DEAP/PR). De fato, a quebra da neutralidade para um ex-integralista tinha menos consequências do que a mesma atitude praticada por um nazista. (ATHAIDES, 2012).

¹²¹ Em suma, João Felix declarou ser uma espécie de integralista ‘distanciado’ do movimento, sem cargo e sem camisa-verde. Mais tarde a DOPS averiguou que ele havia votado em Plínio Salgado no plebiscito de 1937, além de ter sido integrante do Departamento Municipal de Polícia Integralista de Curitiba, cujos membros foram investigados por participação na Intentona. (DOPS/PR, F.I. 40.257, DEAP/PR).

Um serviço de observação chegou a ser instalado na Rua XV de Novembro, em Curitiba, entre 1940 e 1941, para a vigilância em torno da neutralidade. De acordo com diversas partes desse serviço, as preocupações estavam depositadas sobre os integralistas, uma vez que seus nomes são os que preenchem a maioria dos relatórios (Ilustração 23):

Ilustração 23 – Parte do serviço de observação da Rua XV de Novembro (1940)

Curitiba, 27 de Fevereiro de 1940

Ilmo. Sr. Dr. Delegado.

Parte.

Levo ao vosso conhecimento que nas observações da rua 15 de Novembro, ocorreram da forma seguinte:

Dia 23 as 9,10 da noite, achavam-se em grupo no Café Oriente, os Srs: Oscar Witt, Lotario Witt, Rafael K. de Assunção, José Monteiro, Navazio dos Santos, Paulo Roris, e Ca. p. Bazilio.

Dia 23 as 5,10 da tarde, estavam em grupo na porta do Café Oriente, os Srs. Dr Manoel B.V. de Azevedo, Teofilo de Oliveira, Rafael de Assunção, Paulo Roris e Amazonas Azevedo.

Dia 23, as 11,10 da noite, andavam na Rua 15, em grupo, os Srs. Epaminondas Amazonas, Sargento Aposentado, Cartaxo, Lotario e Oscar Witt.

Dia 23, as 9,40 da manhã, estavam em grupo reunidos no Café Oriente, os Srs. Patitussé, José Piza, Rafael Assunção, Navazio dos Santos, Lotario e Oscar Witt, Paulo Roris, João de Almeida, Dante Luiz, José Monteiro, onde se retiraram as 12 horas.

Dia 23 as 10,20 da Noite, estavam no Café Imperial, os Srs. Alfredo Pinto, Furriel e Archias Pereira.

Dia 23 as 11,10 da Manhã estavam no Café do Estado em grupo, os Srs. Teofilo de Oliveira, José Piza e João de Quadros.

Dia 24 as 9,20 da manhã, achavam-se no café Oriente, os Srs. José Vianna, Piz, Paulo Rorris, Rafael de Assunção, João de Quadros, Teofilo de Oliveira, Amazonas e José Monteiro.

Dia 24 as 5,10 da tarde estavam encostados em frente a livraria mundial, os Srs. Teofilo de Oliveira, Lotario e Oscar Witt, José Piza, Amazonas, Machado, proprietário do Café Oriente.

Dia 24 as 9,20 da noite estavam encostados, digo no café Imperial, os Srs. João Felix, João Celso.

Dia 25 as 11,10 da manhã, estavam encostados em frente a livraria Mundial, os Srs. João B. Klier, José Piza e João de Quadros.

Dia 25 as 10,40 da manhã achavam-se no café do Estado, reunidos em duas mesas, os Srs. E. Amazonas, José Vianna, Teofilo de Oliveira, Rafael de Assunção, José Monteiro, Armando Benevides, Pedro Coata, Piz, e Paulo Roris.

Dia 25, as 4,10 da tarde, estavam reunidos e encostados na livraria Mundial, os Srs. Pte. Prat, Sibi, Dante Luiz, José Monteiro, Teofilo de Oliveira, João de Almeida, Lotario Witt e Oscar e Ely Azambuja, Patitussé.

O mais correu tudo em ordem e sem novidades.

Nessas observações, os integralistas outrora acusados de participação na Intentona (boa parte deles processados pelo TSN e absolvidos) aparecem em reuniões quase diárias no Café Oriente e no Café do Estado, o que chamou a atenção da DOPS. Um deles em especial, o Capitão da Força Pública do Estado, José Basílio da Silva, recebeu um serviço de observação pessoal. Basílio fora promovido ao posto em janeiro de 1940, contudo, em maio, “foi advertido energicamente pelo Sr. Interventor Federal, pelo seu procedimento incorreto de, mesmo em horas de expediente fazer comentário francamente favoráveis à causa alemã, no atual conflito Europeu”. (DOPS/PR, Pront. 2013, Top. 389, fl. 1, DEAP/PR).

Artigos publicados em jornais também enquadravam ex-integralistas no crime da quebra da neutralidade brasileira. Por tal motivo, o bacharel José Petrelli Gastaldi prestou declarações à DOPS em 1941.¹²² Sua prisão posterior teria motivos mais ‘graves’, mas sua posição naquele ano é ilustrativa do enquadramento de certas opiniões dos ex-camisas-verdes após o início da Guerra.

Nove artigos de Gastaldi estão recortados no seu prontuário da DOPS. Segundo o historiador Marcos Gonçalves, o ex-integralista em questão era um dos expoentes da luta anticomunista na imprensa paranaense, mas “através de manobras jurídicas e eufemismo em matérias jornalísticas confrontou o regime, iniciando, de forma pessoal, uma espécie de movimento de revolta”. (2004, p. 52).

Em 24 de junho de 1941, Gastaldi prestou declarações na DOPS em função de uma série de artigos publicados semanas antes nos jornais Gazeta do Povo, Diário da Tarde e O Dia, todos de Curitiba. O conteúdo dos artigos reúne nacionalismo, anticomunismo e a defesa de uma ‘neutralidade brasileira crítica’, não tendente aos aliados, como fomentavam as agências de notícias internacionais, cujos artigos eram reproduzidos no Brasil. Seu depoimento, corajosamente, não negou o teor analítico das publicações, todavia, com certo toque de ironia, defendeu o governo brasileiro na sua política de “neutralidade vigilante” (palavras de Getúlio Vargas). (DOPS/PR, Pront. 2175, Top. 399, fl. 21-24, DEAP/PR).

Depois do interrogatório, Gastaldi escreveu carta a Divonsir, intitulada “O que tenho a dizer”, na qual reiterava as explicações do Auto de Declarações e desabafava:

¹²² “Advogado, jornalista, e professor universitário, Gastaldi nasceu em Curitiba em 1917, se notabilizando, sobretudo, no segundo semestre de 1941, por uma campanha sistemática, através de textos de divulgação, contra os comunistas e os liberais, e ainda, de modo implícito, sutil, pela produção de críticas ao Estado Novo. De modo explícito, defendeu indivíduos acusados de ligações com o Eixo, sofrendo perseguições da DOPS nos anos de 1941 e 1942”. (GONÇALVES, 2004, p. 16). À época da legalidade da AIB, quando chegou a ocupar o cargo de Secretário de Propaganda, Gastaldi era estudante de Direito, vindo a se formar em 18 de dezembro de 1941.

(...) Artigos mais violentos que os meus, pois sempre escrevi serenamente, vem publicados na revista oficializada pelo Ministério da Guerra: “Reação Brasileira”. Se eu quebrei a neutralidade, o que é pueril, todos aqueles oficiais que nela colaboram, o que é mais pueril, também quebraram-na, e quebraram-na também, o que deixa de ser infantil, todos os que pregam contra a Alemanha. E, o que dizer de artigos como o de Wladimir Bernardes, diretor de “Gazeta de Notícias” do Rio, de Renato Barbosa, professor de Direito Internacional, e outros, favoráveis à Alemanha, e artigos de Assis Chateaubriand e outros, favoráveis à Inglaterra? (DOPS/PR, Pront. 2175, Top. 399, fl. 12, DEAP/PR).

Incorrigível, José Petrelli publicou, no dia posterior à carta, um artigo intitulado “Neutros mas não indiferentes”, no jornal Gazeta do Povo (Ilustração 24). Outros artigos continuaram saindo até o fim de 1941, nos quais, claramente, Gastaldi manifestava seu posicionamento público em relação ao conflito mundial, o que para a DOPS significava quebra e incitação da quebra da neutralidade.

As consequências vieram no ano seguinte, quando, já advogado formado, Petrelli lutou, nas instâncias jurídicas, para defender integralistas e estrangeiros presos arbitrariamente pela polícia política. Ele foi preso em 26 de março de 1942 “por ser suspeito pelas suas atividades anteriores e estar demonstrando, por pedidos de habeas-corpus, e propalando pelos cafés da cidade, o seu propósito de defender os elementos do eixo ou os que a D.O.P.S. detenha para averiguações”. (DOPS/PR, Pront. 2175, Top. 399, fl. 1, DEAP/PR).¹²³

O último registro incriminador de seu prontuário – escrito juntamente com a acusação supracitada – é fruto de uma associação corriqueiramente feita pela DOPS e que foi posta em funcionamento, sobretudo, pelo rompimento do Brasil com os países do Eixo: “José Petrelli Gastaldi possui um irmão, de nome LIDIO, que se acha servindo, presentemente, o governo fascista, no exército italiano”. (DOPS/PR, Pront. 2175, Top. 399, fl. 1, DEAP/PR). Na lógica da polícia política paranaense, Gastaldi era, além de um integralista, potencialmente um ‘fascista italiano quinta-coluna’. Abordaremos as manifestações dessa associação no tópico que se segue.

¹²³ Gastaldi ficou preso por seis dias, sendo solto em 1º de abril de 1942, por ordem do Chefe de Polícia do Estado. (DOPS/PR, F.I. 15.864, DEAP/PR).

Ilustração 24 – Artigo de José Petrelli Gastaldi no jornal Gazeta do Povo (27/06/1941)

Neutros mas não indiferentes

Dentro em breve, os soldados do Reich esperam rir o grande reduto da escravidão russa, do trágico bolchevismo, que é a última fase do super-capitalismo financeiro.

Qualquer que sejam as nossas restrições no tocante ao regime todesco, as divergências dos nossos princípios, não é possível escurecer ou negar o grande serviço que Hitler está prestando à humanidade.

Sabe o genial estadista germano que atrás do comunismo russo se esconde a plutocracia internacional, e que esmagar aquele é golpear profundamente esta em um dos seus centros vitais. O capitalismo organizado não tem Pátria, e obedece às leis secretas de aniquilamento de todos os povos. Ela por que sempre o combati e o combaterá. Nacionalismo, sem anti-capitalismo, é expressão vazia, sem sentido, que se presta tão só ao esporte intelectual.

Sabem, porém, os magnatas da plutocracia e do comunismo que os homens se satisfazem com o formalismo, e, por isto, esfeitam-se com palavras sedutoras e frases brilhantes. Não os preocupa a coerência. Confiam na má retentiva dos povos, na distração de muitos, nos que nada vêm das realidades fecundas e eternas.

Capitalistas e comunistas estão irmanados, por mais absurdo que pareça. Fingem combater-se mutuamente, mas conspiram para um mesmo fim a pátria universal, grande lusão na judiaria e da maçonaria.

Quando a Rússia invadiu a Finlândia, os plutocratas da Ilha censuraram acicamente Stalin, como satisfação ao mundo. Levaram a comédia ao ponto de o ameaçarem com uma cruzada anti-comunista. Arremeteram contra o pacto teuto-russo. Verberaram a Alemanha por ter buscado uma aliança nefasta ao mundo, e de assistir impassível à agressão contra o pequeno povo escandinavo.

Hoje a Inglaterra se mostra ao lado do bolchevismo contra o Reich, que, apercebendo-se da aliança sinistra, resolveu abater o regime estaliniano. Na situação desesperada, em que se encontram, os próprios homens da finança internacional desceram a máscara. O que lhes importa verdadeiramente não é a justiça, nem a liberdade, nem o direito, senão esmagar o socialismo alemão, aliado ao nacionalismo, em uma unidade nova e superior, que os empalidece, os horroriza, os gela de medo.

Ontem choravam pela Finlândia e pregavam o extermínio do bolchevismo. Hoje soluçam pelos vermelhos e acrobacia contra os alemães e finlandeses.

Não fuçamos à realidade. Abramos os olhos para o mundo dos fatos concretos. Está patentada toda a falidade das fórmulas anglo-saxônicas. É a Alemanha, e não a Inglaterra, que derrama seu sangue para defender a Nação contra a super-nação do capitalismo e do bolchevismo sem pátria. As palavras do Reich e que lutam pela verdadeira liberdade, e que desejam realmente contra a escravidão.

A liberal-plutocracia mascarada de democracia, completou o ciclo histórico, depois de ter causado grandes males ao mundo principalmente à América do Sul e, nesta, ao nosso Brasil.

— eis, pois, a atitude que devemos manter, contra as influências super-nacionais. Tenhamos na consciência comum de querer, capacidade de agir, vontade, independência, finalidades firmes. Não aceitamos a vida como a vida vem ou como nós-la querem impor. Somos neutros, e neutros devemos ficar. Neutros, mas não indiferentes. Neutros mas não passivos. Neutros com individualidade. Neutros com personalidade...

JOSE PETRELLI GASTALDI

Fonte: DOPS/PR, Pront. 2175, Top. 399, fl. 28, DEAP/PR

O DUPLO PERIGO: OS CAMISAS-VERDES E O ‘QUINTA-COLONISMO’

A partir de 1942, disseminou-se um temor social, por vezes insuflado pelas autoridades e pelos jornais, a respeito do ‘quinta-colunismo’ integralista. Não se tratava mais do golpismo, mas do integralismo associado ao Eixo, especialmente ao Nazismo e ao Fascismo italiano.¹²⁴ Do ponto de vista da ação repressora da DOPS do Paraná e das Delegacias do interior, a ascendência alemã ou italiana de algum indivíduo, associada ao passado integralista, era o ponto inicial para a tríade *desconfiança, vigilância e repressão*. As fontes nos mostram que havia, por assim dizermos, ‘associações sobrepostas’ no fio condutor da repressão.

Uma associação primária se fazia entre a etnia e o credo político. Todo alemão (nato ou descendente) era, em potencial, um praticante de atividades nazistas. Se a investigação revelasse um passado integralista, outra associação era colocada em prática concomitantemente, agora com tom confirmador, já que todo integralista se tornara, na lógica policial, um ‘quinta-coluna do eixo’ em potencial.

Em todos os casos que analisamos, os supostos quinta-colunas integralistas não ficaram detidos por muito tempo. Afora uma ou outra atividade suspeita – em geral, verbal – os indivíduos eram postos em liberdade poucos dias depois, quando se constatava que nada de altamente perigoso à segurança nacional eles haviam praticado. Veremos agora alguns desses casos.

O primeiro caso, emblemático, diz respeito a uma ‘proximidade consanguínea’ com o nazismo. Nele, as associações culpabilizadoras se sobrepuseram ao fato de não haver crime. Oscar Scharrape Sobrinho, filiado a AIB nos anos 1930, era um dos filhos brasileiros e herdeiro do imigrante alemão Max Scharrape, conhecido industrial proprietário da Impressora Paranaense, a maior empresa gráfica do Paraná. O pai fora filiado e tesoureiro do Círculo Paranaense do Partido Nazista, no qual depositava generosas doações financeiras. (ATHAIDES, 2011). Quando Max faleceu, em 1942, os três filhos (Oscar, Max Jr. e

¹²⁴ Não é à toa que, quando a Sociedade Beneficente Garibaldi, tradicional clube italiano de Curitiba, sofreu uma devassa da DOPS em 1942, uma parte das fotografias tiradas pela polícia ou recolhidas no local foram armazenadas numa das pastas temáticas da Ação Integralista Brasileira, juntamente com inúmeras fotos de núcleos e militantes camisas-verdes. Ademais, longe de ser uma visão puramente policial, disseminava-se na sociedade – sobretudo pela imprensa – a imagem da imensa quinta-coluna nazi-fasci-integralista, como podemos constatar pela reportagem, de 9 de abril de 1942, do jornal Correio do Paraná. A chamada enfatizava: “Núcleo de desintegração da unidade nacional / A sociedade ‘Giuseppi Garibaldi’, com finalidades recreativas, não passava de um foco de propaganda nazi-fascista-integralista”. (CORREIO DO PARANÁ, 09 abril. 1942, p. 4).

Helmuth) iniciaram um longo processo para, primeiramente, retirarem a empresa das listas negras norte-americana e britânica (lista de empresas que prestavam serviços ao *III Reich*) e, em segundo lugar, limpar o nome dos Scharappe na DOPS. Das várias tentativas, destacamos uma resposta de Valfrido Pilotto, depois de Schrappe enviar carta pessoal ao Interventor Manoel Ribas, em 12 de outubro de 1943.¹²⁵

INFORMAÇÃO

O presente missivista tendo sido criado e educado num ambiente familiar germânico, tornou-se, até há bem pouco, elemento desnacionalizado. **Parece, no entanto, inclinado a iniciar nova vida, e é dos propósitos desta DOPS não perturbar, por nenhuma forma, a incorporação de estrangeiros ou de brasileiros transviados, à comunidade nacional. Aliás, a despeito de ser filho de MAX SCHARAPPE, ex-chefe da Imprensa Paranaense S.A., falecido em 1942 e que foi tesoureiro e um dos próceres do Partido Nazista nesta Capital, e apesar de ser genro do OTTO BRAUN, que, como existia perigoso, se acha recolhido à Ilha Grande, o missivista não cometeu, até agora, nenhum ato previsto pela Lei de Segurança, isso nem mesmo como integralista, que foi. Assim, caso o Sr. OSCAR SCHARAPPE SOBRINHO requeira a esta DOPS uma certidão de seus antecedentes, a mesma lhe será concedida negativa no tocante a não haver, nunca, sido processado por esta DOPS. No entanto não poderão deixar de constar, no documento, as circunstâncias acima apontadas, que são de conhecimento das Embaixadas dos dois países em cujas listas-negras a Imprensa Paranaense S. A. se acha incluída. A omissão das referidas circunstâncias poderia levar aquelas representações estrangeiras a fazer juízo pouco conveniente sobre a DOPS do Paraná.**

Curitiba, 15 de outubro de 1943. (DOPS/PR, Pront. 2977, Top. 448, fl. 7, DEAP/PR, grifo nosso).

Com esse episódio, torna-se evidente que para a DOPS não há certidão negativa que se fundamente na materialidade ou não do crime político, com base na lei. O que Valfrido defende, na verdade, é uma certidão fundamentada na suspeição e nas associações sobrepostas. Não é o crime de fato que é relevante para a emissão da certidão, mas a possibilidade de vir a ser, nos ‘pré-requisitos’ para um criminoso político ‘nazi-integralista’.¹²⁶ Pelo que os documentos contidos na pasta de Oscar Sobrinho indicam,

¹²⁵ Na carta a Manoel Ribas, Schrappe solicita intervenção no sentido de que a DOPS emita uma certidão negativa de sua empresa: “único documento que ainda falta ser apresentado as respectivas embaixadas [EUA e Grã-Bretanha], afim de conseguir tão almejada finalidade e livrar uma organização legitimamente brasileira, de capital exclusivamente nacional, que dá o pão de cada dia a centenas de brasileira e dirigida por brasileiros, de uma situação extremamente pesada, aflitiva e não merecida”. (DOPS/PR, Pront. 2977, Top. 448, fl. 25, DEAP/PR).

¹²⁶ Esse era o método pelo qual a DOPS emitia certidões ou prestava informações sobre alguns indivíduos integralistas: mesmo sem crime político, consta a participação na AIB, mesmo sendo esta no período legal do movimento. Como, após o Estado Novo, ser filiado à AIB se tornou crime, o fato de um indivíduo ter pertencido outrora indicava, anacronicamente, um potencial de crime no agora. Portanto, dificilmente um integralista conseguia uma certidão plenamente negativa.

somente Bento Munhoz da Rocha Neto, em 1951, ordenou a ‘limpeza’ das informações que denegriam a empresa e os irmãos Scharappe.¹²⁷

Na última carta em que Oscar Scharappe solicita intervenção do Governo do Estado, datada de 14 de dezembro de 1951, lê-se:

O ‘prontuário’ policial em relação aos peticionários [Oscar, Max Jr e Helmuth Schrappe] é uma peça característica daquela época – de negação democrática, em que a exaltação e paixão política perturbava o sereno exame dos fatos. – Assim, as anotações policiais se resumem em recriminar fatos de natureza íntima e familiar dos peticionários, como a de terem sido criados em ambiente germânico, casando com senhoras descendentes de alemães, como se isso fora crime... [...]. Aquele documento policial, não bastasse isso, condena o fato de ter Oscar Schrappe Sobrinho ingressado na Ação Integralista Brasileira, partido político que, naquela época, acolhia personalidades importantes do mundo intelectual, político e militar de nosso país, inclusive diversos generais do exército, da marinha e aviação, professores universitários e expoentes de outras classes, contando-se os seus adeptos às centenas de milhares. – Essa organização política que, como os demais partidos sofreu as perseguições da ditadura, e, como é público e notório, após a redemocratização do país aliciou os seus antigos adeptos no Partido de Representação Popular, que integra a coligação partidária que apoia o governo de V. Excia. e do qual participa. [...]. (DOPS/PR, Pront. 2977, Top. 448, fl. 1, DEAP/PR).

Escapa ao escopo deste trabalho avaliar em que medida a velada ameaça de retirar o apoio do PRP motivou Bento Munhoz, nos anos 1950, a concordar com o pedido de Schrappe, mas sendo este último um dos líderes do partido no Estado, é bem possível que isso tenha acontecido.

Em outros casos, o nível de proximidade com nazismo ou o fascismo era praticamente nulo, não fosse a associação com o sobrenome dos indivíduos feita pela polícia. O farmacêutico de Siqueira Campos Garibaldi Reale, em abril de 1942, enviou carta ao próprio Getúlio Vargas denunciando as perseguições que sofria pela polícia local e pedindo providências, depois de denunciado como “quinta coluna”, “por ter pertencido a extinta Ação Integralista”:

¹²⁷ Pilotto sempre interferia, através da DOPS/PR, nos negócios ou cargos públicos dos reprimidos nesse contexto da Segunda Guerra Mundial. Há outros casos na documentação como o de Benjamim Manfron. O ex-integralista de Santa Felicidade foi investigado pela polícia política em março de 1938 (como vimos no capítulo III). Em 1943 e em 1945, há em sua ficha individual várias solicitações requerendo autorização para adquirir produtos considerados pela DOPS inimagináveis nas mãos de um ‘integralista perigoso’. Estes produtos eram: salitre, enxofre, estopim, dinamite e espoletas. Diante das três solicitações enviadas em 1943, todas foram indeferidas pelo Delegado. Somente em 10 de janeiro de 1945, com a ‘poeira da Guerra abaixando’, ao receber mais um requerimento, Pilotto, quis saber o motivo do prontuário necessitar de tais materiais. A resposta parece ter convencido o Delegado de que se tratava de um trabalhador de extração mineira e, por isso, foi autorizada a aquisição de tais produtos. (DOPS/PR, FI – 23.518, DEAP/PR).

(...) Antes de tudo desejo expor a V. Excia. o estado de espírito de um brasileiro compenetrado do seu patriotismo e que se vê de um momento para outro apontado como traidor de sua pátria, por denúncias e ferinas. O que a princípio era mágoa, está se tornando profunda revolta, pois as autoridades antes de qualquer prova, submetem as vítimas à humilhações tais como chamados a delegacia, prisões, sem que se lhes ofereça qualquer defesa pois o denunciante nunca aparece. Solicito de V. Excia. toda a indulgencia sobre o que abaixo vou escrever, mas juro-lhe pela felicidade de minhas duas filinhas que são a razão de ser na minha vida que não sou quinta coluna; justamente por causa delas, tenho sofrido com calma essa clamorosa injustiça mas receio não ser mais possível um controle dos nervos. Vou expor agora a minha atuação com toda lealdade e si V. Excia. achar que de fato sou prejudicial à Pátria, estou pronto a receber o castigo que por maior que seja será preferível a esta situação de tensão nervosa e inferioridade em que inocentemente me encontro. Sou filho de pai italiano, já falecido há 12 anos e mãe brasileira; em 1930, estando no Estado de São Paulo, aos 22 anos, peguei em armas para defender um regime que julgava certo; devido a pouca idade não tinha opinião política bem formada, mas atendi ao chamado do Governo como reservista, conforme prova os assentamentos da minha caderneta; em 1932, tornei a empunhar armas, oferecendo outra vez minha vida em defesa de um ideal que me incutiram; por ai V. Excia. poderá deduzir que não sou mau brasileiro e também da minha sinceridade, pois de ambas as vezes me bati contra V. Excia.. Em outubro de 1932, formou-se em São Paulo a Ação Integralista Brasileira para a qual fui convidado com insistência por parente e amigos, mas como não conhecia as suas finalidades, preferi aguardar sua atuação. Só ingressei no Integralismo, depois de ter estudado o seu programa, isto em 1934, já aqui no Paraná, portanto 2 anos depois de sua fundação. Fechado que foi o Integralismo em dezembro de 1938 [1937], continuei firme até maio de 1939 [1938]. Quando houve o golpe no Palácio de Guanabara contra V. Excia., do qual só tive conhecimento pelo rádio; nessa ocasião foi que V. Excia. conquistou meu coração e lealdade, devido a sua magnanimidade, não mandando fuzilar os promotores do assalto. Com esse gesto V. Excia. não só conquistou minha admiração como a de milhares de integralistas ao vermos que o Brasil estava entregue as mãos de um homem que não podia ser combatido e sim apoiado. V. Excia., que depois disso conseguiu unificar os brasileiros sem derramar sangue e sem ressentimentos, há de descobrir uma forma nesta hora tão grave para solucionar esta situação de desconfiança e perseguições contra os brasileiros que nada fizeram contra a Pátria mas que tudo farão em benefício dela. Não nego ter sido um ferrenho anglófobo, mas isto até o momento que meu País tomou atitude definida no conflito mundial, ocasião em que coloquei meus sentimentos pessoais de lado para só atender as diretrizes de V. Excia., que são naturalmente as que melhor convierem a coletividade nacional da qual me honro em ser uma partícula e graças a Deus sem nenhuma mácula. Está aí minha atuação e se recuei até 1930 foi para provar que quando julguei que a Pátria necessitou do meu esforço, ela me encontrou no lugar que me competia e não seria agora, que está em perigo externo, que me furtasse a obrigação ou pior ainda trabalhasse contra ela. Afirmo a V. Excia. que nestas condições estão centenas de milhares de brasileiros, humilhados e revoltados mas que na hora do perigo formarão com seus peitos a vanguarda dos que correrão em defesa da honra e dignidade de nossa Pátria. Se V. Excia. desejar uma exposição clara e sincera do atual estado de coisas, que a meu ver é geral, estou pronto a ir a essa Capital em dia que V. Excia. se dignar marcar e levar ao seu conhecimento os inconvenientes a ao mesmo tempo se V. Excia. permitir expor um plano para solucionar essa situação, trazendo tranquilidade e união de que tanto necessitamos neste momento. Suplico a V. Excia. não me julgar presunçoso, mas tenho também um estudo sobre o preparo cívico e militar dos brasileiros, sem grandes despesas à Nação o qual julgo ser aproveitável e teria prazer em lhe expor, caso V. Excia. se digne me receber. Solicito de V. Excia., confiando na grandeza de seu coração, toda condescendência para a redação da carta pois ela foi ditada por um espírito altamente perturbador, mas que não titubeará no caminho que V. Excia. indicar, porque confia cegamente na sua ação, mesmo que esse caminho conduza aos maiores sacrifícios. Terminando, subscreve-se com os mais altos

respeitos o patrício e admirador sincero. Garibaldi Reale. Caixa Postal I. Siqueira Campos. Paraná. 19-3-1942. (DOPS/PR, Pront. 1340, Top. 348, fls. 1-3, DEAP/PR).

Não sabemos se a carta chegou a Getúlio ou, o mais provável, caiu na censura postal (a DOPS só possuía uma cópia). Em todo o caso, motivou maiores investigações, feitas pela Delegacia de Polícia de Jaguariaíva. Assim, atendendo a uma solicitação do Chefe de Polícia, o Delegado local respondeu:

I – Em obediência à determinação de V. Excia., contida em ofício nº 1474, datado de 28 de maio p/finado, segui imediatamente para Siqueira Campos, afim de sindicarem o conteúdo da representação feita ao Exmo. Snr. Dr. Presidente da República, por GARIBALDE REALE, referentemente à perseguição, que o mesmo diz estar sofrendo por parte da autoridade policial daquela localidade. [...] III – Sindiquei naquela localidade sobre se Garibaldi Reale, havia sido perseguido pela autoridade policial, ouvindo a respeito as pessoas de maior responsabilidade da localidade, como os Drs. Juiz de Direito e Promotor Público, o Snr. Prefeito Municipal, advogados, etc., e todos eles afirmaram que não tiveram conhecimento da referida perseguição, no mesmo tempo que emitiram bom conceito sobre Garibaldi Reale. [...] V – Quando de minha [estada] em Siqueira Campos, ouvi mesmo falar, por intermédio de um prático de farmácia, ex-empregado de Garibaldi, que na gestão do Tem. Scheleder, mais ou menos 60 pessoas foram denunciadas como 5ª coluna, sendo algumas delas intimadas a comparecer à Delegacia para esclarecimentos. Fui até a delegacia e em companhia do atual Delegado Ten. Nerino, rebuscamos o arquivo e nada encontramos a respeito. VI – **De sorte que o que houve nada mais foi do que consta das próprias declarações de Garibaldi, isto é, denunciado por alguém, de que o mesmo e outras pessoas eram suspeitas aos interesses nacionais, desconfiança esta robustecida pelo fato de Garibaldi ter pertencido a extinta Ação Integralista, e demonstrado ideias favoráveis ao “eixo” anteriormente ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com esses países, sofreram como é natural, uma fase de averiguações, por parte da Polícia, que atenta aos interesses da nacionalidade, não descansa, ao descansa [sic] ao investigar os fatos que chegam ao seu conhecimento. Garibaldi, como afirma em suas declarações, não chegou a sofrer coações por parte da autoridade, a não ser a vergonha de passar perante a população como 5ª coluna, mas isso, não temos dúvida alguma, correu por conta das ideias que esposava anteriormente.** VII – Estou, igualmente informado, que Garibaldi desde o momento que o Brasil rompeu suas relações com o “eixo”, desprezou suas antigas convicções, integrando-se no espírito que ditou aquele rompimento [...]. (DOPS/PR, Pront. 1340, Top. 348, fls. 4-5, DEAP/PR).

Reale não foi indiciado, nem processado pelo TSN, mas não deixou de sofrer (“como é natural”, de acordo com o Delegado) os percalços da ação policial, erigidos sobre as associações de que abordamos. O fato de ter emitido opiniões “anglófobas” antes do rompimento do Brasil com o Eixo – um clichê presente em boa parte da documentação – serviu para sedimentar as desconfianças em torno de sua pessoa. “As ideias que esposava anteriormente”, mesmo em época de legalidade, legitimavam as desconfianças do presente.

No mês seguinte à declaração de guerra do Brasil ao Eixo, Miguel Angelo Gasparelo foi indiciado e preso em Imbituva. Na portaria de abertura do inquérito, datada do dia 3, consta:

Tendo chegado ao conhecimento desta delegacia, que a meses passados nesta cidade o indivíduo Miguel Angelo Gaspareli [sic], em grande discussão travada com o senhor Frederico Stadler Primo, aquele disse perante outras pessoas que o Governo Brasileiro é ladrão, dizendo mais que necessário fosse brigava contra o Brasil [...]. (DOPS/PR, Pront. 2724, Top. 432, fl. 19, DEAP/PR).

Testemunhas confirmaram o caso e Gasparelo, em declaração à Polícia de Imbituva, disse estar bêbado na ocasião e negou as declarações. Depois de reunidos os depoimentos, o Delegado local concluiu seguindo a linha ‘óbvia’ das associações sobrepostas do ‘eixismo’ e do integralismo:

[...] Está provado que Miguel Angelo Gaspareli [sic] é elemento perigoso e súdito ao “eixo” como se evidencia nos depoimentos das testemunhas.
Nesta Delegacia de Polícia acha-se preso o livro [de inscrição] da Ação Integralista o qual consta o nome de Miguel Angelo Gaspareli [sic], tomando o número de 113, foi [inscrito] em data de 14 de janeiro de 1936.
O escrivão faça remessa deste auto ao Exmo. Sr. Cap. Secretário do Interior Justiça e Segurança Pública para os fins de direito.
Imbituva, 6 de setembro de 1941. (DOPS/PR, Pront. 2724, Top. 432, fl. 15, DEAP/PR).

Depois de uma confusão de ordens, em que Valfrido Pilotto solicitou soltura e prisão em 3 dias à Delegacia de Imbituva, o caso chegou à DOPS.¹²⁸ Em 30 de setembro, Gasparelo prestou declarações em Curitiba, quando negou o ocorrido, assumiu ter pertencido à AIB e alegou perseguição de seus desafetos locais.

Em setembro, moradores do município remeteram à DOPS declarações em defesa de Miguel Angelo e, em outubro, o Prefeito Municipal fez o mesmo em correspondência à Manoel Ribas (Ilustração 25). No entanto, Gasparelo só foi solto em 24 de novembro de 1942, mas teve seu aparelho de rádio apreendido. (DOPS/PR, F.I. 15.849, DEAP/PR).

¹²⁸ A Delegacia de Imbituva enviou telegrama à DOPS, em 28 de setembro, solicitando que Pilotto remetesse sua decisão à Secretaria de Segurança, “afim [de] evitar desentendimento”, e que esta, por sua vez, emitisse a ordem. (DOPS/PR, Pront. 2724, Top. 432, fl. 5, DEAP/PR).

No ano seguinte, em 9 de abril, o lavrador Frantz Adolfo Jesse foi preso em Pato Branco, então distrito de Clevelândia, “por ter sido acusado de agir contra a segurança nacional”. (DOPS/PR, Pront. 1293, Top. 346, fl. 1, DEAP/PR). Com o aprofundamento das investigações, a DOPS descobriu que Jesse havia sido Chefe da AIB em Santa Rosa, Rio Grande do Sul, e que fora preso naquele Estado dois anos após o fim do partido; em 1941, mudara-se para Pato Branco, “onde procurou, além de ser simpatizante do ‘eixo’, fazer propaganda [...] do partido já extinto: o integralismo [...], conforme Parte de investigação nº 447”. (DOPS/PR, Pront. 1293, Top. 346, fl. 2, DEAP/PR).

Diante disso, quando da confecção de sua ficha em 15 de maio de 1943, a DOPS não teve dúvida. Registrou no cabeçalho: “**INTEGRALISTA** / Integralista fervoroso e simpatizante do ‘eixo’”. (DOPS/PR, F.I. 19.056, DEAP/PR). Em suas declarações, Jesse teria dito que “embora seu pai [fosse] de nacionalidade alemã, não [exercia] qualquer atividade de caráter político”. (DOPS/PR, Pront. 1293, Top. 346, fl. 2, DEAP/PR). Sem entrarmos no mérito da culpabilidade do ex-integralista, a resposta soava como uma defesa do acusado contra a pressuposição da DOPS: de que todo alemão exercia, potencialmente, atividade política (nazista), por ser alemão.

Durante o inquérito, pôs-se em funcionamento a troca de informações entre as DOPS do Paraná e do Rio Grande do Sul, o que culminou na ‘deportação’ do acusado para este último Estado, em 16 de junho de 1943.¹²⁹ Pouco menos de um ano depois, por meio da DOPS/RS, Jesse requereu da polícia paranaense a devolução de Cr.\$ 537,00 e de sua carteira de identidade, itens que a mesma alegou não estar de posse. (DOPS/PR, Pront. 1293, Top. 346, fl. 1, 3, DEAP/PR). Sua trajetória posterior nos é desconhecida.

Antonio Teixeira de Abreu, farmacêutico da 2ª CI. da Reserva do Exército, teve inquérito instaurado, pela Delegacia Regional de Jacarezinho e, 10 de setembro de 1942, devido a suas manifestações públicas em favor das vitórias de Hitler. Esse Inquérito foi encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional, em 8 de outubro, através do Departamento de Segurança Pública do Estado. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 1, DEAP/PR).

O relatório da DOPS concluiu que Antonio Teixeira

[...] vinha se manifestando, desde há longa data, adepto dos países do ‘eixo’, chegando, mesmo, a usar, por ocasião do afundamento de navios brasileiro [sic],

¹²⁹ Não sabemos se houve reciprocidade, mas a DOPS/RS enviou à Polícia Política paranaense uma relação de 16 folhas contendo nomes de integralistas daquele estado. Verifica-se, assim, o intuito de coordenar ações repressoras contra a AIB, ainda que de forma tímida. (DOPS/PR, Pront. 007, Top. 001, fl. 68-84, DEAP/PR).

expressões reveladoras de revoltante falta de sentimento patriótico. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 10, DEAP/PR).

Ouvidas testemunhas e realizada busca e apreensão na residência do militar, Valfrido Pilotto concluiu que o ex-integralista era “um brasileiro de execrável proceder, em face à situação de sua Pátria no presente conflito mundial”. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 10, DEAP/PR). Em seguida, o Delegado traz à tona o passado integralista de Teixeira:

[...] Tendo pertencido ao extinto partido integralista, continuou, Teixeira, a nutrir a ideologia nazi-fascista, mostrando-se, ainda agora, fervoroso adepto da causa dos países com os quais estamos em guerra. E nesse seu fervor, porta-se como inimigo de sua terra natal. É o que, além de sua condição de eixista, ficou cabalmente provado no decorrer do inquérito [...]. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 10, DEAP/PR).

O relatório prossegue:

Há menos de um mês, na barbearia de José Matias, naquela cidade, - quando aí se achavam: Antonio de Macedo Costa, brasileiro, com setenta e um anos, casado, lavrador, Miguel Contani, brasileiro, com vinte e um anos, solteiro, barbeiro; José Duarte Medeiros, brasileiro, setenta e um anos, casado, lavrador, José Ribeiro Rocha, brasileiro, quarenta e três anos, casado, motorista; Antonio Negrão de Melo, brasileiro, quarenta e dois anos, casado, comerciante; e diversas outras pessoas idôneas, chegou Antonio Teixeira de Abreu, empunhando um jornal em que acabara de ler o torpedeamento dos navios brasileiros, e disse: ‘A Alemanha precisa mesmo ganhar esta guerra, para endireitar o Brasil’, usando, ainda, de outras expressões reveladoras de insensibilidade e de impatriotismo, afirmando haver sido “bem feito” o ocorrido, pois os nossos navios “nada tinham que ir cheirar na zona em que foram postos a pique”. Essas manifestações provocaram pronto revide dos presentes, que, no inquérito, foram unânimes em frisar não só aquele fato, como também a circunstância de alardear, sempre, Antonio Teixeira de Abreu, sua simpatia pelas nações do “eixo”, bem como sua fidelidade ao credo integralista. Alexandre Negrão de Melo, que foi, aliás, empreiteiro numa fazenda de Teixeira, revela, mais, haver descoberto, certa ocasião, no quarto de dormir, deste, na casa da fazenda, “um compartimento falso, na parede, no qual, disseram antigos empregados, eram guardadas armas dos integralistas”.

Prestado declarações na D.R. não pôde, Antonio Teixeira de Abreu, negar sua condição de adepto do “eixo” e de antigo integralista, bem como não negou costumar ouvir, no seu aparelho, as emissoras de Berlim, sendo que, dias antes de prestar declarações, ainda se reunira, em sua casa, por duas noites, com o alemão Henrique Hartmann, para captarem notícias daquela procedência.

O material apreendido pela D.R., em casa de Antonio Teixeira de Abreu, confirma suas preocupações, sua obsessão mesmo, pelo desenrolar dos acontecimentos da guerra, sendo evidente o carinho com que acompanha sucesso dos totalitários: Os recortes de jornais são, de preferência os que contêm vitórias nazistas; os mapas trazem assinalados os avanços alemães; uma folha de papel escrita a lápis, guarda anotações das conquistas hitleristas na frente russa; noutra folha estão especificadas as ondas das emissoras eixistas e os horários dos respectivos programas em português; uma caderneta de notas contém apontamentos que revelam interesse em reter notícias obtidas por intermédio dessas estações, pois há ligeiros lembretes de nomes de lugares ocupados na frente soviética, bem como estão registradas notícias de fonte nazista e os nomes de navios nossos, torpedeados.

Encontrou, ainda, a Polícia, na residência de Antonio Teixeira de Abreu, um revólver WS, nº 396884, calibre 32, que não se acha registrado, bem como, num pedaço de papel escrito a lápis, o rascunho de um telegrama que, como quem espera ser detido a qualquer momento, o referido eixista já traçara por antecipação, concebido nos seguintes termos: “Exmo. Sr. General Comandante da Região, Curitiba. Comunico vossência estou preso arbitrariamente pelo Delegado de Polícia, motivo fato sem gravidade, desrespeitando, dita prisão, regulamentos militares. Peço vossência tomar necessárias providências. Antonio Teixeira de Abreu, 2º Tem. Farmacêutico da Reserva.”

Como resultado das diligências policiais, realizadas, acha-se, Antonio Teixeira de Abreu, recolhido a sala livre, na D.R. de Jacarezinho.

Curitiba, 17 de setembro de 1942. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 11-12 DEAP/PR)

Teixeira foi posto em liberdade em 30 de novembro de 1942, por permissão do Secretário de Segurança Pública, em função de estar “doente atacado [de] asma”. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 8, DEAP/PR). Posteriormente foi processado na Justiça Militar, ao que indicam os documentos em seu prontuário. Depois da 5ª Região Militar solicitar o inquérito policial, não há mais registros em seu dossiê. (DOPS/PR, Pront. 398, Top. 296, fl. 10, DEAP/PR).

A vigilância em torno de indivíduos que corporificavam as associações era posta em prática, assim que se constatava materialmente um mínimo de ligação com Eixo. Sobre um ex-integralista, descendente de alemães, que guardasse em seu porão um quadro de Hitler era recomendada a criação de um prontuário e “severa vigilância” (depois de revirada sua residência). Esse é o caso, por exemplo, de Gaspar Meyer, residente num lugarejo, distante 25 quilômetros de Teixeira Soares, chamado “Faxinalzinho”. No forro de sua casa foi encontrado um “caixão” contendo um quadro de Hitler, remetido posteriormente à DOPS. Meyer não foi preso, mas permaneceu sob vigilância depois do ocorrido. (DOPS/PR, Pront. 1342, Top. 348, fl. 3, DEAP/PR; DOPS/PR, F.I. 25.768, DEAP/PR).

Por outro lado, um segundo padrão repressivo levou as forças policiais a se interessarem por quaisquer ex-integralistas *sem ‘ascendência eixista’*, que, na época da Guerra, manifestassem opiniões favoráveis ao eixo. Nesse sentido, o brasileiro de 63 anos José Galdino da Costa foi alvo de um inquérito aberto pela Delegacia de Polícia de Bandeirantes, em agosto de 1942:

Em 23 de agosto de 1942
PORTARIA

Tendo chegado ao conhecimento desta Delegacia de Polícia, que José Galdino da Costa, residente em Galdinópolis deste Município, tinha sido Chefe Municipal da

ex-Ação Integralista, continua dizendo em público que a melhor forma de governo seria o totalitarismo, fazendo também propaganda do integralismo, mesmo depois do Brasil ter rompido com as potências do Eixo, determino que o escrivão desta Delegacia de Polícia, autuada esta, intime a José Galdino da Costa para, no dia vinte e cinco do mês em curso, às treze horas, comparecer nesta Delegacia para prestar suas declarações, e bem assim, as testemunhas Geraldo Paulino de Carvalho, Deodato Diniz do Souza e Gelson Ferraz de Camargo Penteadado, para no mesmo dia e hora acima citados prestarem seus depoimentos sobre o fato constante desde inquérito. O que cumpra. (DOPS/PR, Pront. 2090, Top. 394, fl. 3, DEAP/PR).

Galdino foi preso em 23 de agosto, em Bandeirantes e enviado a Jacarezinho (sede da Delegacia Regional). No mesmo dia a DOPS foi comunicada e telegrafou a Jacarezinho solicitando apuração, pelo que foi respondida:

TELEGRAMA

Est. Dr. Delgado de Ordem Política e Social
Curitiba
Jacarezinho PR, 286 57 26 10.50

Resposta vosso telegrama 386, informo José Galdino Costa é um velho de 63 anos idade, foi preso por ter professado ideias integralista até 1937, porém declara que agora acima de tudo é brasileiro conforme já manifestou ao Exmo. Sr. Presidente da República. Cordiais Saudações.

Tem. Augusto Gomes – Delegado Regional. (DOPS/PR, Pront. 2090, Top. 394, fl. 8, DEAP/PR).

As testemunhas ouvidas e o relatório do Delegado de Bandeirantes confirmaram as denúncias de que Galdino fazia propaganda integralista e se manifestava em favor do eixo. Porém, antes do término do inquérito a DOPS ordenou sua soltura, muito provavelmente pela idade avançada, o que colocava em xeque sua periculosidade.

CARTAS E CASOS DE DELAÇÃO

Um dos braços mais importantes das polícias políticas do período em que tratamos era, sem dúvida, a sociedade. Quando bem integrada às lógicas de construção do crime político, a sociedade participava das incriminações pelo meio que lhe era permitido: a delação. Em certos casos, como veremos, a delação, tomada como ‘obrigação de bons brasileiros’, resultava em investigação até para o lado do delator. Afinal, no raciocínio

policial, ninguém podia saber tanto sobre um criminoso político sem ser seu amigo, ou cúmplice.

Assim, alguns ex-militantes já investigados e/ou processados voltaram à cena com a onda repressora de 1942, por meio de diversas cartas de delação encaminhadas à DOPS com o intuito de fomentar investigações a partir da ideia da associação nazi-integralista e/ou de possíveis práticas de quinta-colunismo por parte de ex-militantes da AIB. Destarte, sobre o líder integralista guarapuavano, Amarílio Rezende de Oliveira, a DOPS recebeu uma carta, datada de 8 de setembro de 1942. Nela, o missivista se porta como um ‘espião profissional’, na tentativa de arrancar, às escondidas, frases criminosas do ex-integralista:

Cumprindo o meu dever de Brasileiro, venho por meio desta cientificar-vos de certas atividades dos eixistas inimigos da Pátria. Falando ao Sr. Amarílio, **procurei provocar o assunto da guerra e ouvi o seguinte:** O Sr. Amarílio julgando falar com um Integralista e eu por minha vez dei que entender que era um simpatizante às suas ideias partidárias, assim ele declarou que as exonerações do Chefe de Polícia, Ministro de Justiça e outros foram motivados pela liberdade do Sr. Flores da Cunha que encontrava-se preso por ordem do Chefe de Polícia disse mais que a situação do país está dependendo do General Góes Monteiro e do Ministro da Guerra que se eles aguentarem o peso tudo estará salvo.

Ontem o Sr. João Galvão e outros comentaram aqui no Hotel Ribas (cujo proprietário é um ardoroso Brasileiro e ama sua pátria) que o Sr. Trajano havia dito que a Alemanha atacará o Brasil a qualquer momento e qualquer ponto do território nacional. **Faço estas declarações em caráter todo reservado apenas para facilitar-vos outras medidas mais aproveitáveis para a segurança de nossa Pátria. Espero a vossa palavra que não saberão de fonte destas e outras informações sendo revelado, não conseguirei pegar mais coisa alguma deles.** (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286, fl. 5, DEAP/PR, grifos nossos).

Os discursos de Amarílio, a propósito, já eram alvo de vigilância da DOPS, como prova um ofício de abril de 1942, de Valfrido Pilotto ao Delegado Regional de Guarapuava. No documento, a polícia apresenta o “máximo interesse em saber o teor do discurso proferido por AMARÍLIO REZENDE por ocasião dos festejos do dia 19 do corrente, comemorativos à data natalícia do Exm^o Snr. Getúlio Vargas”. (DOPS/PR, Pront. 224, Top. 286, fl. 6, DEAP/PR). Comparando os documentos de abril e de setembro de 1942, supracitados, percebemos, na verdade, que a população fazia exatamente uma parte do trabalho da DOPS: escarafunchava as conversas dos vigiados e os ‘entregava’ como ‘eixistas’.

Às vezes as denúncias se faziam sob uma forma que escancarava o crime para a sociedade. Foi o que ocorreu com o protagonista da intentona em Ponta Grossa, Abílio Holzmann, que se viu novamente em posição defensiva frente a polícia política paranaense, em agosto do ano de 1942. A denúncia, desta feita, foi realizada em forma de pichação no muro de sua residência, em letras garrafais: “Quinta-coluna”.

Para se defender, Holzmann fez uso do microfone da emissora de rádio P.R.J.-2, da qual era diretor, lendo a seguinte carta aberta:

Carta aberta aos Exmos. Snrs. Cél. Otélio Carvalho de Oliveira, Comandante do 13º R.I., Albary Guimarães, Prefeito Municipal e Dr. Pedro Firmam Neto, Delegado Regional de Polícia.

Ilustres autoridades,

O muro da minha residência particular amanheceu hoje marcado a pixe com as palavras: “5ª Coluna”, como em muitas outras da cidade.

Depois que foi extinto em 10 de novembro de 1937, o partido político denominado “Ação Integralista Brasileira”, por decreto do Snr. Presidente da República, como em boa hora o foram todos os demais partidos políticos a minha atitude tem sido clara, e de franca cooperação com os princípios instituídos pelo Estado Novo.

Como um dos diretores da Rádio Clube Pontagrossense S/A, que sem favor é uma organização que orgulha a nossa terra, e para a construção da qual dei o melhor dos meus esforços, tenho procedido dentro da mais franca e leal cooperação com todas as autoridades, e V.V. SS. São disso testemunhas.

A marca: “5ª Coluna”, afixada no muro da minha residência, representa para mim uma ofensa inqualificável, que como bom brasileiro, repilo por este microfone.

Pergunto eu: Quem é 5ª Colunista, brasileiros que trabalham e procuram engrandecer a sua pátria, com um labor honesto e patriótico, ou indivíduos que nas caladas da noite procuram jogar essa pecha a um brasileiro digno, que só tem pautado os seus atos pelos mais sãos princípios, e de mais profundo amor à sua terra?

Não sou brasileiro covarde, e peço permissão às autoridades a quem dirijo esta carta aberta, para convidar esses indivíduos que procuram lançar a desconfiança entre brasileiros para virem afirmar sem a máscara do anonimato o que sornateiramente fizeram no muro da minha residência na noite passada. Amo minha pátria acima de tudo, sou reservista do exército, o que muito me orgulha, e jamais permitirei, mesmo com o sacrifício da própria vida, que a nossa bandeira seja enxovalhada por estrangeiros ou brasileiros traidores. Dirigindo-me por este microfone, em carta aberta, as autoridades a ao povo de minha terra, o faço como um sinal de protesto pela pecha que pretendem me inculcar.

Em alto e bom som reafirmo a minha fé e confiança absoluta no glorioso destino do Brasil, conduzido pelo grande presidente Getúlio Vargas, que como soube em 1937, tirar o Brasil da confusão, sabe também conduzi-lo duramente as fases mais críticas da nossa história, e a sua palavra de ordem será por mim acatada sem vacilações.

Abilio Holzmann. (DOPS/PR, Pront. 006, Top, 273, fl.2, DEAP/PR).

É interessante refletirmos sobre este discurso criado por Holzmann. Ele tem o claro objetivo de desvincular aquele homem do passado, o ‘integralista na legalidade’ e o ‘golpista’, deste que se apresentava, como “bom brasileiro”, na tentativa de modificar a percepção da polícia política paranaense em relação a sua pessoa. A Delegacia parecia não acreditar na metamorfose de Holzmann, já que nas anotações da contracapa do prontuário consta, com tom de ironia: “Vide recorte do “Diário dos Campos” arq. Anexo **em que o prontuário se retrata como bom brasileiro**, ofendido pela afixação, a piche, no muro de sua residência, do letreiro: “5ª COLUNA”. (DOPS/PR, Pront. 006, Top, 273, fl.1, DEAP/PR, grifo nosso).

Outro caso notório – que ilustra a intromissão da DOPS nos negócios privados dos cidadãos – é o do industrial Walter Becker, denunciado em duas ocasiões, uma em 1940, outra em 1943. Becker era um afortunado proprietário de indústrias no Paraná e em Santa Catarina e fora Secretário de Finanças da AIB na Província do Paraná.¹³⁰ No turbilhão da repressão à Intentona, em março de 1938, sua casa foi revirada pela DOPS. Como todos os outros integralistas implicados no evento, negou participação, apenas assumindo que tivera um cargo na AIB.

Em janeiro de 1940, iniciaram-se as denúncias por carta:

D. D. Capitão. Levo ao vosso conhecimento, de que o senhor Valter Becker, Proprietário da Padaria Aurora, ainda está lidando com o Integralismo e Nasista [sic], pois este indivíduo [sic] não perdeu as esperanças, ele é nacido [sic] em Bruske, e tem a sisma [sic] que é alemão, no Cajurú ele tem uma chácara, aonde ele faz suas rioniãos [sic], só fala em Alemão para ninguém compreender [sic] mais eu como entendo um pouco, ele desfaz do nosso Brasil e mesmo do nosso material de Guerra Brasileiro, isto ele esta acostumado [sic] de desfazer [sic], porisso [sic] pesso [sic] o senhor mandar chamar atenção deste traidor do nosso Brasil.

Belarmino R. Souza

[Verso]

Pesso [sic] ao senhor que no lugar denominado Cajurú ele tem uma chácara, é aonde ele toma seus pipão e fala bobagem, eu como passo por ali, que é meu caminho, é que fico tão aborido [sic] de ver o nosso Brasil cheio de traidor, o senhor nem sabe quem é este sujeito, isto é mais Alemão do que Brasileiro, ele sempre vai a Brusk, Estado de Santa Catarina, sai de auto V.8 fora de horas porque ele faz isto? Ele está é de tapeações, Não é calunia, é a pura verdade, senhor Chefe de Polícia. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fls. 13-14, DEAP/PR).

Mesmo sendo uma das cartas de delação mais confusas e mal escritas sobre a AIB, a DOPS o chamou para prestar declarações em fevereiro, quando afirmou que a carta devia vir de “algum inimigo”, por motivo de “inveja”, em função dos “vultuosos lucros” com suas empresas; confirmou ter sido um dos Secretários da AIB e de ter abandonado a política, sobretudo, por que não lhe “sobrava tempo em virtude de seus inúmeros afazeres”. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 15, DEAP/PR).

Outra forma de delação que vemos no ‘caso Becker’ é a que ocorria quando um cidadão qualquer procurava um inspetor da DOPS. Este, por sua vez, depois de ouvir a denúncia verbal, elaborava uma “parte reservada” (sem número, já que não recebera ordem oficial para investigar) ao Delegado. Assim, em junho de 1940, chegou a seguinte Parte à mesa de Divonsir:

¹³⁰ Suas propriedades no Paraná eram a Padaria Aurora (matriz e filial), Cristaleira Aurora e a Fábrica de Conservas e Doces em Geral Arrebol.

As 8, ½ horas do dia 22 compareceu em minha residência, sita a Rua Engenheiros Rebouças nº 651, o Snr. JOÃO AVELEDA, residente na Villa Territorial s/nº, (chácara situada além do alto Cajuru) vizinho do Snr. WALTER BECKER e relatou-me que este, promovera uma festa, compartilhada por elementos germânicos, com orquestra e fogos de artifício, sendo na maior parte fogos de assóvio e que ele, João Aveleda, nada compreendeu, porque só falavam e discursavam em idioma germânico, mas, que na maior parte dos comentários ele notou, o nome da França e Marginot, disse mais que o assunto versava nos acontecimentos da Guerra, e que a festa prolongou-se até a madrugada não podendo precisar a hora em que terminou; disse mais, que assistiu de sua casa a chegada de um numero regular de automóveis, sendo que alguns saíam e voltavam lotados.

[...]

Que GUSTAVO OU AUGUSTO DRIZE, ignorando ao certo a sua nacionalidade e ex-padeiro da Padaria “Aurora” de propriedade do Snr. Walter Becker, atualmente trabalhando nas oficinas da Estrada de Ferro S.P. Paraná, nesta Capital, dissera à tempos, para o declarante, após o seus afastamento dos serviços de padeiros, daquela firma, e talvez por indignação, de ser demitido, que o Snr. Walter, mandara guardar nos sótões [sic] dos armazéns e depósitos da aludida padaria um número regular de móveis, que eram utilizados em uma das sedes da extinta Ação Integralista. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 12, DEAP/PR).

Mesmo se tratando, claramente, de uma festa em comemoração à conquista da França pelas forças armadas alemãs, Divonsir, a princípio, nada fez com o caso. Ordenou acrescentar o documento ao prontuário e, no ano seguinte, apenas arquivou um recorte de jornal sobre os empreendimentos de Becker.

No fatídico comício de 18 de março de 1942¹³¹, a matriz e a filial da Padaria Aurora de Becker estavam entre os 68 estabelecimentos depredados pela massa participante. Sobre o comício, é sabida a posição pública de Valfrido Pilotto, por artigo publicado na Gazeta do Povo, no dia seguinte ao ocorrido, justificando o evento como “perfeitamente” compreensível, em função de “ímpetos de ação cívica” da multidão.¹³² Com isso não é de se estranhar a anotação feita no prontuário de Becker, quando em 1944, a 5ª R.M. solicitava

¹³¹ Trata-se do episódio ocorrido no centro de Curitiba em 18 de março de 1942, quando um comício de protesto contra o torpedeamento dos navios brasileiros se transformou em quebra-quebra a estabelecimentos residenciais e comerciais de pessoas, entendidas pela multidão como ‘súditos do Eixo’. Na ocasião, não só os estabelecimentos de alemães, italianos e japoneses foram atacados, mas também instalações de indivíduos de outras nacionalidades ‘confundidos’ pela multidão. No total, 68 estabelecimentos foram atacados, entre invasões, depredações e incêndios. (PEREIRA, 2010).

¹³² “Compreende-se perfeitamente que os patriotas em face à situação atual, sejam tomados de ímpetos de ação cívica no sentido de demonstrar a revolta que lhes explode no íntimo, pelas fortes agressões nazistas, e de manifestar, também, estar imperecível e forte, como sempre, a chama do devotamento pátrio. Gostaríamos, nós os da Polícia, poder mostrar a todos esses bons e resolutos brasileiros, o quanto nós temos desdobrado em tarefas úteis pela segurança nacional e em golpes implacáveis contra a 5ª coluna e os seus multiformes meios de agir. Aliás, conforta-nos a cooperação que todos nos tem trazido, e que é, seguramente, resultante da ação indormida e enérgica que o Governo do Estado e seus auxiliares vêm desenvolvendo e da qual todos estão podendo sentir os efeitos. [Sobre as prisões] vai isto como informação estatística: sobem a quase uma centena. Posso assegurar-lhe, - é o que interessa -, dentre os elementos que lá na Casa de Detenção se acham curtindo as suas claras ou disfarçadas ideologias de traidores do Brasil, está a maioria dos próceres e os mais perigosos”. (ATHAIDES, 2011, p. 202).

informações para fins de registro empresarial: “Descendente de alemães, é público ser desnacionalizado, tendo o povo apedrejado sua casa comercial, por ocasião do comício de 18/3/42, em protesto contra o ‘eixo’”. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 2, DEAP/PR). Percebe-se que o apedrejamento foi convertido, em detrimento da vítima, em elemento de culpabilidade. Na ‘sabedoria da multidão’ repousa a ideia da DOPS de que só mesmo os ‘desnacionalizados’ é que tiveram seu empreendimento apedrejado.

Em agosto de 1942, no contexto da declaração de guerra do Brasil ao Eixo (após o torpedeamento de navio brasileiro de passageiros), nova denúncia trouxe Becker à cena. Desta vez, o denunciante foi diretamente ao Chefe dos Plantões da DOPS, Clávio Molinari, na própria Delegacia. Na verdade, o denunciante em questão havia recebido uma denúncia:

Ilmº. Snr.
Dr. DELEGADO

Levo ao conhecimento de V.S. que: ontem as 20 horas compareceu nesta Delegacia, o Snr. Jacob Massolin, residente a rua Professor Brandão nº 10 e comunicou que a Sra. Da. MARIA SCHULTZ, empregada da Padaria Aurora, à rua Tibagi, cientificou ao proprietário [que] não iria trabalhar hoje em virtude de querer participar das homenagens que hoje serão levadas a efeito em sinal de protesto aos ultrajes causados pelo eixo, ao que o aludido proprietários lhe retrucou não ter nada com o Brasil e que após a vitória da Alemanha, os brasileiros iriam sofrer com os alemães. Acrescentou ainda que a mesma seria suspensa se porventura faltasse ao serviço. [...]. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 10, DEAP/PR).

Desta feita, a denúncia não foi deixada de lado. Valfrido Pilotto despachou: “À S.I., para deter Walter Becker, proprietário do estabelecimento referido e investigar o caso, informando”. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 10, DEAP/PR). A ordem de Valfrido é ilustrativa do clima de licenciosidade repressiva, uma ‘guerra sem quartel’ contra os inimigos ‘eixistas’: primeiro, prende-se, depois, investiga-se. Becker foi preso em 22 de agosto de 1942 “por haver dirigido palavras desairosas ao Brasil”; foi identificado no Instituto de Identificação, sendo solto dois dias depois. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 3, DEAP/PR). Pelo que a documentação indica, só no dia 26, a investigação se procedeu.¹³³

Injuriado com a situação, Walter Becker escreveu carta ao Secretário de Segurança em maio de 1943:

¹³³ Maria Schultz negou o ocorrido, mas afirmou que Becker era “um indivíduo suspeito e perigoso, quanto a suas atividades políticas e suas ideias nazistas”. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 9, DEAP/PR). Diante da investigação, Pilotto ordenou apenas arquivar a Parte ao prontuário.

Não posso mais – e por isto venho por intermédio desta esclarecer a V. Excia., que não sou nenhum miserável, nenhum traidor, mas sim, um BRASILEIRO cheio, cheio, cheio de boa fé e confiança em DEUS, na NATUREZA e m V. EXCIA. e em mim. Em DEUS e a NATUREZA porque são duas coisas que veem e sentem os fatos realmente, as injustiças e justiças cometidas pelos seres humanos neste mundo. Em V. Excia. por se tratar de um homem igual a eu, porque neste mundo afinal todos nós somos iguais. Dirigo [sic] este apelo a V. EXCIA. sabendo por muitíssimas pessoas que todos seus atos são de sentido extremamente justiceiro, sendo cumpridor destacado entre os demais de seus deveres, e tenho a necessidade de fazer este apelo porque chegou o momento, que necessito das duas coisas, uma: - Morrer condenado como traidor miserável da minha PÁTRIA, ou viver como BRASILEIRO DIGNO de seu trabalho e de sua luta e orgulhoso de seu grandioso BRASIL, que é – meu também. – Muitos dias passei sem alimentar-me, e muitas noites passei em claro, quando começou-se a dizer por aí, “Walter Becker é isto e aquilo”, mas concentrei-me, dominei a angústia de meu sofrimento, pedindo a DEUS que me auxiliasse para ser forte e resoluto, e serenei com a ajuda da verdade, que consegui alimentar-me e dormir socegado [sic]. Quebraram minhas vitrines, acalmava-me dizendo – não faz mal não de reconhecer que não mereço tamanha afronta. Fui jogado miseravelmente, injustamente, num cubículo, forte e sereno acreditando na verdade e minha consciência, venci, saí da prisão conformado porque nada havia feito. Snr. Capitão Flores, chegando hoje em casa, soube que fui procurado pela Polícia, não me encontrando foram intimados meus gerentes para comparecer à Delegacia, com enorme surpresa recebi esta notícia, porque tudo tenho feito e sempre falado, vamos trabalhar que o Brasil precisa de seus filhos, de nosso trabalho, e de nosso apoio, era sendo assim [sic], mais uma vez pergunto – a POLÍCIA – porque? Por mais indagações soube que meus empregados haviam deixado de fornecer uma encomenda de Pães a Sra. BLAS GOMM na hora precisa. Ora, por ter o encarregado esquecido, ou melhor atrasado, a encomenda a ser entregue, é preciso que eu vá a Delegacia de Polícia e que meus auxiliares são interrogados, vim então contra minha vontade, porque quis sofrer quieto as misérias e injustiças, para não incomodar e tomar o tempo precioso das autoridades, que muito tem a fazer na presente época, mas como já escrevi acima – NÃO POSSO MAIS.....continuar neste dilema e por isto peço encarecidamente a V. EXCIA. de fazer JUSTIÇA – ou eu morro ou eu vivo, o que não é possível, viver um pouco hoje e morrer um pouco amanhã, e proponho a V. EXCIA. nomear uma pessoa para assumir a direção da minha firma, porque não é justo, que meus auxiliares e meus empregados sofram as consequências de que não são culpados. Porque trabalhei, produzi e progredi, mas não só por minha causa, mas também por aqueles que sempre me ajudaram e comigo trabalharam nos tempos bons e mãos [sic]. Recebendo para meu sustento e o de minha família a importância de Cr. \$1,000,00 (mil cruzeiros) mensais, ficarei muitíssimo satisfeito, pois com muito menos do que isto já vivi. (DOPS/PR, Pront. 3686, Top. 491, fl. 5, 7-8, DEAP/PR).

Os casos de Amarílio, Abílio e Becker são vistos pela DOPS como casos de ‘reincidentes’: investigados pela Intentona e novamente à época da Guerra. Entretanto, muitos outros ex-integralistas foram ‘descobertos’ pela DOPS somente em 1942, pela via da delação.

É o caso de Adolfo Romanó, que teve seu prontuário criado apenas em 30 de março de 1942, devido a uma denúncia feita por um sujeito chamado Joaquim Age, radiotelegrafista dos Serviços Aéreos Condor em Curitiba. Age recebeu uma carta do Superintendente da matriz da empresa, situada no Rio de Janeiro, Sr. Cél. J. C. Muricy Filho, notificando que

Adolfo Romanó seria nomeado diretor local da empresa. (DOPS/PR, Pront. 61, Top, 276, fl.2, DEAP/PR).

Diante da novidade, Joaquim Age, dirigiu-se para a Delegacia de Vigilância e Investigações e mostrou a referida carta, em caráter confidencial, para o Delegado Pinheiro Junior, que encaminhou cópia da mesma para o Chefe de Polícia do Estado, Fausto N. Bittencourt (que, por sua vez, fez o caso chegar à DOPS). (DOPS/PR, Pront. 61, Top, 276, DEAP/PR). Na parte inferior do documento, há uma anotação manuscrita de Valfrido: “Adolfo Romanó, integralista, descendente de alemão, e um dos eixistas mais ardorosos de Curitiba” (DOPS/PR, Pront. 61, Top, 276, fl. 3, DEAP/PR).

O delegado Pinheiro Junior, relatou o seguinte:

Levo ao conhecimento de V. Excia. que fui procurado pelo Sr. Joaquim Age, encarregado presentemente da “Agencia Condor” nesta capital, o qual me veio comunicar ter sido nomeado para a direção daquele departamento o Sr. Adolfo Romanó, comerciante aqui estabelecido.

Mostrou-se o meu informante muito receoso de entregar a agencia, da qual é alias, o rádio telegrafista, ao novo diretor, visto ter sido informado das simpatias que o Sr. Romanó dispensa ao nazismo.

Na verdade, várias pessoas se referiram a essa circunstância, recordando o discurso que, de Berlim pelo Rádio fez o Sr. Romanó aos brasileiros, e no qual este cidadão revelou simpatias pelo nazismo, do qual fez, nessa alocução, apologia. Tratando-se de cargo de certa importância no momento, dada as ligações que tem ao transporte aéreo e comunicações telegráficas, levo ao seu conhecimento as informações por mim recebidas. (...). (DOPS/PR, Pront. 61, Top, 276, fl. 4).

Diante dessa postura de delação de Joaquim Age, podemos pensar no motivo que levou o delator, sob o risco de perder seu emprego, em denunciar Romanó. Parece-nos evidente que a sensação de insegurança (de que o inimigo ‘estava ao lado’), causada pelos ares do conflito mundial, despertou em Age o que a polícia política chamava de ‘dever cívico’: o dever de agir em defesa da nação, fortemente ameaçada pela constante associação entre alemães, nazistas e integralistas. Ou seja, para muitos, partindo desse discurso, cabia ao ‘bom brasileiro’ impedir o crescimento e o fortalecimento dessas ideologias em solo brasileiro.

Da mesma forma, uma denúncia “por ouvir a emissora de Berlim” levou a DOPS ao ex-integralista de Araucária Frederico Kobs (Ilustração 26), detido em 23 de agosto de 1942 (DOPS/PR, F.I. 19.908, DEAP/PR). Até o momento da prisão e da busca em sua residência, a Delegacia não tinha o conhecimento de que se tratava de um camisa-verde, o que foi constatado a partir de “fotos do detido em uniforme ‘INTEGRALISTA’”, como consta na relação de material apreendido. (DOPS/PR. Pront. 1310, Top. 347, fl. 10, DEAP/PR). Em

seu poder também foram apreendidos outros objetos ‘incriminatórios’, como um rádio receptor, alguns litros de gasolina, livros em alemão, uma arma e munições de vários calibres. Como Kobs era comerciante de secos e molhados, a posse de parte dos objetos foi justificada perante Valfrido Pilotto, que o pôs em liberdade 4 dias depois – sem o rádio, que ficou apreendido até 1944. (DOPS/PR, F.I. 19.908, DEAP/PR).

Ilustração 26 – Fotografia apreendida na residência de Frederico Kobs



Fonte: DOPS/PR. Pront. 1310, Top. 347, fl. 1, DEAP/PR

Do lado dos delatores, temos o interessante caso de Ciro Silva, um dos que acabaram sendo investigados pela DOPS, após efetuar denúncia contra camisas-verdes. As fontes nos mostram que a polícia política aparentava se preocupar tanto em conhecer bem o autor das denúncias e seus reais motivos, quanto em buscar minimamente a veracidade das

informações apresentadas¹³⁴. O prontuário de Silva foi criado em 1942, no mês de maio, devido ao fato do mesmo ter enviado uma carta a Fernando Flores, Secretário do Interior e Justiça do Estado, denunciando as pretensões de João Batista Zagonel Passos (que fora Secretário Provincial de Estudos da AIB) de atuar como professor de latim em algumas turmas do Ginásio Paranaense, em Curitiba. Ciro Silva argumentou sobre o perigo de Passos ocupar um cargo de tamanha importância, levando em conta a ‘péssima’ influência que certamente exerceria entre os jovens:

Copia – Curitiba, 11 de maio de 1942 – Sr. Cap. Fernando Flores D. Secretário do Interior e Justiça do Estado – NESTA – Peço vênica para vir por V.S. ao par de seguinte: tenho conhecimento, e é público, de que o sr. João Zagonel Passos está pleiteando a sua designação para professor de turmas suplementares de Latim do Ginásio Paranaense, seção masculina, nesta capital. Trata-se de uma pessoa incompatível para o exercício de tal cargo em face dos interesses nacionais e da defesa do regime. Zagonel Passos foi um dos mais preeminentes chefes integralistas do Paraná e um dos “lugares-tenentes” do chamado chefe provincial, tendo combatido pelas colunas da imprensa, com veemência o regime em que vivemos, nosso governo, nossa terra e nossa gente, propugnando pela implantação do estado totalitário no Brasil. Como todos os integralistas, Zagonel Passos continua a propagar o seu ideologismo para a desarticulação da família brasileira, reforçando trabalho do inimigo dentro da nossa Terra e contrariando não só o pensamento e a vontade do nosso povo, mas também insurgindo-se contra as leis e defesa nacional. A tática dos inimigos é esta: tomar conta de posições das quais possam irradiar o veneno da sua propaganda. E nada melhor para essa finalidade do que uma cadeira de professor para ensinar a mocidade que é o terreno mais fértil e mais aceitável à aceitação de quaisquer princípios exóticos que lhe sejam apresentados. É por esse motivo, que, na suposição de que V.S. desconheça quem seja o indivíduo de que ora tratamos, venho trazer-lhe os esclarecimentos que aí ficam, pois tenho certeza de que V.S. não só pela sua função do seu elevado cargo, como pelo ardoroso espírito de brasilidade e de democrata sabe mais do que ninguém, no momento atual, por-se [sic] em guarda contra o insidioso trabalho do nazi-integralismo, defendendo assim os interesses e a segurança do Brasil. Queira V.S. aceitar as minhas cordiais saudações (a) Ciro Silva. (DOPS/PR, Pront. 745, Top. 315, fl. 5, DEAP/PR).

Não bastando investigar o denunciado, Valfrido deu ordens no despacho do documento supracitado: “[arquite-se] no [prontuário] de Zagonel Passos, **extraíndo-se cópia para o prontuário de Ciro Silva** / [rubrica de Valfrido Pilotto]”. (DOPS/PR, Pront. 1791, Top. 376, fl. 2, DEAP/PR, grifo nosso).¹³⁵

¹³⁴ Ciro Silva esteve sob frequente observação da Delegacia de Ordem Política e Social, durante os meses de setembro, outubro e novembro de 1944. No ano seguinte, escreveu uma matéria no jornal Diário da Tarde, fazendo críticas aos integralistas da Bahia que teriam realizado uma ‘marcha fascista’ contra uma bandeira russa. (DOPS/PR, Pront. 745, Top. 315, fl. 3, DEAP/PR).

¹³⁵ João Zagonel parece não ter sido relevante para as investigações da DOPS em nenhum dos períodos aqui analisados. Embora tenha sido prontuariado – talvez mais pelo seu antigo cargo na AIB – nunca foi preso, não foi citado em inquérito e nem levado ao TSN. O que, de certa forma, justificava a desconfiança da Delegacia em relação ao seu denunciante. (DOPS/PR, Pront. 1791, Top. 376, DEAP/PR).

Na época da Guerra, às vezes a sociedade denunciava o nível de ‘infiltração’ dos camisas-verdes nos setores públicos. Em 29 de maio de 1942, a senhora Isolina de Freitas delatou à 5ª R.M. Hugo Pereira Correia, ex-integralista de Paranaguá, afirmando que o mesmo continuava “com as ideias integralistas”. (DOPS/PR, Pront. 1.610, Top. 365, fl. 1, DEAP/PR). A denúncia foi feita ao comandante da Região Militar que encaminhou cópia ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná:

Curitiba, 29 de maio de 1942

Of. Nº 114 – B/r.

E.M.R. – 2ª Seção

Curitiba, Paraná em 22.V. 942

Do comandante da Região

Ao Sr. Chefe de Polícia do Estado do Paraná

Ass. TRANSCRIÇÃO DE CARTA

Anexo: - 1 recorte de jornal, contendo um artigo sob o título “Atração [sic] Integralista” de autoria do Dr. Ciro Silva

I – Para conhecimento dessa Chefia, transcrevo a denúncia feita ao Comandante desta Região, consubstanciada no seguinte teor:

“Paranaguá, 14 de abril de 1942. Exmo. Snr. Gen. Comandante da 5ª Região Militar. Curitiba, Eu como brasileira, ciosa dos meus deveres para com a Pátria e não tendo palavras para exprimir os meus sentimentos de patriotismo, quero fazer deste artigo do Dr. Ciro Silva, que segue junto a este, as minhas próprias palavras. Venho apenas acrescentar que ex-integralistas fichados na polícia da nossa capital, CONTINUANDO COMO QUINTA COLUNISTAS QUE SÃO, pois até a hora do rompimento das relações do nosso país com o eixo, TRAVAVAM DISCUSSÕES ACALORADAS EM FAVOR DO MESMO, tendo como quartel general, o CAFÉ JAMIL, onde não podiam, pessoas a favor da democracia, fazer parada, a não ser que quisessem entrar em conflito de ideias com os mesmos.

Pois bem: traidores da Pátria, como estes, ocupam cargos públicos, como sejam: HUGO CORREIA e DR. ROQUE VERNALHA, sendo respectivamente Diretor e Inspetor Federal do Ginásio José Bonifácio, de Paranaguá, este último não foi integralista fichado, mas é um quinta colunista como não pode haver pior [sic]. E o Dr. GENARO REGIS, advogado da prefeitura, (Este foi ex-chefe integralista em minha Paranaguá). Além destes maus brasileiros, como é do conhecimento de toda Paranaguá existem muitos outros como BERNARDINO PEREIRA NETTO, mas quero apenas frizar estes que são empregados públicos..... (a) Isolina de Freitas

II – Este Comando solicita a fineza de lhe serem cientificadas as providencias que essa Chefia houver por bem determinar sobre o assunto em causa e bem assim, do resultado das investigações porventura procedidas

III – Aproveito-me do ensejo para reiterar-vos meus protestos de consideração e apreço.

Ass. JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS

Gen. Comandante da Região. (DOPS/PR, Pront. 1.610, Top. 365, fl. 2, DEAP/PR).

A denúncia estava claramente direcionada a camisas-verdes ocupantes de cargos públicos, situação que provocava indignação em Isolina de Freitas. Nesse contexto, vemos o

‘ar de perigo iminente’ provocado pela Guerra aflorar a perseguição aos ex-integralistas pela comunidade civil, que, se colocando como ‘bons brasileiros’, sentiam-se à vontade para se dirigir às autoridades, seja por motivos ‘reais’ ou pessoais. As investigações acerca das pessoas denunciadas por Isolina foi realizada pela Delegacia Regional de Paranaguá, que enviou a conclusão para Valfrido Pilotto:

Copia

SNR. DR. VALFRIDO PILOTO

D. D. DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

INFORMAÇÃO:

Esta Regional informa que, investigando o caso constante da presente denúncia, constatou não serem verdadeiros, em parte, os termos da mesma, pois que, o Snr. Dr. Hugo Corrêa, foi adepto integralista, mas, quando na campanha desenvolvida pelo Governo Brasileiro para a extinção do integralismo, o mesmo já havia abandonado aquela agremiação não mais tomando parte em reuniões nem discutindo ideias em quaisquer partes, mesmo assim, esteve afastado de suas funções que exercia naquela época, no Ginásio José Bonifácio, por denúncias que conseguiu [sic] desfazer-las, retornando em seguida, ao seu posto, estando atualmente, exercendo o cargo de Diretor do mesmo Ginásio.

O Snr. Dr. Roque Vernalha, é frequentador do café Jamil, como qualquer pessoa pode ser, por se tratar de um lugar público; não foi adepto do integralismo e, antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil para com os Países do Eixo, o denunciado se externou algumas vezes sobre a situação mundial mas não em atitude desrespeitosa e desacatadora [sic] ao Brasil e ao seu regime, porém, após o rompimento não mais tratou desse assunto, vivendo honestamente de sua profissão. Com relação ao Snr. Dr. Genaro Regis, é bem verdade que o mesmo foi integralista mas, também deixou de ser adepto quando por ocasião da campanha extintora, desenvolvida pelo Governo Brasileiro, tendo abandonado por completo aquelas ideias integralistas, vivendo atualmente, nesta cidade, no exercício da advocacia e como procurador da Prefeitura, onde tem se mantido perfeitamente integrado no regime atual do País.

Com referência ao Snr. Bernardino Pereira Neto, 1º Tabelião desta cidade, vive o mesmo completamente afastado de quaisquer ideologias contrárias ao regime, trabalhando no exercício de sua profissão, honestamente e nem frequenta o Café Jamil.

Diligenciei com o fito de descobrir quem é a denunciante Izolina [sic] de Freitas, sendo essa completamente desconhecida nesta cidade, motivo porque atribuo tratar-se de uma pessoa desafeta dos denunciados e tem assinado supostamente, com a finalidade única de prejudica-los.

O café Jamil, é um lugar público, e como tal, o Snr. Paulo Cunha Franco, Prefeito Municipal, também frequenta estando os demais frequentadores, assíduos, sob o controle do mesmo Snr. Prefeito onde este vai constantemente com a finalidade exclusiva de observa-los, em virtude de ter sido as mesmas informações disertas [sic] na denúncia e sobre os referidos denunciados, e, como Prefeito que é, recebeu aquelas denúncias anônimas, procedendo no sentido de esclarece-las, constatou tratar-se positivamente de calúnias, pois, como disse-me o Snr. Prefeito Municipal, se as pessoas citadas tiveram qualquer tendência, estão hoje, perfeitamente integradas no regime atual do País, pois todos eles possuem caráter forte e grande espírito de brasilidade.

DELEGACIA REGIONAL DE PARANAGUÁ, 1 DE JUNHO DE 1942

1º TEM. EMILIO SILVEIRA DO VALLE

DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA

(DOPS/PR, Pront. 1.610, Top. 365, fl. 4 – 4A, DEAP/PR).

Mesmo diante da ‘inocência’ dos implicados na denúncia, Pilotto mandou arquivar o documento no prontuário de Corrêa, assim como anotar as informações nas fichas individuais de todos eles¹³⁶.

Na verdade, para um ex-integralista (sincero ou não) quaisquer conversas sobre o conflito mundial em rodas de amigos era, potencialmente, uma porta para a delação. Se os amigos fossem mais ‘bons brasileiros’ que amigos, durante a Guerra, um longo procedimento investigativo se instalava, com a roda toda depondo, em separado, na Delegacia (o que em termos processuais se denominava ‘Assentada’). Em Castro, o ex-integralista Lino Lopes passou oito dias na prisão porque, numa dessas rodas, fez certos comentários sobre o torpedeamento dos vapores brasileiros por submarinos do eixo, em agosto de 1942 – evento que levou o Brasil a declarar guerra aos países do Eixo. O caso ilustra a forma como se dava boa parte dos inquéritos, fundamentados em delações de ‘crimes verbais de lesa-pátria’, ocorridos cotidianamente no interior do Estado. Vejamos os detalhes.

Devido aos rumores sobre sua postura antipatriótica (teria dito que o torpedeamento foi “bem feito”), Lopes foi autuado em 20 de agosto pela polícia local, que abriu “rigoroso inquérito”, no qual foram ouvidas várias testemunhas. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 5, DEAP/PR). Lino Lopes explicou que conversara rapidamente sobre vários assuntos com seus amigos (amigos estes que serviram de testemunhas no inquérito), no dia 18 de agosto, na torrefação de café de propriedade de José de Mello Nunes e Antonio Rolim de Moura Filho. Quando seu pai, Venâncio José Lopes, chegou ao estabelecimento e comentou sobre as “atitudes agressivas sofridas pelos nossos navios ultimamente”, vários comentários foram tecidos, sem “nenhuma apreciação”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 6, DEAP/PR). Pela narrativa que se seguiu, Lopes afirmou ter dito o seguinte na ocasião:

[...] a coisa agravou-se extraordinariamente e naturalmente o nosso governo tem que tomar medidas urgentes de segurança contra essas agressões; [...] naturalmente é uma tática de guerra do Eixo, para ver se consegue atrair forças dos aliados para fora do teatro de guerra, por temor à realização da segunda frente. Perguntado pela autoridade se é fato que o declarante se vangloriou de terem sido postos a pique os vapores de nossa nacionalidade, respondeu que isso é absolutamente falso e protesta até sob os mais sagrados juramentos se preciso for; [...]. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 6, DEAP/PR).

Para apurar a veracidade dessas declarações, o delegado de Castro, Tenente João Maria Sobrinho, ouviu em salas separadas, sete testemunhas que presenciaram o fato que

¹³⁶ Na ficha contém as referências das mesmas informações constantes no prontuário. (DOPS/PR, F. I. 09.707, DEAP/PR).

estava sendo apurado. Levy Saldanha, a testemunha nº 1, disse que quem lhe contou sobre o ocorrido foi José de Mello Nunes, afirmando que Lino criticou o governo brasileiro por mandar os navios para o norte e que era “bem feito que fossem torpedeados”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 7, DEAP/PR).

Parece-nos que esse fato virou boato rapidamente na cidade e causou revolta em muitos ‘bons brasileiros’ que ficaram indignados com tamanha insensibilidade de Lopes. O mais furioso com tal comportamento foi Jonas Borges Martins, a testemunha nº 2. Em seu relato, disse que soube da história através de Bernardo Musialowski, mas que num primeiro momento não lhe fora dito o nome do autor da ofensa. Martins corroborou as informações dadas pela primeira testemunha e ainda acrescentou sua opinião sobre Lopes, acreditando que “[...] tenha se expressado daquela forma porquanto o mesmo é conhecido como um eixista apaixonado e foi integralista dos mais exaltados”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 7, DEAP/PR). Destarte, foi essa testemunha quem levou ao conhecimento do delegado as atitudes ‘impróprias’ de Lopes.

A testemunha de nº 3 foi Mauro Rolim de Moura, que também ouviu a notícia “a respeito de um brasileiro que ficou satisfeito por terem afundado os navios brasileiros”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 8, DEAP/PR). Moura só descobriu que se tratava de Lino Lopes por dedução, já que o viu sendo preso; a testemunha também afirmou saber que “o mesmo era ex-integralista”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 8, DEAP/PR).

A quarta testemunha, Jahir Rolim de Moura, disse que foi José de Mello Nunes quem lhe contou que Lino Lopes disse: “que [o torpedeamento] era uma tática de guerra usada pelos alemães para distraírem forças americanas [...]”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 8, DEAP/PR). Moura disse ainda que Nunes se mostrou satisfeito pela prisão de Lopes, já que assim ele aprenderia que o momento não permitia tal comportamento.

Ângelo Rolim de Moura, testemunha nº 5, também soube do ocorrido por José de Mello Nunes, seu sócio na torrefação, quem contou a mesma versão, no que se refere a satisfação de Lino Lopes. No entanto, acrescentou uma nova análise da fala do ex-integralista: ele teria dito aquilo na intenção de se referir ao fato de que, com o torpedeamento, a Alemanha faria com que os Estados Unidos mandassem reforços para a costa brasileira. Detalhe: Ângelo Rolim de Moura fora Chefe Municipal da AIB em Castro. (ATHAIDES, 2012).

A sexta testemunha foi a grande responsável pela propagação da notícia, José de Mello Nunes, que como afirmou as testemunhas anteriores, não escondeu sua revolta e

vontade de reagir contra a pessoa de Lino Lopes (sobretudo, com agressões físicas e ofensas verbais). Em sua declaração, Nunes manteve a versão que contou as demais testemunhas, de que Lino se expressou de forma positiva em relação ao ataque aos navios brasileiros, afirmando que aquela atitude era “uma tática de guerra do eixo e isso desperta [sic] forças dos Estados Unidos para as costas do Brasil enfraquecendo com isso os Estados Unidos”. Como quase todas as testemunhas fechou as incriminações declarando que sabia “que Lino Lopes foi integralista”. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 9, DEAP/PR).¹³⁷

A mesma incriminação aparece na finalização do processo, quando o Delegado de Castro, em relatório, concluiu:

[...] que Lino Lopes, indiciado no presente inquérito, à dezoito do corrente mês, em uma torrefação de café, de propriedade de Angelo Rolim de Moura e outros, manifestou-se favorável ao ato de agressão levado a efeito pelos submarinos do “eixo” contra os vapores brasileiros; esta manifestação verificou-se na presença de José de Mello Nunes e Antonio Rolim de Moura (6ª e 7ª testemunhas) as quais confirmam e são colaboradas pelas testemunhas informantes: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª. O indiciado fazia parte da Ação Integralista Brasileira, sendo membro destacado do núcleo desta cidade. [...]. Castro, 24 de agosto de 1942. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 9, DEAP/PR).

Diante da situação delicada em que Lopes se encontrava no processo, decidiu escrever uma carta ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Paraná, Fernando Flores, em 30 de agosto de 1942, tentando se defender das acusações.

Respeitosas saudações

Circunstancias que me cercam, forçam-me a dirigir-me à pessoa de V. Excia. solicitando atenção e benignidade para solução de um caso em que sou o principal protagonista.

[...] se verificarem os inomináveis atentados levados a eleitos pelos submarinos dos Estados totalitários, contra nossos navios de cabotagem, pronunciei-me a respeito em um grupo de amigos.

Infeliz foi essa minha palestra, pois, o grupo interpretando de maneira diferente ao meu sentir, propalou-se a minha satisfação pelos afundamentos, resultado de um mau [sic] entendido, sem ofensas a nossa Pátria ou as nações aliadas.

O fato de ter eu pertencido a Ação Integralista Brasileira, agravou a minha situação, ficando eu imputado como mau brasileiro, o que me prezo de não ser.

Sou filho desta cidade, onde viveram meus avós, de origem portuguesa; sou um simples ourives e pobre, não tendo em nada a projeção de minhas palavras. Sou brasileiro, reservista do Exército, filho de pais brasileiros, e, dentro de minha

¹³⁷ A última testemunha ouvida, Antonio Rolim de Moura, também confirmou as acusações sobre Lino Lopes, revelando ainda, mais alguns detalhes sobre as supostas intenções da Alemanha ao atingir os navios brasileiros. Lino teria dito que com essa atitude agressiva, os Estados Unidos mandariam “cinco ou dez mil homens para cá aliviando a outra frente, sendo isso tática de guerra do eixo”, Moura também revelou saber que Lino foi integralista. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 9, DEAP/PR).

humildade não poderia investir contra a nossa Pátria. Jamais pactuei com movimentos atentatórios contra a ordem ou a segurança do País, ou contra autoridades, como posso provar.

A ninguém acuso senão pelo malentendido [sic] de minhas infelizes expressões, o que se verifica no inquérito procedido pelo Snr. Ten. Delegado de Polícia.

Do veredito de V. Excia. dependem os meus melhores ou piores dias futuros, e à sombra do elevado espírito de justiça de V.Excia. eu me abrigo, afim de que desonra de meu mau brasileiro, não desça sobre minha pessoa. [...]. (DOPS/PR. Pront. 2394, Top. 414, fl. 3, DEAP/PR).

Lino parecia ter consciência de que a camisa verde, vestida outrora, voltara a ficar pesada em função da Guerra. Infelizmente, pela limitação das fontes, não sabemos o que aconteceu com o indiciado. Não obstante, o evento ilustra como a vida de um ex-integralista podia ser cerceada de olheiros durante o período. Dependendo do que se falava nas rodas, seus amigos podiam ser, em potencial, ‘agentes civis’ da polícia política.

Cartas de Auto Delação

Outra faceta da repressão que observamos no período da Segunda Guerra é a auto delação. Contraditoriamente, o integralista, como criminoso político em potencial, fazia o trabalho da DOPS se revelando – no intuito de garantir alguma ‘imunidade’ – antes que a polícia política o fizesse.

Benedito da Costa Coelho ilustra bem o clima de medo que pairava sobre os ex-pertencentes à Ação Integralista Brasileira, instaurado na década de 1940 pelas instituições repressoras paranaenses. Trata-se de um ex-militante, que desistiu de integrar o partido em julho de 1937, passou o turbilhão da repressão à Intentona em silêncio, mas, dirigiu-se a DOPS em 1942. Coelho enviou carta a Valfrido Pilotto explicando sua situação, em 9 de setembro de 1942, juntamente com uma cópia da carta que enviara ao então Chefe Provincial do integralismo no Paraná, comunicando sua desistência e de sua esposa do movimento¹³⁸. Consta na carta endereçada a Vieira de Alencar:

Curitiba, 10 de julho de 1937.
Exmo. Snr. Dr. Manoel B. Vieira de Alencar
DD. Chefe Provincial da Ação Integralista Brasileira

Capital

¹³⁸ A DOPS, registrou o ocorrido também na ficha individual da senhora Beralda de Moraes Coelho (DOPS/PR, F.I. 09.203).

Em virtude de não desejarmos continuar a sermos integralistas, vimos com a presente solicitar de V. Excia., a fineza de mandar cancelar os nossos nomes do livro de matrícula.

Com toda estima e consideração, apresentamos a V. Excia., as nossas

Respeitosas Saudações
Benedito da Costa Coelho
Beralda de Moraes Coelho

Remetido pelo correio, com recibo de volta, sob registro nº 6950 de 10-7-1937.
(DOPS/PR, Pront. 549, Top. 304, fl. 1, DEAP/PR).

Na carta a Pilotto, parece-nos que, acreditando que poderia se tornar alvo de investigações da DOPS, Coelho decidiu se antecipar à polícia política, ‘delatando-se’, com o intuito de impedir que seu silêncio (em relação ao passado integralista) fosse usado como prova incriminatória irrefutável contra ele e sua esposa:

Curitiba, 3 de setembro de 1942
Ilmo. Snr. Dr. Walfrido Piloto
D.D. Delegado de Ordem Política e Social
Capital

Prezado e distinto amigo.

Com a presente venho declarar-lhe que eu e minha senhora, no início da propaganda do Integralismo julgando ser um movimento nacional, nós nos alistamos, como muitos brasileiros se alistaram. Mais tarde compreendemos que havíamos cometido um erro, não só como cidadão, como chefe de família e como brasileiro pedimos a nossa exclusão em 10 de junho de 1937, cuja carta foi remetida pelo correio, registrada com recibo de volta ao Sr. Dr. Manoel B. Vieira de Alencar, Chefe Provincial da Ação Integralista, cuja cópia acha-se em meu poder, da qual junto uma cópia.

Nestas condições solicito do prezado amigo a **devida anotação em qualquer documento que por ventura esteja apreendido nessa Delegacia.**

Com os meus mais sinceros agradecimentos, apresento-lhe as minhas

Cordiais Saudações

[Assinatura de Benedito da Costa Coelho]

(DOPS/PR, Pront. 549, Top. 304, fl. 2, DEAP/PR, grifo nosso).

A partir dessa ‘descoberta’ gratuita da DOPS, Benedito da Costa Coelho teve um prontuário criado, assim como uma ficha individual e passou a ser investigado. Felizmente, para Coelho, a polícia política chegou à seguinte conclusão: “sua desistência do integralismo parece ter sido [sic] sincera, pois nunca mais foi visto no convívio dos ex-companheiros”. (DOPS/PR, FI – 09.202, DEAP/PR).

Conrado Medeiros, também se enquadra nesse perfil. A DOPS abriu seu prontuário em agosto de 1942, depois de receber uma carta do mesmo, endereçada ao Secretário de Segurança Pública. O documento revelava sua participação na Ação Integralista Brasileira, assim como os motivos que o levaram a se desligar do movimento, antes mesmo da

dissolução dos partidos. Medeiros ainda colocou à disposição das autoridades seus conhecimentos policiais (!). Segue cópia da carta reproduzida pela DOPS

São Jeronimo, 31 de Agosto de 1942
 Ilmo. Snr. Cap. Flores.
 D. D. Secretário da Segurança Pública. – CURITIBA

Incluso tenho a honra de enviar a V. S. a cópia de uma carta que enviei ao Diário dos Campos em Ponta Grossa¹³⁹, pelo qual são expostas claramente minha atitude no momento atual, visto em tempos passados ter cooperado com AÇÃO INTEGRALISTA naquela cidade, do meu afastamento são cientes o nosso Digno Interventor e o Snr. Albari Guimaraes de meu procedimento depois que deixei minhas atividades é sciente [sic] o Snr. Cel Adolfo Guimaraes então Delegado Regional de Polficia.

Sem outros motivos, coloco a disposição de V. S., meus conhecimentos policiaes [sic] de muitos anos e si necessário meu conhecimento de telegrafis morse [sic] apesar de há muitos anos afastado.

De V.S.

Att. Obg.

(A) CONRADO MEDEIROS

CONFERE COM O ORIGINAL – Curitiba, 10 – setembro – 1942

[Assinatura do auxiliar da seção de controle]

(DOPS/PR, Pront. 782, Top. 317, fl. 1, DEAP/PR)

Fernando Flores ordenou à DOPS que fizesse cópia desses documentos, arquivando-os, em seguida, no “prontuário do elemento em apreço” (DOPS/PR, Pront. 782, Top. 317, fl. 1, DEAP/PR).

Não deixa de ser interessante o fato de Medeiros ter se retratado primeiramente com Hoffman – uma espécie de ‘caçador local de quinta-colunas’ em Ponta Grossa –, depois com

¹³⁹ “São Jeronimo, 31 de agosto de 1942. / Ilmo Sr. José Hoffmann / D. D. Diretor do Diário dos Campos – PONTA GROSSA / Prezado Snr. / Ausente temporariamente de Ponta Grossa, acompanho com interesse tudo que se refere aos assumtos [sic] palpitantes dessa cidade; assim é, que por intermédio do seu jornal do qual sou seu representante, estou ciente do movimento patriótico e oportuno da união de todos os pontagrossenses em torno do nosso Governo, no momento em que a pátria exige que cada brasileiro cumpra seu dever. / De minha parte senhor Diretor, tenho a consciência tranquila, durante o tempo que exerci minhas atividades nessa cidade em cargos deveras espinhosos, sempre estive ao lado da coletividade nos momentos difíceis que passamos, sem partidarismo de espécie alguma. / Ingressei na Ação Integralista Brasileira, quando esta apresentava um movimento nacional sem partidarismo político, prestei meus serviços sem nada receber ou esperara, somente com o firme propósito do engrandecimento de nossa pátria. / Por motivos initmos [sic], deixei a atividade pouco antes do estabelecimento do Estado Novo, do qual desde logo demonstrei e tenho demonstrado minha solidariedade. / Desnecessário portanto seria manifestar publicamente a minha solidariedade com o nosso Governo, mas o momento exige de nós Brasileiros não só a nossa solidariedade, mas a nossa cooperação ativa em prol da defesa de nossa pátria, contra nossos inimigos comuns, externos e internos e de qualquer cor, pouco tenho a oferecer, mas a minha pessoa os meus serviços estão a disposição do Governo no momento que for necessário, esperando a mesma atitude de meus filhos em idade de servir a Pátria. / Esperando pleno êxito à campanha iniciada, envio a V. S. os meus protestos de apreço. De. V. S. Att. Obg. / CONRADO MEDEIROS Em tempo. Autorizo a publicação desta. Data supra. / CONRADO MEDEIROS. (DOPS/PR, Pront. 782, Top. 317, fl. 2, DEAP/PR).

as forças repressoras. Seu medo maior parecia residir no julgamento social que Hoffman poderia proporcionar através de seu jornal antiintegralista. Obviamente, a condenação social, com suas inúmeras delações consequentes, traria para si um ímpeto repressor muito maior do que sua própria delação fez resultar. Pela falta de consequências, parece-nos que a DOPS entendeu sua atitude, embora não deixasse de fichar o “elemento”. (DOPS/PR, F.I. 24.837, DEAP/PR).

O INFILTRADO DA DOPS: O CASO DA ‘ALFAIATARIA NAZI-INTEGRALISTA’

Não obstante as delações serem parte cotidiana da ação repressora no período aqui analisado, chamou-nos atenção em especial uma prática investigativa da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná: a infiltração de civis em ambientes suspeitos. Para ilustrar a situação, discorreremos detidamente sobre o caso das investigações em torno de uma alfaiataria de Curitiba.

Uma carta anônima (Ilustração 27) levou a DOPS a uma devassa nas atividades ‘não-têxteis’ da alfaiataria, localizada na Rua Riachuelo em Curitiba, de propriedade de um teuto-brasileiro de 44 anos, chamado Henrique Marquardt. Ele não era e nunca fora integralista, mas convivia com dois ex-filiados a AIB e – o maior de seus crimes – compartilhava com eles opiniões favoráveis ao Eixo, acerca da Guerra Mundial.

A devassa nas vidas dos implicados começou com uma coleta de informações feita pelo Inspetor Isaac Schiffer (Inspetor nº 38):

SEC. DE INVEST. E APREENSÕES

Curitiba, 16-10-42

Ref. ordem de serv. Nº 107 de 5-6-42, anexa

PARTE Nº 1.331

Ilmº Snr. Dr. DELEGADO

Levo ao conhecimento de V.S. que procedi investigações em torno da ordem de serviço anexa e tendo colhido informações com Eduardo Skiba, residente à praça Zacarias nº 12, empregado da alfaiataria de Snr. Henrique Marquardt sita à rua Riachuelo – fui informado de que, antes da entrada de nosso país no conflito, o Snr. MARQUART tecia comentários favoráveis aos países do “eixo” regozijando-se mesmo com o afundamento dos nossos navios. Mantinha assíduo contato com os Snrs. Dr. Valdemar Grummt, Armando Benevides e Artur Hoffman¹⁴⁰, este possuidor, segundo consta, de dois aparelhos de rádio.

Pela ocasião das depredações de 15-3-1942 [18-3-1942], estes Snrs. Fizeram alusões assaz ofensivas à Polícia Civil.

¹⁴⁰ Artur Hoffman era um teuto-brasileiro, entusiasta da cultura germânica, não filiado à AIB e que afirmou também não pertencer ao Partido Nazista. (DOPS/PR, Pront. 492, Top. 301, DEAP/PR).

NOTA: Dizem que o Sr. Hoffman, liga um rádio para a Alemanha e outro para a hora do Brasil. [...]. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 5, DEAP/PR, grifos no original).

Ilustração 27 – Carta anônima denunciando a alfaiataria de Henrique Marquardt

I-154, para o envelope 2
 Amigo, Piloto
 Não quero que saibas quem sou, mais como brasileiro, não posso ficar calado com o que se está se passando com os grandes Amigos do Eixo, que em nossas barbas fazem reuniões e comentam com satisfação os afundamentos de nossos Navios, esse indivíduo é Henrique Marquardt, um Suspeito sem Cultura e escrúpulo. As reuniões são feitas em sua residência e Alfaiataria a Rua Riachuelo. -
 Do amigo. Pereira

Fonte: DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 2, DEAP/PR¹⁴¹

Os sublinhados à caneta preta e lápis vermelho parecem ter sido feitos pelo destinatário do documento (Piloto), o que os despachos parecem confirmar:

¹⁴¹ “Amigo Piloto / Não quero que saibas quem sou, mais como brasileiro, não posso ficar calado com o que se está se passando com os grandes amigos do Eixo, que em nossas barbas fazem reuniões e comentaram com satisfação os afundamentos de nossos navios, esse indivíduo [sic] é Henrique Marquardt, um suspeito sem Cultural e escrúpulo. As reuniões são feitas em sua residência e Alfaiataria a Rua Riachuelo. / Do Amigo Pereira”. Em função da deterioração do papel do envelope, é impossível precisar a data do documento. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 2, DEAP/PR, grifos no original).

I – À S.I., para chamar, discretamente, Eduardo Skiba, a esta D.O.P.S., apresentando-o neste gab.

[Rubrica de Valfrido Piloto]

II – À S.I., para proceder diligências de busca e apreensões nas residências de Marquardt, Benevides, e Hoffman, notificando-os a comparecerem nesta D.O.P.S., - si não for o caso de prendê-los.

[Rubrica de Valfrido Piloto]

(DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 5, DEAP/PR).

A Seção de Investigações da DOPS cumpriu “discretamente” o primeiro despacho, em 19 de outubro de 1942, descobrindo com Skiba, o infiltrado, os endereços de Marquardt e Hoffman e, ainda, que o primeiro “promovia reuniões, mesmo depois do rompimento” das relações do Brasil com o Eixo. Em seguida, a mesma Seção passou a tarefa do despacho II à Seção de Apreensões [...]. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 5, DEAP/PR, grifos no original).

Em 22 de outubro, possivelmente pela manhã, a casa de Marquardt foi vasculhada, sendo apreendidos

1 Livro As façanhas do cruzador alemão ‘MOEWE’, em língua brasileira. / 1 Calendário ‘DEUTSCHE WOCHÉ’. (Semana alemã, no Paraná, de 1937). / 1 Aparelho de rádio receptor marca ‘TELEFONKEN’, com 6 válvulas, de ondas longas c. e médias, nº B 9-965.

O referido indivíduo ficou intimado para comparecer nesta DOPS. hoje, as 14 horas para os devidos fins. [...]. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 8, DEAP/PR).

No mesmo dia, o chefe da Seção de Investigação relatou ao Delegado da DOPS sobre a prisão de Marquardt:

Levo ao conhecimento de V. S. que foi detido nesta Delegacia o Snr. HENRIQUE MARQUARDT, brasileiro, acusado de promover reuniões em sua residência, juntamente com ARMANDO BENEVIDES, ARTUR HOFFMANN e WALDEMAR GRUMNT, comentando favoravelmente aos países do “eixo”.

Investigado nesta D.O.P.S., Marquardt confessou que se reuniam, de fato, tais elementos em sua alfaiataria, sita à rua Riachuelo, frequentemente antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do “eixo” e, depois, menos amiúde. Declarou mais que foi adepto de ideias nazistas, porém atualmente não possui [sic] mais tais ideias e nem, tão pouco, exerce qualquer atividade política.

Dado busca em sua residência, nada foi encontrado de interesse para esta Delegacia, a não ser um aparelho de rádio receptor, que se acha nesta DOPS, à disposição de V. S. bem como também o indivíduo em questão.

Cordiais Saudações

[Assinatura do Chefe da S. I.]

(DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 7, DEAP/PR)

Imediatamente sua esposa procurou o Quarte General da 5ª Região Militar, talvez por não confiar na Polícia (alegara anteriormente que seu marido vinha sofrendo extorsão de um ex-inspetor de polícia). A 5ª R.M., por sua vez, pediu informações à DOPS, pelo que Valfrido Pilotto, despejando sua típica visão da ‘ameaça nazista muito presente’, respondeu:

De há muito, havia esta D.O.P.S. positivado que, na alfaiataria de Henrique Marquardt, à rua do Riachuelo, 127, nesta Capital, se reuniam, para palestras sobre a guerra e assuntos políticos, o respectivo proprietário e seus amigos, Artur Hoffmann, Armando de Araújo Benevides e Valdemar Grummt. Antes do rompimento de relações do Brasil com os países do “eixo”, essas reuniões eram quase diárias, e tinham o objetivo claro de ataque às nações aliadas e de regozijo pelas vitórias das armas da Alemanha, da Itália e do Japão, indo a ponto, todos, de se referirem em tom de ironia contra o Brasil, quando afundados vapores nossos e quando se realizou, no Rio, a reunião dos chanceleres americanos. Aos próprios empregados da alfaiataria, começaram a parecer irritantes aquelas contínuas tertúlias de simpatizantes do “eixo”. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 15, DEAP/PR).

Em seguida, o documento mostra escancaradamente, um dos métodos de infiltração da polícia política nos ‘redutos eixistas’:

Um dos empregados, de nome Eduardo Skiba, **catequizado pela nossa Seção de Investigações passou, até, a auxiliar, secretamente, revelando-nos o que falavam e indicando os momentos em que estavam, os quatro, em conversa, afim de que inspetores nossos pudessem comparecer, sob falsos pretextos, ao local, e ouvir os comentários expendidos.** DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 15, DEAP/PR, grifo nosso).

A constatação dos ‘ouvintes inesperados’ da alfaiataria foi de que

A política externa do Brasil era acrememente atacada, ao passo que o poderio bélico alemão e o futuro domínio do III Reich sobre o mundo eram assuntos que levavam os comentaristas ao auge do entusiasmo. Depois do rompimento das relações do Brasil com os países do “eixo”, as conversas tomaram um tom discreto e as reuniões eram feitas mais espaçadamente. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 15, DEAP/PR).

Fora os comentários ‘favoráveis ao eixo’ no local de trabalho de Marquardt, a Delegacia “fez observações cuidadosas, afim de se certificar se não estariam, os quatro e mais alguns companheiros, se reunindo em outro local, e agindo de forma a prejudicar a segurança nacional. Nada mais se positivou [...]”. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 15, DEAP/PR). No entanto, isso não bastou para a DOPS, uma vez que, ainda ocorriam “reuniões, de quando

em quando, na alfaiataria, para conversas em tom um tanto velado, no fundo das quais se verificava estarem intactas as opiniões antigas”. (DOPS/PR, Pront. 1541, Top. 360, fl. 15-16, DEAP/PR).

Na continuação do documento à 5ª R.M., Pilotto parece ir à forra:

Chegou, assim, o dia da Polícia acabar com o abuso, e dar aos quatro “eixistas” o merecido corretivo. O primeiro a ser pegado [sic] foi o intelectual do grupo, Valdemar Grummt, médico, dentista e livre docente do Curso de Odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná, e de cujo espírito germânico e mentalidade nazista ficou esta DOPS com provas irretorquíveis, das quais nos valem para afastá-lo da possibilidade de vir a exercer funções de professor. A seguir, chegou a vez dos outros três, isso a 22 do mês p. passado [22 de outubro de 1942]. Tanto Henrique Marquardt, com Artur Hoffmann e Armando de Araújo Benevides, a despeito das evasivas naturais em casos como esse, não puderam fugir à confissão de suas condições de “eixistas”, confissão que consta do auto de declarações por eles prestadas nesta DOPS. Foram realizadas, também, diligências de busca e apreensão, que nos trouxeram às mãos mais elementos para bem-apreciarmos as convicções de cada um dos quatro “eixistas”, aqui referidos, indivíduos, estes, em torno de cujas atividades ainda prosseguem as diligências desta DOPS, razão pela qual, Marquardt, Hoffman e Benevides são conservados detidos.

Assim como os outros, Armando Araújo Benevides foi preso em 22 de outubro de 1942, tendo sido interrogado somente 8 dias depois e solto uma semana após o interrogatório. Foi acusado de “promover reuniões na alfaiataria de propriedade do Snr. HENRIQUE MARQUARDT, tomando parte ainda os Snrs. Waldemar Grummt e Artur Hoffman, em que se comentava favoravelmente aos países do ‘eixo’”, como declarou o Chefe da Seção de Investigações da DOPS¹⁴² ao Delegado. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, fl. 3, DEAP/PR).¹⁴³

Em seu auto de declarações, Benevides assumiu a filiação ao integralismo antes do Estado Novo e que “de fato, antes do rompimento do Brasil com a Alemanha manifestava-se favorável aos países [sic] do ‘eixo’ e isto por não apreciar a Inglaterra, por ter lido diversos casos em que esta última nação prejudicou o Brasil”. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, Fl. 4, DEAP/PR). Quanto à frequência na alfaiataria, disse que “arranjava fregueses e recebia uma pequena comissão” e continua:

¹⁴² A DOPS, mais aparelhada em 1942, possuía uma Seção de Investigações e outra de Apreensões, esta última que efetuava as prisões e buscas de provas materiais.

¹⁴³ Esse documento (Parte nº 1371, do Chefe da Seção de Investigações da DOPS ao Delegado da mesma, de 22/10/1942) conclui associando a prática ‘eixista’ de Benevides ao fato de que “já se achava fichado nesta Deleg., sendo que em maio de 1939, telegrafou a Plínio Salgado, por ocasião do seu último manifesto, hipotecando solidariedade incondicional”. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, fl. 3, DEAP/PR).

[...] que as vezes encontrava aí também o Doutor Waldemar Grummt e o declarante, Marquardt e Grummt falava sobre o conflito europeu, tecendo comentários favoráveis aos países do ‘eixo’, mas isto antes do rompimento do Brasil com a Alemanha; que o declarante atualmente só trata de seu trabalho , não fazendo comentários de espécie alguma sobre o atual conflito; que o declarante é reservista de segunda categoria [...]. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, Fl. 4, DEAP/PR).

Todos os envolvidos também tiveram que responder a um questionário, de próprio punho, elaborado pela DOPS, a respeito do panorama mundial da época. Tal questionário era entregue a todo militante dos movimentos ‘totalitários’, em especial aos ‘nazistas’, após janeiro de 1942.¹⁴⁴

Minha opinião sobre Hitler

- I – Minha opinião sobre Hitler
- II – Idem sobre o Partido Nacional Socialista Alemão e a tarefa a que se propoz com referência ao III Reich.
- III – Idem sobre a Infiltração nazista no Brasil. Refere-se com especialidade, sobre a infiltração dos Estados do Sul, no Paraná, nas sociedades alemães dessa capital.
- IV – Idem sobre a campanha de nacionalização encetada, há anos, pelos governos da República e do Estado.
- V – Idem sobre a proibição do funcionamento da Ação Integralista Brasileira.
- VI – Idem sobre a política externa do Brasil. Particulariza aprecia em torno a nossa política inter-americana, a nossa cooperação aos Estados Unidos, e a ação do Ministro Oswaldo Aranha.
- VII – Idem sobre a Inglaterra, o povo inglês, a ação atual do governo inglês.
- VIII – Idem sobre a França como potência de 1ª grandeza. Detalhar apreciação sobre a sua invasão pela Alemanha, a ação do general de Gaule e a do governo de Vichy.
- IX – Idem sobre a Polônia.
- X – Idem sobre a Holanda, a Bélgica, a Grécia, a Áustria e a Jugoslávia.
- XI – Idem sobre a aliança Alemanha-Japão-Itália.
- XII – Idem sobre a agressão dos japoneses aos EE. UU.
- XIII – Idem sobre Churchill e Roosevelt.
- XIV – Idem sobre o povo judaico e a perseguição que lhe move o nazismo. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, Fl. 9, DEAP/PR).

As respostas de Benevides seguem à risca o manifesto de Plínio, de abril de 1939 – em função do qual começou a ser investigado: nenhuma opinião contrária ao Estado Novo, antes, elogios sobre “inteligência” das medidas adotada pelo Presidente e por seus ministros. Ao mesmo tempo, para escapar das contingências do momento, manifestava todo repúdio possível ao nazismo, com afirmações como

[I] Hitler um tarado [sic], empolgado pela mania de grandeza galgou o poder e o mantém a custa de milhares de crimes, mesmo dos seus íntimos. Soube-se fazer obedecer por uma onda de fanáticos e como verdadeiro louco lançou-se contra o mundo, para trazer a sua pátria a ruína e destruição completa.

¹⁴⁴ ATHAIDES (2011) encontrou o mesmo questionário em várias pastas de filiados ao Partido Nazista, referentes ao mesmo período.

[II] O Partido Nacional Socialista, foi obra do seu chefe, que soube aproveitar da liberdade dada pelas Democracias, para forjar as armas, com que sonhava destruir todos aqueles que não sujeitassem ao jugo Alemão, pondo seu chefe, na categoria de um Deus, fanatizarão [sic] a mocidade para luta e assim o partido lançou a guerra mais bárbara que a história registra, e também ditaram o fim de sua pátria.

[III] A infiltração nazista deu preferência aos Estado do sul [sic], por serem aonde existe maior número de colônias germânicas e descendentes, meio portanto mais fácil para os seus agentes conseguirem apoio e talvez por ser de clima mais frio e preferido pela raça. Quanto às sociedades, não fiz parte de nenhuma mas penso que muito prejudicaram ao Brasil, pois tendo como sócios somente germânicos e filhos destes, fácil seria para o asseclas [sic] de Hitler, agir em prejuízo da nossa pátria e tendo ainda o paio das escolas por eles mantidas, que fabricavam na nova geração amor a uma pátria desconhecida. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, Fl. 9, DEAP/PR).

Mesmo não sendo integralista, Marquardt foi tão duro com Hitler, quanto o camisa-verde:

[I] Minha opinião sobre HITLER é que seja este um doente mental com propósitos de grandezas que desejando ser um emulo de Napoleão, pensou dominar o mundo, levando a sua pátria à desgraça, a fome e a ruína.

[II] Com referência ao Partido Nacional Socialista Alemão, sou de opinião de que o mesmo seja idêntica [sic] a uma religião criada por Hitler sendo ele um ente supremo, a quem todo povo alemão deve obedecer e venerar e a quem prestaram solene juramento de assim proceder e que para mim se traduz em loucura e fanatismo. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, fl. 18, DEAP/PR).

As outras respostas do alfaiate são um exemplo de como um homem comum, amedrontado pela DOPS, exprime-se de toda forma possível, para que seu discurso se coadune com um discurso que lhe permita escapar do cárcere:

[II] Com referência a infiltração nazista no Brasil é que tenha sido a mesma infiltrada por agentes vindos especialmente para nossa terra para esse fim, infiltrando-se mais para o sul, por conveniência de serem nos Estado de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, onde acha-se localizadas em maiores números as colônias alemães [sic], tornando-se assim mais fácil as suas tarefas. Quanto às sociedades alemães [sic] desta capital nada posso dizer porquanto apesar de sócio de duas delas só as frequentava em dias de bailes.

[III] Sou de opinião que sobre a campanha de Nacionalização encetada há anos pelo Governo da República e do Estado, foram de bom alvitre, pois as maiorias da famílias alemães [sic] aqui já radicadas não procuravam encinar [sic] a seus descendentes os nosso modos de vida, nossa história e nossa língua, mais sim, os modos de vida, a história, e a língua alemã e bem como infiltrar-lhe ensinamentos a obedecer a Hitler e seus sequazes.

[IV] Quanto ao partido da Ação Integralista, sou e toda vida fui de opinião contrária ao mesmo, pois apesar de ser uma exploração era o partido Nacional Socialista Alemão, chefiado por um brasileiro degenerado que foi Plínio Salgado. Nunca fiz parte da Ação Integralista Brasileira.

[V] Sou de opinião que a política externa do Brasil acha-se em nível igual a de todos os países Democratas, bem como a política interamericana, e, quanto a nossa cooperação aos Estados Unidos, sou de opinião que não poderíamos agir de outra forma, pois apesar de provocados pelos alemães, como Americanos. Sobre a ação do Ministro OSVALDO ARANHA, acho que tem o mesmo elevado bem alto o nome do Brasil e do Governo Brasileiro nas missões que lhe são afetas.

[VII] Sou de opinião que a Inglaterra é um país essencialmente Democrático e que assim sendo só nos compete estar ao seu lado para todos os efeitos, e que seu povo tem demonstrado serem uns verdadeiros lutadores, e que tem noção de sua liberdade; quanto a ação do atual Governo Inglês, tem sido improfíqua [sic], demonstrando que combaterá até a vitória final pelo seu ideal que é a liberdade e a Democracia.

[VIII] Sou de opinião que a França foi sempre uma das maiores potencias do mundo, quanto a sua invasão pela Alemanha deve-se ao germe do nazismo infiltrado em seu Governo, em suas forças armadas, e em suas fábricas, e finalmente a traição de seus dirigentes, que eram assecas de Hitler. Quanto ao General Gaule foi o único que demonstrou e tem demonstrado ser patriota, pois apesar de sua pátria invadida [sic] pelos Gansgster [sic] de Hitler, formou a França livre, e com um punhado de heróis esta combatendo ao lado da Democracia, pela liberdade de sua pátria; sobre o Governo de Wichy, acho que o mesmo esta sobre a pressão de Hitler e portanto sujeito as vontades deste.

[IX] Sou de opinião que a Polônia foi a maior sacrificada pela guerra e pelos ladroes de terras que são os alemães, pois foi a primeira nação visada e invadida [sic] por Hitler e seus facínoras, e que sua ivasão [sic] foi a maior barbaria registada até hoje na História de um povo civilizado.

[X] Sou de opinião que a Holanda, a Bélgica, a Grécia, a Áustria e a Yugoslavia [sic], foram nações que nem tiveram oportunidades de resistência, pois apesar de pequenos, não estavam preparados para uma guerra, digo, para repelir um assalto a mão armada do qual foram vítimas.

[XI] Sou de opinião que a tríplice aliança entre Alemanha-Japão-Itália, foi feita procurada pela alemanha [sic] para provocar a entrada da América do Norte na conflagração, evitando assim que a América auxiliasse os aliados com mantimentos e material bélico.

[XII] Sou de opinião que tanto CHURCHILL como ROOSEVELT, são dois grandes homens, e que levão [sic] os aliados a vitória.

[XIII] Sou de opinião que o povo Judaico já são [sic] por natureza uns enjeitados pelo mundo inteiro mais que [tem o livre] direito de viver, quanto a perseguição sofrida pelos mesmos pelo nazismo, acho que faz parte das horripilantes barbarias dessa ceita [sic] imunda composta de fanáticos com um chefe supremo que é Hitler. (DOPS/PR, Pront. 0452, Top. 299, fl. 19-20, DEAP/PR).

Contudo, o membro mais ilustre dos frequentadores da ‘alfaiataria eixista’ se tornou o alvo mais importante para a DOPS: o “intelectual do grupo”, Waldemar Grummt. Ele reunia as principais categorias do crime político em voga: era um teuto-brasileiro (para a DOPS um “alemão”), simpatizante da Alemanha na guerra (“nazista”), fora filiado à Ação Integralista e, mais importante, não tinha receio de declarar todas essas ‘filiações’.

Waldemar era professor catedrático de Odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná. Fora presidente da Sociedade Odontológica do Paraná na década de 1930 e era um dos mais respeitados odontólogos do Estado. Foi preso em 14 de setembro de 1942, segundo ao DOPS:

[...] para averiguações, pois, de longa data, esta Dops o sabia adepto fervoroso da causa dos países do “eixo”. Ex-Integralista. Espírito germânico, apaixonado por tudo que diga respeito à Alemanha. Dada busca em sua residência, nada foi encontrado mais, de interesse político. Em épocas anteriores ao nosso rompimento de relações com os países do “eixo”, até na sala de espera de seu gabinete dentário,

eram deixadas com profusão, revistas de propaganda nazista. (DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fl. 1, DEAP/PR).

Depois de preso, Grummt escreveu ao delegado da DOPS, tentando aclarar o equívoco que a DOPS cometera ao prender um integralista convicto como nazista. A carta é longa, mas pela riqueza da análise do “intelectual” vale a pena a reprodução:

Prezado Snr. Valfrido Piloto!

Estou aqui há mais de 14 dias e não vejo solução do meu caso. No curto interrogatório que V. sr. me fez, notei que o meu delator, que Deus o perdoe, me acusava de ser nazista e que eu estava doutrinando a minha clientela com ideias nazistas. Ora isto é um absurdo, pois como lhe respondi, sou brasileiro e fui integralista e não nazista. Com o Estado Novo o integralismo, como também os demais partidos, foi dissolvido por lei e por vontade de Plínio Salgado que declarou nulo o compromisso que tinha cada adepto. Fiz parte do integralismo até a sua dissolução. Entrei para o mesmo com perfeito conhecimento de que era uma doutrina completamente diferente da nazista. O nazismo é um fenômeno alemão baseado no jus sanguinis. Só recebe elementos alemães e procura resolver os seus problemas quando muito na Europa. O integralismo foi um fenômeno brasileiro que recebia adeptos de nacionalidade brasileira, sem distinção de raça, cor ou credo. Ele tinha portanto, a base do jus solis. Dizer que o integralismo era nazismo é uma estupidez, pelo menos uma ignorância. Um brasileiro que faz parte do nazismo, presta com isso fidelidade a um chefe estrangeiro, e torna-se assim um traidor da pátria, digno de todos os castigos. Ora quando o Sr. me perguntou se eu era nazista, isto me doeu profundamente, por ver que admitia-se a possibilidade de eu ser um traidor da pátria. Quando em seguida a minha afirmação de que eu era brasileiro, que sempre cumpriu as suas obrigações, o Snr. Me disse que eu usava a nacionalidade de brasileiro para cobrir um alemão, isto me feriu mais ainda.

Snr. D°. Valfrido Piloto, por ser curioso eu conheço teoricamente mais ou menos as mais variadas doutrinas, quer filosóficas, quer religiosas e quer políticas. O simples fato de conhece-las não quer dizer endossa-las e faze-las suas. Nisso todo homem de juízo perfeito concordará. O simples fato de eu ter sido integralista, devia bastar para excluir, a hipótese do Sr. ter na sua frente um nazista. Quanto ao meu delator, que Deus o perdoe, só posso dizer o seguinte: Tenho alguns inimigos, como também pessoas que não me querem bem, entre eles alguns colegas dentistas. Tenho entre os meus clientes um grande número de faltoso aos quais tenho aplicado a cobrança judicial e que por isso não me vão considerar um amigo. Se o delator não se encontrar entre os acima citados, só pode tratar-se de uma pessoa que troca alhos por bugalhos e confunde integralismo com nazismo. É cousa comum encontrar-se pessoas de certa cultura e posição, que revelando conhecimentos profundos de sua atitude profissional, são nulos e ignorantes em outros terrenos. Jamais eu procurei desviar um brasileiro de seus deveres. Dizer que eu estava doutrinando cliente em ideologias estrangeiras é uma infâmia. Eu posso, quando muito, ter feito comentários sobre a marcha dos acontecimentos bélicos, e isto com amigos brasileiros, nunca jamais deixando a plataforma de brasileiro. O simples fato de Hitler dizer que os descendentes de alemães no mundo são alemães não faz de mim um alemão. Ele pode dizer que o mundo é dele, mas é preciso para isso ele ter o nosso consentimento e nossa aprovação. Se só agora escrevo é porque esperei dia por dia um interrogatório acompanhado pelo meu depoimento. Creio que a Delegacia de Ordem Política e Social teve o tempo necessário para verificar a improcedência da denúncia. Quanto ao meu delator, ele que se entenda com Deus. Agora a parte que interessa a Delegacia de Ordem Política e Social. Qual a minha atitude em face da atual situação?

Olhei com simpatia a luta da Alemanha nesta guerra, enquanto a mesma se limitava ao continente europeu. Os povos europeus são de existência milenar e em grande parte com suas etnias formadas. Com certa imaginação eu podia admitir a aplicação

na Europa da tão falada tese do jus sanguinis. Na América não. A América é um continente de nações novas que recebem constantemente os mais variados elementos humanos vindos de todas as partes. A América tem que reger-se pelo jus solis. A introdução do jus sanguinis na América seria a desagregação, a dissolução, seria o fim.

Sr. Dr. Valfrido Piloto! Apesar do Sr. me ter dito que eu era um alemão com manto de brasileiro, tenho a dizer que sou brasileiro nato, reservista de 1ª categoria, e não um poltrão; até a presente data cumpro as minhas obrigações, quer diante da pátria, quer diante da sociedade, e quer diante da minha família. Se, portanto, o passado de uma pessoa serve para se julgar o seu futuro, creio que nada mais tenho a dizer.

Ao seu dispor

[assinatura de Waldemar Grummt]

Curitiba, 30 de setembro de 1942

(DOPS/PR, Pront. 3655, top. 489, fl. 4-5, DEAP/PR, grifos no original).

A carta nos dá uma pequena brecha para visualizarmos, ainda que de forma indiciária, o que se passava nas salas de interrogatório da DOPS, algo completamente alheio aos Autos de Declarações oficiais. (ATHAIDES, 2012). Por exemplo, as interpelações de Valfrido Piloto ao acusado: “[...] Quando em seguida a minha afirmação de que eu era brasileiro, que sempre cumpro as suas obrigações, o Snr. **Me disse que eu usava a nacionalidade de brasileiro para cobrir um alemão**, isto me feriu mais ainda [...]”; ou no trecho: “[...] **Apesar do Sr. me ter dito que eu era um alemão com manto de brasileiro**, tenho a dizer que sou brasileiro nato, reservista de 1ª categoria, e não um poltrão [...]”. (DOPS/PR, Pront. 3655, top. 489, fl. 4-5, DEAP/PR, grifo nosso).

A associação nazi-integralista, forçada pela DOPS, era a típica expressão do *modus operandi* da polícia política para os casos de ‘intersecção de inimigo político’. Grummt não poderia ser *apenas* um integralista, sua ascendência e suas opiniões sobre a Guerra eram suficientes para mostrar o contrário. Grummt parecia ter plena consciência de que seu caso era o de muitos outros teuto-brasileiros, que sofreram a reboque a repressão ao Partido Nazista no Paraná nos tempos do rompimento. Respondendo àquele questionário básico do pós-janeiro de 1942, ele escreveu:

[...] Tive sempre a impressão que a propaganda e ação dos nazistas mais cedo ou mais tarde iria comprometer estas sociedades [germânicas do Paraná] e chamar a atenção das autoridades. Isto realmente se deu com a guerra, colocando os brasileiros de origem alemã numa situação suspeita diante da nação. (DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fl. 8, DEAP/PR).

A filiação ao integralismo no passado, para o caso do dentista, era apenas o corolário de que a DOPS precisava. Ademais, o fato desse corolário se situar no passado era irrelevante

para uma polícia de caracteres totalizantes; há poucas dúvidas de que o acusado em questão sabia disso: “até a presente data cumpri as minhas obrigações, quer diante da pátria, quer diante da sociedade, e quer diante da minha família. **Se, portanto, o passado de uma pessoa serve para se julgar o seu futuro, creio que nada mais tenho a dizer**”. (DOPS/PR, Pront. 3655, top. 489, fl. 4-5, DEAP/PR, grifo nosso). Segundo Athaides, “Grummt entendeu que a DOPS julgava, no presente, o seu passado (como integralista, mesmo em regime constitucional) e o seu futuro (sua capacidade de ser algo ‘pernicioso’ doravante)”. (2012a, p. 165).

Valdemar foi advertido e posto em liberdade em 9 de outubro daquele ano. No mesmo dia, como típica forma de condenação para além do processo legal, Valfrido enviou ofício à Faculdade de Medicina do Paraná, sugerindo providências para afastar o professor de suas funções docentes:

9 [de] outubro [1942]

OFÍCIO Nº 1.449/42

Sid. – S/C.

Exmo. Sr. Dr. DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ.

Para os fins que V. Excia. e a douta Congregação dessa Faculdade julguem conveniente, comunico estar esta D.O.P.S. seguramente informada de que o Dr. VALDEMAR GRUMMT, livre-docente do Curso de Odontologia, se dedicou, até ultimamente, perante os seus clientes e pessoas de suas relações, a doutrinar em favor das potencias do “eixo”, demonstrando mentalidade nazi-fascista, tendo sido, ainda, filiado à Ação Integralista Brasileira.

A despeito de haver, em face aos acontecimentos que feriram o Brasil, se mostrado mais recatados nas suas expansões, esta D.O.P.S. fez recolhe-lo à Casa de Detenção, afim de empreender averiguações em torno das atividades desse brasileiro pouco nacionalizado. Do que não pode deixar de exteriorizar a esta D.O.P.S.; a respeito de como encara as ocorrências político-sociais que ora convulsionam o mundo, transparece um espírito germânico, contaminado pelo vírus nazista. Trata-se, pois, de elemento perigoso para se lhe confiar o mister de professor, - tarefa que essa Direção, se poderá ver compelida, a qualquer momento, a confiar-lhe, dada a sua condição de docente livre.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

[Assinatura de Valfrido Piloto]

DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
(DOPS/PR, Pront. 3655, Top. 489, fl. 9, DEAP/PR).

O pedido foi atendido e Grummt perdeu suas aulas; só não perdeu o cargo por ser brasileiro nato, como se vê na comunicação da Faculdade à DOPS (Ilustração 28):

Ilustração 28 – Ofício da Faculdade de Medicina do Paraná à DOPS (15/10/1942)

21

Faculdade de Medicina do Paraná
(Fundada em 1912 e Equiparada às Faculdades Oficiais por Portaria de 18 de Fevereiro de 1922,
do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores)

Curitiba, 15 de outubro de 1942.

N.º 79

Ilmo. Sr. Dr. Walfrido Piloto
ID. Delegado de Ordem Política e
Social.

Tenho a honra de comunicar-vos que o Conselho Técnico-Administrativo desta Faculdade, em sessão de ontem, tomando conhecimento de vosso ofício nº 1449/42, de 9 do corrente, resolveu, como medida preventiva, não atribuir função alguma de magistério ao docente-livre Dr. Waldemar Grunmt, enquanto durar a atual situação.

Em vista de tratar-se de um brasileiro nato, outras medidas mais energicas só poderão ser tomadas pela Congregação em caso de condenação pela Justiça competente ou depois de ouvidas as autoridades superiores do ensino, do Ministério da Educação e Saúde.

Muito grato pela vossa comunicação, valho-me do ensejo para apresentar-vos meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Saude e Fraternidade.

Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva

Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva
Diretor.

10

Mais uma vez, Valfrido se utilizava dos meios que estavam ao seu alcance para efetuar um trabalho de justiceiro da ordem política e social. Uma vez que tinha que compartilhar com outras instâncias jurídicas, sobretudo, o TSN, os meios legais para condenação e aprisionamento de criminosos políticos, a prática condenatória da DOPS se focava na tentativa de destruição da vida civil do indivíduo. Pilotto sabia que, em tempos de guerra, com a aura da ameaça pairando no front interno, nenhuma instituição pública ou empresa privada queria ou tinha condições de sustentar nos cargos indivíduos acusados de ‘quinta-colunismo’.

Conclusão

Retomando o mote da questão inicial desta pesquisa, talvez agora tenhamos condições de afirmar que o choque entre o projeto autoritário integralista e o do Estado Novo no Paraná se deu com o temporário esmagamento do primeiro pelo segundo. ‘Temporário’, pois sabemos que a força do PRP no Estado não é, de longe, desconsiderável no pós-Guerra – basta mencionarmos a ‘vitória’ local de Plínio em 1955. Em termos gerais, enquanto o integralismo foi uma ameaça, a Delegacia de Ordem Política e Social cumpriu seu papel de amedrontar e silenciar politicamente os militantes mais ativos do movimento.

Obviamente, essa repressão não se compara àquela levada a cabo contra o comunismo. Como já aludimos no presente trabalho, o ‘ex-integralista’ era uma figura possível para a polícia política (quicá uma figura utilizável no combate ao ‘outro extremismo’); já um ex-comunista era inimaginável. Não é gratuito o fato de vermos ‘benevolência’ da DOPS para com aqueles que cortaram os laços com outros ex-militantes e mantiveram suas camisas verdes no armário, ou melhor, a puseram sob chamas.

De qualquer forma, a repressão venceu durante o Estado Novo e vimos aqui demonstrações claras de cursos de vida interrompidos, ainda que temporariamente, pela ação dos funcionários da ordem. As Intentonas foram um fiasco no Paraná, já que as Delegacias sabiam até de detalhes dos planos. Tal era o nível de conhecimento da DOPS que, em alguns casos, temos a impressão de que a polícia até deixou acontecer as movimentações de rua nos dias 10 e 11 de março, para, com isso, ter condições jurídicas de reprimir com eficácia os conspiradores – mas essa é uma questão que ainda precisa ser verificada através de outras fontes.

Como era de se esperar, não se registraram atos piores que os aqui narrados, como os que aconteceram nos jardins do Palácio da Guanabara em maio de 1938. No entanto, isso não significa que o temor da repressão não tenha se entranhado em muitos camisas-verdes, que, quando havia tempo, se embrenhavam até nas matas para fugirem de enviados da DOPS. Na repressão à Intentona, a polícia política cometeu arbitrariedades? (Se bem que a pergunta é redundante, sob certo ponto de vista). Sem dúvida, basta nos lembrarmos dos inúmeros ‘julgamentos’ do passado legal, no presente, constantes, sobretudo, nas fichas e nas folhas corridas dos prontuários. Provavelmente a AIB se arrependeu de ter homenageado os seus formandos de 1936 com o quadro “Bacharelandos do Sigma”. Não há defesa legal quanto a

isso. Até na ficha de Plínio Salgado consta sua presença no Quadro. (DOPS/PR, F.I. 36.443, DEAP/PR).

Não obstante os desmandos, há de se notar que o Tribunal de Segurança Nacional, por mais arbitrária que fosse sua natureza, funcionava energicamente. Muitas vezes, contrariava as constatações da polícia política paranaense, de forma que boa parte dos pedidos de prisão de integralistas foram negados e a maioria dos processados foi absolvida. Ademais, dos condenados a maioria teve o tempo de prisão rebaixado ao grau mínimo, para a ojeriza dos Delegados paranaenses. Voltando à questão posta por Edgar Carone, sem dúvida no Paraná, a repressão prendeu mais inocentes que culpados.

Por sua vez, Manoel Ribas não interditava a vida pública dos ex-integralistas, conspiradores ou não, como uma regra geral. Alguns deles ocuparam cargos ainda dentro do Estado Novo, como Antonio Lustosa (Prefeito de Guarapuava) e Lourival Santos Lima (Diretor de Escola e Promotor Público em Guarapuava). Mais ainda, depois do Estado Novo, se pesquisássemos as carreiras de tantos outros, possivelmente nos surpreenderíamos com a 'altura' que alguns ex-integralistas alçaram. Notadamente, era impossível e talvez indesejável para a DOPS reprimir parte considerável dos estimados 48.000 filiados a AIB no Paraná. Em algumas localidades, as cidades ficariam sem farmacêuticos, dentistas, contadores. Em ponta grossa, como vimos, os trens parariam.

Ademais, a presença integralista em diversos cargos da própria polícia paranaense, mesmo depois das devassas, prejudicou algumas ações de vigilância. Alguns inspetores não conseguiam se aproximar dos camisas-verdes observados sem serem notados, quando, nas proximidades, um ex-inspetor de polícia, também camisa-verde, estava presente.

Dessa forma, concluímos que, com relação ao levante integralista, a DOPS foi eficaz dentro de uma 'repressão possível', tendo em vista o nível de infiltração do movimento nas esferas sociais do Estado. Evidentemente que os cabeças (tanto do levante, quando da extinta organização), culpados ou não, foram os que mais sofreram as agruras da repressão, tendo suas vidas monitoradas até longa data – em alguns casos, mesmo depois da absolvição. Aleatoriamente, um militante comum caía nas garras da polícia política.

Para além da Intentona, a documentação aqui trabalhada nos guiou para outro contexto repressor, na medida em que os prontuários e fichas dos integralistas claramente também se concentraram no período da Segunda Guerra Mundial. Soava-nos a questão dos porquês. Da análise, saltou aos olhos as contingências da associação imagética do nazi-integralismo, tendo a Guerra como pano de fundo.

Se o Círculo Paranaense do Partido Nazista e a Ação Integralista Brasileira se associaram para elaborarem planos ‘quinta-colunísticos’, durante a Segunda Guerra Mundial, a documentação da DOPS não permite análises críticas que aproximem isso da realidade. Não obstante, havia nas fileiras da AIB/PR certa concentração de imigrantes e descendentes de pessoas oriundas dos países do Eixo – em especial, alemães e italianos (não encontramos nenhum integralista japonês). Como numa receita culinária, a DOPS somou os ingredientes para cristalizar uma possível ameaça à segurança nacional, ameaça essa baseada na visão uma dos fascismos. Não sem a ajuda da mídia impressa, o medo do quinta-colunismo “nazi-fascista-integralistas” (palavras do jornal Correio do Paraná) gerou uma chuva de delações, que pôs em funcionamento o braço civil da DOPS. (CORREIO DO PARANÁ, 09 abril. 1942, p. 4). Pessoas comuns chegaram a se intitular ‘policiais amadores’, se infiltraram nas rodas sociais como ‘amigos’ dos ex-camisas-verdes e até ousaram em dar conselhos aos Delegados, para fins de eficácia na repressão.

Nesse período da Guerra, também observamos arbitrariedades sendo cometidas pela DOPS, mas as consequências para os ex-integralistas foram menos a prisão, do que a complicação das suas vidas civis. Em certos casos de teuto-descendentes, ex-filiados à AIB, a inculpação nunca cessou até o fim do Estado Novo e até mais além. Na lógica da DOPS, absolvido não é o mesmo que inocentado: uma vez enquadrado como criminoso político, em maior ou menor grau, dependendo do caso, o indivíduo carregará nos registros e nas palavras dos homens da ordem política e social a aura de criminoso. A época da guerra foi cruel, nesse sentido, para com os ditos integralistas ‘eixistas’, alguns tendo seus negócios e vida pública travancados pela palavra de Valfrido Pilotto até a morte de Hitler. Seria curioso imaginar um ‘nazi-integralista’ desejando ardentemente a derrota da Alemanha para que sua vida voltasse ao normal no Brasil.

Nos dois contextos aqui analisados, vimos uma Delegacia de Ordem Política e Social fundamentalmente estadual. Embora a asseveração soe redundante, trata-se de afirmar que não observamos efusivos esforços de centralização na repressão aos camisas-verdes, no nível nacional, muito embora o ‘problema’ o fosse.

Além disso, ficou visível a precariedade de sua estrutura material e pessoal, a despeito de um pequeno incremento após 1942. Mesmo com tais limitações, a polícia política foi efetiva na repressão ao integralismo, trabalhando plenamente e encontrando meios materiais de realização das investigações por entre as estruturas das polícias comuns (como o empréstimo de inspetores).

Em suma, este trabalho se aventurou em uma vertente pouco comum dentro da historiografia que se utilizou de documentos da repressão política, nos tempos do Estado Novo. Enquanto a maioria dos estudos dirigiu seu olhar para as vítimas, optamos por focar o trabalho da polícia sem perder de vista uma vítima específica: a Ação Integralista Brasileira. Em outras palavras, mostramos que é possível o estudo histórico de um aparelho repressor do Estado, por meio de uma abordagem dialógica entre vítima e repressor. Portanto, tratou-se de um estudo da polícia política por meio do integralismo. É por esse motivo que o leitor encontrou aqui tanto as explicações esquemáticas ou estruturais do funcionamento da polícia política, quanto histórias de vidas perpassadas pela intervenção policial na vida cotidiana.

Referências

Bibliografia

ABREU, Alzira et alii (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. *Manoel Ribas: o Mito que Ficou*. Curitiba: s. ed. 1994.

AQUINO, Maria Aparecida. Et al. *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. Col. Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Arquivo Estado/Imprensa Oficial, 2001.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ATHAIDES, Rafael. *As Paixões pelo Sigma: Afetividades Políticas e Fascismos*. 2012. 297 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

ATHAIDES, Rafael. Militância integralista em tempos de proscricção: Manoel Ribas e a precoce repressão à AIB no Paraná (julho de 1935 – dezembro de 1936). In: BERTONHA, J. F. *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política no entre-guerras e além*. Maringá: EDUEM, 2013, p. 125 - 152.

ATHAIDES, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: EDUEM, 2011.

ATHAIDES, Rafael; PEREIRA, Luciana Agostinho. A Ação Integralista Brasileira em Mato Grosso (1933-1937). In: BERTONHA, João Fábio. *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política no entre-guerras e além*. Maringá: EDUEM, 2013, p. 19 - 46.

ATHAIDES, Rafael; PEREIRA, Márcio José. Manoel Ribas (1873-1946). In: MAINKA, Peter; PRIORI, Angelo. (Orgs.). *História de Rolândia*. 2014. Trabalho inédito.

BENEVIDES, Cezar A. C. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo. 237 p. São Paulo, 1991.

BENEVIDES, Cezar Augusto Carneiro. Nacionalismo e Repressão no Estado Novo. In: TRONCOSO, Hugo Cancino; SIERRA, Carmen de (org.). *Ideas, Cultura e História en la Creación Intelectual Latinoamericana*. Siglos XIX y XX. Quito, 1998, disponível em <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/Carneiro.htm>, acesso em 12/03/2014.

BERTONHA, João Fábio (org.). *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá: EDUEM, 2013.

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007)*. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2009.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a Direita: Estudos sobre o fascismo o nazismo e o integralismo*. Maringá: EDUEM, 2008.

CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, EdUFJF, v. 16, n. 1, 2010, p. 65-86.

- CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 309-326.
- CANCELLI, Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 309-326.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência - A Polícia na era Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1994.
- CARNEIRO, Davi; VARGAS, Túlio. *História biográfica da República do Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.
- CARNEIRO, M. L. T. *Os Arquivos da Polícia Política Brasileira*. Uma Alternativa para os Estudos de História do Brasil Contemporânea. PROIN/USP, 2005. Disponível em http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf, acesso em 01/03/2012.
- CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHAVES, Niltonci B. *A Cidade Civilizada*, discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos, na década de 1930. Editora: Aos Quatro Ventos, 2001.
- CHAVES, Niltonci B. A saia verde está na ponta da escada: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do Integralismo em Ponta Grossa. *Revista de História Regional*, v. 4, n. 1, 1999.
- DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas: o partido nazista em São Paulo sobre a mira da polícia política*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo. 316 p. São Paulo, 2001.
- DITZEL, Carmencita H. M. *Imaginário e representações: o integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- DOTTA, Renato, et al. *Integralismo: Novos Estudos e Reinterpretações*. Rio Claro, SP: Arquivo Municipal de Rio Claro, 2004.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A Ofensiva Verde: A Ação Integralista Brasileira no Estado do Rio de Janeiro. (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. 253 p. Rio de Janeiro, 2009.
- FERNANDES, Luís. *O Enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2000.
- GAVA, Eliziane. O Integralismo na região de Guarapuava/PR no diálogo com a história política. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social* Natal: Anpuh, 2013.
- GERTZ, René E. Estado Novo: ditadura, autoritarismo ou totalitarismo? In: GUNTER AXT et al. (Org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça/Memorial do Ministério Público, 2005, p. 195-210.
- GERTZ, René E. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Fascismo, Integralismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

GOMES, Amanda L. O voto integralista no Paraná: uma análise das eleições presidenciais de 1955. In: CODATO, Adriano; SANTOS, Fernando José dos (Orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006, p. 45-68.

GONÇALVES, Marcos. *Os arautos da dissolução*. Mito, imaginário político e afetividade anticomunista. Brasil, 1941-1947. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde: integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

KAREPOVS, Dainis. *A luta subterrânea*. O PCB em 1937-1938. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 2003.

KIMURA, R. *Políticas restritiva aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)*. 2006. 197 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932 – 1938). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 39-62.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. 2013. 360 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. O Integralismo na trajetória do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado na década de 30. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora, 2010.

MONTEIRO, Claudia. *“Fora dos trilhos”*: as experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945). 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MONTEIRO, Cláudia. *Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*. 2013. 207 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MONTEIRO, Claudia; OLIVEIRA, Luiz Gustavo. Práticas Coronelísticas e Integralismo no Município de Teixeira Soares – PR (1930 – 1937). In: *Anais da VII Semana de História – Religiões e Etnias: dimensões simbólicas e sociabilidade - Seminário de Estudos Étnicoraciais*. Irati-PR: UNICENTRO, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLII, n. 1, p. 52-67, jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm.pdf/O_oficio_das_sombras.PDF, acesso em 12/09/2013.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo. Entre avanços, conflitos e repressão: o integralismo nos Campos Gerais 1936-1937. In: *Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História*, 2013, Guarapuava. Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo. O Integralismo e a Igreja Católica em Teixeira Soares/PR 1935-1938. In: *Anais do VI Congresso Internacional de História: Democracia e autoritarismo no mundo contemporâneo*. Maringá: 2013a.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org). *A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Santo de. *Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História). 388 p. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; GERTZ, René. *Segunda Guerra Mundial: da crise dos anos 30 ao Armagedón*. Porto Alegre: Folha da História, Palmarinca, 2000.

PASCHOALETO, Murilo Antônio. *O Integralismo e o Mundo: Uma análise das percepções internacionais do Integralismo a partir do jornal A Offensiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). 149 p. Universidade Estadual de Maringá, 2012.

PAXTON, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Manifestos políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Epapers, 2008.

PERAZZO, P. F. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PEREIRA, Márcio José. *Politizando o Cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010. 196 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

PRIORI, Angelo. DOPS, repressão, violência e controle social. *Revista da Aduem*. Maringá, n. 1, 1998.

PRIORI, Angelo. DOPS, repressão, violência e controle social. *Revista da Aduem*. Maringá, n. 1, 1998.

PRIORI, Angelo. *Polícia Política e sociedade: funcionamento e métodos de Ação do DOPS/PR no primeiro período do Governo Vargas (1930-1945)*. In: *Anais da XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal – RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012.

REHBEIN, Mauro Pioli. *Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que nas democracias e no governo militar disputam o poder*. 2008. 403 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais – Núcleo Instituições e Poder, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão*. A Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. 2008. 430 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

SALGADO, Plínio. *O Integralismo brasileiro perante a Nação*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. 3ª ed. Barueri/SP: Manole, 2003.

SEGRILLO, Angelo. O Fascismo como “totalizante”: uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal. *Revista Intellector*. v. II, n. 4. Rio de Janeiro, jan/jul./2006.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40*. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

SHIZUNO, Elena Camargo. *Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil*. Londrina /PR: EDUEL, 2010.

SILVA, Giselda Brito. (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2007.

SILVA, Giselda Brito. *A Lógica da Suspeição contra a Força do Sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco*. 2002. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Giselda Brito. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do estado novo de Getúlio Vargas. *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 30, junho de 2005, p. 229-241.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Micael Alvino. *Vigilância aos súditos do Eixo na parte brasileira da Tríplice Fronteira*. 2010. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá.

SILVA, Walderez Pohl da *Entre Lustosa e João do Planalto – a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)*. Tese (Doutorado em História Social). 210 p. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

SZVARÇA, D. R. & CIDADE, M. L. 1955: O voto “verde” em Curitiba. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18-19, p. 181-211, jul.-dez., 1989.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

TRINDADE, Héglio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas Águas do Leste: História, Memória e Esquecimento*. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

ZIENTECK, Luiz Carlos. *Práticas Integralistas na Câmara Municipal de Ponta Grossa (1936-1937)*. 2005. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão. A Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

OLIVEIRA, L. G. . O Integralismo e a Igreja Católica em Teixeira Soares/PR 1935-1938. In: VI Congresso Internacional de História: Democracia e autoritarismo no mundo contemporâneo, 2013, Maringá. ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2013., 2013, Maringá. VI Congresso Internacional de História: Democracia e autoritarismo no mundo contemporâneo, 2013, Maringá. ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2013. 2013.

Legislação

BRASIL. Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=29074>. Acesso em 15/01/2014.

BRASIL. Decreto n. 702, de 21 de março de 1936. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 11/05/2014.

BRASIL. Constituição do Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 16/12/2014.

BRASIL. Lei Constitucional n. 1, de 16 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1930-1939/leiconstitucional-1-16-maio-1938-373574-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16/01/2014.

BRASIL. Lei Constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1930-1939/leiconstitucional-2-16-maio-1938-375202-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16/01/2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.561, de 2 de setembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1561-2-setembro-1939-411486-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15/12/2014.

BRASIL. Lei Constitucional n. 7, de 30 de setembro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-7-30-setembro-1942-365003-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17/01/2014.

BRASIL. Decreto n. 4.766, de 01 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4766-1-outubro-1942-414873-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15/01/2014.

PARANÁ. Lei n. 177, de 15 de março de 1937. Diário Oficial do Estado do Paraná, 20 de março de 1937, microfilme: 047, DEAP.

Livros e textos de época

CÔRTEZ, Divonsir Borba. *Dados pessoais, com pequena dose de história: 1909-1983*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1983.

PILOTTO, Valfrido. *Do diário de um tempo ruim*. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1945.

PILOTTO, Valfrido. *Registros muito pensados*. Curitiba: Mundial, 1949.

FREITAS, Rodrigo de. *Brasil, Alerta! Comentários de combate aos totalitários e à Quinta Coluna*. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1943.

NASSER, David. *A revolução dos covardes – diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador*. Rio de Janeiro: Gráfica O Cruzeiro, 1947.

PILOTTO, Valfrido. *Do diário de um tempo ruim*. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1945.

PILOTTO, Valfrido. *Registros muito pensados*. Curitiba: Mundial, 1949.

SALGADO, Plínio. *O Integralismo Brasileiro perante a Nação*. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.

RIBAS, Manoel. *Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª legislatura, em 1º de setembro de 1937*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.

RIBAS, Manoel. *Relatório apresentado a Sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná – Exercícios de 1940 e 1941*. S/n/t. 1942.

SALGADO, Plínio. *Manifesto diretiva aos integralistas brasileiros*. Porto Alegre: s./ed, 1945.

Websites:

ESXX (Estatísticas do Século XX), IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/> acesso em 30/03/2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=88ftFHD2ah8>, acesso em 09/05/2014.

Fontes Jornalísticas

A ACÇÃO, n. 43, São Paulo, 26/11/1936. Microfilme 0607048, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A OFFENSIVA, n. 166, São Paulo, 26/04/1936. Comcap/CDO – Universidade Estadual de Maringá.

A OFFENSIVA, n. 218, São Paulo, 28/06/1936. Comcap/CDO – Universidade Estadual de Maringá.

A OFFENSIVA, n. 80, São Paulo, 23/11/1935. Comcap/CDO – Universidade Estadual de Maringá.

A OFFENSIVA, n. 84, São Paulo, 21/12/1935. Comcap/CDO – Universidade Estadual de Maringá.

A RAZÃO, n. 1, Curitiba, 01/05/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

A RAZÃO, n. 12, Curitiba, 23/07/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

A RAZÃO, n. 13, Curitiba, 30/07/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

A RAZÃO, n. 14, Curitiba, 05/08/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

A RAZÃO, n. 22, Curitiba, 27/09/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

A RAZÃO, n. 26, Curitiba, 31/10/1935. Acervo Benno Mentz, Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural), PUC/RS.

CORREIO DE SÃO PAULO, n. 1347, São Paulo, 07/11/1936. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

CORREIO DO PARANÁ, n. 619, Curitiba, 19/06/1934. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

MONITOR INTEGRALISTA, n. 1, São Paulo, 12/1933. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

MONITOR INTEGRALISTA, n. 17, Rio de Janeiro, 20/02/1937. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

MONITOR INTEGRALISTA, n. 7, Rio de Janeiro, 08/1935. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

O ESTADO, n. 151, Curitiba, 01/04/1937. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

O ESTADO, n. 155, Curitiba, 04/04/1937. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

O INTEGRALISTA, n. 1, Curitiba, 16/08/1934. Fundo Plínio Salgado. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.

REPÚBLICA, n. 444, Florianópolis, 12/09/1935. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

VOZ DO SIGMA, n. 10, Curitiba, 12/08/1937. DOPS/PR, Pront. 3393, Top. 474, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pastas temáticas da DOPS/PR

Pront. 007, Ação Integralista Brasileira, Top. 001, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 780a, Documentos da DOPS Antigos Pasta 1, Top. 89, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 1172, Integralismo – Fotografias, Top. 140, DOPS/PR, DEAP/PR.

Prontuários individuais da DOPS/PR

Pront. 006, Abílio Holzmann, Top. 273, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 009, Abrão Nacle David, Top. 273, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 182, Alfredo Pinto de Carvalho, 283, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 192, Alírio Campos, Top. 284, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 224, Amarílio Rezende de Oliveira, Top. 286, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0257, Angelo Maria Patitucci, Top. 287, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0270, Antenor Miranda Reis, Top. 288, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0319, Antonio Cony Germano, Top. 291, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0323, Antonio da Rocha Loures Vilaca, Top. 291, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 356, Antonio Lopes Junior, Top. 294, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0360, Antonio Lustosa de Oliveira, Top. 294, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 398, Antonio Teixeira de Abreu, Top. 296, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 0452, Armando Araújo Benevides, Top. 299, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 470, Arnaldo Legat, Top. 300, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 492, Arthur Hoffmann, Top. 301, DOPS/PR.

Pront. 549, Benedito da Costa Coelho, Top. 304, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 562, Benjamin Manfron, Top. 305, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 597, Bortoloti, Top. 307, DOPS/PR, DEAP/PR.

- Pront. 0695, Carlos Zeve Coimbra, Top. 312, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 740, Cid Freitas, Top. 314, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 745, Ciro Silva, Top. 315, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 782, Conrado Medeiros, Top. 317, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 817, Danilo Cordeiro Ribeiro, Top. 319, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 911, Domingos Ribas, Top. 323, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 912, Domingos Stival, Top. 324, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 967, Eduardo Buchen, Top. 327, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1025, Elisberto Antunes Damaso, Top. 330, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1034, Eloy Costa, Top. 330, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1113, Erotides Manoel Prates, Top. 335, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1137, Euclides Sebrão, Top. 337, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1205, Fernando Puppi, Top. 340, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1293, Frantz Adolfo Jesse, Top. 346, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1303, Frederico Barz, Top. 346, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1305, Frederico Carlos Allende, Top. 346, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1310, Frederico Kobs, Top. 347, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1315, Frederico Rauch, Top. 347, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1340, Garibaldi Reale, Top. 348, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1342, Gaspar Meyer, Top. 348, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1343, Gastão Marques Silva, Top. 348, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1410, Guido Antonio Spessato, Top. 352, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1418, Guilherme de Souza Paula, Top. 353, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1434, Guntran Kraft Staude, Top. 354, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1474, Haroldo Carneiro Lobo, Top. 356, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1480, Heber Gonçalves Palhano, Top. 356, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1541, Henrique Marquardt, Top. 360, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1610, Hugo Pereira Correia, Top. 365, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1726, Jacob Vieser, Top. 372, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1753, Jayme Maria Sobrinho, Top. 374, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1775, João Alves da Rocha Loures Sobrinho, Top. 375, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1791, João Batista Zagonel Passos, Top. 376, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1793, João Bartolomeu Sena Klier, Top. 376, DOPS/PR, DEAP/PR.

- Pront. 1829, João Félix da Silva, Top. 378, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1849, João Jesus Neto, Top. 379, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1866, João Mara, Top. 381, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1874, João Molinari Sobrinho, Top. 381, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1894, João Ribeiro Camara, Top. 382, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1913, João Wachtel Filho, Top. 383, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 1967, Jorge Lacerda, Top. 387, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2013, José Basílio da Silva, Top. 389, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2090, José Galdino Costa, Top. 394, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2175, José Petrelli Gastaldi, Top. 399, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2187, José Rinaldi, Top. 399, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2195, José Romero Viana, Top. 400, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2207, José Stival, Top. 401, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2220, José Vieira Sibut, Top. 402, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2254, Júlio Gaspar Teixeira, Top. 404, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2259, Julio Meister Sobrinho, Top. 404, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2311, Ladislau Kula, Top. 407, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2332, Lauro Moreira Montenegro, Top. 408, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2357, Leoncio Pulner, Top. 410, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2371, Leopoldo Pie, Top. 412, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2376, Leovanil Gonçalves Araujo, Top. 413, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2381, Levy Saldanha, Top. 413, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2394, Lino Lopes, Top. 414, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2408, Lourival Santos Lima, Top. 414, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2409, Lourival Wendler, Top. 414, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2421, Ludovico Von Buttner, Top. 415, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2461, Luiz Castilho Sanches, Top. 417, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2537, Manoel do Monte Furtado, Top. 421, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2550, Manoel Linhares de Lacerda, Top. 422, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2559, Manoel Ribeiro do Amaral, Top. 423, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2566, Manoel Vieira de Alencar, Top. 423, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2614, Maria da Luz Vargas de Oliveira, Top. 426, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2724, Miguel Angelo Gasparelo, Top. 432, DOPS/PR, DEAP/PR.

- Pront. 2739, Miguel Dobbins, Top. 433, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2880, Nilo Brandão, Top. 403, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2919, Octávio Vaz de Almeida Albuquerque, Top. 445, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2927, Odilardo de Lima Freitas, Top. 445, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2929, Odilon Caldas, Top. 446, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2977, Oscar Witt, Top. 448, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2984, Oscar Ramiro de Assis, Top. 449, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3009, Osvaldo Lima, Top. 451, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3010, Oswaldo Moreira Montenegro, Top. 451, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3103, José Gueiros Filho, Top. 394, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3110, Paulo Roriz, Top. 457, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3120, Paul Von Lisingen, Top. 458, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3130, Pedro Costa Filho, Top. 458, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3180, Plácido Rodrigues Filho, Top. 462, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3203, Ramon Franch, Top. 463, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 2318, Raul Leite, Top. 464, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3259, Renato Xavier de Miranda, Top. 466, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3288, Roberto Carlos de Assis Jataí, Top. 468, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3297, Roberto Lutz, Top. 469, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3316, Rodolfo Leinig, Top. 2170, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3393, Ruy D' Athayde, Top. 474, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3414, Salvador Patitucci, Top. 475, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3444, Sebastião Loures Bastos, Top. 476, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3447, Sebastião Nascimento, Top. 477, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3450, Secundino Alves da Silva, Top. 477, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3471, Silvino Alves Batista, Top. 478, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3479, Sofocles de Lima, Top. 478, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3532, Theobaldo de Sousa, Top. 482, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3594, Valentim Coelho, Top. 485, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3543, Theophillo de Oliveira, Top. 482, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3555, Tito Calderari, Top. 483, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3594, Valentim Coelho, Top. 485, DOPS/PR, DEAP/PR.
- Pront. 3640, Vitorio Stocco, Top. 488, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 3644, Vulmeron Borges Marçal, Top. 488, DOPS/PR, DEAP/PR.

Pront. 3655, Waldemar Grummt, Top. 489, DOPS/PR, DEAP/PR.

Fichas Individuais da DOPS

F.I. 00.009, Leonardo Abagge, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.328, José Freire de Aguiar, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.522, Octávio Vaz Almeida Albuquerque, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.530, Rui C. de Albuquerque, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.545 Antonio de Andrade Alcantara, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.590, Dr. Alarico Vieira de Alencar, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.605, João Vieira de Alencar, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.615, Manoel Vieira Barreto Alencar, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.670, Fortunato Rigotti Alice, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.685, Frederico Carlos Allende, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.760, Carlos de Almeida, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.765, Cid Ewerton de Almeida, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.837, João Almeida, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.897, Lysandro D' Almeida, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 00.950, Pedro Pires de Almeida, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.113, Antonio Alves, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.272, Neri S. Alves, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.435, Manoel Ribeiro do Amaral, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.460, Luiz Amarante, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.561, Waldemar Amorim, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.595, Guilherme Andersen, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.602, Jordano Souza Andrada, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.684, Dr. Joaquim Inojosa de Andrade, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.763, Porfírio Cepriano de Andrade, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.798, Honorio Andreatta, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.802, José Andreatta, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 01.884, Dirceu Faria dos Anjos, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 01.961, Davino Antunes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 01.962, Dorival João Antunes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.278, Leovanil Gonçalves Araujo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.301, Manoel Quintilhano de Araújo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.611, Adélio Ramiro de Assis, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.651, Teodoro Gonçalves de Assis, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.658, André Huber de Assumpção, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.662, Gastão Lier de Assumpção, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.687, Rafael de Assunção, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.690, Rubens Klier Assunção, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.716, Ruy D'Athayde, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.901, Fernando Azevedo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.914, Henrique Azevedo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 02.946, Maria Ilda Correia de Azevedo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.035, Adolfo Bachmann, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.036, Alberto Bachmann, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.086, Heitor Baggio, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.087, Jorge Baggio, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.159, Aristodemos Baldi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.198, Ernesto Baltazar, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.379, Henrique Barbosa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.489, Vicente Machado Barboza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.510, Osvaldo Bardal, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.536, Mário Barletta, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.542, Aribelto Barnach, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.543, Dagoberto Barnack, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.612, Germaniano Barreto, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.825, Frederico Barz, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.871, Benvindo Bastos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.886, Gastão Bastos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.918, Romeu Loures Bastos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.919, Sebastião Loures Bastos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 03.920, Sebastião Soares Bastos, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 04.018, Nelson Solano Batista ou Nelson Solano, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.027, Pedro Batista, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.037, Silvino Alves Batista, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.137, Alfredo Becker, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.153, Rubens Becker, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.156, Walter Becker, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.191, Jorge Beker, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.232, Asdrubal Bellegard, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.282, Ricardo Beltrami, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.290, Josefino Beltrão, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.361, Armando Benevides (Araujo Benevides), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.364, Ernani Benevides, DOPS/PR, DEAP/PR
- F.I. 04.460, Severino Bergamoschi ou Bergamasca, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.523, José Bernardine, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.633, José Béttega, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.883, Nahim Bittar, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.896, Deimont Bittencourt, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 04.917, Otávio Bittencourt, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.248, Augusto Borchardt Junior, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.572, Francisco Braga, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.587, José Braga, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.737, Nilo Brandão, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.750, Albino Brandt, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.956, Felizardo Toscano de Brito, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 05.978, José da Cruz Brito, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.024, Antonio V. de Brito, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.026, Francisco Sadi de Brito, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.034, Willy Britzko, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.107, Ernesto Paulo Brun, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.108, Oto Paulo Brun, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.163, Eduardo Buchen, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.204^a, Athayde Correia Bueno, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 06.348, Orlando Busnardo, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 06.350, Francisco Bustamante Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.351a, Alfredo Buss, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.352, Pedro Francisco Buss, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.536, Antonio Caffaro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.611, Odilon Caldas, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.632, Tito Calderari, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.665, Mario Calió, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.718, João Ribeiro Câmara, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.746, Carlos Camargo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.752, David Camargo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.762, Francisco Rodrigues Camargo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.774, João Camargo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.808, Oscar Camargo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.844, Calo Camerlingo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.845, Etno Camerlingo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.846, Rosa Camerlingo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.908, Alírio Campos, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 06.923, Antonio Fernandes Campos, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.080, Luiz Candari, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.250, Afonso Cardoso, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.315, Jayme Machado Cardoso, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.392, Neri Ghms Cardozo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.622, Rui Carnasciali, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.647, Emiliano Faria Carneiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 07.890, Eurico Rodrigues Carvalho, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.192, Sebastião Cassiano, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.314, Emanuel Bittencourt Correia e Castro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.447, Alberto Justo Cathiard, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.458, Valentim Caucho, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.498, Emilio Cavalheiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.558, Dr. João Cecy Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.726, Generoso Jeronino das Chagas, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 08.812, Claudio Chatagnier, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 08.813, Gastão Chatagnier, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 08.814, Martha Chatagnier, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 08.851, Hipolito Ildfonso Chaves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 08.925, Guilherme Cherobim, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 08.930, José Chevonica Jor., DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.159, Justiano Climaco, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.202, Benedito de Costa Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.203, Beralda de Moraes Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.217, Emanuel Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.251, Manoel Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.283, Rosalina Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.291, Valentim Coelho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.313, Carlos Zewe Coimbra, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.317, Estevão Coimbra, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.347, Antonio Coli, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.407, João Eugenio Cominese, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.510, Romulo Conti, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.514, Antonio Lorencço Contim Sobrinho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.548, José Coradassi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.599, Ivo Pinto Cordeiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.707, Hugo Pereira Correa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.776, Domingos Correia, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.850, João Cortes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 09.933, Ana Costa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.044, Eloy da Cunha Costa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.125, João C. Costa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.167, José Galdino Cosa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.311, Pedro Costa Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.329, Raul Costa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.807, Antonio Cunha Sobrinho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 10.839, Eduardo Cunha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.007, Chafic Cury, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.045, Oscar Mello Czerwinska, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 11.083, Jacob Dacól, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.176, Elisberto Antunes Damaso, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.201, Vitor Dandrea, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.296, D'Athayde Ruy, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.311, Valdomiro C. Davi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.312, Abrão Nacle David, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.362, Adão Dechandt, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.363, Jorge Dechandt Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.390, Elias Taufik Deiab, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.429, Euzebio Delgado, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.595, Artur Teixeira Dias, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.603, Clemente Ribeiro Dias, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.606, Darci Lombardi Dias, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.718, Pedro Dias Junior, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.880, Bertoldo Ditzel, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.890, João Guilherme Dobbins, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.891, Miguel Dobbins, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.892, Patrício Miguel Dobbins, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.898a, Estanislau Drobrowlki, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.916, Francisco Zeno Doetzer, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.955, João Henrique Domingos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 11.980, Israel Domingues, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.292, João Dutra, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.324, Bertram Ebert, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.325, Kurt Ebert, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.363, Raymundo Egg, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.376, Alfredo Ernesto Curt Ehrenberg, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.552, João Esmanhotto Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.626, José Estival, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.726, Pedro Fabri, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 12.924, Ernesto Faria, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.101, Francisco Favaro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.375, Joaquim Fernandes Sob°, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 13.625, Ademar Fernandes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.631, Antonio Romualdo Ferreira (tenente), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.645, Augusto Ferreira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.707, Fernando Luiz Ferreira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 13.798, José Lucio Ferreira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.167, Carlos Filizola (Dr.), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.168, José Filizola, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.259, Joel Fleischfresser, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.710, Artur Fourier, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.807, Ramão Franch, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.883, Tobias de Oliveira Franco, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 14.996, Afonso T. de Freitas, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.115, Odilardo Lima de Freitas, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.240, Lígia Fruet, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.345, Manoel do Monte Furtado, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.424, Horst Gaensly, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.432, João Gagliardo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.433, José Gagliardo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.451, Zélia Cunha Gaissler, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.598, Carlos Ciola Gambuz, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.627, Alberto Ganzert, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.649, Bernardo M. Garcez, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.849, Miguel Angelo Gasparelo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.864, Jose Petreli Gastaldi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.865, Adail de Castro Gastão, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.928, José Pedro Gebran, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 15.951, Caio Geissler, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.028, Antônio Gerlinger, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.034, Amelia Lavalle Germano, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.035, Antonio Cony Germano, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.037, E. Azambuja Germano, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.037a, Ely Azambuja Germano, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.065, Vicente Gesniowski, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 16.152, Ernani Giglio, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.197, Joffre Eduardo Gineste, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.441, Adolfo Barbosa Gomes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.515, Eugenio Gomes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.692, Christovam Gomez, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.736, Armando Gonçalves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.765, Edison Gonçalves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.906, Paulo Reis Gonçalves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.934, Soares Gonçalves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 16.957, Afonso Leonardo Gondro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.163, Paulo Gozzo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.305, Narciso Grein, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.532, Antonio Guerra, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.413, Waldemar Grummt (Dr.), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.462, Alexandre Gubolin, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.524, José Guerios Sob^o, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.603, Alexandre Volpato Guilherme, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.658, Flávio Franco Guimarães, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.675, Alencar Guimarães (Ten.), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.699, Laurentino Batista Guimarães, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.724, Ney Guimarães Junior, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.734, Paulino Guimarães, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.799, José Guras, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 17.831, Mateus Gusso, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 19.056, Franz Adolpho Jesse, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 19.858, João Bartolomeu Zena Klier, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 19.908, Frederico Kobs, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 20.276, Ladislau Kula, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 20.413, Jorge Lacerda, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 20.417, Dr. Manoel Linhares de Lacerda, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 20.871, Arnaldo Legat, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 20.892, Rodolfo Leinig, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 21.596, Lourival Santos Lima, DOPS/PR, DEAP/PR.

F.I. 21.689, Oswaldo Lima, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 21.868, Nelson Lins, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 21.996, Haroldo Carneiro Lobo, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 22.211, Lino Lopes, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 23.443, Lourenço Malucelli, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 23.518, Benjamim Manfron, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 23.608, João Mara, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 23.880, Henrique Marquardt, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 24.837, Conrado Medeiros, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 25.768, Gaspar Meyer, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.223, João Molinari Sobrinho, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.571, José Monteiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.617, Dr. Lauro Moreira Montenegro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.621, Oswaldo Moreira Montenegro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.632, José Januário dos Montes, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.671, Benedito Moreira, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.695, João Moreira, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.852, Carlos Moritz, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 26.970, José Motta, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.090, Dr. Benjamim Mourão, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.146, Egon Mueller, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.158, Nelson Mueller, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.166, Jamy Jacob Muentzsch Junior, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.312, Zely Moura Brito Muniz, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.392, Jacinto Nadaro, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.499, Affonso Nascimento, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.508, Alfredo Nunes do Nascimento, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.567, Eudoxio Nascimento, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.709, Sebastião Nascimento, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.767, Jorge Canto Nasser, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.771, Alcir Nassif, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.827, Eduardo José Navay, DOPS/PR, DEAP/PR.
F.I. 27.923, Ayres Nery, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 27.949, Cunha Netto, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 27.981, Ascendino Neves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 27.988, Cesar Pereira das Neves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 27.996, Francisco Neves, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 28.073, Germano Nickel, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 28.111, Ernesto Nicolosi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 28.427, Eduardo José Novay, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 28.471, Arancibio Rodrigues Nunes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 29.243, Francisco Oliveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 29.426, Jonas de Oliveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 29.623, Manoel de Oliveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 29.665, Maria da Luz Vargas de Oliveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 29.902, Theophilo de Oliveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.095, Bruno van der Osten, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.096, Ewaldo Van Der Osten, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.132, José Ottmann, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.136, Osmar Lotario Otto, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.732, Antonio Augusto Patitucci, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.735, Salvador Patitucci, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 30.736, Leonardo Patitucci, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.376, Domingos Ribas, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.408, Amazonas Ribeiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.449, Danilo Carneiro Ribeiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.501, Ivaí P. Ribeiro, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.685, Alexandrina Richter, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.695, Adolfo Rickes, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.748, José Rinaldi, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.777, Marcelino Risdén, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.905, Daniel Rocha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.968, José Rocha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 34.991, Justimiano Olympio da Rocha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.055, Rubem Fleury Rocha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.166, Clarindo Rodrigues, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 35.390, Plácido Rodrigues Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.480, Edmundo Roehrig, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.538, Artur Rolof, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.545, Iolanda Romagnolli, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.548, Maria J. Romagnolli, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.565, Adolfo Romanó, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.652, Paulo Roriz, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.762, Miranda Rosa (Antonio), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.814, Manuel Rosas, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.849, Alfredo Roskamp, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.898, Francisco Fidelis Rota, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 35.989, Tomas Rubin, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.092, Alberto Rutina, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.270, Reinaldo Safraider, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.373, Levy Saldanha, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.433, Plínio Salgado, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.460, Antonio Lourenço Salles, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 36.658, Luiz Castilho Sanches, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.115, Astor Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.134, Benedito Evangelista dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.144, Brasílio dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.283, Estevão Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.395, Horacio Pereira dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.457, João dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.462, João Ferreira dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.830, Navasio Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 37.934, Paulo M. dos Santos, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.398, Alexandre Schaell ou Alexandre Schel, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.433, Julio Schebesta, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.444, Adão Scheer, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.447, Elisabeth Scheffer, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.469, Waldemar Schellin, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.504, José Schietti, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 38.564, Leopoldo Schleder, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.596, Paulo Francisco Schmidlin, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.676, Werner Schneider, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.866, Durval Sebrão, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 38.880, Edwaldo Seeling Filho (Dr.), DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.009, Serafim Sentoni Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.141, Abdo Salamão Sfeir, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.251, José Vieira Sibut, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.575, Antonio Teixeira da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.584, Antonio Zumbach de Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 39.624, Oswaldo Schmidt, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.160, Isaias Ferreira da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.257, João Felix da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.346, Joffre Cabral Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.521, José Maria da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.568, José Prado e Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.762, Manoel Barbosa da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.906, Maximo Gomes da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 40.983, Dr. Newton de Souza e Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.020, Odilon Durski Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.156, Pedro Selestino da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.166, Rafael Teodorico da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.259, Saturnino Marques da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.292, Secundino Alves da Silva, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.483, Benedito Silveira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.739, Armando Simone, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.797, Geminamo Siqueira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.821, Manoel Furtado de Siqueira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.873, Estanislau Skroch, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.907, Henrique Smoger, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.916, Abílio N. Soares, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 41.930, Altivir da Costa Soares, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.045, Manoel N. Soares, DOPS/PR, DEAP/PR.

- F.I. 42.178, Francisco Solheid, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.179, Paulo Solheid, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.287, Theobaldo de Sousa, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.397, Antonio de Oliveira e Souza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.571, Francisco Policarpo de Souza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 42.945, Neton Araujo de Souza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.002, Pedro Machado de Souza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.013, Rafael Souza, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.124, Francisco Sovinski, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.164, Guido Antonio Spessato, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.222, Waldomiro Stadler, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.244, Raul Stange, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.341, Vitorio Stocco, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.399, Emilio Strobel Filho, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.552, Bartolomeu Szabo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.553, Felix Szabo, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.761, Edwy Taques, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.883, Edgar Tavora, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 43.977, Euclides Caemiro Teixeira, DOPS/PR, DEAP/PR.
- F.I. 44.010, Joaquim José Teixeira, DOPS/PR, DEAP/PR.